O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 9 de FEVEREIRO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46866
estadão.com.br

Negócio suspenso __ A16

ANS barra transferência de planos de saúde da Amil

__ Decisão afeta 337 mil beneficiários que iriam para empresa Fiord

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu barrar a transferência de 337 mil planos de saúde individuais da Amil para a Fiord Capital, empresa de reestruturação financeira. Controlada pela americana UnitedHealth, a Amil pagou R$ 3 bilhões para a Fiord, do empresário sérvio Nikola Lukic, ficar com a carteira de clientes do Paraná, do Rio e de São Paulo. Desde janeiro, 337.459 beneficiários de planos individuais e familiares foram transferidos. O veto ocorre no momento em que queixas sobre atendimento já chegam à Justiça. "Maior preocupação é com o consumidor", diz Paulo Rebello, da ANS.

337.459
beneficiários de planos individuais e familiares foram transferidos desde 1.º de janeiro

SUHAIB SALEM / REUTERS

Vitória consistente e vaga na final do Mundial da Fifa

Palmeiras vence o egípcio Al Ahly por 2 a 0 em Abu Dabi, gols de Raphael Veiga e Dudu (foto), e disputará o título de Campeão Mundial de Clubes da Fifa. Adversário do time de Abel Ferreira sai hoje do jogo entre Al Hilal e Chelsea, às 13h30. __ A20 e A21

KIRSTY GRIFFIN / NETFLIX VIA AP

Cinema __ C1, C4 e C5

'Ataque dos Cães' lidera disputa no Oscar

Filme do ator Benedict Cumberbatch (foto), distribuído pela Netflix, sai na frente na corrida com 12 indicações

Divisão no PSDB __ A9

Ala tucana que não quer candidatura pressiona Doria

Novo maior partido __ A10

TSE aprova fusão de DEM e PSL para criar União Brasil

Efeito Ômicron __ A18

Brasil registra novo pico de mortes por covid: 1.174 em 24h

Notas e Informações __ A3

O componente político da inflação

Incerteza fiscal e expectativas de inflação têm como grande fonte ação presidencial.

Como enfrentar a próxima catástrofe

E&N Projeção de 12,25% __ B1

Mercado eleva previsão de juros após alerta do Banco Central

O BC indicou ontem, na ata do Copom, que a Selic deve subir mais do que o previsto. Depois da ata, a estimativa de bancos para a taxa subiu de 11,75% para 12,25% ao ano, segundo o Projeções Broadcast.

Análise __ B2
Sergio Vale*

BC está a cada dia mais isolado

*Economista

C2 Promessa eleitoral __ C8

Mudança na Lei Rouanet restringe cachê máximo de artistas e captação

Alteração na Lei Rouanet limita cachê individual de artistas a R$ 3 mil. Valor máximo de captação cai a R$ 6 milhões.

MP abre investigação __ A11

Defesa de nazismo por youtuber testa limite da liberdade de expressão

Após falar em 'direito' de ser antissemita, Bruno Aiub, o Monark, pede desculpas, mas perde de patrocínios.

Fábio Alves __ B4
O maior inimigo de Biden

Roberto DaMatta __ C3
Sombras, eleições e Peter Pan

Leandro Karnal __ C8
O tempo e o vento

Tempo em SP
16° Mín. 25° Máx.

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293019

CAMILA TURTELLI e MATHEUS LARA*
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Exigência de sede no País em PL das Fake News pode ser 'xeque' no Telegram

O relator do PL das Fake News, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), quer avançar com o texto no Congresso Nacional, o que pode resolver impasse sobre a atuação do Telegram neste ano eleitoral. Sem sede no Brasil, o aplicativo de mensagens tem sido apontado como uma ferramenta imune às regras de combate à desinformação e está na mira do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para o magistrado, o ideal é que o assunto seja tratado pelos parlamentares. Orlando diz que o projeto não deve "fulanizar", ou seja, não pode ser direcionado para nenhum aplicativo, mas sua intenção é obrigar as empresas a ter uma sede local para atuar no País.

• VOCÊS DECIDEM. O entendimento, por parte do ministro Barroso, de que seria melhor que o Congresso agisse em relação ao caso Telegram tem a ver com a avaliação de que há formas melhores de contornar o problema do que a Corte ter de banir do País o aplicativo.

• MAIS UMA VEZ. Parlamentares da bancada feminina reagiram a mais um adiamento da votação do veto de Bolsonaro ao projeto de distribuição de absorventes. "Como o presidente, a base governista também despreza as necessidades das mulheres e meninas de baixa renda", disse a senadora Zenaide Maia (PROS-RN).

• LOTAÇÃO. O Ministério Público da Bahia entrou com um pedido de liminar para atender uma demanda do Conselho Estadual de Saúde baiano pelo aumento da frota de ônibus na cidade, devido ao crescimento de casos de covid-19.

• VEM AÍ? O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha disse à *Coluna* que vai concorrer às eleições para deputado federal, mas ainda não decidiu por qual partido. Ele, no entanto, negou a possibilidade de ir para o União Brasil, como tem sido especulado. "Irei decidir, mas não irei com certeza para União Brasil", afirmou Cunha, que deve deixar o MDB.

• FRUTA QUE CAI... O deputado federal Junior Bozzella, uma das lideranças do União Brasil, também rejeitou a possibilidade de ter Cunha na sigla, devido ao envolvimento do ex-parlamentar na Lava Jato. "Se há dificuldade na filiação de Sérgio Moro ao União, imagine do Cunha", disse Bozzella.

• ...LONGE DO PÉ. Já em relação a Danielle Cunha, filha do ex-deputado, Bozzella disse não haver qualquer objeção. "Não posso condenar a filha por aquilo que o pai fez."

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Bruno Araújo,
presidente do PSDB

• DONO... O presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo, decide nos próximos dias sobre a divisão do fundo eleitoral entre os seus candidatos. O partido tem R$ 377 milhões para distribuir entre os nomes das disputas de outubro.

• ...DO COFRE. O clima no partido não é bom em meio às desconfianças sobre a viabilidade de João Doria (PSDB) na corrida pelo Palácio do Planalto.

COLABOROU PEDRO VENCESLAU.

*ALBERTO BOMBIG ESTÁ DE FÉRIAS E RETORNA NO DIA 18 DE FEVEREIRO

PRONTO, FALEI!

Heni Ozi Cukier
Deputado estadual (Novo-SP)

"Um crime não pode ser partido. O PCC, a Al-Qaeda e o Isis não podem ser partido. Esses movimentos, assim como o nazismo, têm o crime como essência."

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Ivan Valente
Deputado federal (PSOL-SP)

Parlamentar contou que fez pausa no trabalho nesta terça, 8, para acompanhar a vitória de seu Palmeiras sobre o Al Ahly pelo Mundial de Clubes.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

O componente político da inflação

Incerteza fiscal e expectativas de inflação – justificativas da alta de juros – têm como grande fonte a ação presidencial

O arrocho financeiro, com juros altos, crédito apertado e entraves à atividade econômica, vai continuar até a inflação ceder e se firmarem as expectativas em relação às metas. Anunciado logo depois do aumento da taxa básica para 10,75%, esse compromisso de rigor foi reafirmado na ata da última reunião do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC). Os próximos ajustes poderão ser menores que o último, de 1,5 ponto porcentual, mas novas altas estão prometidas e a taxa poderá chegar a 12% neste semestre e declinar na segunda metade do ano. A tarefa de conduzir a inflação à meta deverá ser completada, segundo a ata, até o próximo ano.

Incertezas sobre o futuro das contas públicas afetam as expectativas de inflação. Atitudes e decisões do presidente da República, de sua equipe e de seus aliados podem gerar pessimismo quanto à evolução dos preços. Sem mencionar o presidente, o Palácio do Planalto ou qualquer outro edifício da Praça dos Três Poderes, a ata é muito clara, no entanto, ao indicar os componentes políticos da inflação, já mencionados em muitos outros documentos do Copom.

Para conferir esse ponto é preciso, no entanto, desbravar um denso emaranhado verbal: as contas públicas podem ter melhorado, mas “a incerteza em relação ao arcabouço fiscal segue mantendo elevado o risco de desancoragem das expectativas de inflação e, portanto, a assimetria altista no balanço e riscos”. A referência ao “arcabouço fiscal” e ao risco de inflação fora do eixo aparece duas vezes na ata.

Na imprensa, no entanto, os mesmos indicadores de risco são visíveis todos os dias. Orçamento secreto, presidente submisso ao Centrão, transferência de poderes do Ministério da Economia para a Casa Civil, furos no teto de gastos, intervenções nos preços de combustíveis, programas improvisados e jogadas eleitorais compõem grande parte do noticiário de todos os dias. O palavrório da ata do Copom apenas traduz de forma complicada as barganhas, jogadas e distribuições de favores consumadas em Brasília, de forma continuada, com o dinheiro do contribuinte.

Nada mais fácil de entender, portanto, que a mistura de inflação elevada, juros altos, economia emperrada, amplo desemprego e enorme insegurança quanto à evolução das contas federais, da dívida pública e das condições de governança. O presidente Jair Bolsonaro nunca se ocupou de governar e continua distante desse tipo de atividade. O ministro da Economia, Paulo Guedes, ensaia, ocasionalmente, alguma resistência aos desmandos mais evidentes.

Mas, além de se submeter aos desmandos, o ministro permanece no cargo e insiste em falar como se a economia nacional andasse muito bem, houvesse enorme oferta de empregos, a inflação brasileira fosse apenas um reflexo de um problema global, as contas públicas fossem sólidas. O fiasco das privatizações é por ele atribuído à resistência da oposição ou a uma poderosa parcela de congressistas fisiológicos. A vinculação de seu chefe com os grupos mais fisiológicos é sempre esquecida, naturalmente, em suas declarações.

Ao mencionar os problemas globais, o ministro da Economia geralmente omite alguns detalhes muito significativos, como a diferença entre a inflação brasileira e as de outros países capitalistas (em geral muito menores) e a distância entre o desemprego no Brasil e aquele observado na maior parte das economias emergentes e desenvolvidas.

Além de pouco se esforçar pela melhora do trabalho e da vida da maior parte dos brasileiros, o presidente, concentrado em objetivos pessoais, dificulta a gestão do setor público. As incertezas quanto ao “arcabouço fiscal”, mencionadas na ata do Copom, são efeitos facilmente compreensíveis do comportamento presidencial e das falhas administrativas do Executivo (sem contar, é claro, a desastrosa atuação do Ministério da Saúde). Pode-se discutir se o custo econômico dos juros altos será compensado por uma vitória significativa sobre a inflação. Não há como duvidar, no entanto, dos fatores de preocupação citados na ata do Copom. ●

Como enfrentar a próxima catástrofe

Autoavaliação de membros da OCDE mostra que estavam mal preparados para a crise e que estão monitorando insuficientemente seus impactos de longo prazo

Os governos estavam preparados para a crise? Estão respondendo bem a ela? Estarão preparados para outras? Respostas exaustivas e consolidadas a essas questões podem tomar anos, mas é vital esboçá-las desde já. Por isso, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) solicitou aos seus membros uma autoavaliação sobre sua atuação em cada um dos estágios do ciclo de gerenciamento de riscos: preparação, gestão de crise e resposta e recuperação.

A preparação implica capacidade de antecipação de risco, preparação de setores críticos e protocolos de gerenciamento. A gestão de crise envolve comunicação, arranjos de governança e mobilizações integradas da sociedade. A resposta e a recuperação, por fim, levam em conta a eficácia das medidas sanitárias, das restrições e lockdowns, dos auxílios econômicos e das políticas sociais.

É consensual que a preparação para a pandemia foi insuficiente, especialmente à luz dos custos humanos e financeiros. Os governos tomaram medidas econômicas rápidas e massivas, mas, segundo eles mesmos, precisam monitorar mais cuidadosamente seus impactos orçamentários de longo prazo. Também ficou claro que a confiança exige transparência, não somente por meio de campanhas de comunicação, mas do envolvimento das partes interessadas e do público na tomada de decisões.

Na maioria dos países os investimentos nas capacidades de antecipação de risco em setores críticos se mostraram insuficientes. Isso resultou em carência de estoques de equipamentos críticos e falta de planejamento e treinamento em respostas a emergências.

Crises dessa magnitude exigem a mobilização de recursos em virtualmente todos os domínios do poder público, o que implica flexibilidade e rapidez na ativação de mecanismos de governança para facilitar a cooperação intergovernamental. Mas a divisão de trabalho nem sempre ficou clara. As avaliações enfatizam a necessidade de esclarecer responsabilidades e mandatos dos grupos de gestão de crise, suas hierarquias e organogramas. É importante que eles contem com a participação de servidores de alto escalão, o que ajuda a dar mais peso às deliberações, garantir a devida responsabilização e facilitar decisões ágeis.

Segundo os governos, comitês de aconselhamento forneceram evidências valiosas para informar suas decisões, mas eles avaliam que poderiam ter confiado mais em fontes variadas de expertise. Muitos consideram que faltou mais representação da sociedade civil.

Ainda que essas medidas tivessem sido tomadas a contento, ficou evidente que a sua eficácia depende de uma comunicação coerente. Quando ela faltou, ainda mais em meio a uma onda de desinformação, a tendência à erosão da confiança no governo e no aconselhamento dos especialistas foi inequívoca.

A comunicação também é chave para envolver a sociedade civil, a iniciativa privada e setores locais, de modo a aumentar a transparência nos processos decisórios e facilitar a implementação de respostas.

Na avaliação dos governos, as isenções tributárias e os auxílios às empresas foram cruciais, mas nem sempre atingiram os beneficiários certos ou foram acompanhados de estimativas consistentes sobre seus custos a longo prazo. Deficiências análogas foram apontadas nas medidas de socorro social, mas foram compensadas pela mitigação do sofrimento dos mais vulneráveis. Ou seja, os governos avaliam que, se pecaram, foi por excesso. Melhor do que por falta. Mas se, no futuro, encontrarem a medida justa, será melhor para todos.

Por fim, as autoavaliações reconhecem lacunas que demandam mais evidências, sobretudo em relação à preparação de setores críticos, à efetividade dos lockdowns e medidas restritivas, e aos seus impactos sobre as liberdades individuais, além dos efeitos colaterais sobre a violência doméstica, consumo de álcool e saúde mental. Neste caso, o que está feito está feito. Mas está claro que esses aspectos exigem mais atenção, estudos e debates, desde já para mitigar as sequelas da crise, mas também para que, no futuro, outras crises sejam enfrentadas com mais eficácia.●

ESPAÇO ABERTO

Liberais clássicos, nova esquerda e cidadão comum

Paulo Delgado

Eles não são alguém que devolveu o troco errado. São os que chegam ao poder com uma mentira na alma. Com as pessoas vivendo numa ampulheta, dominadas por um materialismo existencial que faz o tempo passar por influência dos outros – a vida finge ser um jogo de opostos.

A emoção tem partes vis que quando entram em nossa vida com a falsa familiaridade de notícias de massa é difícil perceber o que está acontecendo. Em assuntos feitos para uso de outros, os sentimentos que transmitem ocupam uma sala grande e mal iluminada da nossa emoção. Na sociedade de públicos manipulados, o que influencia você mecanicamente dificilmente é a seu favor.

O excesso de informação disponível dificulta à pessoa viver a simplicidade da vida moral e a tranquilidade de seguir sua vocação. A ideia, por exemplo, de que somos puro produto de questões econômicas e políticas, como a parte mais importante de tudo, não se aplica a todas as situações da vida. O coração humano é insondável e pode ser levado ao abismo pela simplificação em moda.

Um país multiculturalista que dá excessivo realce ao dinheiro, pregando atividades financeiras como droga, onde cartão de banco é mais importante do que matrícula escolar, carteira de identidade ou de trabalho; negligente em atividades produtivas e espirituais; extremamente fixado nas teorias do valor de um inviável economicismo de esquerda; só podia desaguar no poder de um liberalismo antissocial de direita.

Sem rival verdadeiro, a política é só rivalidade. E o materialismo político-econômico, num autoengano contagiante, foi para cima dos sem-poder, como se fossem um formigueiro social, colocando em segundo lugar a alma humana, confundindo religião com neurose, tirando do povo a autonomia para pensar e viver.

O consenso convencional sobre a ordem econômica, moeda e crédito se ampara nos atos culpáveis de uma política financiada pelo Estado. Sem antídoto não estatal, impôs um atraso cultural aos jovens e suas famílias que não sabem mais como ajudar os filhos no discernimento das vocações e, assim, se livrar do maria-vai-com-as-outras que domina o pensamento econômico fracassado que praticamos.

> *O País deveria apostar em um novo padrão de maioria política formado por princípios e programas, e não em promiscuidade*

Há uma unidade de manual imposta pelas paixões dos que adquiriram a oportunidade de expressá-las – concentrada, agora, nos principais pensadores que são candidatos e assessores. Paixões pessoais engajadas reduzem a possibilidade de deslocamentos estruturais capazes de enfrentar costumes enraizados. A vocação pelo pensamento incompleto, e o rol de intenções individualistas que possuem os líderes para controlar o mando sobre o processo político, fragmentou a sociedade em pedacinhos. O candidato que não ultrapassar seu eu ordinário não servirá ao humanismo político e plural de que o Brasil precisa.

Ninguém vai conseguir ver o todo dando ênfase exagerada a metas econômicas, indiferente à realidade familiar, cultural e religiosa da vida privada. A desigualdade social no Brasil é uma falha moral do modelo político-econômico em vigor.

A condição necessária à mais digna existência humana é cada vez mais psicológica, espiritual e vocacional. A análise econômica focada nos interesses de renda acomoda a sociedade na conversa descritiva de investidores. A política sem vocação e espiritualidade reduz sua autoridade ao dinheiro, recebe seu pagamento à sombra, não muda erros de uma ordem que gera subdeuses.

O massacre patológico do economicismo meteu o País numa sauna e descuidou da preocupação com tipos de ação capazes de fazer a transição para uma vida melhor. Ações que valorizem a personalidade do indivíduo, suas necessidades essenciais e a forma da sua interdependência frente às instituições públicas e à vida em comunidade.

Insatisfeitos não precisam de razões, qualquer uma serve. A ideologia entre nós é um *botton* pregado com alfinete. Serve aos que creem em qualquer coisa que os beneficie. Fecha o espaço para as pessoas abertas a algo mais elevado e maior do que seu interesse próprio. Fornece a justificativa moral para o oportunismo agir como se fosse diálogo.

A melhor interpretação da conjuntura não deve se contentar com reciclagem de material, memória velha se fazendo de nova, onde o groucho marxismo impera: *são estes meus princípios*. Se você não gostar, tenho outros! É preciso alguém que não veja a história como registro para enganar palermas.

O País deveria apostar em um novo padrão de maioria política formado por princípios e programas, e não em promiscuidade. A ordem social só se configura como significativa, se suas circunstâncias produzem coletivos dispostos a comandar o processo de mudança. E o conjunto que melhor simboliza a contribuição histórica necessária ao momento deve ser capaz de dar voz à maioria dos eleitores, reunindo o liberal clássico, a nova esquerda, o centro-progressista e os anseios do cidadão comum. Eleger o Centrão para não ter de comprar o Centrão é diplomar na posse o aborrecimento.

Vemos uma sucessão que se anuncia trepidante, mas enlatada e estéril. Ainda é tempo de reflexão. O Brasil nasceu para algo muito melhor do que alguém sempre lhe pregando peças. ●

SOCIÓLOGO. E-MAIL: CONTATO@PAULODELGADO.COM.BR

FÓRUM DOS LEITORES

Economia

Fracasso como ministro

Guedes, o Posto Ipiranga do Bolsonaro, reclamou que "não teve apoio para implementar a agenda liberal", para justificar seu fracasso como ministro da Economia nesses três anos. Se fosse profissional sério e honesto, deveria ter pedido demissão do cargo, em vez de empatar a economia do País por obediência cega (ao desgoverno), usufruindo do salário e de outros benefícios.

Etelvino José H. Bechara
ejhbechara@gmail.com
São Paulo

PEC Camicase

Não deixou de ser surpresa o apoio de membros de peso do Senado Federal (como o filho do presidente, Flávio, o líder do governo, Eduardo Gomes, além de Marcos Rogério) ao projeto do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), apelidado por técnicos da equipe econômica como "PEC Camicase". Caso passe no Congresso, o efeito futuro vai ser devastador e, talvez, não surta o resultado eleitoreiro desejado, assim como ocorreu com a PEC dos Precatórios. Mais uma comprovação do desespero na busca pela reeleição.

Jorge de Jesus Longato
financeiro@cestadecompras.com.br
Mogi-Mirim

Política

Consciência necessária

Perfeito o Editorial do **Estadão** (*O Supremo – e a lei – sob ataque*, 8/2, A4). Mas o que mais me entristece é a passividade da chamada classe dirigente. Do Congresso Nacional, em seu conjunto, e da maioria dos políticos, muito pouco se poderia esperar. Do atual Executivo federal, muito menos. Portanto, caso os brasileiros queiram, de verdade, melhorar o Brasil, será preciso mudar radicalmente a forma de olhar para a política e inverter quase tudo o que se fez nos últimos 15 ou 20 anos, como já disse alguém. É óbvio que os Três Poderes precisariam estar à altura dos grandes desafios nacionais neste e nos próximos anos. Mas as circunstâncias atuais me obrigam a insistir naquilo que entendo como essencial: o brasileiro compreender o quão importante é envolver-se nas discussões políticas e, sem qualquer condescendência, lutar para manter a democracia e o Estado de Direito. Sem isso, tudo ficará muito mais difícil.

Paulo Roberto Guedes
prguedes51@gmail.com
São Paulo

Defendendo o próprio bolso

A máscara um dia cai. O Partido dos Trabalhadores (PT) propala aos quatro ventos que defende os trabalhadores. Ledo engano. Na matéria *Partidos devem R$ 84 milhões aos cofres públicos* (7/2, A6), esse discurso por certo se mostrou falacioso, ao ser divulgado que o referido partido deve para a Previdência Social a bagatela de R$ 16,4 milhões e outros R$ 135 mil para o FGTS. Na verdade, estão desviando numerários dos trabalhadores.

Alberto Daniel Alves Antônio
albertoalvesantonio@terra.com.br
São Carlos

Dívidas dos partidos

Conforme divulgado pela imprensa, os partidos políticos devem R$ 84 milhões em impostos e contribuições da Previdência. São esses senhores que administram nosso dinheiro vindo de impostos e nosso país. O maior devedor é o PT, com uma dívida de mais de R$ 23 milhões. O governo deveria agora descontar esses valores do Fundo Partidário, apesar de achar que o valor deste fundo é totalmente imoral.

Carlos Alberto Duarte
carlosadu@yahoo.com.br
São Paulo

Mudanças urgentes

Os fundos partidário e eleitoral são o que podemos chamar de maior roubo contra a sociedade brasileira em todos os tempos. Fora a corrupção que domina o País. O fundo partidário fornece cerca de R$ 1 bilhão aos partidos políticos em 2021. O fundo eleitoral deste ano é de R$ 4,9 bilhões. Esse dinheiro vem do pagamento de impostos de quem trabalha. Dinheiro legal, que poderia resolver vários problemas graves de nosso país. E com o uso pelos políticos e partidos esse dinheiro fica sem controle e vai para a ilegalidade. Serve para bancar mensalões, pagar advogados para políticos condenados, entre outras coisas. E tem gente que fica se preocupando se o presidente come farofa na rua, se vai haver parada gay ou a escalação da seleção. Sabe quem é o responsável por tudo isso? Nós, que votamos nas piores pessoas da nossa sociedade. Chegou a hora de pessoas decentes e honestas assumirem o poder e a administração pública municipal, estadual e federal.

André Coutinho
arcouti@uol.com.br
Campinas

ESPAÇO ABERTO

Visita à Rússia amplia oportunidades ao Brasil

Carlos Alberto Franco França

A visita do presidente Jair Bolsonaro a Moscou, a convite do presidente Vladimir Putin, insere-se em contexto de fortalecimento das relações econômicas e políticas com a Rússia, parceiro estratégico do Brasil desde o ano 2000. Potência econômica e científica, a Rússia compartilha com o Brasil a participação em grandes foros como o Brics e o G-20.

O relacionamento bilateral encontra-se aquém do potencial natural entre duas grandes nações que enfrentam desafios de crescimento e prosperidade. A viagem presidencial ocorre na esteira da intensificação de missões de alto nível, como a que realizei em novembro último à capital russa. A visita do presidente Bolsonaro também constituirá oportunidade de retribuir a visita do presidente Putin ao Brasil em 2019, por ocasião da Reunião de Cúpula do Brics.

Brasil e Rússia têm trabalhado para intensificar a cooperação em facilitação de comércio e diversificação da pauta exportadora e dos investimentos, bem como em cooperação científico-tecnológica, espacial, energética e de desenvolvimento sustentável.

Na esfera econômica, há espaço para ampliar e diversificar a corrente comercial e de investimentos. O intercâmbio de bens e serviços, em 2021, alcançou US$ 7,3 bilhões, maior valor dos últimos 13 anos e o segundo maior da história, mas às custas de saldo negativo brasileiro. As exportações do Brasil, concentradas em produtos agrícolas, como soja (cerca da metade das importações russas do produto) e carne, têm-se mantido estáveis nos últimos anos, em torno de US$ 1,5 bilhão.

Essa situação não corresponde ao potencial e aos interesses do Brasil, como tive a oportunidade de sublinhar ao lado russo, em minha visita a Moscou. Em paralelo, empresários russos manifestam interesse cada vez maior em ampliar investimentos em infraestrutura no Brasil, assim como em logística para o agronegócio. É de interesse brasileiro trabalhar pela assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento, para expandir as oportunidades de cooperação, em molde semelhante ao firmado com a Índia, por ocasião da visita de Estado brasileira em janeiro de 2020.

Países devem intensificar a cooperação em comércio e tecnologia e na diversificação da pauta exportadora e dos investimentos

A Rússia é o maior fornecedor brasileiro de adubos e fertilizantes, insumos cruciais de um dos motores da economia brasileira, o agronegócio. Esses produtos têm respondido por quase um quarto das importações brasileiras da Rússia. Em novembro passado, duas semanas antes de minha viagem ao país, a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, logrou garantir a continuidade da exportação do insumo ao Brasil, mesmo no atual contexto de escassez e aumento do preço do produto no mercado mundial. A Rússia tem desempenhado um papel decisivo na manutenção da força da agricultura brasileira em todas as suas vertentes.

A elevação das relações com a Rússia é decorrência natural da importância que cada parceiro atribui ao outro nos âmbitos bilateral, regional e multilateral. É claro que cada país avalie a configuração política e econômica internacional com base em interesses nacionalmente definidos. Mas grandes nações, como Brasil e Rússia, colegas no Conselho de Segurança em 2022-23, têm a responsabilidade de debater os rumos de uma ordem internacional cada vez mais complexa e multipolar. Isso é feito com base no compromisso com a Carta das Nações Unidas e com o direito internacional, como é obrigação de todos, na soberania nacional e no respeito à pluralidade de modelos de desenvolvimento.

A missão ocorre em momento marcado por tensões ao longo da fronteira russo-ucraniana, que suscitam apreensões legítimas na opinião pública brasileira. A postura do Brasil se ampara solidamente em nossa tradição diplomática. Em 31 de janeiro passado, nós a expressamos em reunião do Conselho de Segurança, proposta pelos Estados Unidos, com o voto favorável do Brasil.

Na ocasião, o Brasil exortou as partes envolvidas, na região e fora dela, a rejeitar o uso da força, evitar medidas unilaterais e descartar cursos de ação contrários à Carta das Nações Unidas. Defendemos soluções de longo prazo, obtidas por meio de medidas de construção de confiança e pelo engajamento recíproco em boa-fé. Os Acordos de Minsk e a Resolução 2202 do mesmo Conselho de Segurança, ambos de 2015, oferecem a base para a contenção das tensões e restauração dos laços de confiança, além de medidas complementares que as partes interessadas possam alcançar pela negociação.

Como desdobramento da visita a Moscou, trabalhamos pela realização, em abril próximo, de nova sessão da Comissão Brasileiro-Russa de Cooperação (CAN), instituída em 1997 e fortalecida em 2000, com o estabelecimento da parceria estratégica bilateral. A Comissão se reunirá no Brasil em formato presencial e dará seguimento aos entendimentos alcançados entre os mandatários brasileiro e russo, propiciando melhores resultados a um grande relacionamento que estamos em vias de revigorar. ●

MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TEMA DO DIA

REPRODUÇÃO YOUTUBE/FLOW PODCAST

Apologia

Monark contraria Constituição ao defender partido nazista no Brasil

Sob protesto de Tabata Amaral, apresentador do Flow Podcast defendeu a legalidade de um partido nazista no Brasil. Após críticas na internet, patrocinadores cancelaram contratos com o programa e Monark foi demitido. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Defender o nazismo não é liberdade de expressão. É crime."
ANDERSON FERNANDES

● "Ou fazem algo contra esse tipo de movimento ou será tarde demais."
RAVEL TAVARES

● "Como dão palco para ele? Como esse cara tem público?"
DARIO CAMPOS

● "Tem gente que confunde a democracia. Acha que a liberdade de se expressar é um salvo-conduto para incitar crimes."
CLAUDIO ANTONIO SILVA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

PIXABAY

The New York Times

Como oferecer apoio a quem está se divorciando? ●
www.estadao.com.br/divorcio

Relacionamento

Modern Love: O que ele não me contou. ●
www.estadao.com.br/e/love

Newsletter

Capitu: olhar feminino sobre as notícias no seu e-mail. ●
www.estadao.com.br/e/capitu

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Eleições 2022

Ala tucana contrária à pré-candidatura ao Planalto amplia pressão sobre Doria

Grupo que defende desistência do paulista se reúne em Brasília; aliados do governador fazem ofensiva nas redes e se frustram com reação considerada tímida do presidente da sigla

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA
PEDRO VENCESLAU
SÃO PAULO

A pré-candidatura à Presidência do governador de São Paulo, João Doria, foi alvo ontem da mais contundente ação de oposição interna desde que ele venceu as prévias do PSDB, em novembro. Parte da ala tucana contrária à candidatura própria ao Palácio do Planalto se reuniu na noite de ontem, em Brasília, na casa do ex-ministro Pimenta da Veiga. Este grupo defende a desistência de Doria, com a avaliação de que o paulista ainda não conseguiu se mostrar competitivo e dificilmente vai se impor como nome da terceira via capaz de romper a polarização entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Alternativa
Uma das opções estudadas pelo grupo é viabilizar a candidatura de Eduardo Leite, por outro partido

No PSDB, a disputa por dinheiro do fundo eleitoral e a resistência à candidatura presidencial podem levar a uma debandada de parlamentares da bancada federal da legenda. Pelos cálculos de líderes tucanos, entre 6 e 10 dos 32 deputados devem deixar a sigla. Quadros históricos do partido têm sido procurados por Lula para conversas que constrangem o projeto eleitoral do paulista.

Em reação à reunião, Doria mobilizou uma ofensiva de aliados nas redes sociais. O entorno do governador, porém, se frustrou com a carta escrita pelo presidente nacional do partido, Bruno Araújo, sobre o assunto. Para tucanos alinhados com o pré-candidato, Araújo – que é coordenador da pré-campanha de Doria – não se posicionou de maneira enfática diante da ameaça pública de dissidência.

"Estando na mesma agremiação política, o coerente é que estejam todos em um mesmo projeto coletivo. Ninguém manda em voto de ninguém e todos que fazem parte de um partido político o são por livre e espontânea vontade. O momento é de fase preparatória de eleição. Há um conjunto de filiados que trabalha na estruturação da candidatura. Que passa não só por estruturação interna, mas também por diálogos em direção à possibilidade a federação partidária", disse Araújo na carta.

'ÂNIMO'. Para a reunião na residência de Pimenta da Veiga foram convidados o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, o senador Tasso Jereissati (CE), o ex-senador José Aníbal (SP) e o deputado Aécio Neves (MG). "Nossa ideia é dar um ânimo a tal terceira via, a nossa candidatura não deu ainda e nem sei se vai dar", disse Aníbal ao **Estadão**, que, ao lado do colega Tasso Jereissati, é defensor do apoio à pré-candidatura da senadora Simone Tebet (MS), do MDB, ao Planalto.

Em conversas reservadas, Aécio tem afirmado que "há muita preocupação com a estagnação do Doria". Procurado, ele disse que a reunião de ontem foi "apenas para avaliar cenário".

"Nossa ideia é dar um ânimo a tal terceira via, a nossa candidatura não deu ainda e nem sei se vai dar."
José Aníbal, ex-senador

"Estando na mesma agremiação política, o coerente é que estejam todos em um mesmo projeto coletivo."
Bruno Araújo, presidente do PSDB

" Não vejo impedimento de que eles (tucanos históricos) dialoguem com Lula. Dialogar não significa apoiar."
João Doria, governador de SP

Uma das alternativas estudadas pelo grupo é viabilizar a candidatura de Leite, que perdeu as prévias para Doria, por outro partido. O gaúcho foi convidado pelo PSD, mas não decidiu se vai trocar de legenda. Ao **Estadão**, Leite negou que o jantar serviria para decidir uma desfiliação. "Não tem nada de 'discussão de desembarque'. É apenas uma conversa entre pessoas que estiveram junto do nosso projeto das prévias, avaliando o contexto político. Conversa para reflexão", disse o governador.

'EDUCADOS'. Nas redes sociais, aliados de Doria não foram tão amenos. "Os cães ladram e a caravana passa", escreveu o presidente do PSDB paulista, Marco Vinholi. "Os rebeldes do PSDB, partido que tem a democracia no nome, precisam urgentemente entender que não há hipótese de segundo turno nas prévias", afirmou o deputado estadual Cauê Macris. "Movimentos minoritários não podem transgredir a vontade da maioria", completou o deputado federal Samuel Moreira.

Doria não tem dado sinais de abalo com o baixo desempenho nas pesquisas. No plano interno, ele tem procurado superar desconfianças em relação à movimentação de nomes históricos da legenda, sob assédio de Lula. "Os líderes do PSDB não são malcriados. São pessoas educadas. É o perfil deles. Não vejo impedimento de que eles dialoguem com o ex-presidente Lula. Dialogar não significa apoiar", disse.

Após se reunir com líderes históricos do PSDB, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Tasso Jereissati, o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio, o ex-governador de Goiás Marconi Perillo e o ex-senador Aloysio Nunes Ferreira, o petista tenta agora, por meio de interlocutores, marcar um encontro com o senador José Serra (SP). Doria foi eleito prefeito em 2016 e governador dois anos depois com forte discurso antipetista.

Aliados de Doria lembram que FHC publicou um tuíte declarando apoio ao governador paulista na disputa presidencial depois de se encontrar com Lula, e que teria declinado do convite para um novo encontro com o petista. Os demais tucanos também apoiaram o paulista nas prévias.

"Não se pode viver de rancor e amargura. É natural estabelecer pontes para eventualidades que possam surgir. Não se trata de uma estratégia para desestabilizar o Doria. Lula me conhece e sabe que não sou cooptável", afirmou Virgílio.

Desempenho
'Estagnação' de governador de SP nas pesquisas preocupa tucanos

O ex-prefeito de Manaus, que também disputou as prévias, foi o único tucano presente no jantar organizado em dezembro passado pelo grupo de advogados Prerrogativas, que reuniu Lula e o ex-governador Geraldo Alckmin (sem partido) pela primeira vez desde que foi aventada a possibilidade de formação de uma chapa presidencial com os dois antigos adversários. ●

Congresso retoma compensação às TVs por propaganda partidária

BRASÍLIA

O Congresso Nacional derrubou, ontem, o veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) à proposta de compensação fiscal pelo retorno da propaganda partidária gratuita em rádio e televisão fora do período eleitoral. Foram 344 votos a favor da derrubada na Câmara e 49 contrários. O placar no Senado foi de 54 a 14.

A propaganda partidária foi extinta em 2017, quando foi mantido apenas o horário eleitoral em período de campanha, mas retomada agora em um projeto do Congresso encabeçado pelo PL, partido em que Bolsonaro deve disputar a reeleição neste ano. Com a proposta, as legendas voltarão a ter acesso a inserções nas emissoras para poderem divulgar atividades e até mostrar seus pré-candidatos.

De acordo com o projeto aprovado pelos congressistas, a propaganda partidária será divulgada fora do período das eleições, incluindo o primeiro semestre do ano eleitoral, em horário nobre, entre 19h30 e 22h30. Serão inserções de 30 segundos no intervalo da programação normal das emissoras de TV.

Da forma como o texto foi aprovado, a propaganda partidária será custeada com renúncia da cobrança de impostos que seriam cobrados às emissoras, o que vai gerar queda na arrecadação. A compensação tributária, de acordo com projeto, será calculada com base no faturamento nos comerciais no horário de veiculação. O Congresso não apontou no texto um cálculo de impacto no Orçamento.

RENÚNCIA. Bolsonaro havia vetado, em 4 de janeiro, essa compensação fiscal, que agora foi retomada pelo Congresso. Ao justificar o veto, o Palácio do Planalto havia alegado que a proposta instituiria benefício fiscal, "com consequente renúncia de receita", sem observância às regras fiscais e orçamentárias.

Segundo o projeto aprovado pelos parlamentares, a volta da propaganda partidária "gratuita" em rádio e televisão fora do período eleitoral tem o objetivo de permitir às siglas difundir seus programas, transmitir mensagens aos filiados, incentivar a filiação, esclarecer o seu papel na democracia e promover e difundir a participação política das mulheres, dos jovens e dos negros. ●

Legislativo
Bolsonaro alegou que compensação tributária violaria regras fiscais, mas foi derrotado no Congresso

IANDER PORCELLA, DANIEL WETERMAN e IZAEL PEREIRA

Eleições 2022

Se eleito, Lula deve optar por perfil político na pasta da Economia para facilitar 'revogaço'

Pré-campanha petista quer nome com bom trânsito no Congresso para eliminar teto de gastos e revisar reforma trabalhista

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

A cúpula do PT procura um nome com perfil político para ocupar o Ministério da Economia em um eventual governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia é buscar alguém que tenha bom trânsito no Congresso, para facilitar as mudanças que Lula pretende fazer caso seja eleito, como eliminar o teto de gastos públicos e revisar a reforma trabalhista aprovada no governo de Michel Temer (MDB).

O desmembramento do Ministério da Economia também faz parte de planos em estudo pela coordenação da pré-campanha petista. Uma das propostas prevê recriar pastas que hoje estão sob o guarda-chuva do superministério comandado por Paulo Guedes, como Planejamento, Indústria e Comércio Exterior.

Quando ocupou o Palácio do Planalto, Lula tinha ingerência sobre a política econômica e ampliou o número de cadeiras na Esplanada para acomodar os aliados. Se voltar ao poder, o ex-presidente pretende ser responsável pela condução da economia. "Eu não terei nenhum porta voz", diz.

Em seu primeiro mandato (2003-2006), Lula anunciou 34 ministros e secretários especiais, incluindo Ciro Gomes na Integração Nacional. Ciro é hoje pré-candidato à Presidência pelo PDT e ferrenho adversário. No segundo mandato (2007-2010), o número de pastas chegou a 36.

O presidente Jair Bolsonaro montou um governo com 22 titulares, mas acabou cedendo cargos ao Centrão em estatais e relançou o Ministério do Trabalho e da Previdência, que também estava sob a alçada de Guedes. Promoveu uma dança das cadeiras em troca de apoio. Hoje, a equipe de Bolsonaro tem 23 ministros.

EMPRESÁRIOS. Aliado de Lula, o empresário Walfrido dos Mares Guia vem sendo citado por petistas e por agentes do mercado financeiro como possível nome para a equipe econômica, caso o ex-presidente retorne ao Palácio do Planalto. Ex-ministro do Turismo e das Relações Institucionais, Walfrido foi vice-governador de Minas (1995-1999), deputado e é considerado hábil articulador político. Fundador do grupo Pitágoras, o empresário tem cedido um avião de sua propriedade para Lula viajar na pré-campanha e doou R$ 90 mil para o PT no ano passado.

Líder nas pesquisas de intenção de voto, Lula já disse ter recebido "mais de 20" indicações para a cadeira de Guedes, mas desautorizou dirigentes do PT a falar sobre o assunto, embora um grupo do partido continue produzindo listas de "ministeriáveis". Walfrido também aparece como o empresário que poderia ser ministro da Indústria e Comércio Exterior em eventual governo Lula, caso a pasta seja mesmo recriada. Procurado, Walfrido negou que o assunto esteja sendo tratado.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, é outra opção sempre considerada pelo núcleo duro da campanha do PT. Filho de José Alencar, que foi vice-presidente nos dois mandatos de Lula, Josué tem perfil técnico, desenvoltura política e faz pontes entre o PT e o mundo empresarial. Lula queria que ele fosse candidato a vice em sua chapa. Não conseguiu e recorreu ao ex-governador Geraldo Alckmin. Mas a relação entre os dois é tão próxima que, em 2018, Josué se filiou ao PR – hoje PL, partido de Bolsonaro –, a pedido de Lula. O empresário, porém, tem descartado a possibilidade de assumir cargos públicos, sob o argumento de que vai se dedicar à Fiesp.

RICARDO STUCKERT
Lula fala em debate sobre educação na Fundação Perseu Abramo

Cisão
O desmembramento da pasta faz parte de planos em estudo pela pré-campanha petista

"Eu ouvi o ex-presidente Lula dizer que quer uma pessoa da política para ser ministro da Economia", afirmou o senador Humberto Costa (PT-PE). "Logicamente que esse nome será assessorado por muitos economistas de alto nível, mas ele quer uma pessoa da política para assumir esse papel."

REFORMA. Costa admitiu que, se Lula for eleito, haverá uma revisão de medidas adotadas por Bolsonaro e Temer. Uma delas é justamente o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas ao índice de inflação do ano anterior.

"Queremos evitar essa visão fiscalista dos economistas. Por exemplo, é lógico que o governo vai criar algum tipo de âncora fiscal, mas teto de gastos, isso tudinho vai voar. Já voou no governo Bolsonaro", observou o senador.

PLANO. Além da revogação dessa medida, o "Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil" – lançado pelo PT e pela Fundação Perseu Abramo em setembro de 2020, no auge da pandemia de covid-19 – também menciona a necessidade de revisão da reforma trabalhista e se mostra contrário a privatizações.

Na prática, o perfil buscado por Lula é a antítese de Guedes e mais se parece com o do ex-ministro Antonio Palocci Filho. Médico e ex-deputado, Palocci assumiu o Ministério da Fazenda em 2003 e voltou ao poder como chefe da Casa Civil sob Dilma Rousseff, em 2011. Nas duas ocasiões, caiu por envolvimento em escândalos. O ex-todo-poderoso ministro chegou a ser preso. Alvo da Lava Jato, rompeu com Lula e com o PT e assinou acordos de delação premiada com a Polícia Federal.

A gestão econômica dos governos do PT – sobretudo a conduzida por Dilma – tem sido alvo de ruidosas críticas nessa campanha. Bolsonaro, Ciro e o ex-juiz da Lava Jato Sérgio Moro (Podemos) lembram a recessão histórica registrada no governo da presidente que sofreu impeachment. Lulistas preferem recordar 2010, último de Lula no Planalto, quando o País cresceu 7,5%. ●

TSE aprova registro do União Brasil, fusão entre DEM e PSL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem, por unanimidade, o estatuto e o programa do União Brasil, ou seja, o processo legal que sela a fusão entre DEM e PSL. Com isso, o União Brasil se tornará, num primeiro momento, o maior partido da Câmara. Durante a sessão, o ministro-relator Edson Fachin declarou que, com base no exame dos documentos apresentados pelas legendas, verificou-se "o cumprimento de todos os requisitos necessários para a fusão de partidos políticos".

Fachin relembrou que, conforme dita a legislação eleitoral, devem ser somados os votos obtidos por DEM e PSL na última eleição nacional para que sejam repartidos na nova legenda os recursos do Fundo Partidário e do tempo gratuito de propaganda eleitoral em rádio e TV de que dispõem.

O União Brasil nasce com 81 deputados em exercício, oito senadores e três governadores. Na eleição de 2018, as siglas elegeram 129 deputados estaduais e, em 2020, ocuparam o topo do Executivo de 552 prefeituras, cerca de 10% dos municípios do Brasil. O partido contará também com quase R$ 1 bilhão em fundos públicos, resultado da soma das verbas destinadas a cada um no ano eleitoral.

O tamanho do União Brasil, porém, facilita um racha entre seus integrantes acerca das disputas eleitorais deste ano. O "cabo de guerra" de líderes vai decidir quem a sigla apoiará no cenário nacional e como se darão as articulações regionais.

DEBANDADA. Juntos, o DEM e o PSL superam a bancada do PT na Câmara dos Deputados, segundo colocado com 53 parlamentares, mas o PSL deve perder seus quadros mais ligados ao bolsonarismo. Após romper com o partido em 2019, o presidente Jair Bolsonaro pode levar cerca de 25 congressistas para o PL, sua nova legenda.

Integrantes do novo partido avaliam que o troca-troca partidário pode ser ainda maior, já que o apoio a Bolsonaro não se concentra apenas no PSL. Conforme mostrou o **Estadão**, a maioria dos parlamentares do União Brasil não descarta um alinhamento eleitoral com Bolsonaro em 2022. Levantamento feito em novembro com os parlamentares da nova sigla mostrou que 56 deles defendem o apoio ou admitem que podem apoiar a reeleição. Apenas cinco disseram não considerar essa possibilidade.

Com a aproximação das convenções partidárias, que vão definir as candidaturas das legendas, outras alas do futuro União Brasil dialogam ainda com o Podemos, do ex-juiz Sérgio Moro, e o PSDB, do governador de São Paulo, João Doria. ● WESLLEY GALZO, GUSTAVO QUEIROZ, DANIEL REIS E L.P

Redes sociais

Defesa de partido nazista deflagra debate sobre liberdade de expressão

Após falar em 'direito' de ser antissemita, apresentador pede desculpas e é afastado do podcast; PGR abre investigação

O youtuber e apresentador Bruno Aiub, de 31 anos, conhecido como Monark, defendeu anteontem, durante o programa Flow Podcast, a formalização de um partido nazista no Brasil, contrariando princípios básicos da Constituição como a promoção do "bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Após forte repercussão, e marcas cancelarem patrocínios, o podcast afirmou que Monark não faz mais parte da equipe e que o episódio seria removido. O apresentador divulgou um vídeo em que pede desculpas à comunidade judaica e diz que estava "bêbado".

O programa recebia os deputados Tabata Amaral (PSB-SP) e Kim Kataguiri (DEM-SP). Durante discussão sobre regimes radicais de direita e esquerda, Monark falou em "direito" de ser antissemita. "Eu acho que tinha de ter o partido nazista reconhecido pela lei", disse, argumentando que a tese estaria amparada no direito à liberdade de expressão.

Tabata rebateu, classificando as afirmações como "esdrúxulas" e citando o holocausto na Alemanha nazista durante a 2.ª Guerra Mundial, período marcado pelo extermínio de mais de 6 milhões de judeus. Kataguiri, por sua vez, se queixou porque, segundo sua percepção, defensores do comunismo teriam mais espaço na mídia do que defensores do nazismo. O deputado disse achar "errado" o fato de a Alemanha ter criminalizado o nazismo.

A veiculação de símbolos, emblemas, distintivos ou propaganda relacionados ao nazismo no País é crime previsto em lei federal e descrito na Constituição como "inafiançável e imprescritível".

FLOWPODCAST-YOUTUB

Monark disse estar 'bêbado' ao defender criação da partido nazista

Ainda ontem, o procurador-geral da República, Augusto Aras, determinou a instauração de investigação contra Monark e Kataguiri por suspeita de apologia ao nazismo. O caso será analisado pela assessoria criminal do gabinete de Aras porque envolve um parlamentar com foro privilegiado. Em nota, o Ministério Público Federal manifestou posição contra discurso de ódio.

REPERCUSSÃO. As declarações de Monark acenderam o debate sobre os limites da liberdade de expressão. "Quando há dois direitos juntos, verifica-se qual deles tem um peso maior para a sociedade, e, seguramente, nesse sentido, os direitos de respeito, de dignidade e de consideração ao ser humano prevalecem sobre a alegada liberdade de expressão", disse a advogada Cecília Mello, ex-juíza do TRF-3.

Os presidenciáveis Sérgio Moro (Podemos) e Ciro Gomes (PDT), que já foram entrevistados no programa, criticaram Monark. Para Moro, o nazismo "é um crime e uma ofensa ao povo judeu". Ciro disse que não se pode defender a criação de um partido nazista "sob nenhum pretexto". João Doria (PSDB), Alessandro Vieira (Cidadania) e André Janones (Avante) também condenaram, assim como os ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes.

Entidades como a Confederação Israelita do Brasil, o grupo Judeus pela Democracia, a Federação Israelita de São Paulo e o Museu do Holocausto criticaram Monark. "Defender o nazismo não é liberdade de expressão", afirmou a embaixada da Alemanha no Brasil. ●

LEVY TELES, DAVI MEDEIROS, GUSTAVO QUEIROZ, NATÁLIA SANTOS E WESLLEY GALZO

Investigações

Moraes autoriza PF a usar inquérito contra Bolsonaro

Ministro determina o compartilhamento de provas sobre o vazamento de dados sigilosos com apuração das milícias digitais

RAYSSA MOTTA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem o compartilhamento de provas do inquérito sobre o vazamento de investigação sigilosa pelo presidente Jair Bolsonaro com a apuração que mira a atuação de milícias digitais. A decisão atendeu a um pedido da delegada federal Denisse Ribeiro Dias Rosas, responsável pelas duas investigações.

Na avaliação do ministro, as semelhanças encontradas até o momento justificam o intercâmbio do material. "Verifico a pertinência do requerimento da autoridade policial, notadamente em razão da identidade de agentes investigados nestes autos e da semelhança do modus operandi das condutas aqui analisadas com as apuradas nos inquéritos 4.874/DF e 4.888/DF, ambos de minha relatoria", escreveu Moraes.

'Milícias digitais'
Investigação levou à prisão do ex-deputado Roberto Jefferson por ataques à democracia

No primeiro inquérito, que apura o vazamento ilegal de investigação relativa a uma tentativa de ataque hacker aos sistemas internos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Polícia Federal concluiu que Bolsonaro cometeu crime ao divulgar o conteúdo nas redes sociais. O material foi usado pelo presidente durante transmissão ao vivo para defender o voto impresso e colocar sob suspeita, sem provas, a segurança das urnas eletrônicas. O chefe do Executivo, no entanto, não foi indiciado em razão de seu foro privilegiado.

No relatório final da investigação, Denisse Rosas relaciona a atuação do presidente ao inquérito das milícias digitais. "O modo de agir é correlato", escreveu ela ao pedir o compartilhamento do material. Há duas semanas, Bolsonaro desobedeceu a determinação de Moraes e não compareceu para prestar depoimento no inquérito do vazamento.

DIGITAL. A investigação das milícias digitais é derivada do inquérito dos atos antidemocráticos. Foi no âmbito dela que Moraes autorizou, em agosto do ano passado, a prisão do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB). A suspeita é de uma organização criminosa "de forte atuação digital, com a nítida finalidade de atentar contra a democracia e o estado de direito". ●

Em Pernambuco

Presidente volta a chamar nordestino de 'pau de arara'

ROGERIO MARINHO-TWITTER BYLINE

Bolsonaro e o ministro Rogério Marinho em Salgueiro (PE)

No mesmo dia em que se tornou alvo de notícia-crime por se referir a nordestinos como "pau de arara", o presidente Jair Bolsonaro voltou a usar, ontem, termos considerados preconceituosos. "Eu sempre me referi, entre amigos... Cabra da peste, pau de arara. Me chamam de alemão também. Arataca, cabeçudo. Pô, é isso aí", diz o presidente em vídeo gravado em Salgueiro (PE), onde inaugurou trechos da transposição do São Francisco.

A notícia-crime foi apresentada pelo advogado João Arnaldo Novaes, pré-candidato ao governo de Pernambuco pelo PSOL, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Durante live, na semana passada, Bolsonaro usou o termo "pau de arara" após perguntar a auxiliares a origem de Padre Cícero, antigo vigário de Juazeiro do Norte (CE). Na ação ao Supremo, o advogado pede que o vídeo seja tirado do ar e que a Procuradoria-Geral da República seja intimada a analisar o caso.

Bolsonaro deve cumprir agenda no Nordeste até hoje. Ele aproveitou o discurso para defender sua gestão e criticar governos petistas. Segundo ele, com o dinheiro desviado por corrupção seria possível fazer "50 transposições" do São Francisco. "Com o PT não ia sair nunca essa obra aqui", afirmou. A transposição começou em 2007, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. A obra de infraestrutura deve ser concluída integralmente em 2024. ● EDUARDO GAYER E R.M.

Crise na Europa

Rússia ignora diplomacia e envia navios de guerra ao Mar Negro

Em visita à Ucrânia, Macron diz ter recebido garantias de Putin de que não haverá conflito, mas Moscou nega qualquer acordo com a França

AFP

Macron (E) ao lado de Zelenski em Kiev; corrida contra o tempo para evitar uma guerra na Ucrânia

MOSCOU

A passagem do presidente francês, Emmanuel Macron, por Moscou e Kiev parece ter ganhado tempo, mas não mudado a posição da Rússia a respeito da Ucrânia. Ontem, Moscou enviou seis navios de guerra para o Mar Negro para exercícios navais. Segundo a agência de notícias Interfax, a decisão foi tomada antes da crise.

A costa da Ucrânia está voltada para o Mar Negro – incluindo a Crimeia, região que a Rússia anexou dos ucranianos em 2014. Ao norte está Belarus. A leste, a Rússia. O anúncio foi feito um dia após o ministro da Defesa ucraniano, Oleksii Reznikov, anunciar que o país realizará dez dias de exercícios militares, com drones e mísseis antitanque, em resposta às atividades russas em Belarus.

Ontem, soldados americanos começaram a desembarcar na Romênia, país que é o membro da Otan mais próximo da área de tensão, faz fronteira com a Ucrânia e também tem saída para o Mar Negro.

MANOBRAS. Enquanto a Rússia movimenta suas tropas, Macron reforça suas investidas diplomáticas para tentar resolver o impasse. Ontem, o presidente francês disse que a crise na Ucrânia pode levar meses para ser resolvida, mas que houve avanço nesta semana, o que aumentou as esperanças de estabilizar a situação.

Ontem, Macron se encontrou com o presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, em Kiev, um dia depois de realizar uma reunião de cinco horas com o russo Vladimir Putin em Moscou. Segundo o presidente francês, ele recebeu garantias de Putin de que "não haverá degradação ou escalada" na crise ucraniana.

Apesar disso, Macron reconheceu que até agora não conseguiu um acordo para diminuir as tensões na região. "Não acredito que esta crise possa ser resolvida com algumas horas de discussões."

O Kremlin disse ontem que havia "sementes de razão" nas propostas que Macron apresentou a Putin, mas o porta-voz do governo russo, Dmitri Peskov, rejeitou relatos de que os dois líderes chegaram a qualquer tipo de acordo para diminuir a crise. "Putin está preparado para continuar negociando a segurança da Rússia na Europa Oriental", disse Peskov. "Até agora, não sentimos que nossos colegas ocidentais levaram nossas preocupações em consideração."

As exigências da Rússia – cessar a expansão da Otan e retirar tropas da Europa Oriental – foram consideradas inaceitáveis pelos EUA e pela Europa. Na segunda-feira, Putin manteve o Ocidente em alerta ao não descartar a possibilidade de invadir a Ucrânia e alertar para uma guerra em grande escala na região. Ele disse que falaria com Macron novamente por telefone depois que o presidente francês se encontrasse com Zelenski.

Diplomacia
Até agora, todas as exigências da Rússia foram consideradas inaceitáveis pelos EUA e pela Europa

As negociações devem continuar nos próximos dias. Depois de Kiev, Macron seguiu para Berlim, onde se reuniu com o chanceler alemão, Olaf Scholz, e com o presidente da Polônia, Andrzej Duda, outro integrante da Otan. Após o encontro, Scholz disse que Alemanha, França e Polônia estão "unidas" em seu objetivo de preservar a paz na Europa. "A manutenção da paz deve ser feita através da diplomacia e de mensagens claras, assim como da vontade comum de agir juntos", afirmou o chanceler alemão.

OBJETIVOS. Até agora, no entanto, é Macron que assumiu o protagonismo das negociações com Putin. O presidente francês tem pela frente uma eleição presidencial em abril e vem usando bem sua posição de estadista para marcar alguns pontos na França.

O Kremlin, por sua vez, tem usado a crise para negociar sua antiga queixa relacionada à expansão da Otan. Moscou rejeita qualquer possibilidade de entrada da Ucrânia na aliança atlântica – adesão foi apresentada pela primeira vez em 2008 e, mesmo antes da crise, não havia qualquer sinal de que ela seria aceita. ● NYT, WP, AP e REUTERS

Putin opera com o próprio calendário, que pode ser longo

ANÁLISE

ANTON TROIANOVSKI
THE NEW YORK TIMES

A crise ucraniana chegou para ficar. O presidente russo, Vladimir Putin, atrela cada vez mais seu legado à reversão da guinada pró-Ocidente da Ucrânia. Mesmo se Putin não ordenar uma invasão neste inverno, ele está deixando claro que manterá a pressão, apoiado pela ameaça da força, pelo tempo que achar necessário para conseguir o que deseja.

Mas até agora os líderes ucranianos recusaram-se a fazer concessões para Putin, e o Ocidente considera a demanda do Kremlin por uma esfera russa de influência no Leste Europeu inviável. Isso transforma a melhor das hipóteses num árduo caminho diplomático, extenso e perigoso, na direção de um difícil acordo – um processo que poderia consumir recursos e atenção do Ocidente por vários meses.

"Creio que veremos esta crise entre nós, em variadas formas, por todo o ano de 2022, pelo menos", afirmou Andrei Sushentsov, diretor da escola de relações internacionais do Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou.

SEGURANÇA. Sushentsov descreveu o atual impasse como o primeiro passo de um prolongado esforço russo de forçar o Ocidente a concordar com uma nova arquitetura de segurança para o Leste Europeu, como a caracterização do início de uma fase com apostas mais altas no antigo conflito da Rússia com o Ocidente, visão cada vez mais comum nos círculos de política externa em Moscou.

O objetivo da Rússia, de acordo com Sushentsov, é manter a ameaça de guerra sempre presente e, desta maneira, forçar negociações que autoridades ocidentais haviam evitado.

O analista militar russo Ruslan Pukhov afirmou que, mesmo se o Ocidente e a Ucrânia fizessem concessões suficientes nas próximas semanas para evitar um conflito armado, isso provavelmente não deixaria a Rússia satisfeita no longo prazo, acrescentando que uma nova ameaça de guerra poderia ocorrer no próximo ano.

"O Ocidente simplesmente não entende o quanto isso é uma questão de vida e morte para nós", afirmou Pukhov, que dirige o Centro para Análises de Estratégias e Tecnologias. "A Ucrânia na Otan, do meu ponto de vista ou da Rússia, seria comparável a uma guerra nuclear." ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

É CHEFE DA SUCURSAL DO 'NEW YORK TIMES' EM MOSCOU

Virada do Uruguai rumo à lei e à ordem

Pacote legislativo tem implicações abrangentes, incluindo restrições à liberdade de expressão

ARTIGO

EZEQUIEL GONZÁLEZ CAMAÑO
AMERICAS QUARTERLY

Desde seu retorno à democracia, em 1984, o Uruguai é louvado como um milagre democrático na América Latina, colocando-se dez posições à frente dos EUA no Democracy Index de 2020, da *Economist*. Agora, a democracia uruguaia está novamente no noticiário, mas desta vez após uma eleição presidencial, em 2019, que teve segurança pública como foco, com um ponto de interrogação nas manchetes.

Após um pico nas taxas de criminalidade, com homicídios subindo 46% e atingindo uma alta recorde em 2018, a segurança pública foi uma grande preocupação na eleição presidencial de 2019. Uma "coalizão multicolorida" sob o comando do então candidato Luis Lacalle Pou criticou a inação do governo da Frente Ampla e fez campanha por um "choque de segurança", por meio de um programa de combate à crise de segurança pública.

Após a eleição, a coalizão do presidente Lacalle Pou proclamou uma forte autoridade para realizar reformas, incluindo no código penal. Em julho de 2020, a legislatura aprovou um projeto abrangente, de 476 artigos – a Lei de Urgente Consideração (LUC) – com a intenção de cumprir o objetivo. Mas a legislação rendeu ao Uruguai uma surpreendente reprovação de três enviados especiais da ONU, enquanto protestos irromperam, levando ativistas às ruas. Agora, a oposição organiza um referendo, em 27 de março, que pode derrubar as provisões mais controvertidas da LUC.

PREOCUPAÇÕES. A lei de Lacalle Pou endurece sentenças e limita chances de relaxamento de prisão, prevê mais poderes para desmantelar protestos e detenção de qualquer um que obstrua ou "insulte" policiais. A lei declara ilegítimo qualquer protesto que "impeça a livre circulação de pessoas, bens ou serviços", independentemente de ocorrerem em espaço público ou privado. "Em comparação a governos anteriores, a LUC empodera significativamente a polícia", afirma Diego Luján, cientista político da uruguaia Universidade da República.

A lei ainda determina a criação do Secretaria de Inteligência Estratégia do Estado, ligada ao Poder Executivo, consolidando várias organizações de inteligência dos ministérios da Defesa e do Interior – e concedendo poder ao novo órgão para requerer "a informação que considere necessária" de agências do governo e até cidadãos privados sem nenhuma ordem judicial formal.

Augusto Gregori, diretor de inteligência do governo do ex-presidente José Mujica, compara essa nova secretaria ao sistema de coleta de inteligência da ditadura cívico-militar que vigorou entre 1973 e 1984. "Isso não tem a ver com inteligência de Estado, tem a ver com segurança interna", afirma. "E, uma vez que (essa secretaria) começar a funcionar, a caixa de Pandora se abre."

Muitos cientistas políticos, incluindo intelectuais como Juan Pablo Cajarville e Pablo Rodríguez Almada, afirmam que a LUC é inconstitucional e a qualificam como uma violação à independência entre os poderes, pois a lei determina um poder maior ao Executivo do Uruguai. Para o ex-presidente José Mujica, as mudanças rapidamente implementadas pela LUC ameaçam a "estabilidade institucional" do país. "É um verdadeiro terremoto", afirmou.

ANDRES CUENCA OLAONDO/REUTERS

Protesto contra violência em Montevidéu; criminalidade em alta

Para José Mujica, mudança da lei ameaça estabilidade institucional no Uruguai

Por outro lado, Lacalle Pou criticou repetidamente a oposição, reiterando que conquistou seu mandato, em 2019, para empreender mudanças significativas: "Ninguém pode estar surpreso. Fizemos campanha falando disso (da LUC)".

Ainda assim, até mesmo as estratégias da reforma são contestadas. Leis de Urgente Consideração foram usadas várias vezes, mas sempre mirando temas específicos e pontuais, como a criação do Ministério de Desenvolvimento Social, em 2005, e a modificação dos impostos sociais, em 1992. "O elemento mais perturbador é fazer quase a totalidade do programa de governo passar por um mecanismo que deveria ser excepcional", afirmou Luján.

A maioria no Parlamento que o presidente detém lhe permitiu aprovar a lei rapidamente, mas um movimento liderado pelo partido opositor Frente Ampla e pelo maior sindicato do país (PIT-CNT) recolheu assinaturas de mais de 25% dos uruguaios para convocar um referendo. Em vez de buscar derrubar inteiramente a LUC, porém, o referendo busca a aprovação de apenas 135 artigos da lei – menos de um terço.

Juntamente com as preocupações sobre a qualidade da democracia uruguaia, o destino do pacote de reforma de Lacalle Pou está intimamente ligado a seu futuro político. Para Francisco Panizza, cientista político uruguaio ligado à London School of Economics, o governo, provavelmente, terá de ser bem-sucedido no referendo se espera manter sua coalizão intacta e realizar qualquer parte de sua agenda. "Entre a pandemia e a LUC, o governo deve mostrar que é capaz de fazer alguma coisa."

COALIZÃO. A votação está marcada para 27 de março, mas quase 70% dos uruguaios ainda não conhecem o conteúdo da lei. A jornalista Carina Novarese estima que "a maioria dos uruguaios não está interessada nos detalhes da LUC, pois eles não a compreendem. A lei, seus efeitos – tudo está nebuloso."

Segundo a empresa de pesquisas Nómade, 49% da população desaprova as provisões contestadas e 41% é favorável a mantê-las. Eleitores indecisos estão no centro da atual campanha, com 9% da população dividida entre ambos os campos. O governo suspendeu todas as outras iniciativas até a votação.

No entanto, ainda que a LUC represente desafios significativos no longo prazo para o Uruguai, Novarese afirma que o país tende a se fortalecer após referendos, mesmo em disputas sobre temas contenciosos, como em 2009, que revogou a anistia a oficiais militares da era da ditadura. "No fim, a voz do povo é ouvida; não é provável haver caos de nenhuma maneira." ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

É EDITOR-ASSISTENTE DA 'AMERICAS QUARTERLY'

EUA

Estados democratas suspendem uso de máscara

NOVA YORK

Vários Estados governados por democratas nos EUA anunciaram ontem que deixarão de exigir o uso de máscaras em ambientes fechados e escolas em razão da queda nos casos de coronavírus. A medida segue uma tendência que começa a considerar a covid como parte do cotidiano.

O uso da máscara deu origem a uma batalha política entre governadores democratas, que decretaram o uso obrigatório dela como medida de proteção, enquanto as autoridades republicanas de Estados como Texas ou Flórida o rejeitaram.

O governador da Califórnia, Gavin Newsom, anunciou, na segunda-feira que, a partir do dia 15, as pessoas vacinadas não precisarão mais usar máscaras em ambientes fechados. "Os casos na Califórnia caíram 65% desde o pico da onda Ômicron. As hospitalizações se estabilizaram no Estado", tuitou Newsom.

O anúncio ocorre depois que o governador democrata de New Jersey, Phil Murphy, anunciou que, a partir de 7 de março, não será mais obrigatório o uso de máscaras nas escolas. Em Connecticut, o governador Ned Lamont recomendou que as escolas deixem de exigir o uso da máscara a partir do dia 28. Em Nova York, epicentro da pandemia em 2020, as autoridades ainda não anunciaram planos para deixar a obrigatoriedade de uso de máscara. ● AFP

Malvinas

Brasil defende pouso de aviões britânicos

BRASÍLIA

O Brasil defendeu ontem sua decisão de permitir que aviões militares britânicos em rota para as Malvinas pousem em aeroportos brasileiros. A permissão incomodou a Argentina. Em nota à Reuters, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil disse que, embora apoie as reivindicações de soberania da Argentina sobre as ilhas, esse apoio não afeta sua "importante parceria" com o Reino Unido.

O embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli, reclamou, na semana passada, do aumento de voos com escala no Brasil a caminho das Malvinas. Scioli disse que houve sete voos da Força Aérea britânica em janeiro. ● REUTERS

Canadá

Protesto fecha ponte na fronteira com EUA

Governo canadense acusa republicanos dos EUA, incluindo o ex-presidente Donald Trump, de incitarem manifestações ilegais

OTTAWA

Caminhoneiros interromperam ontem o tráfego na ponte mais movimentada da América do Norte e principal passagem terrestre entre Canadá e EUA. A manifestação é uma extensão do protesto contra a obrigatoriedade da vacina para motoristas de caminhão, que começou na capital Ottawa e se espalhou pelo país.

Na noite de segunda-feira, os primeiros caminhoneiros começaram a bloquear a Ponte Ambassador, que liga as cidades de Detroit, no Estado americano de Michigan, a Windsor, na província canadense de Ontário. Ontem, a entrada para o Canadá foi totalmente interrompida, enquanto o fluxo para os EUA ocorria a conta-gotas. Diariamente, 8 mil caminhões cruzam a ponte, que movimenta cerca de 27% do comércio entre Canadá e EUA.

Bloqueio de passagem
Pela Ponte Ambassador, entre Detroit e Windsor, passam 27% do comércio entre EUA e Canadá

Ottawa permanece bloqueada por centenas de veículos do chamado "Comboio da Liberdade". Para encontrar uma "solução pacífica" para o impasse, os manifestantes exigem uma reunião com todos os líderes políticos do país – exceto o primeiro-ministro, Justin Trudeau, que subiu o tom contra os caminhoneiros. "Alguns indivíduos estão tentando estrangular nossa economia, nossa democracia e a vida cotidiana de nossos cidadãos. Isso tem de parar", disse o premiê, em discurso ao Parlamento.

Trudeau reconheceu que "a pandemia tem sido um estorvo" e "todos estão cansados de usar máscaras e de seguir restrições sanitárias". No entanto, ele lembrou que o Canadá tem uma das taxas de vacinação mais altas do mundo e pediu que a população continue confiando na ciência. "Aqueles que gritam uns com os outros por causa do uso de máscara não definem o que é a maioria dos canadenses", disse.

FATOR TRUMP. O governo canadense demonstrou ontem incômodo com o fato de muitos líderes do Partido Republicano, incluindo o ex-presidente Donald Trump, demonstrarem apoio aos protestos, o que seria uma interferência estrangeira em um assunto sensível no país vizinho. Trump chamou Trudeau de "lunático de extrema esquerda" que vem "destruindo o Canadá".

Outros republicanos, incluindo o governador da Flórida, Ron DeSantis, e o procurador-geral do Texas, Ken Paxton, criticaram o site de crowdfunding GoFundMe, que suspendeu a arrecadação de fundos para os protestos, alegando que o financiamento era ilegal. "O governo não tem direito de forçar as pessoas a cumprir obrigatoriedades arbitrárias", disse o senador republicano Ted Cruz.

Autoridades canadenses responderam com irritação. O ministro da Segurança Pública do Canadá, Marco Mendicino, disse que a vida dos canadenses não é da conta do procurador-geral do Texas. Dominic LeBlanc, ministro de Assuntos Intergovernamentais, acusou os republicanos de incitarem a desordem e de financiarem entidades que não respeitam a lei canadense.

AGENDA. A motivação inicial dos protestos foi a determinação do governo de que os caminhoneiros que cruzavam a fronteira entre EUA e Canadá precisariam ser totalmente vacinados. Em pouco tempo, porém, o protesto se tornou contra a obrigatoriedade da vacina de uma maneira geral. Agora, muitos já exigem a renúncia de Trudeau. "Peço desculpas se estou atacando demais o cara (*Trudeau*), mas sinceramente, na minha avaliação, ele tem uma mente calibre 22 em um mundo calibre 357", disse Tom Marazzo, ex-militar e porta-voz dos manifestantes. "Precisamos negociar com alguém que realmente se importe com o Canadá." ● NYT, WP e AP

DANIEL MEARS /DETROIT NEWS VIA AP

Fronteira com EUA; manifestações se espalham pelo Canadá

Saúde

ANS suspende venda de empresa que controla planos da Amil em PR, RJ e SP

Diretoria colegiada da agência veta a operação, que afeta a concorrência do setor; clientes reclamam de dificuldades no atendimento após a transferência de convênio

JULIA AFFONSO
BRASÍLIA
JOSÉ MARIA TOMAZELA
SOROCABA

A diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu ontem a venda da APS (Assistência Personalizada à Saúde), que controla 337 mil planos de saúde individuais da Amil, para a Fiord Capital, empresa de reestruturação financeira. Controlada pela americana UnitedHealth, a Amil pagou R$ 3 bilhões para a Fiord, do empresário sérvio Nikola Lukic, ficar com a carteira de clientes do Paraná, Rio e São Paulo. Desde 1.º de janeiro, 337.459 beneficiários de planos individuais e familiares foram transferidos e o veto ocorre no momento em que queixas sobre atendimento já chegam à Justiça.

"Nossa maior preocupação é com o consumidor. Não pode haver, em hipótese alguma, a interrupção da prestação de assistência aos beneficiários da carteira da APS", afirmou em nota oficial o diretor-presidente da ANS, Paulo Rebello. O argumento da agência é de que só tinha autorizado a transferência da carteira de clientes para a APS, em dezembro, mas não tinha dado aval para o negócio com a Fiord que envolve ainda quatro hospitais da Amil em São Paulo e Curitiba.

Neste mês, a Fiord assumiu o controle da APS, que deixou de fazer parte do grupo UnitedHealtH. A APS ainda transferiu sua carteira de planos coletivos (empresariais e por adesão) para outra empresa, a Sobam, que faz parte do UnitedHealth Group. O diretor de Desenvolvimento Setorial substituto na ANS, Cesar Serra, é casado com a advogada Virgínia Rodarte, que atuou para a Amil e o grupo UnitedHealthGroup. Ao **Estadão** ela disse que não atuou nesse caso específico. Ele se declara impedido de atuar nos processos da Amil ou de qualquer outro cliente da sua mulher.

O Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS) criticou a transferência da carteira de clientes. Ainda ontem, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) pediu que a ANS apresente a decisão que autoriza a transferência dos planos individuais da Amil para a APS. De acordo com o Idec, não se sabe que garantias foram apresentadas pelas operadoras para atestar a capacidade da APS de absorver os contratos da Amil – que representam 3,74% dos planos individuais e familiares do Brasil.

"A Amil afirmou que nada mudaria do ponto de vista assistencial, já que a APS fazia parte de seu mesmo grupo empresarial", afirma Ana Carolina Navarrete, advogada e coordenadora do programa de Saúde do Idec. "Centenas de milhares de consumidores foram empurrados de mão em mão pela United Health como se fossem um fardo, e isso é inaceitável."

Perguntas & Respostas

Saiba quais os direitos de quem teve o plano de saúde transferido

Os hospitais e laboratórios que me atendem foram descredenciados. O que posso fazer?
A operadora pode alterar sua rede credenciada, desde que seja autorizada pela ANS e informe os beneficiários. No entanto, só é permitida a substituição de entidade hospitalar por outra equivalente, desde que comunicada com 30 dias de antecedência. Se o usuário se considerar prejudicado, além de fazer reclamação específica à ANS, apontando o serviço descredenciado, ele pode entrar na Justiça.

Posso pedir reembolso?
Se houve recusa em atendimento previsto no contrato anterior e não foi oferecida opção equivalente, o consumidor deve pedir o reembolso à Amil.

Tenho doença grave. Como posso fazer para continuar meu tratamento?
Os tratamentos em curso não podem ser interrompidos. Caso haja problemas, o usuário deve acionar a ANS e, se necessário, a justiça.

Onde posso reclamar?
Os canais de atendimento são: Disque ANS – 0800 701 9656; Fale Conosco em www.gov.br/ans; e Central de Atendimento a Deficientes Auditivos – 0800 021 2105. O usuário também pode reclamar aos Procons de seu estado de residência (SP, PR e RJ).

PROBLEMAS. Com plano de saúde familiar da Amil contratado há 26 anos, o aposentado S., da cidade de São Paulo, foi surpreendido ao saber que os hospitais e laboratórios que sua família mais utilizava foram descredenciados pela operadora. Com 74 anos e um problema recorrente de coágulos no sangue, ele, a mulher de 66 anos e uma filha de 22, com diagnóstico de esquizofrenia, dependiam desses hospitais e laboratórios para consultas e atendimento de urgência. O descredenciamento foi durante a transferência dos planos de saúde da Amil para a APS. Ele recorreu à Justiça. Em 27 de janeiro, a juíza Andrea Trigo, da 2.ª Vara do Juizado Especial Cível de Santo Amaro, na capital, deu prazo de dez dias para que a Amil recredencie os Hospitais Samaritano Paulista, Paulistano, Vitória – Anália Franco, Alvorada – Moema e os laboratórios Delboni, Salomão Zoppi e Hermes Pardini com as mesmas coberturas e nos moldes do plano contratado pelo aposentado.

A Amil, que vai recorrer, alegou na contestação que o cliente não ficou desassistido, pois o descredenciamento foi parcial, havendo outros hospitais e laboratórios em condições de dar o atendimento. Lembrou ainda que não é obrigada a manter aqueles hospitais na rede, havendo outros que podem prestar a assistência adequada. Já a magistrada entendeu que a Amil não demonstrou ter substituído as unidades descredenciadas por outras de mesmo padrão.

A mudança para a APS, segundo a operadora, não apresentou alterações para o consumidor, uma vez que os serviços e valores permaneceram os mesmos. Os detentores dos planos, no entanto, não concordam – alguns falaram ao **Estadão** sob a condição de anonimato. Só na página oficial da Amil em rede social, 39 associados postaram reclamações nos últimos 30 dias – oito na última semana.

Uma delas é de uma paciente de Osasco que fez cirurgia de tireoidectomia total em 2 de dezembro e iniciou o pós-operatório na Unidade Avançada Lapa do Hospital Metropolitano. Como o médico pediu biópsia, ela voltou para o hospital com o resultado apontando um câncer, mas não teve a consulta liberada porque o hospital havia sido descredenciado pela Amil. Já a aposentada V., de 71 anos, moradora da capital, contou que fazia tratamento e consultas no H.Olhos e, em casos de urgência, passava pelo pronto-socorro do hospital. Há 60 dias, quando teve uma emergência, procurou a unidade e soube do descredenciamento. "Fiquei possessa por estar com dor e sem poder passar pelo PS."

ESPECIALISTA. Conforme o advogado Elton Fernandes, especialista em Direito da Saúde e que assessorou S. na ação judicial, "a rede credenciada de um plano de saúde não é imutável, mas não se pode simplesmente tirar o usuário de um plano e passar para outro que não oferece as mesmas condições". Ainda mais, segundo ele, quando as mesmas operadoras usam a qualidade e disponibilidade da sua rede credenciada para atrair o consumidor e vender o plano.

Para a advogada Mérces Nunes, especialista em Direito Médico, o grande problema da transferência dos planos de saúde para a APS, segundo ela, é que a carteira da Amil é composta majoritariamente por idosos. "É agravante da operação, pois os idosos têm, ou deveriam ter toda a preferência.

A ANS informou que, mesmo com a transferência parcial da carteira da Amil para a APS, os termos dos contratos dos beneficiários continuam os mesmos. Beneficiários de outros Estados e de planos que não foram transferidos permanecem na Amil. "Os tratamentos em curso não podem ser interrompidos e os agendamentos de antes da transferência devem ser mantidos."

Em nota, a Amil reiterou que as movimentações na rede credenciada são inerentes à dinâmica da operação de planos de saúde e extensivas a todas as modalidades, incluindo os individuais, coletivos e por adesão. Procurada, a APS informou que, no período de transição, as questões relativas ao atendimento continuam sendo respondidas pela Amil. ● COLABOROU ROBERTA JANSEN

NOTAS E INFORMAÇÕES

Futuro roubado

Não é difícil avaliar o impacto negativo que a alfabetização tardia tem no desenvolvimento das crianças

Os impactos da pandemia de covid-19 sobre a educação só não são mais trágicos do que os que se abateram sobre as famílias dos mais de 630 mil brasileiros mortos em decorrência da doença. Para os que sofreram a perda de entes queridos, não há reparo possível. Para a educação, há, mas isso demandará um monumental esforço concentrado do governo, nas três esferas da administração, e da sociedade. Será necessária, sobretudo, a reconstrução do Ministério da Educação (MEC), reduzido a pó e mofo ideológico pela torpeza do presidente Jair Bolsonaro, que instrumentalizou a pasta para defender seus delírios anticomunistas e interesses eleitorais – não raro congruentes.

Um levantamento da organização Todos Pela Educação, publicado pelo **Estadão**, mostrou que o número de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever cresceu 66,3% entre 2019 e 2021. Em números absolutos, isso significa que, desde o início da pandemia, a quantidade de crianças que não foram alfabetizadas saltou de 1,43 milhão para 2,39 milhões. É um desastre. Não é difícil avaliar o desdobramento que terá a alfabetização tardia no desenvolvimento educacional dessas crianças.

Além desse problema, grave por si só, o levantamento do Todos Pela Educação, feito com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, lança mais luz sobre a profunda desigualdade social e econômica no Brasil, uma chaga que a pandemia de covid-19 só agravou. Entre as crianças mais pobres, o porcentual das que não sabiam ler e escrever saltou de 33,6% para 51% entre 2019 e 2021. A razão é de uma simplicidade revoltante: a imensa maioria das crianças mais pobres depende da educação pública. E sabe-se que a educação pública foi absolutamente negligenciada pelos governos federal, estaduais e municipais no curso da pandemia, ampliando ainda mais o abissal fosso que separa as crianças mais carentes das crianças que podem contar com as escolas particulares.

O levantamento do Todos Pela Educação também mostrou que a negligência com a educação pune mais as crianças pretas e pardas, em geral mais pobres e mais dependentes da educação pública. Os porcentuais de pretas e pardas que não sabiam ler e escrever saltaram, respectivamente, de 28,8% e 28,2% em 2019 para 47,4% e 44,5% em 2021. Entre as crianças brancas, houve prejuízos, mas em menor grau. Entre estas, o crescimento das que não leem nem escrevem foi de 20,3% para 35,1% no mesmo período.

“A educação precisa ser, de fato, prioritária na pauta política do País para que possamos mitigar esses efeitos”, escreveu Gabriel Corrêa, líder de políticas educacionais do Todos pela Educação, em análise para o **Estadão**. Ele tem razão. É urgente a coordenação entre o MEC e as Secretarias da Educação nos Estados e municípios para definição de políticas públicas de resgate da aprendizagem perdida. Não será um esforço trivial, mas, se a educação não sair do campo dos discursos e passar para o campo da ação, triste é o futuro que o País tem à frente. ●

Pandemia do coronavírus

Estudo pós-covid mostra prevalência de depressão, ansiedade e estresse

Em estudo no HC, mais da metade relata declínio da memória e testes indicam perdas cognitivas relevantes entre os infectados

KARINA TOLEDO
AGÊNCIA FAPESP

Em estudo feito com 425 pacientes que se recuperaram das formas moderada e grave da covid-19, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) observaram alta prevalência de déficit cognitivos e transtornos psiquiátricos. As avaliações foram conduzidas no Hospital das Clínicas entre seis e nove meses após a alta hospitalar.

Mais da metade (51,1%) dos participantes relatou ter percebido declínio da memória depois da infecção e outros 13,6% desenvolveram transtorno de estresse pós-traumático. O transtorno de ansiedade generalizada foi diagnosticado em 15,5% dos voluntários, e em 8,14% deles o problema surgiu após a doença. Já o diagnóstico de depressão foi estabelecido para 8% dos pacientes – em 2,5% deles somente no período posterior à internação.

Os resultados completos da pesquisa, que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), foram divulgados na revista *General Hospital Psychiatry*. “Um dos principais achados é que nenhuma das alterações cognitivas ou psiquiátricas observadas nesses pacientes se correlaciona com a gravidade do quadro. Também não vimos associação com a conduta clínica adotada no período de hospitalização ou com fatores socioeconômicos, como perda de familiares ou prejuízos financeiros durante a pandemia”, comenta Rodolfo Damiano, médico residente do Instituto de Psiquiatria e primeiro autor do artigo.

SEQUELAS. O estudo integra um projeto mais amplo, coordenado pelo professor da Faculdade de Medicina da USP Geraldo Busatto Filho, no qual um grande grupo de pessoas atendidas no HC em 2020 e 2021 vem sendo acompanhado em diversas áreas, entre elas otorrinolaringologia, fisiatria e neurologia, a fim de avaliar sequelas do SARS-CoV-2.

O trabalho foi orientado pelo professor da Faculdade de Medicina da USP Eurípedes Constantino Miguel Filho. “Uma de nossas preocupações era entender se esse vírus e a doença por ele causada têm impacto no longo prazo, produzindo manifestações tardias no sistema nervoso central.” ●

TABA BENEDICTO/ESTADÃO

Atendimento na capital; trabalho analisa impactos a longo prazo

AGENDA COVID

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

633.894	1.174	823	167.363.542	26.775.419	170.282	23.101.660
TOTAL DE MORTES	NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	TOTAL DE VACINADOS	TOTAL DE TESTES POSITIVOS	NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	NÚMERO DE RECUPERADOS**

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.
https://bityli.com/7JErsR

Cronograma da vacinação

São Paulo
Os mega drive thrus ficam abertos das 8h às 17h para a vacinação de adolescentes e adultos na capital paulista. As Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e as AMAs/UBSs Integradas, que também atendem crianças, funcionam das 7h às 19h.

Rio de Janeiro
Nesta quarta-feira, crianças de 5 anos ou mais podem ser imunizadas em todos os postos.

Curitiba
Nesta quarta-feira, Curitiba realiza a repescagem para crianças nascidas em 2013 e 2014, crianças entre 5 e 11 anos completos com comorbidades e pessoas com 12 anos completos ou mais. Também convoca para a terceira dose os imunossuprimidos com 18 anos ou mais já chamados anteriormente pela prefeitura.

São José do Rio Preto
Adultos com 18 anos ou mais que tomaram a 2.ª dose há 122 dias devem procurar a unidade de saúde para a terceira dose. A imunização também é feita para os demais grupos elegíveis. ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE:	MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
	16° (75%)	25° (50%)	18° (70%)	4 MM	50%

QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
17°/25°	17°/26°	19°/27°	18°/28°

SOL

NASCENTE: 5H50
POENTE: 18H50

LUA: **NOVA**

NOVA	1/02 2H49
CRESCENTE	8/02 10H51
CHEIA	16/02 13H58
MINGUANTE	23/02 19H34

Estado de SP

● A chance de chuva diminui, mas a temperatura vai continuar amena e o céu encoberto.

Tábuas das marés: Porto de Santos

13 nós SE — 1,0 m

HOJE		
0h29	↑	0,8
4h07	↓	0,7
6h51	↑	0,8
10h49	↓	0,7

QUINTA, 10		
0h35	↑	1,0
5h43	↓	0,7
9h57	↑	0,8
18h11	↓	0,6

SEXTA, 11		
0h48	↑	1,1
6h22	↓	0,6
11h57	↑	0,9
18h58	↓	0,5

SÁBADO, 12		
1h05	↑	1,3
6h53	↓	0,5
12h20	↑	1,1
19h03	↓	0,4

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	22°/31°	MACEIÓ	24°/32°
BELÉM	23°/32°	MANAUS	24°/29°
BELO HORIZONTE	18°/25°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	24°/36°	PALMAS	22°/32°
BRASÍLIA	18°/26°	PORTO ALEGRE	18°/29°
CAMPO GRANDE	18°/31°	PORTO VELHO	23°/30°
CUIABÁ	22°/32°	RECIFE	25°/31°
CURITIBA	18°/24°	RIO BRANCO	22°/31°
FLORIANÓPOLIS	21°/28°	RIO DE JANEIRO	20°/26°
FORTALEZA	24°/32°	SALVADOR	24°/31°
GOIÂNIA	19°/27°	SÃO LUÍS	24°/30°
JOÃO PESSOA	22°/32°	TERESINA	22°/33°
MACAPÁ	23°/31°	VITÓRIA	23°/29°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	19°/36°	MÉXICO	-3	12°/20°
ATENAS	5	5°/11°	MIAMI	-2	16°/22°
BARCELONA	4	9°/15°	MONTEVIDÉU	0	17°/23°
BERLIM	4	8°/9°	MOSCOU	6	-8°/-1°
BRUXELAS	4	8°/10°	NOVA YORK	-2	-1°/6°
BUENOS AIRES	0	20°/25°	PARIS	4	4°/12°
CARACAS	-1	19°/28°	ROMA	4	5°/15°
CHICAGO	-2	-1°/2°	SANTIAGO	0	16°/31°
ESTOCOLMO	4	1°/5°	SYDNEY	14	18°/32°
GENEBRA	4	-4°/5°	TEL-AVIV	5	9°/16°
JOHANNESBURGO	5	20°/28°	TÓQUIO	12	4°/8°
LIMA	-2	19°/20°	TORONTO	-2	-4°/2°
LISBOA	3	8°/20°	WASHINGTON	-3	0°/10°
LONDRES	3	9°/11°			
LOS ANGELES	-5	17°/27°			
MADRI	4	8°/15°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Pandemia do coronavírus

Com mais de mil mortes, Brasil tem maior registro diário desde 10 de agosto

Média de óbitos, que já foi de 100 este ano, agora passa de 800; para especialista, carnaval deve ser foco de preocupação

PAULO FAVERO

O Brasil registrou 1.174 novas mortes pela covid-19 ontem, a pior marca desde 10 de agosto. A média semanal de vítimas, que elimina distorções entre dias úteis e fim de semana, ficou em 823, sendo o maior registro na média desde 17 de agosto do ano passado. Os dois números mostram um crescimento nos óbitos.

No início de janeiro, o Brasil estava com a média móvel de mortes abaixo de 100. Agora, ela saltou para mais de 800, número que não ocorria desde agosto. Para piorar, em números absolutos foi a segunda vez em cinco dias que o País superou o registro de mil mortes em 24 horas. Na sexta, o relato havia sido de 1.074 mortes.

"O que está acontecendo é um aumento muito grande dos casos, por causa da Ômicron. É uma linhagem que tem capacidade de infectar pessoas já vacinadas e capacidade bem grande de transmissão. Então, com esse aumento bem rápido no número de casos, a quantidade de mortes também aumentou", explica o médico sanitarista André Ricardo Ribas de Freitas, professor de epidemiologia da Universidade São Leopoldo Mandic e doutor pela Unicamp.

Desde a chegada da variante Ômicron no Brasil, o número de contaminações bate recordes. "A Ômicron causa quadros mais brandos, principalmente em quem está vacinado, e o Brasil tem uma cobertura vacinal razoável. Então era esperado que a o número de óbitos aumentasse também após uma alta nas contaminações, mas acredito que possa começar a cair nas próximas semanas", avalia o professor.

Mas ele reforça que agora o carnaval é um motivo de preocupação, por causa do contato mais próximo entre as pessoas. "Temos de cuidar. A doença não está totalmente controlada, mas é diferente daquele surto que ocorreu com a Gama, que é mais letal, e as pessoas não estavam vacinadas na época, só uma parte dos idosos. A gente sabe que o risco para as pessoas não vacinadas é maior, para qualquer linhagem. E, no caso da Ômicron, a terceira dose ajuda a proteger mais", diz.

Ontem, o número de novas infecções notificadas foi de 170.282. No total, o Brasil tem 633.894 mortos e 26.775.419 casos da doença. Os dados diários do Brasil são do consórcio de veículos de imprensa formado por **Estadão**, G1, *O Globo*, *Extra*, *Folha* e UOL em parceria com 27 secretarias estaduais de Saúde.

O Estado de São Paulo registrou 445 mortes por coronavírus ontem. Outros oito Estados superaram a barreira de 30 óbitos: Rio Grande do Sul (105), Rio de Janeiro (89), Paraná (79), Bahia (64), Minas Gerais (56), Santa Catarina (48), Goiás (46) e Ceará (38). Já Roraima registrou apenas uma morte. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Problemas com limpeza e varrição de vias

Reclamação de Márcio M. Leonel: "Toda vez que vou ao centro de São Paulo e preciso estacionar minha moto na esquina da Rua Santa Rosa com a Avenida Mercúrio, eu me deparo com muito lixo no local. São essas vagas de estacionamento que a Prefeitura de São Paulo entrega aos motociclistas? É impossível parar em um local cheio de lixo. O problema é que está sempre da mesma forma. Gostaria de saber onde está a fiscalização."

Resposta: "A Prefeitura, por meio da SPRegula, informa que no local mencionado, entre a Rua Santa Rosa com a Avenida Mercúrio, a varrição é realizada três vezes ao dia. A Avenida Mercúrio recebe varrição mecanizada às segundas, quartas e sextas."

Denúncias: Em casos de falha no atendimento do serviço da coleta domiciliar comum ou reciclável e/ou para denúncias de munícipes que depositam os sacos de lixo nas vias antes do horário ligue para central de atendimento 156 da Prefeitura de São Paulo." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Observatório de S.Paulo

O sr. dr. Washington Luís, presidente do Estado, visitou hontem o Observatorio de São Paulo (...) Sua exa. teve occasião de observar a lua, com diversos augmentos dados pela grande equatorial Zeros, e apreciou os variosdetalhes e relevos do satellite com a cular de 534 ampliações. S.exa. ficou de examinar os typos mais adoptados de sismographos, pois tenciona prover o Observatorio, o mais breve possível, com um desses apparelhos. Ao que parece, será encomendado um sismographo do fabricante allemão Bosch (...) O apparelho permittirá ampliar os movimentos sismicos de 90 até 200 vezes... ●

CORREÇÕES

Falkland. No texto *Morre professor que desvendou os 'rios voadores' da Região Amazônica* (página A14, 8/2), a localização das Ilhas Falkland (Malvinas), que se encontram no Oceano Atlântico, foi informada de forma incorreta.

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)98123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria Adorada Quaiatti de Carvalho – Aos 91 anos. Era viúva de Helio José de Carvalho. Deixa os filhos Aparecida, Bernadete, Vladimir, Armando, Alexandre e Fernanda. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Leon Megrich – Aos 92 anos. Filho de Jacob Megrich e Zina Megrich. Era casado com Clara Etti Megrich. Deixa os filhos Sandra Megrich Segal, Arnaldo Megrich, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Israelita do Butantã.

MISSAS

Madre Isabel Sofia Siqueira – Hoje, às 18 horas, na Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Praça Honório Líbero, 90, Jardim Paulistano (7º dia).

Ana Aparecida do Nascimento Rocha (Cêda) – Hoje, às 18h30, na Paróquia Santíssimo Sacramento, na R. Tutóia, 1.125, Paraíso (7º dia).

Paulo Franco Neves – Dia 16, às 12 horas, na Paróquia São Pedro e São Paulo, na R. Circular do Bosque, 31, Cidade Jardim (1 ano).

Religião

Bento XVI pede desculpas; e nega acobertar padres

Em uma carta divulgada pelo Vaticano, o papa emérito Bento XVI pediu desculpas por casos de violência sexual contra crianças cometidas por clérigos, mas voltou a negar que tenha acobertado padres que cometeram abusos quando ele era arcebispo em Munique, na Alemanha. A publicação ocorre três semanas após a publicação de um relatório independente alemão que acusa Bento XVI de inação diante dos abusos cometidos no arcebispado de Munique. O papa emérito afirmou que nunca encobriu esses ataques quando tinha "importantes responsabilidades na Igreja Católica".

"Só posso expressar a todas as vítimas de abuso sexual minha profunda vergonha, minha grande dor e meu sincero pedido de perdão", disse o emérito, que vive recolhido em um mosteiro do Vaticano.

"Em todos os meus encontros com vítimas de abuso sexual por parte de padres percebi em seus olhos as consequências de uma grande culpa e aprendi a entender que nós mesmos caímos nessa grande culpa quando a negligenciamos ou quando não a enfrentemos com a necessária decisão e responsabilidade, como aconteceu e acontece muitas vezes", continuou, em sua carta. O cardeal Joseph Ratzinger foi arcebispo de Munique de 1977 a 1982 e papa de 2005 a 2013. "Minha dor é maior pelos abusos e erros que ocorreram durante o tempo de minha missão nos respectivos lugares", acrescentou, ao dizer-se "consternado".

Bento XVI está com 94 anos e tem enfrentado problemas de saúde. Na carta, diz ainda que, apesar de quaisquer erros que possa ter cometido, Deus seria o árbitro final. "Em breve, estarei diante do juiz final da minha vida. Embora possa ter muitos motivos de temor e medo quando olho para trás em minha longa vida, ainda assim me sinto feliz."

O relatório publicado na Alemanha sobre os abusos sexuais de menores nos arcebispados de Munique e Freising afirma que o então cardeal Ratzinger teria sido informado dos ataques cometidos pelo padre Peter Hullermann. Após o relatório alemão ser publicado pela primeira vez, Bento XVI reconheceu ter estado em uma reunião em 1980 sobre um caso de abuso sexual enquanto era arcebispo de Munique, dizendo ter informado erroneamente aos investigadores alemães que não estava lá.

Revelação em carta

'Embora possa ter muitos motivos de temor e medo, quando olho para trás, ainda assim me sinto feliz'

Na época, o secretário pessoal do papa emérito, o arcebispo Georg Ganswein, disse que a omissão foi resultado de um descuido na edição da declaração e não má-fé. Na carta, Bento XVI diz que "para mim, provou-se profundamente doloroso que esse descuido tenha sido usado para lançar dúvidas sobre minha veracidade e até me rotular de mentiroso".

CONSELHEIROS. Em documento também divulgado pelo Vaticano na terça, conselheiros do papa emérito rejeitam as acusações expressas no relatório. "Quando era arcebispo, o cardeal Ratzinger não estava envolvido em tentativas de ocultar abusos", dizem. ● COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Fifa diz que Copa do Catar tem 17 milhões de pedidos de ingressos

Mundial de Clubes

Palmeiras mostra bom futebol, bate Al Ahly e se garante na decisão

Alviverde conta com invasão da torcida em Abu Dabi, domina rival egípcio e conquista importante vitória com gols de Raphael Veiga e Dudu, os melhores em campo

RICARDO MAGATTI
ENVIADO ESPECIAL / ABU DABI

O Palmeiras provou que está, de fato, muito mais bem preparado em relação à edição anterior do Mundial de Clubes e avançou à final do torneio da Fifa com uma atuação convincente. Ontem, no pequeno, mas confortável Al Nahyan Stadium, em Abu Dabi, time de Abel Ferreira fez 2 a 0 no egípcio Al Ahly graças ao talento e poder de decisão de Raphael Veiga e Dudu e jogará a decisão da competição contra Al Hilal ou Chelsea, que se enfrentam hoje. O duelo que definirá o campeão será sábado, às 13h30 (horário de Brasília).

O Palmeiras marcou seu primeiro gol em um Mundial e conquistou seu primeiro triunfo na competição. Os palmeirenses, aliás, foram maioria no estádio e cantaram alto a fim de levar o time ao tão desejado título mundial e encerrar os gracejos dos rivais.

O Palmeiras dominou o rival com inteligência, paciência e um bom futebol. É bem verdade que demorou a encontrar os espaços porque o Al Ahly teve competência em sua tarefa defensiva em parte do confronto. Mas o clube brasileiro, fortemente mentalmente, não se desesperou e encontrou naturalmente o caminho das redes com Veiga, no primeiro tempo, e Dudu, na etapa final.

O Alviverde não encontrou facilidade para furar as linhas do rival, mas insistiu, manteve-se calmo e teve êxito em sua paciente jornada até o caminho do gol, marcado com a participação de seus dois craques, Dudu e Raphael Veiga.

A retranca do adversário foi furada com concentração, qualidade na saída de bola, talento e uma conclusão precisa. Zé Rafael roubou a bola na ponta esquerda e tocou para Danilo, que serviu Dudu. O camisa 7 deixou Veiga na cara do gol e o meio-campista canhoto bateu com o pé direito para vencer o goleiro Lotfy aos 39 minutos.

Se teve de usar a paciência para superar o ferrolho do rival do Egito no primeiro tempo, no segundo foi mais fácil para o Palmeiras conseguir tal feito e ampliar o placar. Veiga foi o garçom da vez e Dudu balançou as redes. O camisa 7 aproveitou o espaço pela direita, invadiu a área e concluiu no ângulo – um golaço.

O Al Ahly, de acuado, se viu obrigado a atacar. E melhorou no jogo. O time egípcio até balançou as redes com Sherif após uma rara e grave falha de Weverton. Mas o atacante estava impedido no momento do arremate. Gol rapidamente revisado pelo VAR e anulado.

O ímpeto dos egípcios diminuiu à medida que o Palmeiras retomou o controle da partida. Abel tirou os craques do confronto, Dudu e Veiga, ambos muito aplaudidos, para lançar mão de Wesley e Jailson.

A equipe ajustou sua marcação e segurou o rival africano, que viu sua difícil missão de virar o duelo tornar-se impossível depois da expulsão de Ashraf. O defensor deu um carrinho violento em Rony e inicialmente recebeu apenas amarelo. O juiz francês Clément Turpin foi ao monitor do VAR e reviu sua decisão ao apresentar o vermelho para o atleta.

O cenário passou a ser ainda mais favorável ao Palmeiras, que usou as substituições para ganhar tempo e esfriar o jogo. No fim, entraram também Atuesta, Deyverson e Breno Lopes. O time alviverde está na final do torneio e jogará no sábado uma das partidas mais importantes de sua história. ●

MATTHEW CHILDS/REUTERS

Jogadores do Palmeiras comemoram o gol de Raphael Veiga

Finalíssima

O Palmeiras jogará a decisão do Mundial no próximo sábado, às 13h30 (horário de Brasília)

SEMIFINAL DO MUNDIAL DE CLUBES

PALMEIRAS	AL AHLY
2	0

Gols: Raphael Veiga, aos 39 minutos do primeiro tempo e Dudu, aos 4 do segundo tempo.
PALMEIRAS: Weverton; Gustavo Gómez, Luan e Piquerez; Marcos Rocha, Danilo, Zé Rafael (Atuesta) e Gustavo Scarpa (Breno Lopes); Raphael Veiga (Jailson), Dudu (Wesley) e Rony (Deyverson).
Técnico: Abel Ferreira.
AL AHLY: Aly Lotfy; Rabia (Fathy), Ibrahim e Ashraf; Hany, Aliou, Elsoulia (Abdelkader) e Ali; Elshahat (Sherif), Afsha e Mohamed (Soliman).
Técnico: Pitso Mosimane.
Juiz: Clément Turpin (França).
Vermelho: Ashraf
Público e renda: Não divulgados.
Local: Al Nahyan Stadium, em Abu Dabi.

Irregular nos últimos jogos, Chelsea faz sua estreia na competição

Irregular na temporada europeia, o Chelsea estreia hoje no Mundial contra o Al Hilal, às 13h30 (de Brasília), em Abu Dabi. O time inglês fez apresentações abaixo do esperado nas últimas semanas e, para piorar, não terá seu técnico, Thomas Tuchel (infectado com covid). Para a estreia, o time terá o retorno do meia Mason Mount. O lateral-direito Reece James foi vetado e o goleiro Mendy poderá jogar – ele disputou e conquistou a Copa Africana de Nações por Senegal.

Torcida faz estádio em Abu Dabi ganhar ares de Allianz Parque

ABU DABI

O Palmeiras venceu o Al Ahly distante mais de 12 mil km do Allianz Parque, mas jogou como se estivesse em casa. Os palmeirenses foram maioria no Al Nahyan Stadium em Abu Dabi em relação aos egípcios e pintaram de verde e branco o acanhado estádio na capital dos Emirados Árabes Unidos para empurrar a equipe rumo à final do Mundial de Clubes.

"Um estádio quase que todo verde nos trouxe paz e tranquilidade. Esse calor que sentimos aqui hoje não tivemos ano passado. Fez diferença", frisou o goleiro Weverton.

A Fifa não divulga o público presente nas arquibancadas, mas a reportagem notou que havia predominância de palmeirenses no palco da partida, vencida por 2 a 0 pelo time de Abel Ferreira. "Foi espetacular estar no banco e ver tudo de verde no lado contrário. Parecia que estava no Allianz Parque", afirmou o técnico Abel Ferreira, impressionado com o que viu. Ele disse que hoje "a Europa e o mundo sabem da grandeza do Palmeiras".

Foi possível notar que haveria superioridade numérica de palmeirenses nas arquibancadas desde antes da partida, nas imediações do Al Nahyan, que fica colado em um shopping. Entre eles estava o empresário Raffael Clemente, 31 anos.

Ele segurava uma bandeira estampada com o rosto de seu pai. Foi um jeito de fazer uma homenagem póstuma ao pai, palmeirense "em vida e na morte", frisa o torcedor. "Meu pai faleceu vítima de enfarte. A realização de um sonho seria ele estar aqui. Deve estar muito feliz e arrepiado aonde quer que esteja".

Fez a diferença a favor dos palmeirenses o fato de a Mancha Alviverde, principal organizada ligada ao clube, ter ido ao estádio com instrumentos e faixas a fim de tornar a festa parecida com a que fazem no Allianz Parque. "Teve membro da organizada que deixou de trazer roupa na mala para trazer as faixas, instrumentos para fazer uma festa legal", conta Deiveson Marques, membro da subsede da Mancha Alviverde em Portugal.

"Viemos em seis. Um teve problema ao testar positivo para covid e não veio", diz João Marcelo, outro integrante da uniformizada que mora em Portugal. Eles chegaram ao país no dia do jogo. Passaram por problemas, mas nada que abale a confiança. "Vamos ser campeões", acredita João.

'Um estádio quase todo verde nos trouxe paz e tranquilidade. Esse calor aqui hoje não tivemos no ano passado. Fez diferença'
Weverton,
Goleiro do Palmeiras

Mundial de Clubes

Dudu e Veiga afinam parceria e provam que são decisivos

Eles são considerados os dois melhores do elenco na atualidade. Em campo, cada um fez um gol e deu uma assistência

RICARDO MAGATTI
ENVIADO ESPECIAL / ABU DABI

Se há dois atletas capazes de decidir jogos para o Palmeiras, em qualquer situação, eles são Raphael Veiga e Dudu. Desde que o camisa 7 retornou do futebol árabe, ele afinou a parceria com o meio-campista. A dupla comandou o triunfo sobre o Al Ahly por 2 a 0 ontem, nos Emirados Árabes Unidos, resultado que garantiu a equipe na final do Mundial de Clubes.

Veiga marcou o primeiro e Dudu, o segundo. Ambos foram os autores dos gols e também foram os responsáveis pelas assistências nos dois lances. O meia abriu o placar no fim do primeiro tempo e o atacante ampliou no começo da etapa final. Eles são os dois únicos jogadores do elenco a balançarem as redes em todas as competições oficiais que o time disputou.

"A gente se entende muito bem (dentro de campo). Cada vez mais nos entrosamos e o time tem muita qualidade", disse Dudu após o jogo, na zona mista. "É importante tudo o que estou vivendo. Marcar gols e ajudar o Palmeiras é uma realização pessoal. Antes, eu via o Mundial pela televisão", afirmou Veiga.

Na última Libertadores, Dudu foi fundamental ao ir às redes na semifinal contra o Atlético-MG e Veiga abriu o caminho para o título continental com um belo gol na decisão, disputada no estádio Centenário, em Montevidéu, diante do Flamengo.

Raphael Veiga ampliou seu saldo como o segundo principal artilheiro do elenco, agora com 44 gols. Está justamente apenas atrás apenas de Dudu, que chegou a 77 com o belo gol anotado em Abu Dabi após passe de calcanhar do meia.

"O time jogou bem, deu um passo muito importante. Fez o que o Abel pediu, marcamos bem, saímos rápido na velocidade. A equipe está de parabéns pelo jogo", falou Dudu, o maior artilheiro do clube no século. Em toda a história, o atacante ocupa a 28.ª posição. O líder da lista é Heitor Marcelino Domingues, com 323 tentos. "Na hora que tem que ter calma, rodamos a bola. Na hora que tem que ter velocidade, a gente teve", acrescentou.

ALI HAIDER/EFE

Com o gol no Mundial, Dudu chegou a 77 marcados pelo Palmeiras

HISTÓRICO. Sem contar a conquista da Copa Rio de 1951, considerado o primeiro título mundial da equipe, o Palmeiras não havia marcado em torneios deste tipo. Em 1999, apesar de ter jogado muito melhor e de ter perdido várias chances para balançar as redes, a equipe então treinada por Luiz Felipe Scolari, o Felipão, que tinha jogadores como Marcos, Arce, Júnior, César Sampaio, Zinho, Alex, Paulo Nunes, Oséas, Evair e Asprilla, entre outros, passou em branco no revés por 1 a 0 para o Manchester United, pela versão antiga do torneio, conhecida como Copa intercontinental, e no ano passado se despediu da competição no Catar com derrota por 1 a 0 para o Tigres e um empate sem gols com o Al Ahly.

> ***"A gente se entende muito bem (dentro de campo). Cada vez mais nos entrosamos e o time tem muita qualidade"***
> **Dudu,**
> Atacante do Palmeiras

> ***"É importante o que estou vivendo. Marcar gols e ajudar o time é uma realização pessoal. Antes, eu via o Mundial pela televisão"***
> **Raphael Veiga,**
> Meia do Palmeiras

Resta um jogo para o tão desejado título de um mundial organizado pela Fifa, que passou a controlar o torneio no ano 2000. O jogo que definirá o campeão será no sábado, às 13h30 (de Brasília). Com o adversário ainda indefinido, o Palmeiras não quer saber de palpitar sobre a partida entre Chelsea e Al Hilal. "O time que quer ser campeão não escolhe adversário, então vamos nos concentrar para fazer um grande jogo", resume Dudu.

Campeonato Paulista

São Paulo joga para sair da zona do rebaixamento e afastar crise

PEDRO RAMOS

O São Paulo é um dos dois times do Paulistão que ainda não venceu e já sente o clima pesar por estar na zona do rebaixamento da competição. A equipe é vice-lanterna do Grupo B, com apenas um ponto. Pressionado por melhores desempenhos e resultados, o time de Rogério Ceni recebe o Santo André, hoje, no Morumbi, às 19h, sabendo da importância de afastar uma possível crise logo no início do ano.

Com duas derrotas – para Guarani e Red Bull Bragantino – e um empate sem gols diante do Ituano em 2022, o incômodo e o desânimo de Rogério Ceni têm sido novamente constantes nas entrevistas coletivas depois dos jogos, assim como ocorreu na reta final do Brasileirão do ano passado. Já cobrou mais reforços, além dos cinco nomes que ganhou esse ano, alertou para a deficiência do time na bola aérea e pediu maior organização da equipe.

Vale lembrar que o treinador quase deixou o comando da equipe no final da temporada passada justamente pela falta de perspectiva. A diretoria não acenava com reforços para brigar por títulos. O treinador permaneceu, mas, por enquanto, não conseguiu fazer o time jogar. A torcida anda insatisfeita com o desempenho.

"Os resultados precisam vir para classificar no Paulista, subir o nível de jogo. Não adianta jogar um bom jogo se, no final, você acaba entregando o resultado ao adversário. Nós sofremos muito para conseguirmos os nossos gols e entregamos com muita facilidade a possibilidade de gol ao adversário. Precisamos evoluir neste sentido e tentar as vitórias o mais rápido possível", afirmou Ceni.

5ª RODADA DO PAULISTÃO

SÃO PAULO x SANTO ANDRÉ

SÃO PAULO: Jandrei; Rafinha, Arboleda, Miranda e Reinaldo; Gabriel, Gabriel Sara e Alisson; Rigoni, Nikão e Calleri. **Técnico:** Rogério Ceni.
SANTO ANDRÉ: Jeferson Paulino; Thiago Ennes, Luiz Gustavo, Carlão e Thallyson; Sabino, Dudu Vieira, Jatobá e Gioavanny Bariani; Junior Todinho e Lucas Tocantins.
Técnico: Thiago Carpini.
ÁRBITRO: Douglas Marques das Flores.
HORÁRIO: 19h.
LOCAL: Morumbi.
TV: Paulistão Play e Premiere.

Escalação. O São Paulo folgou no fim de semana, devido ao adiamento do clássico com o Palmeiras – o rival disputa o Mundial de Clubes, em Abu Dabi –, e pôde aproveitar bem o período sem jogos para treinar e se recuperar fisicamente.

Rogério Ceni vem rodando o time titular a cada rodada e algumas mudanças também estão previstas na escalação para o jogo desta quarta-feira. Foram 24 jogadores utilizados em apenas três partidas.

No gol, Jandrei ganha nova chance na vaga de Volpi. Ele estreou contra o Ituano, quando defendeu um pênalti. Foi o único jogo que o São Paulo não sofreu gols no Paulistão.

Rafinha deve voltar à lateral-direita, assim como Gabriel Neves e Nikão podem retornar no meio de campo. Assim, Igor Vinícius, Nestor e Talles Costa, que foram titulares na derrota para o Red Bull Bragantino por 4 a 3, podem começar no banco de reservas. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Mundial de Clubes**
Monterrey x Al-Jazira
10h30 / BandSports
Chelsea x Al-Hilal
13h30 / Band e BandSports
Supercopa Feminina
Flamengo x Grêmio
15h30 / Globo e SporTV
Corinthians x Real Brasília
18h / SporTV
Campeonato Paulista
Água Santa x Ituano
15h / Pay-per-view
São Paulo x Santo André
19h / Pay-per-view
Red Bull Bragantino x Inter de Limeira
20h30 / Pay-per-view
Guarani x Botafogo
21h30 / HBO Max
Ferroviária x Ponte Preta
21h30 / Pay-per-view

BASQUETE
NBA
Chicago Bulls x Charlotte Hornets
21h30 / ESPN 2
Golden State Warriors x Utah Jazz
0h /ESPN 2

REUTERS–19/1/2022

Objetivos
Kim Jong-un disse que economia norte-coreana será prioridade este ano, quando o país enfrenta uma "luta de vida ou morte".

AS ARMAS DE KIM

Líder norte-coreano vem testando mísseis e armas hipersônicas com frequência

Veículo manobrável de reentrada
(MaRV, em inglês)

Hwasong - 8
Veículo planador hipersônico testado em setembro de 2021

Hwasong - 12
Foguete impulsionador lançado do solo

—Líder norte-coreano precisa que EUA abram diálogo sobre concessões econômicas

Kim testa mísseis para obter atenção

CHOE SANG-HUN
THE NEW YORK TIMES

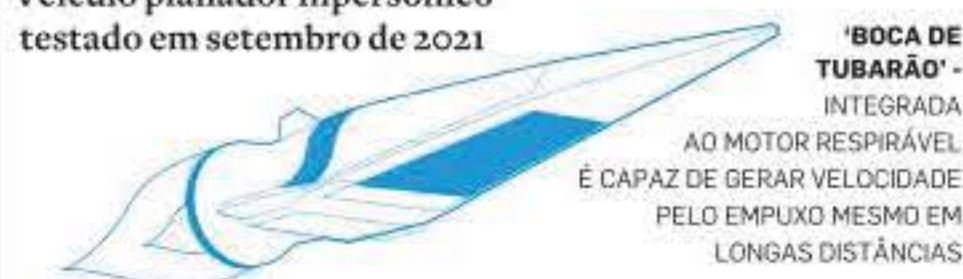
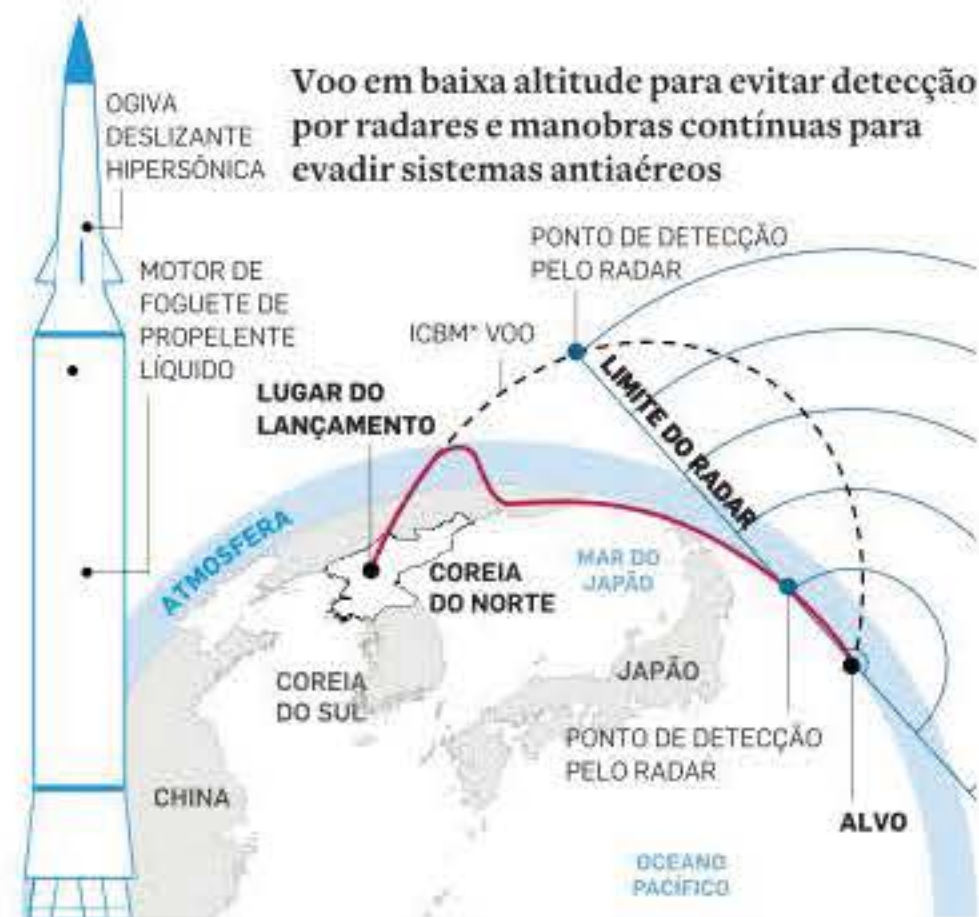
A Coreia do Norte começou este ano com uma série recorde de lançamentos de mísseis: foram sete testes em questão de semanas – no último, em 30 de janeiro, foi lançado um Hwasong-12, um míssil balístico com capacidade de atingir alvos a até 6 mil quilômetros de distância, o que incluiria o território americano de Guam, no Oceano Pacífico.

Mas a Coreia do Norte não chegou a dar um passo realmente provocativo: encerrar a suspensão autoimposta de testes de mísseis balísticos nucleares e intercontinentais (ICBMs). Alguns especialistas dizem que o próximo passo pode ser apenas uma questão de tempo.

Kim Jong-un, líder norte-coreano, já ameaçou encerrar a moratória, dizendo em uma reunião do partido, em janeiro, que considera "reiniciar todas as atividades temporariamente suspensas" e mudar para "meios físicos mais poderosos" para dissuadir os EUA.

Kim passou vários meses revelando novas tecnologias de armas. E uma equipe de analistas do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, com sede em Washington, disse ter localizado uma nova base militar subterrânea do tamanho das normalmente usadas para abrigar ICBMs norte-coreanos a apenas 40 quilômetros da fronteira com a China.

O local, dizem os analistas, foi escolhido para impedir ataques preventivos dos EUA contra as armas mais importantes da Coreia do Norte, à medida que o país continua a expandir e modernizar seu arsenal. A mensagem de Kim com seus testes foi clara: ele se sente ignorado e quer pressionar o governo de Joe Biden a retomar o diálogo e a prestar atenção no seu país, que passa por dificuldades econômicas.

Individualmente, os testes não representam muito: envolveram mísseis que já tinham sido testados ou armas ainda em estágio de desenvolvimento. Mas, tomados em conjunto, indicam que Kim planeja usar 2022 para dar um choque no governo Biden e tirá-lo do seu sono diplomático.

CONCESSÕES. Kim precisa que Washington abra um diálogo a respeito de concessões econômicas para que ele possa colocar nos trilhos a economia devastada do país. Ao longo dos anos, ele aprendeu que a melhor maneira de chamar a atenção de um presidente americano é com armas. E o melhor momento para fazê-lo é aquele em que o mundo menos pode arcar com a instabilidade. Segundo este manual, 2022 parece ser um ano promissor.

A China está ocupada com a Olimpíada de Inverno. A Coreia do Sul vai eleger um novo presidente em março. A Rússia indica que pode invadir a Ucrânia, mantendo o governo Biden em alerta.

Durante uma reunião do Politburo, Kim indicou que seu governo pode retomar os testes de mísseis de longo alcance e dispositivos nucleares após a suspensão de tais testes antes da reunião de cúpula dele com o então presidente americano Donald Trump.

"Este ano pede ameaças contínuas, pontuadas por alguns testes importantes de mísseis", disse Lee Sung-yoon, especialista em Coreia do Norte da Faculdade Fletcher, da Universidade Tufts. "O objetivo de Kim é tornar os testes de mísseis balísticos de curto alcance algo corriqueiro, sem repercussões, quando ele então fará provocações maiores, retomando os testes de mísseis de médio e longo alcances, pontuados por um teste nuclear, como fez em 2017."

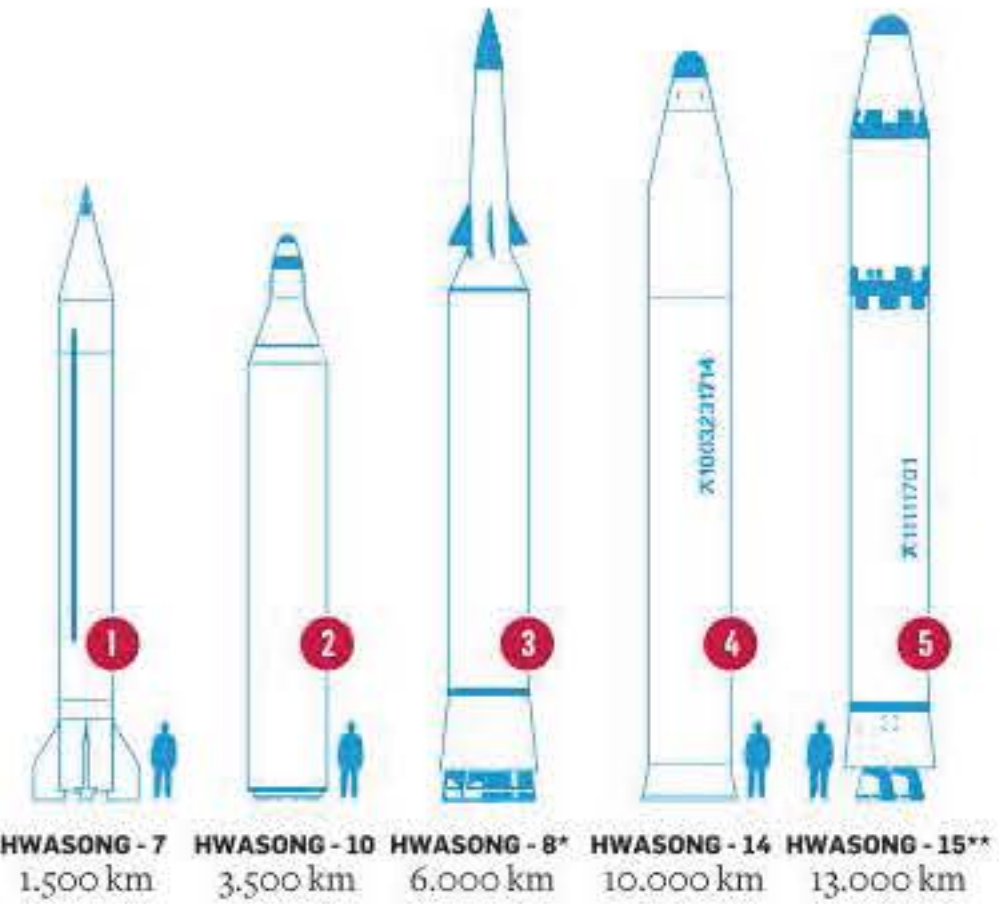
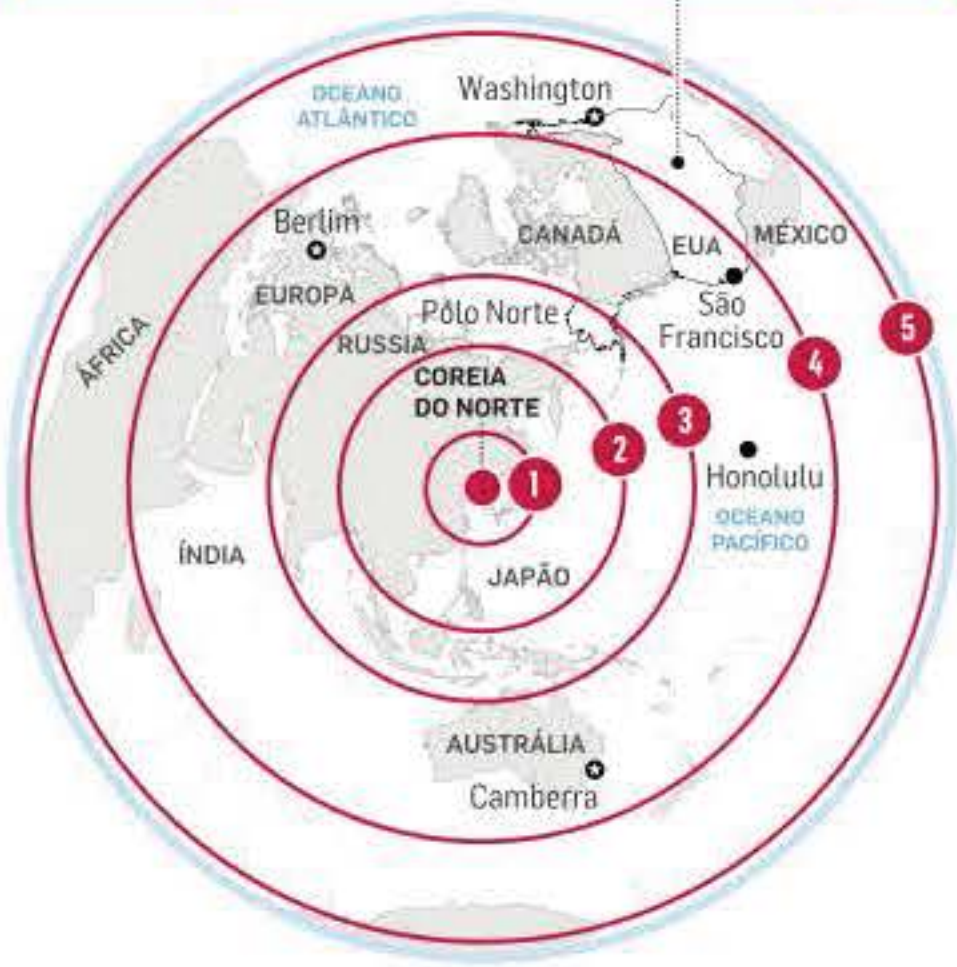
BOMBA. Naquele ano, a Coreia do Norte testou algo que disse ser uma bomba de hidrogênio, lançando também três mísseis balísticos intercontinentais. Foi também naquele ano que Trump assumiu a presidência e a Coreia do Sul acabara de aprovar o impeachment de sua presidente.

Depois que os esforços diplomáticos com Trump chegaram ao fim sem acordo, em 2019, Kim disse que não se sentia mais limitado pelo compromisso. Mas seu país mergulhou no caos trazido pela pandemia do coronavírus.

Este ano marca também o início da segunda década de Kim no poder, e uma oportunidade de reafirmar sua autoridade. Desde o momento em que assumiu, ele se concentrou em reforçar o arsenal do país para validar o governo dinástico de sua família, descrevendo suas armas nucleares como uma ⊕

Coreia do Norte está em alerta para possível escassez alimentar

Mísseis Balíticos da Coreia do Norte

Estimativa de alcance máximo dos mísseis da Coreia do Norte

*COM VEÍCULO HIPERSÔNICO ** MÍSSEIS BALÍSTICOS COM COMBUSTÍVEL LÍQUIDO DE DOIS ESTÁGIOS

FONTES: BLOOMBERG, CENTRO DE ESTRATÉGIAS E ESTUDOS INTERNACIONAIS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Roubo de criptomoedas financiou programa de mísseis, diz ONU

A ONU divulgou um relatório que afirma que os programas nuclear e de mísseis balísticos norte-coreanos são financiados por roubo de criptomoedas. Foram cerca de US$ 50 milhões em ativos digitais furtados em 2020 e 2021. Segundo a investigação, os ataques de Pyongyang atingiram pelo menos três câmbios de criptomoedas na Ásia, na Europa e na América do Norte.

No estudo da empresa de segurança Chainalasy, há indícios de que os ataques cibernéticos podem ser maiores dos que os US$ 50 milhões citados, chegando a US$ 400 milhões em ativos digitais. Nos roubos, foram usados "phishing, explorações de código, malware e engenharia social avançada para desviar fundos das carteiras. ● AP

KCNA/REUTERS

Míssil é lançado de um trem na Coreia do Norte; Kim amplia capacidades de seus sistemas de armas

"valiosa espada" que protege a Coreia do Norte de uma invasão estrangeira.

"Ao avançar suas capacidades nucleares e sistemas de armas, a Coreia do Norte está mostrando aos EUA e à Coreia do Sul que, quanto mais o tempo passa, maior se tornará o preço a pagar", escreveu o analista Choi Yong-hwan, do Instituto para a Estratégia de Segurança Nacional.

PRIORIDADES. Mas, por mais que tente fazer demonstrações de força, a Coreia do Norte parece não estar entre a lista de prioridades internacionais do governo Biden. Washington não adotou nenhuma medida para provocar Kim, a não ser a proposta de negociações "sem condições prévias", um convite que a Coreia do Norte rejeitou.

> ***Provocação***
> ***Kim indicou que seu governo pode retomar os testes de mísseis de longo alcance e dispositivos nucleares***

A Coreia do Norte se concentrou no teste de mísseis capazes de transportar armas nucleares descritas como "menores, mais leves, de efeito tático". Armas desse tipo podem ampliar o poder de influência de Kim com Washington, ao colocar aliados dos americanos – como a Coreia do Sul e o Japão – sob ameaça nuclear.

Nos primeiros dois testes feitos pela Coreia do Norte este mês, foram lançados mísseis de curto alcance usando "planadores hipersônicos", ogivas separáveis que dificultam a interceptação das armas, que voam muito rápido e mudam de direção durante o voo.

Em teste realizado no dia 13 de janeiro, a Coreia do Norte lançou o KN-23, um dos três modelos de mísseis de combustível sólido que o país vem testando desde 2019. Os mísseis de combustível sólido são mais fáceis de transportar e lançar. O KN-23 é capaz de manobras de baixa altitude, o que o torna difícil de interceptar.

"A Coreia do Norte espera que, se ela continuar demonstrando suas capacidades nucleares, mas confiná-las à Península da Coreia, isso não vai incomodar a opinião pública nos EUA, reforçando entre os americanos as vozes que propõem algum tipo de concessão mútua", escreveu o pesquisador Cha Du-hyeogn, do Instituto de Estudos de Políticas Asan, em Seul.

CHINA. Para que essa estratégia funcione, Kim precisará do contínuo auxílio da China para resistir a novas sanções internacionais. Os desafios econômicos da Coreia do Norte foram aprofundados dois anos atrás, quando o país fechou sua fronteira com a China para combater a pandemia.

Essa decisão indica que o governo chinês é mais do que cúmplice das provocações de Pyongyang", disse Leif-Eric Easley, professor de estudos internacionais da Universidade Feminina Ewha, em Seul. "A China está apoiando a Coreia do Norte economicamente e coordenando suas forças com o vizinho." ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

THALISSON LIMA / REFORAMART

'A educação e a sensação de ter um lar mudaram minha vida', diz ela

Solidariedade

Natal: engenheira reforma casas de famílias pobres

Inspirada em trajetória pessoal, ela reuniu colegas e fundou ONG que já revitalizou 15 lares desde 2018

RICARDO ARAÚJO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Ao longo da maior parte da infância, Fernanda e os cinco irmãos não tinham uma referência de lar, apesar de viverem com os pais em uma casa no bairro do Alecrim, na zona leste de Natal. A casa na qual moravam era de taipa (uma espécie de gradeamento feito com cipós ou pedaços de madeira reaproveitada, preenchido com barro amassado) e tijolo branco, construção comum nas regiões mais pobres do Nordeste. A cada dia de chuva, uma aflição. Os buracos no telhado faziam chover dentro de casa. Por muitos anos, Fernanda escondeu o endereço dos amigos da escola. Sentia vergonha e se entristecia com frequência. Somente após um dos tios questionar o motivo da tristeza, e realizar uma reforma na casa, a vida de Fernanda Silmara Silva dos Santos, hoje com 25 anos, mudou. Inspirada no tio, ela passou a fazer reformas gratuitas em casas de famílias com histórias similares às dela e, desde 2018, já reformou 15 lares, melhorou a vida de dezenas de pessoas e inspirou tantas outras.

Filha de um padeiro e uma empregada doméstica, Fernanda é a única com formação superior: tecnóloga em construção de edifícios e engenheira civil. "Comecei a pensar em reformar casas quando ainda fazia o curso de Construção de Edifícios. Conversei com alguns amigos, nos juntamos e reformamos a primeira casa em 2018. Foi difícil, pois as pessoas não acreditavam que faríamos o serviço de graça e a maioria sequer abria a porta da casa para ouvir nossa proposta", afirma. O serviço custou aproximadamente R$ 1 mil e o custo foi dividido entre os cinco fundadores do que é hoje a ONG ReforAmar (@reforamar_). O primeiro passo havia sido dado e a ideia começou a crescer, agregando mais doadores e voluntários.

Uma das primeiras famílias contempladas foi a da autônoma Bruna Pereira, de 31 anos. Há pouco mais de três anos, quando a vida dela parecia ter virado de ponta-cabeça em virtude do adoecimento da mãe, que tinha sofrido um AVC, e da necessidade de sair do emprego para cuidar dela, a visita inesperada dos voluntários da ONG foi uma grata surpresa. "Fizeram a reforma da frente toda e pintaram até a sala. Eu não esperava, pois estava em um momento muito difícil. Eles me deram esperança, esperança em um mundo melhor quando eu não tinha como comprar um saco de cal para pintar uma parede."

Hoje, com 15 lares reformados, a ONG ReforAmar conta com 300 voluntários, entre pessoal de apoio administrativo, financeiro, assessoria de comunicação, pedreiros, eletricistas, serventes de obras, encanadores, gesseiros, marceneiros, engenheiros e arquitetos. "A gratidão das famílias ao fim de cada reforma é o que motiva", relata Fernanda. Os desafios, porém, são muitos. Nem todas as obras possuem um custo baixo e, somente em 2021, a inflação da construção civil fechou em 18,65%. A maior taxa em nove anos. Como a ONG ReforAmar depende de doações, os projetos para este ano ainda estão em análise. A expectativa é de que cinco imóveis sejam reformados, com tempo médio de obra estimado em dois meses.

VAQUINHA. "Nossa primeira reforma foi simples. Mas saímos da pintura, do reboco, para a demolição quase total de um imóvel e a reforma de três casas ao mesmo tempo em um dos projetos que fizemos ano passado. Essas casas estavam com rachaduras, com buracos no telhado e com os banheiros que não tínhamos como aproveitar nada", afirma a engenheira civil. Essas reformas só foram viabilizadas pelo financiamento coletivo feito por meio de uma vaquinha virtual e da doação de material de construção por empresas do ramo que atuam no Rio Grande do Norte.

A velha casa de taipa com buracos no telhado ficou para trás. Hoje, ela carrega consigo o desejo de mudar mais moradias e vidas. "Tudo o que aconteceu comigo no passado me trouxe até aqui. É minha missão, meu propósito. Sou filha de um padeiro e de uma doméstica que sequer tinha expectativa de concluir uma faculdade. A educação e a sensação de ter um lar mudaram minha vida. E eu quero mudar a vida de outras pessoas." ●

Como copiar

É possível colaborar e também indicar instituições

● O trabalho da ONG ReforAmar, fundada pela engenheira civil Fernanda Silmara dos Santos Silva quando ela tinha 22 anos, hoje inspira outras pessoas ao redor do Brasil. A ONG surgiu da união de amigos em prol do bem-estar dos mais carentes, com reforma de casas e instituições da sociedade civil em situação de vulnerabilidade social. Hoje, os lares escolhidos para serem reformados passam por uma seleção que envolve engenheiros, arquitetos, entre outros profissionais, por meio de indicações no site da instituição. Para saber mais, se tornar um voluntário, indicar um lar ou instituição, acesse: https://reforamar.org.br/.

Política monetária **Ata do Copom**

BC vê riscos fiscais que pioram inflação

Para Banco Central, projetos que contemplam corte de impostos como a PEC dos Combustíveis podem afetar gestão de contas públicas; alta da Selic deve ir além de março

As reviravoltas no transporte rodoviário de passageiros

ARTIGO

Alexandre Schiller
É mestre em direito da regulação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e advogado do escritório Licks Attorneys

Muitos empresários do setor de transporte rodoviário de passageiros e entusiastas da abertura de mercado desenhada pela Lei n.º 12.996/14 ficaram decepcionados com a recente aprovação da Lei n.º 14.298/22, que passou a condicionar a outorga da autorização à comprovação de requisitos técnicos, impondo limites sempre que houver o risco de ocorrer "inviabilidade técnica, operacional e econômica" como decorrência da quantidade de autorizações. Tais limites, previu a lei, deverão ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

Embora a restrição imposta atenda a anseios de alguns operadores de limitar a concorrência que seria causada pelo ingresso de novos *players* em mercados já consolidados, fato é que em um país em que inexiste transporte ferroviário e o transporte aéreo não é acessível, a abertura à franca concorrência do transporte rodoviário de passageiros é o caminho natural. Ela virá pela força inevitável dos mercados, a reboque do que aconteceu em países como Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Noruega e Estados Unidos.

A abertura à franca concorrência nesse setor virá pela força inevitável dos mercados

É verdade que em todos aqueles países foram editadas normas que culminaram na expansão da quantidade de operadores e de rotas, mas não é possível desconsiderar os reflexos dessa evolução para o mercado brasileiro, que transborda de oportunidades e carece de real competição. A abertura à competição provavelmente chegará antes do Poder Público. Isso porque, por aqui, as atualizações legais e normativas foram tímidas; o legislador está perdido; a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) está atrasada; há uma espiral de judicialização; e o Tribunal de Contas da União (TCU) ainda suspendeu as outorgas de autorização indefinidamente. Frente a esse quadro, o mais provável é que o mercado não espere.

A prova disso é que o Buser já fez barulho ao criar uma plataforma que deu acesso a novos mercados para as empresas de fretamento e vem expandindo nos últimos anos. Agora, gigantes como FlixBus, BlaBlaCar e mesmo o Uber se fincam por aqui e devem pressionar as empresas há muito estabelecidas, impondo mais velocidade às mudanças que o legislador e a agência reguladora não souberam, até agora, disciplinar.

Resta saber se o Poder Executivo, a quem a Lei n.º 14.298/22 confiou a tarefa de criar as "regras de exceção" para a outorga de autorizações, será sábio o suficiente para não adicionar mais uma camada de complexidade, assegurando autonomia à ANTT para que ela possa editar regras que efetivamente garantam a modernização dos mercados e o necessário *fair play* entre os diferentes prestadores de serviço. ●

Política monetária Reunião do Copom

Após ata do BC, mercado já prevê Selic a 12,25% e fim de altas só em maio

Com mudança de tom do Copom, instituições financeiras revisaram para cima a previsão para o teto da taxa básica de juros no ano

EDUARDO RODRIGUES
THAÍS BARCELLOS
BRASÍLIA

O Banco Central indicou ontem, na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada na semana passada, que o aumento da Selic será maior do que o esperado pelo mercado e que não deve terminar em março. O documento alertou ainda para o risco de uma alta ainda maior da inflação com projetos como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que desonera os combustíveis, em negociação entre governo e Congresso.

Na semana passada, o Copom elevou a Selic em 1,50 ponto porcentual, de 9,25% para 10,75% ao ano, a oitava alta seguida. Na ocasião, o BC chegou a sinalizar uma redução do ritmo de aperto monetário no seu próximo encontro, em março.

No entanto, o tom mais duro da ata fez disparar uma corrida de revisões pelas instituições financeiras, com a estimativa feita pela maioria dos economistas de uma Selic subindo de 11,75% para 12,25% até maio, quando a perspectiva é de que haja o fim do ciclo de aperto monetário, segundo pesquisa do *Projeções Broadcast*.

EFEITO INVERSO. Na ata, o BC apontou, sem citar nenhuma iniciativa específica, que uma redução de impostos sobre combustíveis e energia pode ter efeito contrário ao desejado. "O Comitê nota que, mesmo políticas fiscais que tenham efeitos baixistas sobre a inflação no curto prazo, podem causar (...) aumento das expectativas de inflação", destacou o BC no documento.

Hoje, existem em discussão três propostas para mudar a tributação dos combustíveis. Uma do Senado, que, além de reduzir os tributos sobre combustíveis, cria um vale-diesel para caminhoneiros, dá subsídio para tarifas de ônibus e amplia o vale-gás. O impacto total, segundo integrantes da equipe econômica, supera R$ 100 bilhões. Já o custo da proposta negociada na Câmara, que prevê a redução de impostos sobre combustíveis em 2022 e 2023, seria de R$ 50 bilhões. A equipe econômica defende só a desoneração sobre o diesel, com impacto entre R$ 17 bilhões e R$ 18 bilhões.

No documento, o BC afirmou ainda que a intenção do colegiado em reduzir o ritmo de ajuste monetário a partir de março não significa encerrar o ciclo de aumento de juros no próximo encontro. O BC citou, explicitamente, "ajustes adicionais", sem revelar, entretanto, a magnitude desses movimentos à frente, para lidar com as incertezas do cenário.

Para cima

10,25% é a atual taxa básica de juros, a Selic, que aumentou 1,50 ponto porcentual na semana passada

11,75% era a previsão do mercado de quanto a taxa deveria chegar ao final do ciclo de altas, em maio. O índice que foi revisado pelas instituições ontem

ESTIMATIVAS. Após a divulgação do documento, instituições financeiras como JPMorgan, Barclays e Itaú Unibanco revisaram suas projeções para a Selic no fim do ciclo de alta.

"A ata da última reunião do Copom indica que as autoridades vislumbram um ritmo mais lento de elevação da taxa Selic à frente, mas sem uma pausa iminente", avaliou o economista-chefe do Itaú, Mario Mesquita, em relatório que comunicou a revisão da estimativa do banco, de 11,75% para 12,50%. ● COLABORARAM CÍCERO COTRIM E MARIANNA GUALTER

Contra a inflação, BC está a cada dia mais isolado

ANÁLISE

SERGIO VALE

Desde a quebra da regra do teto de gastos no ano passado, o Banco Central acertadamente começou a acelerar a alta de juros. Com os riscos advindos do descaso fiscal do governo, não restava para um BC isolado fazer o que tem feito. Mas o governo insiste em abrir sua caixa de maldades às avessas com a recente discussão sobre a PEC dos Combustíveis.

A sinalização é clara de que o pouco que havia de preocupação fiscal foi-se embora, e cada vez mais isto acontece de mãos dadas entre o presidente e o Congresso. Esperar algum alívio do Ministério da Economia não é possível depois da anuência do que aconteceu no ano passado. Ao sancionar a sanha eleitoral do presidente, Guedes entrou em uma nova armadilha da qual se mostra incapaz de sair, ou mesmo se deseja sair.

De qualquer maneira, o recado do BC é de preocupação com um governo emparedado eleitoralmente e que já deu sinais explícitos de que fará o que for possível para tentar agradar ao eleitor. Como tem sido nossa sina, o agrado de curto prazo tem vida curta e o BC sinaliza estar atento à continuidade dos desmandos fiscais que trarão consequências negativas certas.

Nosso dilema é que tais medidas são sinais do que será possível ver nos próximos anos. A atual discussão dos combustíveis seria alegremente encampada em uma eventual volta de Lula ao governo. A tarefa do BC seguirá sendo árdua e, vê-se, cada vez mais isolada: neste governo com certeza, e com grandes chances de no próximo também, caso o cenário eleitoral não mude. Sendo isto verdade, não restará outra opção ao BC que continuar subindo os juros. A ata indicou, mesmo não explicitamente, que é provável que a Selic vá para mais de 12%. Essa conta tem um peso grande nas costas do próprio governo, mas o aprendizado do que aconteceu no ano passado não ocorreu e, de forma realista, custo a acreditar que acontecerá tão cedo. ●

Populismo
O recado do BC é de preocupação com um governo emparedado eleitoralmente

ECONOMISTA-CHEFE DA MB ASSOCIADOS

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

HORCILIANO FRANCISCO MARQUES, RG-SSP/MG 8743993, CPF 858.636.376-68, **DECLARA**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, CNPJ nº 61.194.353/0001-64. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)

Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo:

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Deorf - Gerência Técnica em São Paulo (GTPSA)

São Paulo (SP), 31 de janeiro de 2022. (8/9)

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA (CANCELADA NO JULGAMENTO)

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 016/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - **SME.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ELETRODOMÉSTICOS PARA CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DEMAIS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2022 - SME,** foi declarada FRACASSADA (CANCELADA NO JULGAMENTO PELA AUSÊNCIA DE LICITANTES CLASSIFICADOS). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 08 de fevereiro de 2022.

Romero Ramony Holanda Lima Marinho

PREGOEIRO(A) DA CLFOR

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 58.768.284/0001-40 - NIRE 35.3.0011921-5

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Agosto de 2021

1. Data, hora e local: 27 de agosto de 2021, às 10h, na sede social, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 3º andar, Lado A, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. **4. Ordem do dia:** Deliberar acerca do aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), passando de R$ 239.577.787,69 (duzentos e trinta e nove milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), para R$ 294.577.787,69 (duzentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), mediante a emissão de novas ações, com a consequente modificação do caput do artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **5.1.** Observado que o capital social está, nesta data, totalmente subscrito e integralizado, em conformidade com o disposto do caput do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, aprovou aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), passando de R$ 239.577.787,69 (duzentos e trinta e nove milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos) para R$ 294.577.787,69 (duzentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), mediante a emissão, após arrendondamento, de 2.313.868 (duas milhões, trezentas e treze mil, oitocentas e sessenta e oito) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 23,76972 por ação, fixado com base no valor patrimonial das ações, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76. **5.1.1.** Dispensada a fixação de prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações, sendo que a acionista Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. renunciou ao seu direito em favor da acionista Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais que, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata, subscreveu a totalidade das 2.313.868 (duas milhões, trezentas e treze mil, oitocentas e sessenta e oito) ações ordinárias emitidas, no valor total de R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais). **5.2** Em consequência, o caput do artigo 5º do Estatuto Social foi alterado para refletir o aumento de capital ora deliberado, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º -** O Capital Social é de R$ 294.577.787,69 (duzentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), dividido em 11.017.911 (onze milhões, dezessete mil, novecentas e onze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". **6. Documentos arquivados na sociedade:** procurações e boletim de subscrição. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 27 de agosto de 2021. (assinaturas) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretária:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionistas: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S.A.**, por seu Diretor Financeiro, Sr. Tiago Violin e por seu Diretor de Controladoria, Sr. Rafael Veneziani Kozma; e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.** - por sua bastante procuradora, Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Aline Salem da Silveira Bueno -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 66.406/22-5 em 03/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Itaú Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 43.644.285/0001-06 NIRE 35300052773

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 26 DE JANEIRO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: Em 26.01.2022, às 9h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 12º andar, Parque Jabaquara, São Paulo (SP). **MESA:** André Balestrin Cestare - Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Aprovada, sem quaisquer ressalvas e com a expressa concordância do Itaú Unibanco S.A., (CNPJ/ME nº 60.701.190/0001-04), na qualidade de acionista preferencialista da companhia, a conversão de 151.575.196 (cento e cinquenta e um milhões, quinhentas e setenta e cinco mil, cento e noventa e seis) ações ordinárias em ações preferenciais da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária por 1 (uma) ação preferencial, todas de titularidade do acionista Itaú Unibanco S.A. Em razão desta aprovação, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 338.633.707 (trezentos e trinta e oito milhões, seiscentas e trinta e três mil, setecentas e sete) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 175.660.767 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentas e sessenta mil, setecentas e sessenta e sete) ações ordinárias e 162.972.940 (cento e sessenta e dois milhões, novecentas e setenta e duas mil, novecentas e quarenta) ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no eventual reembolso do capital e no recebimento de dividendos, não cumulativos, no mínimo idênticos àqueles devidos às ações ordinárias. 2. Ato subsequente, aprovado, sem quaisquer ressalvas, conforme faculta o art. 44 da Lei 6.404/76, o resgate da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, isto é, 162.972.940 (cento e sessenta e dois milhões, novecentas e setenta e duas mil, novecentas e quarenta) ações preferenciais, todas de titularidade do acionista Itaú Unibanco S.A. 2.1. Em decorrência do resgate de referidas ações preferenciais, o acionista Itaú Unibanco S.A. receberá, em pagamento, o valor total de R$ 477.297.748,27 (quatrocentos e setenta e sete milhões, duzentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos), da seguinte forma: (i) R$ 112.934.269,60 (cento e doze milhões, novecentos e trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), em moeda corrente nacional; e (ii) 538.966.280 (quinhentos e trinta e oito milhões, novecentas e sessenta e seis mil, duzentas e oitenta) quotas detidas pela Companhia na Itaú Rent Administração e Participações Ltda. (CNPJ/ME nº 02.180.133/0001-12), correspondente ao valor total de R$ 364.363.478,67, avaliadas pelo seu valor contábil na data base de 31.12.2021. 3. Em consequência do resgate, o capital social da Companhia será reduzido em R$ 252.000.000,00 (duzentos e cinquenta e dois milhões de reais), passando de R$ 302.000.000,00 (trezentos e dois milhões de reais) para R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com cancelamento das 162.972.940 (cento e sessenta e dois milhões, novecentas e setenta e duas mil, novecentas e quarenta) ações preferenciais resgatadas, passando o capital social da Companhia a ser composto apenas por ações ordinárias. 4. Assim, o caput do artigo 3º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º - O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), representado por 175.660.767 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentas e sessenta mil, setecentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal". 5. Registrado que a deliberação de redução de capital somente será plenamente eficaz após decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da ata desta Assembleia sem qualquer impugnação por credores quirografários, nos termos do art. 174, da Lei 6.404/76. Em seguida, esta ata será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. 6. Autorizada a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações ora tomadas. 7. Consolidado o Estatuto Social que, consignando as alterações acima mencionadas, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes. **CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 26 de janeiro de 2022. (aa) André Balestrin Cestare - Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar - Secretário. **Acionistas:** IGA Participações S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare e Carlos Henrique Donegá Aidar - Diretores; Itaú Unibanco S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare e Carlos Henrique Donegá Aidar - Diretores; e Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Andre Balestrin Cestare e Renato da Silva Carvalho - Diretores. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 26 de janeiro de 2022. (aa) Andre Balestrin Cestare - Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar - Secretário.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR - SEIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº CPI6-154/0001/22

O COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SEIS, comunica a todos que está aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº CPI6-154/0001/22, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a Contratação de serviço de alimentação para os Sd PM 2ª Cl do CFSd do 14º BPM/I. A realização da sessão será em 23/02/22 às 09h15min. As informações estarão disponíveis no sítio: hipp//www.enegociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br. Outras informações contato com o Cap PM Dennys William Conceição da Costa, telefone (13) 3227-5858 ramais 2086 e 2087.

PREGÃO ELETRÔNICO GAT Nº 004/2022

FUNDAÇÃO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL

Objeto: A venda de 02 (dois) conjuntos comerciais de propriedade da SABESPREV, ambos localizados no Edifício José Bonifácio de Andrade e Silva na Alameda Santos, n.º 1827, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01419-909, Maior Preço - Disputa de lances dia 24/02/2022 às 15h30. Edital completo através do site www.sabesprev.com.br/compras ou www.bllcompras.com – "acesso identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Ricardo Simões Zaninotto, inscrito no CPF (MF) sob o nº. 088.344.648-00 **DECLARA**, nos termos do art. 21, inciso II, da Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009, sua intenção de exercer o cargo de Sócio Diretor na **Remaza Administradora de Consórcio Ltda.**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n. 62.354.055/0001-57. **ESCLARECE** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet) Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo **Banco Central do Brasil** - Gerência-Técnica em Curitiba (GTCUR). São Paulo, 02 de dezembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER

AVISO – LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 011/22 – CONDER

Abertura: 04/03/2022, às 09h:30m.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTA DA TRAVESSA RODOVIA A, NO BAIRRO BOA VISTA DE SÃO CAETANO, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BAHIA.

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (http://www.conder.ba.gov.br) no campo licitações, a partir do dia **10/02/2022**.

Salvador - BA, 08 de fevereiro de 2022.

Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

CONDER

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 14.785.152/0001-51 - NIRE 3530046627-6

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de Dezembro de 2021

Data, Hora e Local: Aos 15 dias de dezembro de 2021, às 16h, na sede da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145, 2º andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate, Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo e por videoconferência. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, Srs. Henrique Borenstein, Henry Borenstein, Rodolpho Amboss, José Luiz Acar Pedro e Claudio Thomaz Lobo Sonder. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Henrique Borenstein, e secretariados pelo Sr. José Renato de Lima Gasparini. **Deliberações tomadas com base nos documentos de suporte arquivados na sede da Companhia, tendo sido autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário:** (i) Inicialmente os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento da **renúncia** apresentada pelo **Sr. Mario Augusto Nogueira de Paula,** brasileiro, casado, advogado e engenheiro civil, inscrito na OAB/RJ sob o nº 109.437 e no CPF/ME sob o nº 880.653.167-00, ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada nessa mesma data. A Companhia registrou os seus agradecimentos ao Sr. Mario Augusto Nogueira de Paula pelos serviços prestados à Companhia; (ii) Por fim, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, designar o **Sr. André Luis de Oliveira Agostinho,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 39.637.000-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 133.441.208-16, atual Diretor Presidente da Companhia, para ocupar cumulativamente o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia pelo restante do mandato da atual Diretoria, que se encerrará em 25 de agosto de 2022. O Sr. André Luis de Oliveira Agostinho tomará posse do cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores nesta data, mediante a assinatura do termo de posse, a ser arquivado na sede da Companhia. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa:** Presidente - Sr. Henrique Borenstein. Secretário - Sr. José Renato de Lima Gasparini. **Membros do Conselho de Administração:** Srs. Henrique Borenstein; Henry Borenstein; Rodolpho Amboss; José Luiz Acar Pedro; e Claudio Thomaz Lobo Sonder. Mogi das Cruzes, 15 de dezembro de 2021. *Atesto que os registros acima foram extraídos da Ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.* **Mesa da Reunião:** Henrique Borenstein - **Presidente;** José Renato de Lima Gasparini - **Secretário. JUCESP** nº 067.434/22-8 em 03/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 14.785.152/0001-51 - NIRE 3530046627-6

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de Dezembro de 2021

Data, Hora e Local: Aos 20 dias do mês de dezembro de 2021, às 14h30, na sede da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145, 2º andar, Jardim Armênia, Helbor Concept - Edifício Corporate, Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, e por videoconferência. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada diante da presenta da totalidade dos membros do Conselho de Administração, Srs. Henrique Borenstein, Henry Borenstein, Rodolpho Amboss, José Luiz Acar Pedro e Claudio Thomaz Lobo Sonder. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Henrique Borenstein, e secretariados pelo Sr. Andre Luis de Oliveira Agostinho. **Deliberações tomadas com base nos documentos de suporte arquivados na sede da Companhia, tendo sido autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário:** (i) **Aprovar,** por unanimidade, nos termos do artigo 21, alínea (o), do Estatuto Social, a celebração de compromisso de compra e venda de imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Professor Ascendino Reis, nºs 83, 87, 97, 99, 423, 425, 435, s/nº e 441, 447, 455, 465, 467 e 487, na Rua Estado de Israel, nºs 1.025, s/nº, 1.041, 1.045, 1.047 e 1.053 e na Rua Doutor Diogo de Faria, nºs 1.338, 1.356, 1.360, 1.370, 1.378 e 1.380, pela HBR 49 - Investimentos Imobiliários Ltda. ("HBR 49") e pela HBR 68 - Investimentos Imobiliários Ltda. ("HBR 68"), na qualidade de compradoras, e pela SK Diogo de Faria Empreendimentos Imobiliários Ltda., na qualidade de vendedora, nos termos e condições apresentados pela Diretoria ("Aquisição Ascendino Reis"); (ii) **Aprovar,** por unanimidade, nos termos do artigo 21, alínea (q), do Estatuto Social, a prestação de garantia pela Companhia em favor de HBR 49 e HBR 68, no montante de até R$ 89.500.000,00 (oitenta e nove milhões e quinhentos mil de reais), no âmbito do compromisso de compra e venda de imóvel referente à Aquisição Ascendino Reis; (iii) **Aprovar,** por unanimidade, nos termos do artigo 21, alínea (o), do Estatuto Social, a celebração de compromisso de compra e venda de imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Ibirapuera, 3.068, esquina com a Avenida Cotovia e Alameda dos Arapanés, 1.335, pela HBR 38 - Investimentos Imobiliários Ltda. ("HBR 38") e pela HBR 44 - Investimentos Imobiliários Ltda. ("HBR 44"), na qualidade de compradoras, e pela Lyon Empreendimentos Imobiliários Ltda., na qualidade de vendedora, nos termos e condições apresentados pela Diretoria ("Aquisição Avenida Ibirapuera"); (iv) **Aprovar,** por unanimidade, nos termos do artigo 21, alínea (q), do Estatuto Social, a prestação de garantia pela Companhia em favor de HBR 38 e de HBR 44, no montante de até R$ 74.500.000,00 (setenta e quatro milhões e quinhentos mil de reais), no âmbito do compromisso de compra e venda de imóvel referente à Aquisição Avenida Ibirapuera; (v) **Aprovar,** por unanimidade, nos termos do artigo 21, alínea (o), do Estatuto Social, a celebração de compromisso de compra e venda de imóvel localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nºs 502, 506, 510, 512, 514, 518, 520, 526, 534, 538, 540, 542, 548, 550, 556, 560, 564 e 568, pela HBR 75 - Investimentos Imobiliários Ltda. ("HBR 75") e pela HBR 76 - Investimentos Imobiliários Ltda. ("HBR 76"), na qualidade de compradoras, e pela CBR 033 Empreendimentos Imobiliários Ltda., na qualidade de vendedora, nos termos e condições apresentados pela Diretoria ("Aquisição Santo Amaro"); (vi) **Aprovar,** por unanimidade, nos termos do artigo 21, alínea (q), do Estatuto Social, a prestação de garantia pela Companhia em favor de HBR 75 e de HBR 76, no montante de até R$ 126.300.000,00 (cento e vinte e seis milhões e trezentos mil de reais), no âmbito do compromisso de compra e venda de imóvel referente à Aquisição Santo Amaro; e (vii) **Autorizar** a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à consecução das deliberações acima tomadas. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e, ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa:** Presidente - Sr. Henrique Borenstein. Secretário - Sr. Andre Luis de Oliveira Agostinho. **Membros do Conselho de Administração:** Srs. Henrique Borenstein; Henry Borenstein; Rodolpho Amboss; José Luiz Acar Pedro; e Claudio Thomaz Lobo Sonder. Mogi das Cruzes, 20 de dezembro de 2021. **Mesa da Reunião:** Henrique Borenstein - **Presidente**; Andre Luis de Oliveira Agostinho - **Secretário. Conselheiros:** Henrique Borenstein, Henry Borenstein, Rodolpho Amboss, José Luiz Acar Pedro, Claudio Thomaz Lobo Sonder. **JUCESP** nº 067.079/22-2 em 03/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

O maior inimigo de Biden

Esqueça Xi Jinping e Vladimir Putin, presidentes da China e da Rússia. Ou até mesmo Donald Trump, seu antecessor. O maior inimigo hoje do presidente Joe Biden é a inflação dos Estados Unidos. Muitos analistas atribuem a queda drástica na popularidade do governo Biden à alta acelerada nos preços da economia americana.

Segundo pesquisa de opinião da Reuters/Ipsos, divulgada na semana passada, o índice de aprovação de Biden caiu para 41%, menor nível desde que ele assumiu a Casa Branca. E uma parcela cada vez maior dos americanos acredita que a situação econômica vai piorar, com a inflação no centro das preocupações.

Em 2021, o índice de preços ao consumidor fechou em alta de 7%, maior taxa em 40 anos. Foi um choque para os americanos, que se desacostumaram com uma carestia salgada. Aliás, no início de 2021, a previsão dos analistas e até do Federal Reserve era de que a inflação no ano subiria apenas 1,8%.

A insatisfação poderá aumentar. Amanhã, será divulgado o índice de janeiro. E o consenso das estimativas dos analistas é de que a inflação anual atingirá novo recorde: 7,3%. A pressão seguirá vindo de aluguéis residenciais, carros usados, alimentos e, sobretudo, combustíveis.

Parte da explicação para a aceleração da inflação pode ser descrita como um fenômeno global: gargalos das cadeias mundiais de produção causados pela pandemia, o que resultou em escassez de insumos.

> ***A inflação, no topo das insatisfações dos americanos, pode ser desastrosa para os democratas***

Todavia, muitos economistas renomados não eximem o presidente Biden de responsabilidade pela inflação mais alta do que o esperado. O aumento de gastos proposto por Biden para combater o impacto econômico da pandemia, como o auxílio-desemprego emergencial, provocou um aquecimento da demanda, além de inibir a oferta de mão de obra, gerando uma inflação de salários.

"A alta no custo de vida está superando o ganho dos salários, corroendo o poder de compra", diz o economista-chefe internacional do banco ING, James Knightley. "Isso está deixando os americanos ansiosos e, se as medidas adotadas por Biden foram percebidas como causa da inflação, mesmo que parcialmente, o partido Democrata poderá sofrer um sério revés nas eleições legislativas em novembro."

Problemas da política externa, como a ameaça de invasão da Ucrânia pela Rússia ou a desastrosa retirada das tropas americanas do Afeganistão, vão ser temas dessas eleições, mas as questões domésticas serão o fator decisivo. E a inflação está no topo das insatisfações. Uma taxa anual ainda acima de 3% ou 4% pode ser desastrosa para os democratas. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ: 56.577.059/0006.06

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 1827/2022

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para aquisição de **BOBINA AMBAR PIC. C/ SERRILHA E FITA PERMANENTE 4 x 8 - C/ 10.000 UNIDADES**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ: 56.577.059/0006.06

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 1792/22- RS 1769/21 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** à empresa **AMBIENTE CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA.**, CNPJ nº **03.101.403/0001-15**, para a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

COMPRA PRIVADA / ICESP 1819/2022

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César , São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **Contratação de Apólice de Seguro Patrimonial e de Responsabilidade Civil**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regida pelo **Regulamento de Compras da FFM**

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 030/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 224.094/2021 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no Fornecimento de Medicamentos PSICOATIVOS – II, para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
DATA DA ABERTURA: dia **22/02/2022,** às **8h30,** horário de Brasília/DF.
ID nº [920756].
Local de Realização: Sistema Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br.**
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **dayanne.emserh@gmail.com,** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 4 de fevereiro de 2022
Dayanne Estrela da Costa Leite
Agente de Licitação da EMSERH

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP RGO 00194/22 - "Prestação de serviços de engenharia para remoção e desaguamento de lodo das estações de tratamento de esgoto dos municípios de Altair, Colômbia, Guaraba, Igarapava, Jeriquara, Miguelópolis e Terra Roxa. Edital completo disponível para download a partir de 08/02/2022 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984 ou informações Fone (0**16) 3712-2020. Envio das propostas a partir da 00:00 (zero hora) do dia 21/02/22 até às 09hs00 do dia 22/02/22 no site acima para empresas que possuam senha de acesso, às 09hs01 do dia 22/02/22 será dado inicio a sessão pública pelo Pregoeiro. Franca, 09/02/22UNPGrande.

PREGÃO SABESP CSS 04874/21 - Prestação de Serviços de Operação e Manutenção Preventiva e Corretiva nos Equipamentos de Áudio e Vídeo Instalados no Espaço Vida (Espaço de Eventos) e Universidade Empresarial Sabesp Localizados no Complexo Ponte Pequena, sito à Av. do Estado, 561 - Bom Retiro, e, no Auditório Engº Tauzer Garcia Quinderé (Espaço de Eventos), localizado no Complexo Costa Carvalho, sito à Rua Costa Carvalho, 300 - Pinheiros, São Paulo/SP. Edital disponível para "download" a partir de 09/02/2022 - www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedores". Problemas c/ obtenção de senha, contatar fone (11) 3388-6724/6812 ou informações na Av. Estado, 561 - Ponte Pequena - São Paulo/SP. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 23/02/2022 até as 09h00 de 24/02/2022 - www.sabesp.com.br/fornecedores. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 09/02/2022 - (CP) A Diretoria.

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ: 56.577.059/0006.06

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 1778/2021
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 6536/2021 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa **RISEL COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 46.677.860/0001-65**, o fornecimento de **ÓLEO DIESEL COMBUSTIVEL B S500**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 11/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CURATIVOS ESPECIAIS PARA TRATAMENTO DE LESÕES DE PELE Data e hora limite para credenciamento no sitio da Caixa até: 24/02/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 24/02/2022 às 09h Inicio da disputa da etapa de lances: 24/02/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sitio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 08 de fevereiro de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS – SEPLAN

AVISO DE LICITAÇÃO
Projeto Governo Cidadão – 8276-BR

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN toma público às empresas interessadas que realizará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do **tipo MENOR PREÇO POR LOTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2022**, ID 151 GO, Processo nº 00210038.003616/2021-91, destinado a **Aquisição de Mobiliário para Estruturação do Parque Científico e Tecnológico Augusto Severo (PAX/RN)**, no dia **22 de fevereiro de 2022, às 09:00 horas,** (horários de Brasília-DF), através do site www.licitacoes-e.com.br sob o número 921439. O Edital encontra-se disponível no referido site do Banco do Brasil e no www.governocidadao.rn.gov.br. Esclarecimentos necessários estarão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br e na Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação do Governo Cidadão, localizada na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte, Centro Administrativo do Estado, BR 101, km 0, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.064-901 – Tel: 84 3232.1964, ou ainda através do e-mail: pegovernocidadao@gmail.com.

Data: 08/02/2022
Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Pregoeiro
Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação
Projeto Governo Cidadão

Combustíveis

Flávio Bolsonaro assina PEC Kamikaze

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Apesar das críticas do ministro da Economia, Paulo Guedes, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis vinda do Senado, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e outros articuladores do Palácio do Planalto no Congresso assinaram a autoria da proposta, permitindo a tramitação da medida apelidada pela equipe econômica como PEC Kamikaze.

Filho do presidente Jair Bolsonaro, o senador inseriu sua assinatura na PEC, protocolada por Carlos Fávaro (PSD-MT), quando a PEC já tinha assinaturas suficientes. Ao todo, a proposta contou com 31 nomes.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), e os senadores Carlos Viana (MDB-MG) e Marcio Bittar (PSL-AC), que compõem oficialmente a articulação política do Planalto no Legislativo, também colocaram a digital na autoria da proposta.

Além da desoneração do diesel e da energia elétrica, que conforme a equipe econômica pode acarretar um rombo de R$ 100 bilhões na arrecadação, a PEC do Senado abre caminho para o governo federal gastar até R$ 17,7 bilhões em subsídios fora das regras fiscais ainda em 2022. ●

Sistema financeiro Proteção de dados

Vazamentos de informações no Pix estão na mira da ANPD

THAÍS BARCELLOS
BRASÍLIA

Os casos de vazamento de informações envolvendo o Pix, sistema de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central, preocupam a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). "Gratuidade do serviço não pode servir de justificativa para a falta de segurança da informação", diz Nairane Rabelo Leitão, diretora do órgão, responsável por zelar pela proteção de dados pessoais no País.

O Banco Central já confirmou três vazamentos em seis meses, somando 576.785 chaves Pix, considerando incidentes no Banco do Estado de Sergipe (Banese), na Acesso Soluções de Pagamento e na Logbank Soluções em Pagamento.

Segundo a diretora, a ANPD abriu processos para analisar os casos (*leia mais abaixo*), e sanções podem ser aplicadas ao BC e às instituições financeiras, com base na Lei Geral de Proteção de Dados.

O BC, em todos os episódios, afirmou que as causas foram falhas pontuais nos sistemas das instituições financeiras. A autoridade monetária ainda admite que novos incidentes podem ocorrer se os participantes do Pix não adotarem as medidas previstas em seu regulamento.

Além disso, o BC argumenta que os vazamentos ocorridos têm baixo impacto por só envolver dados cadastrais, e não informações sensíveis ou sigilosas, que permitiriam, por exemplo, movimentar recursos nas contas. ●

'A gratuidade não pode justificar insegurança'

ENTREVISTA

Nairane Rabelo Leitão
Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

Diante do Banco Central, que minimiza o impacto dos recentes vazamentos no Pix, a diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Nairane Rabelo Leitão, adota cautela. Ela afirma que uma apuração em andamento avalia os possíveis danos e riscos e que só com ela vai se saber o impacto. A seguir, os principais trechos da entrevista:

A ANPD foi avisada sobre os vazamentos? Já há algum processo aberto?
Sim. A ANPD foi comunicada oficialmente. Existem processos abertos para tratar desses casos e podem levar a sanções, para o Banco Central ou às instituições financeiras envolvidas.

Há prazo para a apuração? Quais seriam as sanções?
Não há prazo. A sanção pode ser qualquer uma das elencadas no artigo 52 da LGPD (*a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais prevê punições que vão de advertência a multa de R$ 50 milhões por infração*), com exceção da multa pecuniária caso a penalidade seja aplicada ao Banco Central, já que o inciso II somente se aplica a pessoas jurídicas de direito privado.

A recorrência de incidentes é preocupante?
Sim, especialmente porque o Pix vem sendo cada vez mais utilizado pelos cidadãos, por ser um serviço instantâneo e gratuito. Entretanto, gratuidade do serviço não pode servir de justificativa para a falta de segurança da informação. A LGPD assegura os direitos dos titulares e estabelece obrigações que devem ser cumpridas pelas instituições financeiras e pelo Banco Central. Nossas coordenações de Fiscalização e de Tecnologia e Pesquisa estão avaliando as medidas adotadas de segurança ou de mitigação do impacto do incidente sobre os titulares, bem como a necessidade de medidas adicionais.

Ao divulgar os casos, o Banco Central tem dito que o impacto é baixo sobre os afetados, pois não são dados sensíveis. O que a LGDP diz?
A LGPD protege todos os dados, apesar de conferir uma proteção maior para os dados sensíveis. E, na LGPD, não há uma relação estabelecida entre dados não sensíveis e baixo impacto. Isso não é necessariamente verdadeiro. No momento, nós não podemos responder se esse caso seria de alto ou de baixo impacto, já que ainda está sendo analisado pela nossa Coordenação Geral de Fiscalização e pela Coordenação Geral de Tecnologia e Pesquisa. ●

A empresa WLR TRANSPORTES LTDA, CNPJ 05.631.677/0001-41, **após esgotar os** recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convida o Sr. Nelson Eduardo Marias, portador do RG 12.612.413, a comparecer na sede da empresa, a fim de retornar às suas atividades como sócio da empresa ou justificar as faltas desde 01/06/2009, dentro do prazo de 24_hs a partir desta publicação, sob pena encerramento da empresa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

1º EDITAL DE RETIFICAÇÃO/NOVA DATA

Pregão Eletrônico Nº 169/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE OXÍMETRO DE PULSO Data e hora limite para credenciamento no sitio da Caixa até: 24/02/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 24/02/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 24/02/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sitio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 08 de fevereiro de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

SINDICATO DAS EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEPROSP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ELEIÇÕES SINDICAIS

Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática do Estado de São Paulo – SEPROSP, C.N.P.J. sob n.º 54.460.951/0001-72, pelo presente edital, faz saber que no dia 17 de maio de 2022, no período de 10hs00 às 17hs00, em sua sede localizada à Rua Professor Tamandaré Toledo, n.º 69, 3º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, São Paulo, Capital, realizar-se-á eleição para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados, bem como seus Suplentes, para o período de 2022 à 2025, ficando aberto o prazo de 15 (quinze) dias para registro de chapas, nos termos dos artigos 50 à 55 do Regulamento Eleitoral que faz parte integrante do Estatuto Social. A Secretaria funcionará no horário das 09hs00 às 13hs00 e das 14hs00 às 17hs00, para recebimento do registro de chapas que concorrerão às eleições. A impugnação de candidaturas deverá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da relação das chapas registradas. Caso não seja obtido "quorum" em primeira convocação, a eleição em segunda votação realizar-se-á no dia 01 de junho de 2022, e não conseguindo o "quorum" na segunda convocação, a eleição em terceira convocação será realizada no dia 16 de junho de 2022, no mesmo horário. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição 15 (quinze) dias após.

São Paulo, 09 de Fevereiro de 2022. - **LUIGI NESE - Presidente**

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS – SEPLAN

AVISO DE LICITAÇÃO

Projeto Governo Cidadão – 8276-BR

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN torna público às empresas interessadas que realizará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do **tipo MENOR PREÇO POR LOTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2022**, ID 156 GO, Processo nº 00310003.002007/2021-66, destinado a **Aquisição Equipamentos de informática para Projeto de Modernização da Fiscalização de Trânsito da SET-RN e NIFF - Caraú**, no dia **23 de fevereiro de 2022, às 09:00 horas**, (horários de Brasília-DF), através do site www.licitacoes-e.com.br sob o **número 921479**. O Edital encontra-se disponível no referido site do Banco do Brasil e no www.governocidadao.rn.gov.br. Esclarecimentos necessários estarão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br e na Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação do Governo Cidadão, localizada na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte, Centro Administrativo do Estado, BR 101, km 0, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.064-901 – Tel: 84 3232.1964, ou ainda através do e-mail: pegovernocidadao@gmail.com.

Data: 08/02/2022
Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Pregoeiro
Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação
Projeto Governo Cidadão

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 436/2021 – CSL/EMSERH
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165.319/2021 – EMSERH
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

OBJETO: Contratação de serviço continuado de **impressão corporativa (outsourcing de impressão)**, na modalidade de franquia de páginas mais excedente, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração e a cessão de direito de uso dos equipamentos de impressão, contemplando a impressão, cópia e digitalização, incluindo a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, suprimentos e insumos, **com o fornecimento de papel**, sistemas para gerenciamento, monitoramento, controle de cotas de impressão, gestão de ativos e contabilização (bilhetagem) dos documentos impressos e copiados.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

STATUS DA LICITAÇÃO: ADIADA ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO, em virtude de impugnações ao edital não respondido dentro do prazo pelo setor técnico.

Licitação ID nº 914333.

Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **amaral.neto@emserh.ma.gov.br**, ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 31 de janeiro de 2022
Francisco Assis do Amaral Neto
Agente de Licitação da EMSERH

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 011/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA – **SEINF.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MOBILIDADE E URBANIZAÇÃO DO PARQUE URBANO DA LAGOA DO MONDUBIM, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO. **MODO DE DISPUTA:** ABERTO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 07/03/2022 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 07/03/2022 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 07/03/2022 às 09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.

• **E-mail:** cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
• **Fone:** (085) 3452-3481

- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza/CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011 e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 15.126, de 28 de setembro de 2021. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta e aquisição na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza – CE, 08 de fevereiro de 2022.
Otávio César Lima de Melo
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2022
PREGÃO Nº 1/2022 - EDITAL Nº 1/2022
INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
MODALIDADE: PREGÃO - TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO MENSAL
LEGISLAÇÃO: LEIS FEDERAIS 10.520/02 E 8.666/93 LEIS COMPLEMENTARES 123/06 E 147/14

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cessão de equipamentos de impressão em regime de comodato, com fornecimento de insumos e prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva a todos os equipamentos, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

Prazo e local para o recebimento e abertura dos envelopes 01 e 02 (Proposta e Habilitação): dia **21/02/2022 (segunda-feira) às 09h30**, na Sala de Reuniões Dr. Sérgio Nogueira da Câmara Municipal, na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 381 - Centro Cívico, Mogi das Cruzes – SP.

Local de retirada do Edital: O Edital do Pregão nº 1/2022, poderá ser retirado, gratuitamente, no prédio sede da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, na Secretaria Geral Administrativa - telefone (11) 4798-9582, no horário das 09h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00. A versão digital estará disponível no site **www.cmmc.com.br, no "Portal da Transparência" no link: Editais de Licitação.**

Mogi das Cruzes, 08 de fevereiro de 2022.
ALEX ALBERT MORAIS DE SOUZA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS – SEPLAN

AVISO DE LICITAÇÃO

Projeto Governo Cidadão – 8276-BR

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN torna público às empresas interessadas que realizará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do **tipo MENOR PREÇO POR LOTE: PE Nº 164/2022** - 96 1 GO - Processo SEI nº 00210066.001273/2021-92, destinado a **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS PARA 07 (SETE) HOSPITAIS REGIONAIS DA REDE DE URGÊNCIA, LABORATÓRIO E HOSPITAL DA MULHER**, no dia **22 de fevereiro de 2022, às 09:00 horas**, (horários de Brasília-DF), através do site www.licitacoes-e.com.br sob **ID nº 919663**. O Edital encontra-se no referido site e no www.governocidadao.rn.gov.br. Esclarecimentos necessários estarão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br e na Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação do Governo Cidadão, localizada na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte, Centro Administrativo do Estado, BR 101, km 0, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.064-901 – Tel: 84 3232.1964, ou ainda através dos e-mails: pegovernocidadao@gmail.com.

Data: 08/02/2022
Ana Paula Borges Moreira
Pregoeira
Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação
Projeto Governo Cidadão

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 003/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 223.916/2021 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no Fornecimento de Medicamentos BLOQUEADORES NEUROMUSCULARES E INIBIDORES DE SECREÇÃO GÁSTRICA, para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

NOVA DATA DA ABERTURA: ADIADO ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO em virtude de retificações no Termo de Referência.

ID nº [916497].

Local de Realização: Sistema Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br.**

Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **dayanne.emserh@gmail.com**, ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 4 de fevereiro de 2022
Dayanne Estrela da Costa Leite
Agente de Licitação da EMSERH

ATO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021 – AMC

A SUPERINTENDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA – AMC, autoridade máxima de trânsito do Município de Fortaleza, no exercício das atribuições estabelecidas pela Lei Municipal no 0189/2014.

CONSIDERANDO, que o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial n.º 005/2021 foi suspenso, em 14/07/2021, por razões de ordem administrativa, antes da homologação do certame e da adjudicação do objeto.

CONSIDERANDO, CONSIDERANDO, que foi protocolada no Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE) denúncia, com pedido de medida cautelar, através do Processo n.º 17280/2021-6, acerca de possíveis irregularidades no referido certame licitatório.

CONSIDERANDO, que a AMC promoveu a ampliação da parceria com o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-CE), viabilizando o compartilhamento de soluções tecnológicas como os softwares necessários ao registro eletrônico de infrações de trânsito (Talão Eletrônico), e que este item fazia parte do LOTE 01 do Pregão Presencial nº. 005/2021;

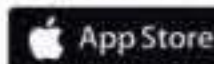
CONSIDERANDO, por conseguinte a necessidade de iniciar um novo procedimento licitatório contemplando a realidade e a necessidade atual do órgão de trânsito do município de Fortaleza;

RESOLVE,

REVOGAR o Pregão Presencial n.º 005/2021, Edital n.º 7576/2021, referente ao Processo Administrativo n.º P030145/2021, tipo menor preço, que tem como objeto o registro de preços visando a contratação de empresa para execução de serviços operacionais auxiliares ao atendimento e operação das atividades essenciais da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC), com fulcro nas disposições dos artigos 38, IX e 49, ambos da Lei nº 8.666/1993 e na Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal.

Cientifique-se a Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza – CLFOR para que adote todas as providências que o caso requer, bem como promova a ampla publicidade do presente ato.

Fortaleza/CE, 07 de fevereiro de 2022.
Juliana Carla Coelho Cavalcante
SUPERINTENDENTE DA AMC

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E ALIMENTAÇÃO DE SÃO PAULO-SP (STILASP) - Av. Celso Garcia, nº 1.588 - Belém - Fax-Fone: 2618-1422 - CEP: 03014-000 - **CAMPANHA SALARIAL 2022 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - "VIRTUAL E PRESENCIAL" -** Ficam convocados todos os trabalhadores (associados e não associados) que prestam serviços nas Empresas de SAL E ARROZ, CARNES E DERIVADOS, AÇÚCAR, AZEITE E ÓLEO, DOCES E CONSERVAS, FRIO, RAÇÃO, SUCOS, CACAU E BALAS, constituída pelos seguintes Municípios do Estado de São Paulo: São Paulo (Capital), Araçariguama, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itapevi, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Jandira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, São Roque, Suzano e Taboão da Serra, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA"VIRTUAL OU PRESENCIAL" que serão realizadas de forma remota/virtual, no dia 11 de fevereiro de 2022 (sexta-feira) em primeira convocação no horário das 13:00 horas e às 13:30 horas em segunda e última convocação, através de nosso link abaixo informados, ou PRESENCIAL no dia 11 de fevereiro de 2022, no horário das 15:00 horas e às 15:30 horas, na sede do Sindicato, sito a Avenida Celso Garcia, 1.588 - Belém, nesta Capital de São Paulo, onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da aprovação ou não da seguinte ORDEM DO DIA: 1) VIGÊNCIA; 2) REAJUSTE SALARIAL C/EXTINÇÃO DO TETO OU LIMITE PARA REAJUSTE SALARIAL; 3) SALÁRIO NORMATIVO; 4) CESTA BASICA; 5) DESJESUM; 6) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS; 7) RESCISÕES CONTRATUAIS E FORNECIMENTO DO PPP; 8) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS;. 9) ALIMENTAÇÃO; 10) FORNECIMENTO DE LANCHE/REFEIÇÃO; 11) PLANO DE SAÚDE; 12) PLANO ODONTOLÓGICO; 13) SEGURO DE VIDA; 14) MATERIAL ESCOLAR; 15) CESTA NATALINA; 16) FUNDO DE INCLUSÃO SOCIAL; 17) ALEITAMENTO MATERNO; 18) LICENÇA PATERNIDADE; 19) LICENÇA PARENTAL; 20) CIPEIROS ELEITOS; 21) PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E/OU ENCONTROS SINDICAIS; 22) DELEGADOS SINDICAIS; 23) PREVENÇÃO ÀS LER/DORT; 24) DO TRABALHO EM DOMICILIO -HOME OFFICE; 25) DO REGIME DE PRONTIDÃO OU SOBREAVISO; 26) PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS NEGOCIAÇÕES; 27) MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLAUSULAS DA CONVENÇÃO COLETIVA ANTERIOR 2021/2022. A decisão da assembleia servirá como autorização prévia e expressa para o desconto e aplicação das normas coletivas, em conformidade com o Artigo 8º, inciso 4º da CF e Artigo 545 da C.L.T; 12. Concessão de poderes ao Sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho e requerer a instauração de dissídio coletivo; 13. Fica desde já aberto o prazo de 10 dias para os não filiados manifestarem sua representação nas negociações coletivas e a oposição ao desconto da contribuição, e que deverá ser feito por escrito, individualmente e pessoalmente na sede do Sindicato. 13. Obs.: o Link será o mesmo para as duas chamadas. https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZDZmZTFlZGItZjVmNC00YWUzLWEwZTMtYzlyY2FlNWNhYzJm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22917ce905-0fb6-4840-8afa-fb5a06f6419b%22%2c%22Oid%22%3a%22e69dc572-c676-4720-bb26-dfd2b01a4176%22%7d - As assembleias, em segunda convocação serão realizadas com qualquer número de trabalhadores. São Paulo, 09 de fevereiro de 2022. **Carlos Vicente de Oliveira** - Presidente.

José Pastore
Sociólogo e professor da USP

‘Vejo boas razões para que emprego volte em 2022’

— Há obras contratadas, caixa cheio nos Estados e tudo depende de a Ômicron cair, diz professor

CENÁRIOS

SONIA RACY

Fazer projeções sobre emprego e desemprego no Brasil, neste momento, “é uma aventura”, adverte o professor **José Pastore,** que há cinco décadas ensina economia na USP e já trabalhou como visitante em universidades como as de Wisconsin, Yale e Califórnia. Aventura por quê? “Há, sim, razões para se apostar na queda do desemprego”, mas qualquer aposta “vira devaneio se vier uma nova onda forte da pandemia”, explica. Sua esperança é que aconteça no Brasil o que já se viu, nos últimos meses, em outros países, onde a Ômicron chegou forte, mas perdeu força pouco depois.

Nesta conversa com Cenários, Pastore critica os ataques do PT e seus aliados à reforma trabalhista e pede com urgência uma reforma administrativa para acabar com “desigualdades que são geradas por lei”. Ressalta que as concessões aprovadas em 2021 trarão obras já contratadas – o G5 é um exemplo disso – e muitos Estados e municípios “estão com a caixa cheia”, dado o ano eleitoral. A seguir, principais momentos da conversa.

KUNH BADEN BADEN

José Pastore: ‘O emprego de hoje é o investimento de ontem’

Dados novos apontam uma diminuição do desemprego e bons números do Caged. Como o sr. analisa essas boas notícias?

Os dois números – a geração de 2,7 milhões de empregos formais no Caged e a redução do desemprego – surpreenderam até mesmo os analistas. São dados inquestionáveis. Depois da explosão do desemprego com a pandemia em 2020, o quadro agora se mostrou mais promissor.

Como se explica isso?

O Tom Jobim já dizia que o Brasil não é para principiantes. Analisando bem, os 2,7 milhões de empregos formais que o Caged detectou agora são empregos que foram destruídos em 2020.

A propósito, qual foi a taxa de desemprego mais baixa que tivemos, depois da virada do século?

Foi em 2014, um número que hoje é surpreendente – 4,8%, a menor que já tivemos. Dizem que o pleno emprego é quando a taxa está em 5% ou 6%. Então, foi uma taxa melhor do que a do pleno emprego.

O que temos pode ser o começo de uma recuperação?

É uma aventura fazer agora projeções sobre emprego e desemprego. Vamos fazer uma hipótese em que a Ômicron repita o que se viu nos outros países, onde ela subiu e depois perdeu força. Se ela cair no início de março, poderemos ter boas notícias no campo do emprego. Há coisas já contratadas, concessões definidas em 2021. E contratos de concessão têm lá uma cláusula segundo a qual a concessionária tem de ampliar e modernizar a concessão. Por exemplo, o G5, que prevê a instalação de milhares de antenas novas no País: isso gera emprego. E, em segundo lugar, tem o caixa dos Estados e municípios, que está repleto de dinheiro, viu? Eles estão nadando em dinheiro.

> **Pressão online**
> **‘Sugiro que trabalhadores usem a rede, como eu faço, para cobrar e cansar os políticos’**

É a campanha eleitoral, né?

Sim, estão começando as obras, remodelando escolas, centros de saúde. E, em terceiro lugar, temos o agro que, assim como os minérios, está exportando bem. E, como quarto fator, os programas de transferência de renda. Auxílio Brasil, auxílio-alimentação, voucher-caminhoneiro, isso eleva a renda e aumenta o consumo nas classes de renda mais baixa. O que significa aumentar o emprego.

Pode-se dizer que o sr. está ligeiramente otimista?

Não será nada retumbante, para trazer o desemprego para 6% ou 7%, mas vai ser melhor do que 2021 – se a Ômicron deixar, é claro. Estas projeções vão virar devaneio se vier uma nova onda da covid.

Como vê hoje o debate sobre reforma trabalhista?

Em ano eleitoral, como este, ela já entrou sob protesto. Aí estão o PT e as centrais sindicais propondo sua revogação, dizendo que a reforma não gerou emprego, gerou desemprego. Segundo, que retirou direitos dos trabalhadores. Isso merece um comentário crítico. Porque lei nenhuma cria emprego, se isso fosse possível seria fácil acabar com o desemprego. Você tem é um país que investe, cresce e, dessa forma, gera emprego. O emprego de hoje é o investimento de ontem. E, quanto aos direitos, há 15 deles que os sindicatos podem negociar com as empresas e outros 30 que são inegociáveis, pois estão na Constituição.

Há um forte debate sobre gastos públicos. Como vê a questão?

O problema, dizem os especialistas, é que o prazo de vencimento dos papéis do déficit público é muito curto, coisa que não ocorre nos EUA, no Japão, na Itália. Aí a pressão é maior, e isso traz insegurança ao investidor. E faz muita falta uma reforma administrativa, que inclua uma reforma do Estado. Pois temos muitas desigualdades que são geradas por lei.

O que acha que se pode esperar, a sério, de 2022?

Aos jovens, adultos e aposentados, eu diria que usem as tecnologias modernas, as redes sociais, para cansar os políticos, cobrá-los para que façam o que precisa ser feito. É o que estou fazendo. Todas as semanas, tiro quatro horas só para passar e-mail para os políticos que elegi. Com pressão nas redes, eles ficam preocupados. E você está tocando onde deve ser tocado, o bolso deles. ●

NA WEB
No Facebook, no Twitter, no LinkedIn e no YouTube do ‘Estadão’. No YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br/e/josepastore

Mercado financeiro **Balanço**

Bradesco lucra R$ 26,2 bilhões em 2021, resultado anual recorde

Banco expandiu carteira de crédito, que cresceu 18% e atingiu R$ 812,7 bilhões; entre pessoas físicas, 80% das solicitações de financiamento foram feitas pela web

MATHEUS PIOVESANA
ALTAMIRO SILVA JUNIOR

O Bradesco encerrou o quarto trimestre de 2021 com lucro líquido recorrente de R$ 6,6 bilhões, queda de 2,8% na comparação com o mesmo período de 2020 – resultado que veio em linha com as expectativas de sete casas de análise e bancos consultados pelo serviço *Prévias Broadcast*. Em 2021, o lucro recorrente do banco teve um salto de 34,7% em relação a 2020, para R$ 26,2 bilhões – um recorde.

"O recorde histórico do balanço de 2021 tem sua identidade na solidez dos fundamentos. Isso nos fortalece para os desafios deste ano", disse, em nota, o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Jr. O patamar ficou acima do registrado em 2019, ano anterior à pandemia da covid-19, quando o lucro chegara a R$ 25,9 bilhões.

Lazari destacou, em mensagem que acompanhou os resultados do Bradesco, que a recuperação da economia ao longo do ano passado, fruto do arrefecimento da pandemia, permitiu que a instituição pudesse atuar com uma perspectiva mais expansionista.

Isso se refletiu em um forte aumento da carteira de crédito do banco, que somou R$ 812,7 bilhões em 2021, alta de 18,3% sobre 2020. A maior parte do crescimento veio das operações direcionadas a pessoas físicas, que subiram 23,2%, enquanto as liberações de financiamentos a empresas avançaram 15,8%.

MAIS DIGITAL. Os canais digitais cresceram em importância na liberação de empréstimos pelo banco. No ano de 2021, foram R$ 88 bilhões por meio destes canais. No caso das pessoas físicas, 80% das solicitações tiveram origem em consultas feitas em dispositivos móveis.

Ao todo, o atendimento online foi responsável por 98% do total de transações realizadas pelos clientes do Bradesco em 2021. "Olhando pelo retrovisor, foi adequada a decisão de dobrar a aposta na transformação digital, no foco na experiência do cliente e no controle absoluto dos custos, ao mesmo tempo adotando uma forte política de provisões", disse o presidente do banco.

Para 2022, a expectativa do banco é de crescimento, mesmo com um desempenho mais fraco da economia brasileira – que deve ter variação perto de zero. "Há novos fatores de risco a ponderar", disse Lazari. "Somos realistas, o cenário é adverso, mas sabemos navegar contra o vento e temos instrumental seguro para lidar com ele." ●

Gigante de investimentos

Lucro da XP sobe 76% em 2021, para R$ 4 bilhões

A XP Investimentos fechou 2021 com lucro líquido ajustado de R$ 4 bilhões, 76% a mais do que em 2020. A receita líquida da gigante dos investimentos subiu 48%, atingindo R$ 12 bilhões. No último trimestre do ano, os ganhos somaram quase R$ 1,1 bilhão, uma expansão de mais de 50% ante o mesmo período de 2020.

Considerados os novos negócios da companhia (previdência, cartão, crédito e seguros), a carteira de crédito atingiu R$ 46 milhões no quarto trimestre, expansão de 296% frente ao mesmo período de 2020.

Sobre o cenário macroeconômico, com taxa Selic em dois dígitos, o sócio e diretor financeiro da XP, Bruno Constantino, disse não acreditar em um impacto negativo nos negócios da empresa. Para ele, o mais relevante é se o portfólio do cliente está positivo ou negativo. Ele também disse acreditar que os ajustes do Banco Central (BC) na taxa de juros estejam próximos do fim. ●

CIRCE BONATELLI, MATHEUS PIOVESANA E
CYNTHIA DECLOEDT/ CRISTIANE BARBIERI (EDIÇÃO)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Algar, Copel e Sercomtel pressionaram para mudar termos da venda da Oi

A venda das redes móveis da Oi para a aliança entre TIM, Vivo e Claro, que tende a ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com restrições, enfrentou artilharia aberta de outras empresas de telecomunicações, que trabalharam para ganhar com a eventual aprovação da operação mediante contrapartidas. A mineira Algar, da família Garcia, e as paranaenses Copel e Sercomtel, do empresário Nelson Tanure, mobilizaram suas tropas de advogados e jornalistas para criar entraves para o negócio. A estratégia, como se viu, parece ter surtido efeito. Isso porque a operação caminha para ser aprovada pelos órgãos reguladores com mais obrigações para o trio de operadoras do que o previsto inicialmente.

Algar acusou teles de jogo combinado

A Algar acusa TIM, Vivo e Claro de queimarem a largada ao selar a transação sem o aval dos órgãos competentes. Essa infração é conhecida pelo jargão de 'gun jumping'. A acusação ganhou respaldo do Ministério Público, que encaminhou ao Cade manifestação defendendo investigação da suposta ilegalidade.

Copel também questionou Anatel

A Copel também obteve uma vitória. Apontou ilegalidades nas sessões da Anatel, que deram anuência à venda. Argumentou que não poderiam ter sido presididas pelo conselheiro Emmanoel Campelo, que já havia ultrapassado o período de permanência provisória no cargo. A Anatel admitiu rever as reuniões.

● **TIRO E PORRADA.** A Sercomtel também passou a engrossar a artilharia contra o negócio. Em manifestação ao Cade enviada nesta terça-feira, a empresa pede que as teles se desfaçam de ativos da Oi.

● **DEFESA DE MERCADO.** A ofensiva contra o negócio tem dois objetivos. Um é impedir que a Oi embolse R$ 16,5 bilhões com a venda das redes móveis e use o dinheiro para investir na expansão da fibra ótica por meio da V.tal, empresa que tem o BTG Pactual e a Globenet como sócias. A rede da V.tal é de longe a maior do Brasil, com capacidade de atropelar concorrentes em todo o País. Algar e Copel também trabalham com fibra ótica.

● **AQUISIÇÕES.** O segundo é a aprovação da operação mediante contrapartidas como a venda de antenas, radiofrequências e carteira de clientes da Oi Móvel, fatores que interessam à Algar, à Copel e à Sercomtel. Todas são candidatas à compra de ativos nas regiões onde atuam. Procuradas, as empresas não comentaram.

AUTORIZAÇÕES

L. C. LEITE/ESTADÃO-16/8/99

Prédios na região da Berrini, na zona sul da capital paulista, que tem trechos incluídos na Operação Urbana Água Espraiada

● **ESPIGÃO.** Atendendo a empresários do mercado imobiliário, a Prefeitura de São Paulo dobrou o tamanho do leilão de Certificados de Potencial Construtivo (Cepacs) na Operação Urbana Água Espraiada. A previsão inicial era ofertar 160 mil títulos, mas agora serão 320 mil. O certame será em 8 de março e pode movimentar até R$ 696 milhões, considerando o preço mínimo por unidade fixado em R$ 2.175.

● **EM MIÚDOS.** Os Cepacs são títulos que permitem às incorporadoras erguer prédios acima dos limites estabelecidos por lei em cada bairro. Os recursos arrecadados pelos cofres públicos vão para obras de infraestrutura e mobilidade na região. Além das empresas de construção, os leilões atraem investidores, que podem revender os Cepacs no mercado secundário, em Bolsa.

● **EM ALTA.** A Operação Urbana Água Espraiada abarca trechos da Marginal Pinheiros, Berrini, Brooklin, Chucri Zaidan e Jabaquara. São alguns dos principais eixos de crescimento do mercado imobiliário paulistano, o que explica a movimentação de empresários junto às prefeituras para aumentar a oferta. O último certame da Operação Urbana Água Espraiada foi em 2012.

● **FACADA.** Além do combustível e dos modelos, os donos de carros vão pagar mais caro também pela proteção. A maior seguradora do setor no País, a Porto Seguro, subindo os preços das apólices novas e das renovações. Outras empresas devem seguir o movimento, visto como necessário diante do salto dos preços dos carros e da maior circulação nas cidades.

● **DE ELEVADOR.** Os sinistros (eventos cobertos por seguros) dispararam no ramo automotivo no fim de 2021: segundo a Susep, chegaram a 81% em novembro, 9 pontos porcentuais acima do mês anterior. Esse aumento se deu pela maior circulação e pela inflação. As indenizações seguem, até certos limites, os preços da tabela Fipe, que subiram sem trégua em 2021 com a crise de produção do setor e a falta de peças.

SOBE

Demanda global aquecida ajuda frigoríficos

MICHAEL CIAGLO/BLOOMBERG-1/6/2021

A demanda global aquecida sustentou os papéis dos frigoríficos ontem na B3. Marfrig e JBS despontaram no Ibovespa com ganhos de 4,98% e 4,62%, respectivamente. As ações da Minerva subiram 2,06%. Além da demanda firme, o resultado da americana Tyson também gerou expectativas positivas para o balanço do quarto trimestre de 2021 de Marfrig e JBS, ambas com operações nos EUA.

DESCE

Saúde preocupa investidores e segurados

NOTREDAME INTERMEDICA-19/1/2020

O mercado segue decepcionado com as sinergias divulgadas por Hapvida e NotreDame Intermédica, em decorrência da fusão entre as duas empresas, e os papéis voltaram a cair ontem. Hapvida recuou 3,97% e Notredame, 3,15%. Decepcionados também estão os antigos clientes da Amil que enfrentam o descredenciamento de hospitais após a transferência dos planos da empresa para a APS – Assistência Personalizada em Saúde.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **112.234,46 PTS.** | Dia **0,21%** | Mês **0,08%** | Ano **7,07%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BANCO INTER UNT	25,54	8,13	36.919
BANCO PAN PN	10,00	7,87	29.381
NATURA ON NM	21,84	5,35	22.045

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
HAPVIDA ON NM	11,38	-3,97	48.304
BR MALLS PARON	9,27	-3,64	21.980
PETZ ON NM	17,20	-3,37	11.909

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

5/2 A 5/3	0,0000	0,6974	0,5000	0,5000
6/2 A 6/3	0,0000	0,6974	0,5000	0,5000
7/2 A 7/3	0,0000	0,6974	0,5000	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	35.462,78	1,06	0,94	-2,41
FRANKFURT - DAX	15.242,38	0,24	-1,48	-4,04
LONDRES - FTSE	7.567,07	-0,08	1,28	2,47
TÓQUIO - NIKKEI	27.284,52	0,13	1,05	-5,23

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,16	3.035,22
	15/5/2035	5,57	1.800,48
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2030	5,42	4.067,96
PREFIXADO	1º/7/2024	11,35	777,15
	1º/1/2026	11,16	662,69
SELIC	1º/9/2024	0,06	11.325,23

(*) TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,73	-	10,16	10,16
IGPM (FGV)	0,87	1,82	1,82	16,91
IGP-DI (FGV)	1,25	2,01	2,01	16,71
IPC (FIPE)	0,57	0,74	0,74	9,60
IPCA (IBGE)	0,73	-	10,06	10,06
CUB (Sinduscon)	0,23	0,38	0,38	13,70
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,36	0,47	0,47	4,14

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,1681	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	1,1673	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	1,0960	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.100,00	7,5%
DE 1.100,01 ATÉ R$ 2.203,48	9%
DE R$ 2.203,49 ATÉ R$ 3.305,22	12%
DE R$ 3.305,23 ATÉ R$ 6.433,57	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.100,00 A 6.433,57	20%	DE 220,00 A 1.286,71

VENCIMENTO 15/2. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (*)	10,19	0,00	3,45	17,92
CDI	10,65	0,00	16,39	16,39

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/22	18,08	271.342	17,84	18,14	0,17
CAFÉ NY*	MAR/22	249,40	82.448	242,40	250,50	2,93
SOJA CBOT**	MAR/22	15,690	244.271	15,590	15,865	-0,18
MILHO CBOT**	MAR/22	6,340	431.419	6,288	6,385	-0,51

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	191,85	-1,32	17,12
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	338,35	2,74	12,55
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	97,14	0,18	17,47
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.510,30	1,89	177,23

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2606	0,11	-0,85	-5,65
DÓLAR TURISMO	5,4230	0,11	-0,80	-5,47
EURO	6,0046	-0,12	0,65	-4,91
OURO	306,000	1,98	1,16	-7,27
WTI US$/BARRIL	89,5300	-2,27	1,32	17,12
BRENT US$/BARRIL	90,9700	-1,97	1,86	16,79

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMER.	1,000	1,1419	1,3550	0,1901
EURO	0,876	1,0000	1,1866	0,1665
FRANCO SUÍÇO	0,925	1,0562	1,2533	0,1758
LIBRA ESTERLINA	0,738	0,8428	1,0000	0,1403
IENE	115,534	131,9295	156,5450	21,967

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS | FONTE: IDC

Regulação Tele em dificuldades

Cade deve aprovar venda da Oi Móvel, mas com restrições

LORENNA RODRIGUES
GILHERME PIMENTA
BRASÍLIA

Em meio à pressão do governo e de representantes das empresas, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deve aprovar, com restrições, a compra da Oi Móvel por TIM, Claro e Vivo. A operação será avaliada hoje pelo órgão antitruste, responsável por permitir, ou não, a conclusão de grandes fusões e aquisições.

De acordo com fontes ouvidas pelo *Estadão/Broadcast*, a maioria do conselho tende a avalizar a compra e impor condições, como o compromisso de alugar parte das faixas de frequência adquiridas da Oi para empresas menores. Até a noite de ontem, as negociações continuavam, e a parcela das faixas que as empresas terão de alugar ainda estava em discussão.

As empresas também devem se comprometer a alugar uma faixa usada em locais de menor densidade populacional (900 Mhz), como áreas rurais. O pacote prevê ainda a venda de antenas e equipamentos da Oi Móvel.

Segundo fontes, o conselheiro relator do caso, Luis Braido, deve votar pela reprovação da compra e um ou dois conselheiros tendem a acompanhar esse voto. Os demais devem votar a favor, estipulando restrições. Como são seis conselheiros, se houver empate o presidente do órgão, Alexandre Cordeiro, tem voto de Minerva e, de acordo com fontes, ele seria favorável ao negócio.

'QUESTÃO DE ESTADO'. Representantes do governo vêm intercedendo pela aprovação, com a alegação de que se trata de "problema de Estado", uma vez que a quebra da Oi pode causar impactos em grande parte da população. Nos últimos dias, executivos globais das três teles também atuaram pela liberação no Cade, assim como representantes do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). ●

Para entender

Oi foi de 'supertele' para gigante endividada

● **Sonho grande**
Criada para ser uma "supertele", a Oi se envolveu em problemas societários e financeiros que a levaram a pedir recuperação judicial em 2016

● **Fatiamento**
Desde então a operadora estuda alternativas para pagar dívidas, que somavam R$ 65 bilhões à época. Por isso, decidiu vender ativos

● **Repartição**
Em dezembro de 2020, Vivo, Claro e TIM se juntaram no leilão da Oi Móvel e arremataram a empresa por R$ 16,5 bilhões

● **Concentração**
Como a divisão iria gerar concentração de praticamente todo o espectro de radiofrequência, o Cade passou a negociar "remédios" para atenuar esse impacto

● **Resistência**
As empresas resistem a ceder demais a exigências de compartilhamento de rede e de oferta de roaming

Internet via satélite

Starlink, de Musk, custará R$ 530 por mês no Brasil

BRUNA ARIMATHEA

A Starlink, operadora via satélite do bilionário Elon Musk, divulgou os preços para os usuários que desejarem contratar seus serviços no Brasil nos próximos anos. O plano disponível no site da empresa oferece velocidades de download de 150 a 500 Mbps a R$ 530 por mês. Incluindo o custo dos equipamentos, porém, a conta deve chegar a R$ 10 mil anuais, sem incluir impostos.

A empresa recebeu no final de janeiro o aval da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para operar satélites de órbita baixa no País. A ideia de Musk é que a Starlink possa resolver o problema de conexão de internet principalmente em áreas rurais, onde a rede de fibra óptica não costuma estar disponível.

Sobre o alto custo, a empresa alega que há prejuízo nas vendas dos planos porque o processo de fabricação dos equipamentos e peças ainda é custoso. Nos EUA, por exemplo, os planos de assinatura giram na casa dos US$ 500.

A Starlink foi criada em 2015, como um braço da SpaceX, de turismo espacial. O projeto promete colocar 42 mil satélites em órbita baixa (entre 500 km e 2 mil km de altitude) para vender serviço de internet. ●

Informe Publicitário
COLUNA SECOVI SP A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO
Jornalista Responsável Silvia Carneiro MTb 19.466 Ano 40 Nº 2063 9 de fevereiro 2022 secovi.com.br

30 anos e funcionando muito bem

A Lei do Inquilinato organizou de forma tão eficiente o mercado que não se compreendem as tentativas de voltar atrás

Em outubro do ano passado, comemorou-se o 30º aniversário da Lei das Locações, resultado da movimentação da sociedade civil, da conjunção de locadores, locatários, administradores e investidores. Não foi lei criada longe, gestada em algum gabinete estranho aos desejos do povo. Por isso mesmo, funciona.

O que se tinha até então no País era a conjugação dos verbos congelar, impedir, proibir, dentre outros que retratavam os óbices de toda ordem, impostos sobre as locações urbanas. Melhor dizendo, sobre as pessoas que alugavam.

Ninguém se dispunha a construir residências para alugar. Resultados: oferta reduzida e decrescente de imóveis; aluguéis elevadíssimos – dada a escassez –, embutindo expectativas inflacionárias; e riscos jurídicos e judiciais.

Mas as pessoas precisam morar e trabalhar. Foi quando a Lei nº 8.245 corporificou a prática de atores do setor, do desenvolvimento jurisprudencial e da boa doutrina, consistindo na norma que melhor funcionou ou, mais exatamente, que permitiu a operação das locações, a ponto de nessas décadas ter exigido, tão somente, acréscimos pontuais, atualizadores.

Jaques Bushatsky, advogado e pró-reitor da Universidade Secovi-SP

"*Nós, as pessoas, sabemos resolver nossas questões*"

Agora, é preciso definir o futuro: cederemos à tentação, que uns têm propagado, de permitir graves interferências que desvirtuam o sistema dos aluguéis, proibindo despejos, impondo índices? Ou, como pensam muitos, haveremos de prosseguir com liberdade – e a responsabilidade e a eficiência dela advindas?

Nós, as pessoas, sabemos resolver nossas questões. Contamos com o Judiciário eficiente quando necessário. Preferimos ser livres, e conseguimos uma lei que organizou os aluguéis e retratou com êxito o querer social. Fiquemos com o que é bom!

LEIA MAIS

Camila Farani

contato@camilafarani.com.br

Sobrevivendo a um mundo exigente

A mudança é um fato da vida. Pode gerar desconforto? Pode. Não é fácil abraçar o novo, especialmente, quando isso é imposto e nada parece estar no controle. Você precisa se reinventar para avançar profissionalmente. A sua empresa precisa se tornar digital, senão vai morrer na praia. Os times precisam ter alta performance.

Vivemos em um mundo volátil, imprevisível e exigente. Como sobreviver a ele?

Isso me lembra um artigo que li recentemente na *Harvard Business Review* sobre paralisia de identidade. Você já ouviu este termo?

Resumidamente, diz respeito a como, ao vivenciar uma grande mudança, especialmente se for decorrente de um fator involuntário, alheio à nossa vontade, podemos criar esse sentimento em que o nosso senso de identidade falha no desafio de ter de acompanhar o novo papel ou situação que precisamos assumir.

Qual o caminho para abandonar o passado e aceitar uma nova identidade, que é a que nos levará ao futuro? Estamos falando de *personal growth*, mas essa lógica pode ser aplicada para as organizações.

No caso do estudo, os pesquisadores identificaram cinco estratégias que apoiam a criação dessa nova identidade: marcar uma ruptura distinta com o passado; criar uma história para unir o passado e o presente; reconhecer e trabalhar com emoções desafiadoras; não ter medo de fantasiar e concentrar-se em identidades importantes e não profissionais – nesse caso, vale a observação: o nosso trabalho, por si só, não reflete toda a nossa identidade.

> *Para avançar, precisamos de uma nova forma de olhar para organizações e para a nossa vida*

O mundo do futuro não será mais como o que vemos hoje. Todos os sinais disso estão aí: empresas recém-criadas ajudando gigantes a se transformarem e se manterem competitivas no mercado; cultura da colaboração ganhando espaço da lógica da competição e tecnologias disruptivas, como as criptomoedas e o metaverso – e a *meta-economy* que vai girar em torno dessa tendência comportamental e tecnológica. E isso para citar alguns fatores.

Para avançar, precisamos de uma nova forma de olhar para as organizações e para a nossa vida. Gosto muito do conceito da Sociedade 5.0, criado no Japão para ilustrar, justamente, essa nova era que vivemos, pautada por uma série de mudanças desafiadoras.

Um momento muito orientado para o uso da tecnologia, mas com o propósito de garantir mais qualidade de vida, saúde mental e colaboração. O conhecimento domina o mundo e, se cada ator construir uma parte, dar a sua contribuição, teremos o todo mais rico, mais plural e mais eficiente. ●

INVESTIDORA-ANJO E PRESIDENTE DA BOUTIQUE DE INVESTIMENTOS G2 CAPITAL

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Frédéric Ollier

'Lucraremos com as caronas apenas em 2023'

No Brasil, o serviço mais conhecido da startup francesa BlaBlaCar opera no vermelho

ROBERT MOREL/BLABLACAR-7/1/2022

Para Ollier, passageiros de ônibus devem passar a comprar online

ENTREVISTA

Francês fluente em português, Frédéric Ollier trabalha há 5 anos na BlaBlaCar, onde lidera área de transportes por ônibus

GUILHERME GUERRA

Conhecida pelo serviço de caronas, a francesa BlaBlaCar planeja começar a cobrar só em 2023 pelas viagens que a tornaram conhecida. Por decisão própria, a empresa prefere continuar a operar no vermelho no Brasil, apostando na captação de clientes. "Não estamos obtendo lucro. Essa é uma escolha da empresa", conta ao **Estadão** o vice-presidente de operações da BlaBlaCar na América Latina, Frédéric Ollier. "A ideia é monetizar o serviço de caronas em 2023". O executivo também falou da entrada no segmento de ônibus, do impacto da pandemia na operação e de como a empresa lida com questões sanitárias em seu serviço.

Leia, a seguir, os principais trechos da conversa:

Como foram os últimos anos para a BlaBlaCar?

No período pré-pandemia, estávamos com uma atuação saudável na plataforma de caronas. A gente movimentou um pouco mais de 5,5 milhões de passageiros em 2019. Estávamos em um ritmo de crescimento de quase 100% ao ano. Já na pandemia, vimos uma resiliência muito boa do negócio. Fechamos 2021 com quase 6 milhões de passageiros. De maneira geral, o que foi interessante foi a resiliência do sistema de caronas: retomamos muito rapidamente todas as vezes em que houve lockdown.

> ***"Tentamos limitar recursos obrigatórios para manter o produto sem restrições."***
> **Frédéric Ollier**
> **Vice-presidente da BlablaCar na América Latina**

Qual é a importância do segmento de ônibus para a empresa?

Foi um dos grandes pilares que nos sustentaram no ano, porque escalamos muito rapidamente nossa oferta. Em 2021, assinamos mais de 120 contratos com empresas do setor rodoviário.

Por que entrar no segmento de ônibus?

É possível crescer muito aqui. Ainda hoje, no Brasil, mais de 80% do mercado é offline. Enxergamos um potencial muito grande de migração de passageiros do mundo offline para o mundo online.

Dadas as seguidas ondas da pandemia, vocês saem prejudicados?

Uma crise não muda o resultado no Brasil, porque não monetizamos o sistema de caronas. Não cobramos nada do passageiro. Não vai mudar a nossa história em 2022, se a pandemia continuar. A ideia é monetizar as caronas em 2023.

A BlaBlaCar tem previsão de quando fechará no azul?

Não tenho previsão, mas é uma fonte de preocupação. O time local é muito enxuto. Nossos custos de operação são baixos no Brasil. O assunto é mais sobre os planos de crescimento do que calcular uma forma de *break-even (equilíbrio financeiro)* no Brasil.

Quais são os protocolos da BlaBlaCar contra a covid?

Recomendamos o uso de máscara. Além disso, reduzimos o número de assentos durante o pico na pandemia para as viagens ocorrerem com mais segurança. Também estamos lançando na Europa um recurso para oferecer a possibilidade de passageiros e condutores divulgarem o próprio passaporte da vacina. Estamos avaliando a possibilidade de fazer isso no Brasil.

Por que a empresa não torna o uso de máscara obrigatório?

Em caronas, incentivamos os usuários a usar. Mas tentamos limitar a quantidade de recursos obrigatórios para manter o produto sem restrições gigantescas e para ter uma liberdade responsável para usuários.

A BlaBlaCar quer motoristas e passageiros que não tomam vacinas e não usam máscaras?

Os motoristas não são nossos funcionários. Somos uma rede que conecta pessoas. Não temos controle absoluto sobre tudo. Tentamos criar círculos virtuosos para que as coisas aconteçam. Passageiros e motoristas se avaliam na plataforma, então, é claro que uma pessoa que tem um comportamento inseguro vai receber avaliações ruins. Queremos que as pessoas respeitem as regras. ●

ACERVO FÁBIO PORCHAT

MIKE BLAKE / REUTERS

C4 Cinema

Surpresas na disputa pelo Oscar

'Ataque dos Cães' lidera lista formada por vários longas estrangeiros

Competição tem filmes do Japão, Dinamarca e Espanha, entre outros

Direto da Fonte
Sonia Racy

Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Palco para Oswald

A Edusp lança neste sábado, véspera do centenário da abertura da Semana de Arte Moderna, os dois volumes de *Obra Incompleta*, de **Oswald de Andrade** – com direito a mesa-redonda na Biblioteca Municipal. Organizada por **Jorge Schwartz**, em parceria com a Biblioteca, e um dos pontos altos da data, a obra é fruto de 30 anos de pesquisa da qual participou também **Haroldo de Campos.**

Com 1.600 páginas, ela é a união de três livros – um de poesia, outro de ficção e um terceiro de teses e de críticas.

Diferenças

Ministros do STF testemunharam pela primeira vez, na semana passada, uma pequena divergência entre os colegas **Kassio Nunes Marques** e **André Mendonça**, ambos indicados por **Bolsonaro**. Kassio, relator de um caso, votou a favor de um habeas corpus anulando provas e a condenação de um preso que, no processo, não foi informado de seu direito de ficar calado e não produzir provas contra si. E o julgamento foi interrompido por um pedido de vista de Mendonça.

Kassio, no caso, aderiu a um entendimento que tem sido usual entre ministros como **Gilmar Mendes**, **Ricardo Lewandowski** e **Edson Fachin**, em seus votos na corte.

A trabalho

Mario Frias viajará com **Bolsonaro** para a Rússia neste domingo. O "capitão Cultura" **André Porciúncula,** fiscal da Lei Rouanet e fiel escudeiro do secretário da Cultura, também vai. Além dos russos, vão encontrar autoridades da cultura na Hungria e Polônia. Ficam fora de 13 a 23 de fevereiro.

'EU TIVE UM SONHO'

Nilma Dominique é a primeira brasileira a ser agraciada com o Martin Luther King Jr. Leadership Award, concedido a estudantes, ex-alunos, funcionários e professores do MIT que incorporam o espírito do trabalho de Luther King Jr.

Segundo a direção do programa MIT-Brazil, Nilma incorpora os valores de Martin Luther: amor, igualdade, altruísmo. A festa do prêmio acontece virtualmente amanhã.

OLHO EM 2030

Criada pela rainha Silvia, da Suécia, a World Childhood Foundation, que ajuda crianças vítimas de abuso sexual, em todo o mundo, agora tem como vice-presidente a princesa Madeleine, filha da rainha. Um gesto que a casa real sueca define como "uma visão 2030 da organização".

FOTOS SILVANA GARZARO

1. Vera Simões e Regina Carnovale no coquetel de abertura da exposição que marca o centenário da Semana de Arte Moderna de 1922. 2. Bia Doria. 3. Fernando José e Cristiane da Costa. 4. Rosângela da Silva (Janja, noiva de Lula). Anteontem, no Foyer do Theatro Municipal.

FOTOS IARA MORSELLI

1. Mel Lisboa posou minutos antes de estrear a peça "Misery". 2. Celso Curi. 3. Vanessa Giácomo. 4. Alexandre Galindo e Marcello Airoldi também estão no elenco. Sexta-feira, no Teatro Porto Seguro.

Roberto DaMatta

Sombras, eleições e Peter Pan

Só Peter Pan conseguia se separar de sua sombra, conforme narrou, num longínquo 1902, James Matthew Barrie num livro originalmente intitulado *The Little White Bird* (A pequena ave branca). Foi somente em 1906 que surgiu o Peter Pan como um herói infantil que conhece uma "neverland" – um mundo paradoxal do nunca que é inaugurado na cabeça dos ficcionistas. A terra do nunca é um não lugar que não existe, mas que, uma vez inventado, existe. Entendeu?

Ouvi essa história de minha tia Amália, irmã de papai, solteirona e contadora de contos de fadas. Uma pessoa marginal na família extensa na qual cresci e que hoje está nesta imensa terra do nunca ao lado de um monte de meninos com a coragem de enfrentar piratas e dragões; de mocinhas inocentes encantadas por fadas más; de princesas à espera de serem desvirginadas por seus apaixonados e reais consortes. A coragem do menino solitário em busca do seu destino (a sua terra do nunca) sempre me impressionava, tal como o "dragão" que, exatamente como a polícia política ou o radicalismo fanático, está acordado de olhos fechados e dorme quando os abre.

Se você, leitor, encontrar um dragão, lembre-se dos conselhos de titia: de olhos abertos, dormem, mas de olhos fechados estão mais vivos do que nunca. É nesse jogo de oposições que vivemos o nosso inescapável "aqui e agora".

> ***A terra do nunca é um não lugar que não existe, mas que, uma vez inventado, existe. Entendeu?***

Prisioneiros de nossos sistemas pelo seu lado visível e invisível, estamos sempre preocupados com o que poderá acontecer ou com o que virá de fora de nossos desejos e planos. Na terra do nunca, onde pessoas voam e perigos incríveis são banais – essas terras das fadas, bruxos, princesas e dragões –, as sombras têm vida própria e podem nos enganar porque, tal como o inconsciente freudiano, elas independem de nossos movimentos. Parece o pior da política nacional, não?

Se vamos para a direita, nossa sombra vai para a esquerda e se ficamos parados, elas correm. No mundo real, as sombras são sombras. Na terra do nunca, elas nos irritam com suas vidas independentes.

É o que vamos viver até as eleições que se aproximam. A competição eleitoral traz de volta um mundo de sombras soltas. Ele lembra uma velha quadrinha mineira que bem exprime a ética do ganhar a qualquer custo: "Tu fingiste que me enganaste e eu fingi que acreditei, foste tu que me enganaste ou fui eu que te enganei?". ●

É ANTROPÓLOGO SOCIAL E ESCRITOR, AUTOR DE 'FILA E DEMOCRACIA'

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

TV *Série*

Porchat refaz roteiro do turista José Saramago

Humorista, que estreia novo stand-up em Portugal, percorre país para especial que volta a lugares visitados pelo escritor

FABIANA SERAGUSA

ESPECIAL PARA O ESTADÃO
LISBOA

ACERVO FÁBIO PORCHAT

Porchat em Portugal, onde já percorreu mais de 100 aldeias e cidades

Fábio Porchat vestia uma camisa da seleção portuguesa de futebol na primeira vez em que apareceu na televisão brasileira, durante uma rápida participação no *Programa do Jô* (Globo), há exatos 20 anos. A escolha foi totalmente por acaso, já que ele colecionava camisetas de vários times, mas hoje em dia a sua relação com o país lusitano é para lá de especial.

Neste mês de fevereiro, o artista realiza sua primeira turnê por Portugal com a estreia mundial de *O Novo Stand-up de Fábio Porchat*, que passará por seis cidades até o dia 18, com muitas sessões tendo ingressos esgotados – incluindo uma na casa de eventos Campo Pequeno, em Lisboa, com capacidade para 7.500 pessoas. Ao todo, 18 mil ingressos foram colocadas à venda em todo o país.

"A primeira vez que vim a Portugal foi em 2013, e tomei um susto com a repercussão, não imaginei que eles fossem tão fãs do Porta dos Fundos e nem que soubessem quem eu era", conta Fábio, que diz ter feito sua última apresentação por lá em 2015. "Não posso (*ficar tanto tempo sem fazer show*), é um país tão especial, onde tenho um público tão fiel assim, que me assiste, consome. É bom estar de novo aqui, estar perto deles e poder ampliar o raio."

Dessa vez, o apresentador de *Que História É Essa, Porchat?* (GNT) vai contar em cena detalhes de seus próprios perrengues, vividos em algumas das viagens pelos 51 países que visitou. Safári na África, massagem na Índia e dor de barriga no Nepal são alguns dos causos que prometem fazer rir no novo stand-up, que chega ao Brasil em abril, em Niterói.

SARAMAGO. "Esses shows, mais o documentário que estou gravando, são parte de um planejamento para ter mais e mais projetos por aqui", diz o artista, referindo-se à série de TV sobre José Saramago, da qual está à frente. Ele foi escolhido para reproduzir os passos feitos pelo escritor durante a realização do livro *Viagem a Portugal*, lançado em 1980 e reeditado agora para a celebração do centenário de nascimento do Prêmio Nobel de Literatura, em novembro de 2022.

Na obra, que ganhou anotações pessoais e fotos tiradas pelo próprio autor durante as andanças, Saramago percorre o país de norte a sul compartilhando crônicas, narrativas e recordações sobre cada um dos locais.

Porchat conta que foi escolhido pelo produtor Ivan Dias para protagonizar o projeto pelo fato de ter uma visão de fora e, claro, também por ser conhecido do grande público. "Ele não queria um português para fazer isso, queria alguém que tivesse um olhar fresco sobre Portugal, que se surpreendesse, que tivesse o carinho de alguém que vem de fora do país."

Já foram mais de 100 aldeias, vilas e cidades visitadas, conta o humorista, que conversou com o **Estadão** chegando a Leiria e com a previsão de passar por Caldas da Rainha e Óbidos em seguida. "Faltam muitas cidades, ainda vou para o Algarve (*extremo sul do país*), não terminei o livro ainda, digamos que falta o terço final para conhecer", explica.

"É impressionante conhecer a fundo esse país que, se comparado ao Brasil, embora de menor tamanho, exibe muita pluralidade, com pessoas queridas e acolhedoras. O que mais me marcou foi como o povo português é receptivo, carinhoso, simpático e como fui bem-recebido nos lugares pelos quais passei." A série documental produzida pelo canal RTP está programada para estrear em setembro deste ano.

Além de experimentar novos ares e ter contato com diferentes tipos de público, o artista brasileiro que se apresenta fora do País tem a oportunidade de perceber o valor dado à cultura lá e cá, comparando incentivos do governo e participação do público.

> **Série para a TV**
> **Projeto baseado no livro 'Viagem a Portugal' integra comemorações pelo centenário do autor**

"A gente vive um momento de demonização da cultura no Brasil, como se os artistas fossem inimigos do povo, uma coisa que esse governo tentou implementar até com algum tipo de eficácia", diz Porchat. "Em Portugal, a cultura é valorizada, apoiada", e completa destacando sua percepção de que toda a Europa e a maioria dos países do mundo subsidiam sua cultura e sua arte, com cinema, teatro, séries. ●

Cinema **Premiação**

'Ataque dos Cães' lidera disputa pelo Oscar ao ser indicado em 12 categorias

Longa concorre, entre outros, como melhor filme, diretor, ator principal e ator coadjuvante; 'Duna' é o segundo, com 10

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Ataque dos Cães, de Jane Campion, saiu na frente na corrida pelo Oscar. O filme distribuído pela Netflix concorre a 12 prêmios, tanto em categorias nobres quanto em técnicas. É um sinal de que o filme tem bom apelo na Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, que anunciou os indicados na terça, 8, em Los Angeles. A premiação ocorre no dia 27 de março.

Duna, de Denis Villeneuve, ficou em segundo, com dez indicações – a maioria nas categorias técnicas, como esperado. *Belfast* e *West Side Story* (*Amor, Sublime Amor* no Brasil) tiveram sete cada um.

Em um ano bastante forte de produções de línguas não inglesas, a Academia reconheceu cineastas do mundo todo. O dinamarquês *Flee*, de Jonas Poher Rasmussen, compete como melhor documentário, animação e produção internacional, um feito inédito. O japonês *Drive My Car*, de Ryûsuke Hamaguchi, também furou a bolha da categoria melhor produção internacional e conquistou ainda indicações para melhor filme, direção e roteiro adaptado de obra de Haruki Murakami.

O longa, que ganhou o prêmio de roteiro em Cannes, foi eleito o melhor do ano pelas associações de críticos de Nova York e Los Angeles. Todos os filmes que conseguiram o feito – as duas associações costumam divergir bastante em suas premiações – também foram indicados a melhor produção do ano, mas nenhum era em outra língua e com três horas de duração. Um sinal de que, em um ano incerto, as premiações dos críticos fizeram a diferença.

O norueguês *A Pior Pessoa do Mundo*, de Joachim Trier, também concorre a outro prêmio que não produção internacional: roteiro original. O espanhol *Mães Paralelas*, de Pedro Almodóvar, disputa melhor atriz (Penélope Cruz) e trilha sonora. No Oscar internacional, a inclusão de *A Felicidade das Pequenas Coisas*, de Pawo Choyning Dorji, é inesperada. É apenas a segunda vez que o Butão envia representante.

É um ano de muitas surpresas. Lady Gaga, considerada certa por sua interpretação em *Casa Gucci*, foi esnobada. Caitríona Balfe, também forte como atriz coadjuvante, perdeu sua vaga para sua colega de elenco em *Belfast*, a veterana Judi Dench. Na mesma categoria, Jessie Buckley, a mãe jovem de *A Filha Perdida*, também surpreendeu. Denis Villeneuve parece ter cedido seu lugar para Hamaguchi em melhor direção.

BALIZAS. As listas de indicados dos sindicatos de atores, produtores e diretores, entre outros, sempre foram consideradas boas balizas para o Oscar. Mas, neste ano, as divergências foram várias. No caso do Sindicato dos Atores (SAG), só na categoria melhor ator todos aparecem em ambas. Entre os coadjuvantes, apenas Troy Kotsur e Kodi Smit-McPhee também competem pelo SAG Awards. Os outros três – Ciarán Hinds, Jesse Plemons e J.K. Simmons – até apareciam em uma lista aqui e outra ali, mas são surpresas.

Entre as atrizes, também: sem Lady Gaga e Jennifer Hudson (*Respect*) do SAG, com Penélope Cruz e Kristen Stewart no lugar. Das coadjuvantes, dentre as indicadas para o SAG só sobreviveram DeBose e Kirsten Dunst.

Protestos como #OscarsSoWhite, se existirem, devem ser mais discretos – verdade que todas as concorrentes a melhor atriz são brancas. Mas, no total, são quatro atores negros entre as 20 indicações na categoria. Ariana DeBose é a primeira afro-latina a ser indicada.

Em outros territórios de diversidade, há vários marcos. Troy Kotsur é o segundo ator surdo a ser indicado, 35 anos após sua companheira de elenco em *No Ritmo do Coração*, Marlee Matlin, ganhar o Oscar por *Filhos do Silêncio*.

Ari Wegner (*Ataque dos Cães*) é a segunda diretora de fotografia a disputar o Oscar, depois de Rachel Morrison por *Mudbound – Lágrimas Sobre o Mississippi* em 2018. Se vencer, será o primeiro Oscar para uma mulher na categoria, a única a nunca ter premiado alguém do sexo feminino.

Jane Campion conseguiu a oitava indicação de uma mulher para o troféu de direção, também por *Ataque dos Cães*. Ganhando, Campion será a terceira mulher a levar a estatueta de direção para casa – no ano passado, a ganhadora foi Chloé Zhao por *Nomadland*.

Pela primeira vez na história, três roteiros adaptados assinados exclusivamente por uma mulher concorrem na categoria. Se a vitória for de Siân Heder (*No Ritmo do Coração*), Maggie Gyllenhaal (*A Filha Perdida*) ou Jane Campion (*Ataque dos Cães*), será a primeira vez desde 1995 (Emma Thompson, por *Razão e Sensibilidade*) que uma mulher ganha o Oscar na categoria sem ter parceria de um homem. ●

Número

87

anos tem a britânica Judi Dench que, em sua oitava indicação, tornou-se a mais velha concorrente na história das coadjuvantes

Indicados

Spielberg conquista sua 8ª indicação como diretor

● Filme
Belfast
No Ritmo do Coração
Não Olhe Para Cima
Drive My Car
Duna
King Richard: Criando Campeãs
Licorice Pizza
O Beco do Pesadelo
Ataque dos Cães
Amor, Sublime Amor

● Direção
Kenneth Branagh, por *Belfast*
Ryûsuke Hamaguchi, por *Drive My Car*
Paul Thomas Anderson, por *Licorice Pizza*
Jane Campion, por *Ataque dos Cães*
Steven Spielberg, por *Amor, Sublime Amor*

● Filme Internacional
Drive My Car (Japão)
Flee (Dinamarca)
A Mão de Deus (Itália)
A Felicidade das Pequenas Coisas (Butão)
A Pior Pessoa do Mundo (Noruega)

● Atriz
Jessica Chastain, por *The Eyes of Tammy Faye*
Olivia Colman, por *A Filha Perdida*
Penélope Cruz, por *Mães Paralelas*
Nicole Kidman, por *Apresentando os Ricardos*
Kristen Stewart, por *Spencer*

● Ator
Javier Bardem, por *Apresentando os Ricardos*
Benedict Cumberbatch, por *Ataque dos Cães*
Andrew Garfield, por *Tick, Tick... Boom!*
Will Smith, por *King Richard: Criando Campeãs*
Denzel Washington, por *A Tragédia de Macbeth*

● Atriz Coadjuvante
Jessie Buckley, em *A Filha Perdida*
Ariana DeBose, em *Amor, Sublime Amor*
Judi Dench, em *Belfast*
Kirsten Dunst, em *Ataque dos Cães*
Aunjanue Ellis, por *King Richard: Criando Campeãs*

● Ator Coadjuvante
Ciarán Hinds, por *Belfast*
Troy Kotsur, por *No Ritmo do Coração*
Jesse Plemons, por *Ataque dos Cães*
J.K. Simmons, por *Apresentando os Ricardos*
Kodi Smit-McPhee, por *Ataque dos Cães*

● Roteiro Adaptado
Siân Heder, por *No Ritmo do Coração*
Ryûsuke Hamaguchi e Takamasa Oe, por *Drive My Car*
Jon Spaiths, Denis Villeneuve e Eric Roth, por *Duna*
Maggie Gyllenhaal, por *A Filha Perdida*
Jane Campion, por *Ataque dos Cães*

● Roteiro Original
Kenneth Branagh, por *Belfast*
Adam McKay, por *Não Olhe Para Cima*
Zach Baylin, por *King Richard: Criando Campeãs*
Paul Thomas Anderson, por *Licorice Pizza*
Eskil Vogt e Joachim Trier, por *A Pior Pessoa do Mundo*

NETFLIX

Filme favorito tem força na originalidade

Drama conta também com a qualidade de seus intérpretes, mas o longa japonês 'Drive My Car' é um concorrente de peso

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Com 12 indicações, inclusive a de melhor filme, *Ataque dos Cães* confirma seu favoritismo para o Oscar 2022. Tem ainda as indicações de melhor direção (Jane Campion), ator (Benedict Cumberbatch), ator coadjuvante (Kodi Smit-McPhee), atriz coadjuvante (Kirsten Dunst), roteiro adaptado (Campion) e etc. Cercou por todos os lados para uma grande consagração na cerimônia de entrega das estatuetas.

Seus maiores trunfos são a originalidade, a força, a mise-en-scène inspirada, a qualidade de seus intérpretes. Quer dizer, o conjunto da obra. Tem concorrentes de peso? Com certeza. A começar – para falar apenas em qualidade – do maravilhoso *Drive My Car*, de Ryûsuke Hamaguchi, que também concorre como diretor. É um queridinho da crítica. Seu cinema intimista, neste caso baseado em conto de Haruki Murakami, complexo e emotivo (porém contido) é digno de atenção. Mas dificilmente derrota *Ataque dos Cães*. Seria uma zebra.

Há outros títulos fortes. *O Beco do Pesadelo*, de Guillermo del Toro, é assustador em sua dura prospecção da natureza humana. Steven Spielberg é um grande nome da Academia e sua recriação do clássico musical *Amor, Sublime Amor* é digna de respeito. O distópico *Não Olhe para Cima* abafou na Netflix e é muito bom. *Belfast* é um trabalho memorialístico de Kenneth Branagh que não receia cair no artificialismo e registro teatral. *King Richard: Criando Campeãs* mostra a trajetória das tenistas Venus e Serena Williams pelo ponto de vista do pai que as criou e assessorou. Bacana, mas sem força para ir mais longe. *Duna*, para dizer com franqueza, sobressai mais pelos aspectos técnicos.

FAVORITA. Para o troféu de direção, a favorita é mesmo Jane Campion por *Ataque dos Cães*. Tem nomes fortes pela frente – Spielberg, Hamaguchi, Paul Thomas Anderson (*Licorice Pizza*) e Branagh. Mas se apostarmos no favoritismo de *Ataque dos Cães* para filme, o normal é que a cineasta faça a dobradinha como melhor diretora.

Na categoria de atriz a disputa é equilibrada. Penélope Cruz (*Mães Paralelas*) e Olivia Colman (*A Filha Perdida*) seriam boas escolhas. Correndo por fora há Kristen Stewart (*Spencer*) pela interpretação de uma atormentada princesa Diana.

Filme internacional
Longa do Butão, 'A Felicidade das Pequenas Coisas' chegou mais longe do que se poderia esperar

Como melhor ator, parece não haver outro nome que Benedict Cumberbatch por sua desconstrução da masculinidade tóxica em *Ataque dos Cães*. Mas Denzel Washington faz grande trabalho em *A Tragédia de Macbeth*. Na categoria filme internacional, o favorito disparado é o japonês *Drive My Car*. O italiano *A Mão de Deus* e o norueguês *A Pior Pessoa do Mundo* são também muito bons. Vale um destaque para *A Felicidade das Pequenas Coisas*, do Butão, que chegou mais longe do que se poderia esperar. ●

JANUS FILMS AND SIDESHOW/AP

1. Os indicados Kodi Smit-McPhee (melhor ator coadjuvante) e Benedict Cumberbatch (melhor ator) em cena de 'Ataque dos Cães'

2. Imagem do longa japonês 'Drive My Car', que concorre em 4 categorias, incluindo melhor filme

Será que a Academia vai premiar mulheres dois anos seguidos?

ANÁLISE

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Mais de 60 anos depois que *West Side Story*, a versão de Robert Wise e Jerome Robbins, fez história no Oscar, vencendo em dez categorias e ainda somando uma estatueta especial para a coreografia de Robbins, a nova versão do musical de Leonard Bernstein e Stephen Sondheim está de novo na disputa, concorrendo a melhor filme e direção. Steven Spielberg! Por mais merecido que seja, o filme terá uma dura concorrência nesta disputa.

Em 94 anos de Oscar, a Academia premiou apenas duas mulheres na categoria de direção. Kathryn Bigelow, por *Guerra ao Terror*, em 2010, e Chloé Zhao, no ano passado, por *Nomadland*. A questão agora é – a Academia premiará mulheres dois anos seguidos? Pois Jane Campion e seu *Ataque dos Cães* são, indiscutivelmente, os melhores deste ano, filme e direção. *Ataque dos Cães* também concorre a roteiro adaptado, ator – Benedict Cumberbatch, que já ganhou por antecipação –, e ainda emplacou três coadjuvantes: Kirsten Dunst, Jesse Plemons e Kodi Smit-McPhee.

A Espanha deve estar em festa, porque o casal 20 do cinema espanhol, Penélope Cruz e Javier Bardem, concorre duplamente: ela pelo Almodóvar *Mães Paralelas*, ele por *Apresentando os Ricardos*. Esnobada em várias premiações, Kristen Stewart foi indicada por sua extraordinária interpretação como a princesa Diana em *Spencer*, do chileno Pablo Larraín. Merece ganhar.

Merecem tanto?
'Não Olhe para Cima', 'O Beco do Pesadelo' 'Belfast' e 'Duna' têm mais indicações do que deviam

SURPRESA. Talvez a maior surpresa nas indicações deste ano tenha vindo do Japão. Ryûsuke Hamaguchi cravou quatro indicações por *Drive My Car*, que adaptou de Haruki Murakami. Filme internacional, roteiro adaptado, direção e filme. Coincidentemente, as mesmas para as quais Bong Joon-ho foi indicado (e venceu) em 2020.

Até a cerimônia, em 27 de março, rolarão muitas apostas e preferências. *Não Olhe para Cima*, de Adam McKay, *O Beco do Pesadelo*, de Guillermo del Toro, *Belfast*, de Kenneth Branagh, e *Duna*, de Denis Villeneuve, cravaram muitas indicações, mais até do que mereciam, mas isso faz parte do Oscar. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Entretenimento
Data estelar: Lua cresce em Gêmeos

O foco se perde facilmente, a atenção se distrai, porque a alma busca excitação a maior parte do tempo, quer se divertir, quer entretenimento. Como poderias reclamar de tua falta de concentração se na maior parte do tempo buscas entretenimento?

A mente de nossa civilização é sistematicamente treinada para se dedicar ao entretenimento, e nós vamos, desejosos e excitados, atrás desse.

A leveza é ingrediente imprescindível da construção de uma experiência digna de viver, porém, não é só de entretenimento que ela é feita, mas também do regozijo resultante de o quanto nos aplicamos, dinamicamente, a nos aproximar dos objetivos que sonhamos realizar.

E nisso, há um foco que precisa ser sustentado. Portanto, reserva tempo para o entretenimento, mas reserva tempo, também, para focar. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Chega a hora em que sua alma precisa tomar medidas drásticas, porque as pessoas, quando juntas, não apenas tendem a se dispersar, como também conspiram e se perdem em bifurcações. Nessa hora, medidas drásticas.

TOURO 21-4 a 20-5

Se não puder fazer algo de imediato com as ideias que surgem, procure passar para frente e ver o que outras pessoas poderiam fazer com essas boas ideias. Uma coisa é certa, evite se deixar tomar pela inércia. Isso não.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Nesta parte do caminho não haverá uma saída fácil ou simples, porque o jogo se tornou muito complexo. Use sua inteligência, não se renda aos acontecimentos, mas continue pensando o que fazer com tudo isso.

CÂNCER 21-6 a 21-7

As pessoas andam enlouquecidas mesmo, afetadas negativamente por tudo que acontece atualmente no mundo. Porém, ninguém reconhece seu próprio enlouquecimento, as pessoas querem ser validadas nas suas loucuras.

LEÃO 22-7 a 22-8

Tantas potencialidades poderiam ser exploradas neste momento, mas não há tempo nem recursos para tanto, é preciso se concentrar no pouco que, de imediato, você tenha capacidade e alcance de realizar. Nada além.

VIRGEM 23-8 a 22-9

É proverbial que se tenha de fazer limonada com os limões que a vida oferece, mas tampouco se pode passar a vida inteira se entupindo de limonada. Chega uma hora em que você precisa tomar as rédeas de tudo e decidir.

LIBRA 23-9 a 22-10

Seria insensato lidar com os acontecimentos em curso de forma leviana, porque isso pioraria a situação. Porém, tampouco seria sensato você mergulhar em preocupações e ansiedades extremas. Repouse sua mente na realidade.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

O impasse não é uma vitória, mas pode servir para ganhar tempo e desenhar uma estratégia melhor. Cuide apenas para que o impasse não dure tempo demais, porque isso não seria vantagem alguma, mas fragilidade.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12

Confie na natureza de seu caminho, não se deixe atormentar pelas argumentações que circulam à solta no mundo atual. É próprio da civilização que as pessoas fiquem sempre esperando pelo pior. E o pior não acontece.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Quando o conflito não se pode evitar, o melhor a fazer é tomar uma atitude tão rompante e definitiva, que seja difícil ser contestada, pois, assim, o conflito deixa de ter sentido. Atitudes definitivas.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Aquilo que você sabe é a base de seu poder, porque conhecer é poder. Porém, é um poder potencial, que só se manifestará com todo seu esplendor a partir do momento em que você decidir o colocar em prática. Só assim.

PEIXES 20-2 a 20-3

Algumas pessoas seguirão você, outras farão oposição, outras, ainda, serão indiferentes e, talvez, sejam elas que afetem mais seu humor, porque este é o momento em que sua alma precisa medir o efeito de sua influência.

Música *Memorabilia*

Leilão de itens raros dos Beatles em formato NFT alcança US$ 158 mil

Versão de notas manuscritas de 'Hey Jude' arrecadou US$ 76 mil e foi concedida pelo filho mais velho de John Lennon, Julian

Mais de US$ 158 mil foram arrecadados no leilão de memorabilia dos Beatles em formato NFT, peças digitais certificadas que estão revolucionando o mercado das artes, anunciou na segunda, 7, a casa de leilões Julien's Auctions.

A peça central do leilão, a versão NFT das notas manuscritas do clássico *Hey Jude*, concedida por Julian, um dos filhos de John Lennon, que morreu em 1980, superou as expectativas e foi vendida por US$ 76,8 mil, detalhou a casa californiana, especializada nesse tipo de oferta.

A peça digital NFT é uma animação em que as estrofes da música são escritas progressivamente em uma folha e, em off, ouve-se um comentário de Julian Lennon explicando o contexto histórico e sentimental da peça.

"Para mim, apenas olhar para uma foto não seria suficiente se eu fosse um comprador. Quis, então, adicionar algo mais pessoal. Para mim, isso seria escrever e narrar um pouco da história que estaria por trás das imagens", explicou Julian, de 58 anos.

VERSÃO DIGITAL. O músico e fotógrafo também leiloou versão NFT do casaco afegão que seu pai usou na turnê *Magical Mystery Tour*, vendida por US$ 22,4 mil. A versão digital de uma guitarra que ele ganhou de Natal de seu pai foi vendida pelo mesmo preço.

Parte do dinheiro arrecadado será destinada à fundação beneficente criada por Julian e usada em projetos para capturar CO_2 da atmosfera com o objetivo de conter o aquecimento global. ● AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"As pessoas são encantadoras ou aborrecidas"* **Oscar Wilde**

1 livro por semana

Maria Fernanda Rodrigues

Memórias, sombras e verdades

Você não precisa ter lido *Léxico Familiar* ou *Caro Michele* nem saber profundamente quem foi Natalia Ginzburg (1916-1991) para se entregar aos 11 ensaios de *As Pequenas Virtudes*, livro editado pela Cosac Naify em 2015 e reeditado pela Companhia das Letras em 2020. Também não precisa demorar o tempo que demorei para tirá-lo da estante: vale cada linha.

De 1962, a obra traz textos escritos entre 1944 e 1962. Na abertura, a autora italiana indica onde e quando eles foram escritos – isso é importante, ela explica, por causa da mudança de estilo. E é importante também se quisermos entender o contexto em que foram criados.

No ensaio que abre o livro, *Inverno em Abuzzo*, ela conta sobre o tempo em que a família viveu num pequeno vilarejo no sul como "internos civis de guerra". O exílio, a saudade, pequenas lembranças do lugar, dos passeios na neve com o marido e as três crianças naqueles três anos que foram difíceis – mas nada tão brutal quanto o que se seguiu. "Na época eu tinha fé num futuro fácil e feliz, rico de desejos satisfeitos, de experiências e de conquistas em comum. Mas aquele era o tempo melhor da minha vida, e só agora, que me escapou para sempre, só agora eu sei", Natalia escreveu no outono de 1944, poucos meses depois de deixarem o vilarejo e de Leone Ginzburg, seu marido, um intelectual antifascista, ser torturado e morto numa prisão em Roma. Ele tinha 34. Ela, 27. Carlo (o historiador e autor de *O Queijo e Os Vermes* e *O Fio e Os Rastros*) tinha 4.

As Pequenas Virtudes
Autora: Natalia Ginzburg
Editora: Companhia das Letras
128 págs.; R$ 44,90; R$ 29,90 o e-book

Em seus textos, há muita reflexão sobre esse estar no mundo, sobre maternidade e formação, sobre as relações humanas, seu ofício, o medo, a guerra, o mal e a perda irreparável da sensação de segurança.

Em *Ele e Eu* (1962), por exemplo, ao escrever sobre o segundo marido, diz: "Eu tenho medo de autoridade constituída; ele, não. (...) Se vejo um policial se aproximando para nos multar, logo penso que vai nos levar para a cadeia". Em *O Filho Homem* (1946), ela escreve que não é possível sair curado de tempos como aqueles. "Se observo meus meninos dormindo, penso com alívio que não precisarei acordá-los no meio da noite para fugir. Mas não é um alívio pleno e profundo. Sempre acho que mais cedo ou mais tarde precisaremos nos levantar de novo na noite e escapar e deixar tudo para trás, quartos quietos e cartas e lembranças e roupas. Uma vez sofrida, jamais se esquece a experiência do mal." E segue, mais adiante: "Há alguns que se queixam de que os escritores se servem de uma linguagem amarga e violenta, que contam coisas duras e tristes, que apresentam a realidade em seus termos mais desolados. Nós não podemos mentir nos livros". ●

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas
NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

Nacionalidade de Carmen Miranda / Especialidade culinária de Tia Nastácia (TV) / Fator sanguíneo / Apalpar / Sentimento de pesar / Fibra (fig.) / Alcunha da seleção uruguaia (fut.) / Profissional que prepara drinques / Reduto da paz doméstica ► LAR / Pequena ilha / Golpe de faca / Porque, em inglês / Iodo (símbolo) / Ave ornamental de lagos / Liga de basquete norte-americana / Parte do parafuso / Nativas do Brasil / (?) de disco, forte incômodo na coluna / Rin-(?)-Tin, cão de antigo seriado / Oswaldo Cruz, sanitarista / Vitamina do leite / Boris Casoy, jornalista / Cabeça de gado / O "C", na sigla CEP / Queridos; estimados / A pessoa muito inteligente / Frase de efeito / Sílaba de "durar" / Cortês; gentil / Crustáceo de sopas / O 7º signo do Zodíaco / Parte do boné que protege os olhos (pl.) / Coronel (abrev.) / A letra muda / Escuta telefônica / Então (pop.) / Sepultura comum no Egito Antigo / Situado no passado / Adoçante natural / Peças para cavar / Tornar; voltar / (?) metal: o dinheiro / Consoantes de "fubá" / Grito de lutas marciais / Examinar; averiguar / Munição de armas / Carvão no qual é assado o churrasco

BANCO 3/uba. 5/rosca — tumba. 6/barman — hérnia — ilhota. 7/because.

Nível Fácil

	7			4			3	
1	9			7			4	2
					2			
		6		3				
3	2		1		4		7	5
				5		4		
			5					
5	4			2			6	7
	8			1			2	

SOLUÇÕES

CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

O nervo ciático

Estendendo-se desde o **DEDÃO** do pé até a região ~~LOMBAR~~, o nervo ciático é o mais **LONGO** do corpo humano. Começa na **ESPINHA** inferior, descendo por trás da coxa e dos **JOELHOS** até chegar aos pés. É esse nervo que possibilita o **MOVIMENTO**, já que é ele o responsável pelo controle das articulações dos **QUADRIS**, dos joelhos e dos tornozelos, além dos músculos **POSTERIORES** da coxa, da **PERNA** e do pé. **DORES** no nervo ciático, geralmente chamadas apenas de "ciática", podem decorrer de exercícios físicos como musculação, corrida e **CICLISMO**, ou podem ser apenas sintomas de alguma outra doença, nem sempre **ORTOPÉDICA**. Caracterizando-se por sensações diversas, desde um **FORMIGAMENTO** suave ou uma dormência até uma forte **QUEIMAÇÃO** e uma dificuldade para se locomover e até mesmo tossir ou espirrar, a **CIÁTICA** é provocada por lesão, inflamação ou **COMPRESSÃO** nesse nervo. Entre os fatores de risco para a ocorrência desse sintoma estão a idade, a obesidade, o **SEDENTARISMO** e o diabetes.

I Y L N T A S U I M
L Q U E I M A Ç Ã O
C F Y A I I R T O Y
F D S S O H L E O J
N C C E E D R T E I
A O A D U C D E R O
I M C E O I Y G A T
D P I N G C F O B N
Y R E T T L O A M E
N E C A E I R C O M
R S B R O S M S L I
F S A I Y M I L E V
E Â L S M O G S U O
S O N M F N A F M M
P C D O S T M M S D
I C U R D H E A O C
N F O G O F N N T Y
H N R S R G T I A P
A C I D E P O T R O
M N E F S O N T M S
D E N R O I A I B T
B O O G N O L O I E
O F N G M S O T I R
A N R E P A A A R I
S H M E D O H U E O
C I A T I C A I R R
S H O T C L R T C E
N S I R D A U Q I S
T N N C F Y N O N N
U A D E D Â O R R E

Solução

Leandro Karnal

O tempo e o vento

A máxima de Sartre sobre o inferno estar nos outros deveria ser mais específica. Como? A resposta vem do inglês: timing. Difícil traduzir em um único termo na nossa língua. Trata-se de uma adequação cronológica: usar a quantidade de tempo adequada para alguma tarefa. De outra forma: ter sensibilidade em não ser rápido ou lento demais para uma fala, uma ação, alguma providência ou reação.

Vamos listar alguns motivos de brigas de casais. Vá identificando, querida leitora e estimado leitor, quais os que permeiam suas raivas. Ele ou ela: a) passa tempo demais ao celular; b) demora muito para se arrumar; c) fala longamente para dizer pouca coisa objetiva; d) anda de forma rápida ou lenta em excesso; e) usa muito ou pouco tempo para organizar as coisas da casa... Em resumo: tudo tem relação com timing.

Timing destrói casamentos, derruba carreiras, solapa impérios. É a chave dos divórcios, do fim de uma biografia política ou do poder de uma empresa. Não apenas o inferno está no outro, o mundo diabólico alheio é o timing. Identifique o que o irrita e haverá, sob a capa da raiva, uma noção de tempo adequado. Pense em brigas de trânsito: quase sempre envolvem variantes da física clássica: velocidade, distância e tempo.

Por que o WhatsApp criou a possibilidade de ouvir mensagens de áudio em forma acelerada? Timing! Posso transformar o "podcast" da pessoa sem senso em breve recado com voz de Pato Donald. Eis a função redentora da tecnologia.

> *Santo Agostinho disse que sabia o que era o tempo, desde que não perguntassem a ele*

Santo Agostinho disse que sabia o que era o tempo, desde que não perguntassem a ele. Se o grande teólogo tivesse de explicar, já não saberia. Eu também não consigo definir o tempo. Bem achava que sabia, até ler *Uma Breve História do Tempo* (Stephen Hawking). A partir daí, entendi Agostinho mesmo: não sei definir o tempo, mas sei quando ele avança demais ou se arrasta de forma fatal...

Há pessoas que param para conversar assim que chegam ao topo da escada rolante, causando um efeito desastroso atrás. Todos já sofreram com os seres que decidem que a porta do elevador aberta é o momento ideal para longas despedidas. E o amigo que necessita ir ao banheiro apenas depois de a conta ter sido paga e todos terem se despedido? Não controlamos a bexiga alheia, nem o timing da humanidade.

No vasto inferno do convívio social, somos os demônios uns dos outros. Manda uma boa etiqueta que sejamos tolerantes para não aumentar o sofrimento. Verdade, porém, se de vez em quando se punisse em praça pública quem manda áudios longos no celular, o exemplo poderia melhorar muito a vida... Esperança? ●

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE 'A CORAGEM DA ESPERANÇA', ENTRE OUTROS

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Política Cultural

Com série de mudanças, Lei Rouanet limita cachê de artistas a R$ 3 mil

Novas regras também definiram limites máximos de captação por projeto: de R$ 10 milhões para R$ 6 milhões

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 15/7/2014

As mudanças na Lei Rouanet só mantiveram os valores máximos para projetos na área de audiovisual

A Secretaria Especial de Cultura publicou nesta terça-feira, 8, as novas regras para a utilização da Lei Rouanet, que autoriza produtores culturais a buscar investimento em empresas que, em troca, podem abater parcela do valor no Imposto de Renda.

Alguns dos pontos incluídos na Instrução Normativa publicada no *Diário Oficial* já haviam sido divulgados. Entre outras medidas estão a redução do limite de cachê a ser pago a artistas em apresentação solo e também a redução do valor-limite que as empresas podem captar.

Agora, o valor do cachê, para pagamento com recurso incentivado, é de até R$ 3 mil por apresentação para um único artista que estiver se apresentando sozinho – a última instrução normativa estipulava o cachê máximo individual de R$ 45 mil, ou seja, uma redução de 93,4% nesse valor. No caso de orquestras, a cifra chega a R$ 3.500 por músico e R$ 15 mil para o maestro.

Em abril de 2019, o governo federal reduziu de R$ 60 milhões para R$ 1 milhão o valor máximo de captação permitido por projeto, com algumas exceções, como restauração de patrimônio tombado.

O valor máximo que poderia ser captado por empresa, que também era de R$ 60 milhões, passou para R$ 10 milhões à época.

Agora, a instrução normativa assinada pelo secretário especial da Cultura, Mário Frias, determina outra redução: o valor máximo a ser captado passa de R$ 10 milhões para R$ 6 milhões. Para o caso de projetos de teatro que não seja musical, o teto foi reduzido pela metade, ou seja, de R$ 1 milhão para R$ 500 mil.

A nova instrução normativa determinou também o valor de R$ 10 mil para ser utilizado para o aluguel de teatros, espaços e salas de apresentação, exceto teatros e espaços públicos.

BELAS ARTES. Depois de ter incluído a arte sacra na última alteração, agora foi também oficializada a inclusão do termo "belas artes" entre as áreas destacadas para receberem incentivo, algo que especialistas já haviam condenado, pois a expressão não é tão abrangente como "artes visuais", que inclui linguagens mais modernas.

O pacote de mudanças determina que ações culturais realizadas por Estados ou municípios utilizando o dinheiro conseguido via Lei Rouanet necessitam, a partir de agora, de aprovação da Secretaria de Cultura. "O descumprimento do caput acarretará a reprovação total do projeto e instauração de Tomada de Contas Especial imediata", diz o texto.

Já exposições de artes, festivais, eventos literários e desfiles festivos podem captar até R$ 4 milhões. O valor muda para museus, projetos de bienais, óperas, teatro musical, concertos sinfônicos, projetos de internacionalização da cultura brasileira e eventos de datas comemorativas como Natal, ano-novo e Páscoa, que podem captar até R$ 6 milhões.

Alguns eventos, porém, são exceções como o caso da Bienal de São Paulo, autorizados a captar mais que R$ 6 milhões para efetuar suas atividades.

PRAZO DE CAPTAÇÃO. Um ponto delicado – e criticado por produtores – é a determinação do prazo de captação, agora reduzido de 36 para 24 meses, já incluídas eventuais prorrogações. Para especialistas em política cultural, o novo período é curto para a captação, o que pode inviabilizar a realização de muitos projetos.

A nova instrução normativa manteve os valores máximos para projetos na área audiovisual, ou seja, R$ 600 mil para médias-metragens, R$ 200 mil para curtas, R$ 50 mil por episódio para programas de TV e R$ 15 mil por episódio para websérie.

"Com esta nova instrução normativa, o governo tenta estrangular o mercado cultural", comenta o diretor e produtor Marllos Silva, também criador do Prêmio Bibi Ferreira. "Com a desculpa de que são valores de isenção fiscal, quer regular de forma violenta os valores praticados dentro do segmento, entretanto não vemos essa mesma ferocidade em relação a nenhum outro segmento que faz uso da isenção fiscal. Para um governo que se diz liberal na economia, mais uma vez vemos um Estado controlador."●

Principais alterações

● Valores captados
O valor máximo era de R$ 10 milhões e agora passa para R$ 6 milhões.

● Cachês dos artistas
O limite caiu de até R$ 45 mil para até R$ 3 mil por apresentação.

● Áreas para incentivo
A instrução normativa determina a inclusão do termo "belas artes" entre as áreas que podem receber incentivo.

● Aluguel de espaço
Peças não musicais não podem gastar mais de R$ 10 mil.

JORNAL DO CARRO

D1

QUARTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2022 • ANO 40 • Nº 2008 O ESTADO DE S. PAULO

FOTOS: KRPIX/ESTADÃO

Embora SUVs sejam médios, VW tem carroceria mais larga e com linhas horizontais enquanto a do Caoa Chery é mais alta e comprida

Comparativo

Tiggo 7 Pro e Taos Highline duelam em versões de topo

Com motor 1.6 turbo de 187 cv, novo SUV da Caoa Chery fabricado em Goiás desafia o Volkswagen feito na Argentina e equipado com um 1.4 turbo de 150 cv

EUGÊNIO AUGUSTO BRITO
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

Os SUVs médios estão "bombando", com vendas crescentes e várias novidades. Por isso, comparamos as versões de topo de dois dos modelos mais desejados do mercado. Um é o Volkswagen Taos Highline, que é produzido na Argentina, tem motor 1.4 turbo flexível de 150 cv, câmbio automático de seis marchas e tabela a partir de R$ 200.640. O outro é o Caoa Chery Tiggo 7 Pro, que é fabricado em Anápolis (GO), traz motor 1.6 turbo a gasolina de 187 cv, câmbio automatizado de sete marchas e preço sugerido de R$ 189.990.

O Tiggo 7 Pro não tem opcionais. Já um Taos Highline como o das fotos dessa reportagem sai por R$ 208.140. Na prática, o Caoa Chery tem relação custo-benefício bem mais vantajosa. Ou seja, além de ser R$ 10.650 mais barato que o rival, tem mais equipamentos.

A receita de ambos inclui ótimo espaço para ocupantes e bagagens, e visual chamativo. A Volkswagen oferece três anos de garantia e plano de financiamento em 50 meses para o seu SUV. A Caoa Chery também garante o modelo por três anos, mas o pagamento pode ser feito em até 60 vezes. O trunfo da VW é a gratuidade para as três primeiras revisões.

Nas dimensões, a dupla é parecida. O Taos tem 4,46 metros de comprimento e 2,68 m de distância entre-eixos. Já o Tiggo 7 Pro tem, respectivamente, 4,50 m e 2,67 m. Na largura, os dois SUVs empatam com 1,87 m.

O Taos tem maior vão livre do solo, porém o Tiggo é mais alto. No porta-malas, vantagem para o Volkswagen, que leva 23 litros a mais. São 498 litros, ante 475 l do rival.

Os dois modelos trazem o que se espera de veículos dessa faixa de preço. Em ambos há sistema multimídia com tela de 10 polegadas e quadro de instrumentos digital e configurável. Além disso, há entradas USB também para os passageiros dos bancos traseiros. O Caoa Chery tem acabamento mais requintado, com superfícies macias ao toque.

Com motor apenas a gasolina, o Tiggo 7 Pro pode rodar, em média, 9,9 km/l na cidade e 11,7 km/l na estrada. O Taos roda 10 km/l e 12 km/l, respectivamente, com o mesmo tipo de combustível, e 7 km/l e 8,5 km/l com etanol. Dessa forma, apesar de ter tanque menor (51 litros ante 57 l no Caoa Chery), a autonomia do VW é maior. Ou seja até 622 km, ante 597 km. Os dados são das fabricantes.

No desempenho, o Tiggo 7 ganha de lavada. Seu 1.6 gera potência de 187 cv e torque de 28 mkgf. O 1.4 turbo do Taos produz 150 cv e 25,5 mkgf. Na prática, o Caoa Chery sobre nas acelerações mesmo no modo econômico de condução. ●

KRPIX/ESTADÃO

KRPIX/ESTADÃO

(1) Interior do Tiggo 7 Pro é bem acabado e muito mais requintado que o do rival, com peças macias ao toque e ótimo arremate; câmbio é do tipo joystick e ajustes do ar são feitos por toques na tela

(2) Painel do Taos é bem montado, mas exagera nos plásticos rígidos e tem aparência de simplicidade

(3) Lanternas de LEDs do Tiggo 7 Pro são ligadas por uma barra e dão ar elegante à traseira

Prós & contras

● Requinte
Novo motor 1.6 turbo é um dos mais potentes do segmento e cabine do SUV tem ótimo acabamento.

● Detalhes
Além de o motor ser só a gasolina, faltam sistemas como leitor de faixa de rolamento.

Ficha técnica

● Caoa Chery Tiggo 7 Pro

Preço sugerido	R$ 189.990
Motor	1.6, 4 cil, 16V, turbo, gas.
Potência (cv)	187 a 5.500 rpm
Torque (mkgf)	28 a 2.000 rpm
Câmbio	Automatizado, 7 m.
Comprimento	4,50 metros
Largura	1,84 metro
Entre-eixos	2,67 metros
Porta-malas	475 litros

FONTE: CAOA CHERY

Ficha técnica

● VW Taos Highline

Preço sugerido	R$ 200.640
Motor	1.4, 4 cil, 16V, turbo, flex
Potência (cv)	150 a 5.000 rpm
Torque (mkgf)	25,5 a 1.500 rpm
Câmbio	Automático, 6 m.
Comprimento	4,46 metros
Largura	1,87 metro
Entre-eixos	2,68 metros
Porta-malas	498 litros

FONTE: VW

Prós & contras

● Muito espaço
Porta-malas tem 23 litros a mais que o do rival e versão traz até recursos semiautônomos.

● Acabamento
Um SUV dessa faixa de preço deveria ter melhor nível de acabamento e desempenho.

Mercado

Na linha 2023, destaque do Duster é o motor 1.3 de 170 cv

SUV compacto da Renault traz novo quatro-cilindros na versão Iconic, que acelera de 0 a 100 km/h em 9,2 segundos e chega a 190 km/h

DIOGO DE OLIVEIRA

O Duster acaba de ganhar o motor TCe 1.3 turbo flexível que estreou no Captur há seis meses. A novidade faz parte da linha 2023 do SUV compacto da Renault e está em conformidade com as regras de emissões de poluentes que entraram em vigor no Brasil em 1.º de janeiro. Por ora, o quatro-cilindros é oferecido apenas na versão de topo, Iconic, cuja tabela parte de R$ 135.590.

Assim como no Captur, no Duster o motor 1.3 turbo trabalha em conjunto com o câmbio automático CVT, que simula oito marchas. A potência é de 162 cv, com gasolina, e 170 cv com etanol. Já o torque máximo, de 27,5 mkgf às 1.600 rpm, é o maior da categoria.

Como resultado, o modelo pode acelerar de 0 a 100 km/h em 9,2 segundos e a velocidade máxima é de 190 km/h. Além disso, as retomadas de velocidade ficaram até 36% mais rápidas, conforme a Renault.

A marca informa que o modelo também é mais econômico – tem nota "A" no Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro. Nas medições, o modelo pode rodar, em média, 16,1 km na estrada e 13,9 km na cidade com um litro de gasolina. Com o combustível vegetal, os números são de 11,7 km e 9,9 km, respectivamente.

O motor 1.3 foi desenvolvido pela Renault em parceria com a Mercedes-Benz. Por isso, também equipa carros da marca alemã com tração dianteira, como o hatch Classe A e o SUV de sete lugares GLB. Porém em versão apenas a gasolina.

FOTOS: RENAULT

1 ___ Carro não recebeu atualizações no visual, que foi renovado em 2020 e deixou seu estilo mais moderno

2 ___ Atrás, a inscrição TCe indica que se trata da opção 'brava'

3 ___ Cabine da versão de topo é bem equipada e multimídia tem tela de 8 polegadas

DUSTER 1.6. As demais configurações do Duster vem com o 1.6 SCe aspirado de quatro cilindros. Graças aos ajustes feitos para atender as novas regras de emissões, o consumo foi reduzido em até 3,9%, segundo a Renault. A potência de 120 cv e o torque de 16,2 mkgf foram mantidos.

A versão Zen 1.6, tem preço inicial de R$ 99.990 com câmbio manual e de R$ 108.990 com o CVT. A Intense 1.6 parte de R$ 115.190 e a Iconic 1.6, de R$ 122.090. Ambas vêm apenas com a caixa automática.

Com o novo motor 1.3, o Duster ganha fôlego para enfrentar a concorrência. Em 2021, o Renault somou 22.457 vendas e ficou em oitavo no ranking. Ou seja, atrás de Jeep Renegade (73.913), Hyundai Creta (53.579), Volkswagen T-Cross (52.307), Chevrolet Tracker (50.757), VW Nivus (36.664) e Nissan Kicks (36.524).

A próxima a receber o 1.3 turbo será a Oroch. A picape intermediária (maior que uma compacta e menor que uma média) teve 12.133 emplacamentos em 2021. A líder, Fiat Toro, somou 70.980 vendas. Em breve estreiam a Ford Maverick e a nova Chevrolet Montana. ●

CAOA CHERY

Caoa Chery Arrizo 6 Pro ganha câmbio com joystick

Quatro meses após estrear, o Arrizo 6 Pro traz mais uma novidade. A Caoa Chery instalou no sedã um seletor de câmbio do tipo joystick, com opção de trocas manuais, igual aos dos SUVs Tiggo 7 Pro e Tiggo 8. A alavanca é curtinha e o sistema tem acionamento eletrônico, que dispensa componentes mecânicos. A haste lembra a de alguns carros da Volvo. O sedã tem motor 1.5 turbo flexível gera 150 cv de potência e tabela de R$ 144.990.

● **MAIS VENDIDOS.** As vendas de carros novos não foram bem no início deste ano. Na comparação com dezembro de 2021, o recuo foi de 31,64%, de acordo com dados divulgados pela Fenabrave, a federação que reúne as associações de concessionárias do Brasil. Ao menos a Fiat e a Hyundai têm motivos para celebrar. Da primeira, a picape Strada foi o carro mais vendido, com 6.716 unidades. Da marca sul-coreana, o HB20 lidera entre os veículos de passeio, com 5.634 emplacamentos. O Chevrolet Onix, que foi líder em dezembro, com 11.529 vendas, somou apenas 5.205 unidades em janeiro e ficou com o terceiro lugar no ranking geral. Entre os SUVs, o Jeep Renegade continua líder.

● **PREÇOS SOBEM ATÉ 35%.** Os reajustes dos preços dos carros novos foram uma constante em 2021. Segundo a KBB, empresa especializada em estudos do mercado de veículos, as altas variaram de 25,4% a 35%. O Creta foi o modelo que mais subiu de preço em 2021. A tabela do Hyundai passou de R$ 90.497 em janeiro para R$ 122.151 em dezembro. A da Fiat Strada foi de R$ 76.986 para R$ 103.114.

● **AJUSTES NA MITSUBISHI.** A produção do Mitsubishi Outlander Sport e do Suzuki Jimny foi suspensa no País. Segundo informações da HPE Automotores do Brasil, que representa as duas marcas, a parada na fábrica de Catalão, em Goiás, é temporária. E teria como motivo fazer os ajustes necessários para que os dois modelos possam atender as novas regras de controle de emissões no País.

● **CITY HATCH.** A Honda já aceita reservas para a inédita configuração hatch do novo City (abaixo). O carro chega com a missão de atrair os órfãos do Fit, que foi aposentado. A tabela parte de R$ 114.200 para a versão EX e de R$ 122.660 para a de topo da linha, Touring, que tem recursos de condução semiautônoma. A marca promete entregar as primeiras unidades em março. O hatch tem câmbio CVT e motor 1.5 flexível que gera 126 cv de potência.

HONDA

mobilidade

ESTADÃO

/MobilidadeEstadao /mobilidadeestadao /estadaomobilidade /mobilidadeestadao

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

"Não adianta ter pressa com o carro elétrico"

Evandro Bastos, gerente de produto da Mercedes-Benz, diz que veículos movidos a bateria devem ser vistos com cautela | Pág. 2

Carro-conceito Mercedes EQXX, apresentado em janeiro, tem capacidade para rodar 1.000 km com uma carga de bateria. Tal feito se deve a um conjunto de fatores, como uso de componentes eficientes e materiais mais leves

Fotos: Divulgação Mercedes-Benz e Semexe

Para mais conteúdos, acesse nosso portal

Saiba por que é importante fazer um seguro para sua bike

Roubos, furtos, acidentes durante a pedalada, entre outros riscos nas ruas da cidade ou nas estradas. Confira o preço do seguro de cinco modelos de bicicletas novas | Pág. 8

“Jamais haverá estagnação nesse segmento”

De acordo com o executivo da montadora alemã, parcerias são fundamentais para o desenvolvimento tecnológico dos veículos eletrificados

POR MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Neste ano, a montadora pretende lançar, no Brasil, mais três veículos elétricos. Um deles é o EQS

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Os automóveis elétricos crescem em ritmo acelerado, no mundo, mas não adianta ter pressa para oferecê-los em todos os países. Essa é a opinião de Evandro Bastos, gerente de produto da Mercedes-Benz do Brasil. “Precisamos respeitar as particularidades de cada mercado”, afirma. “Muitos deles ainda não estão prontos para fazer a transição.”

Isso não significa, porém, que a fabricante alemã não esteja desenvolvendo novas tecnologias envolvendo automóveis elétricos. No começo do ano, ela apresentou o carro-conceito Vision EQXX, cuja autonomia é de incríveis 1.000 quilômetros com uma carga de bateria. Ao **Mobilidade Estadão**, Bastos falou sobre esse novo veículo e a visão da Mercedes acerca da eletromobilidade.

Um dos maiores desafios das fabricantes é aumentar a autonomia dos veículos elétricos. Recentemente, a Mercedes-Benz apresentou o carro-conceito Vision EQXX, com capacidade para rodar 1.000 quilômetros com uma única carga na bateria. Como isso foi possível?

Evandro Bastos: O sonho dos engenheiros é sempre expandir a autonomia e, a cada lançamento, um novo passo é dado. O Vision EQXX combina uma série de fatores que permite alcançar tamanha capacidade, com consumo de energia de menos de 10 kWh por 100 quilômetros rodados. Vale ressaltar que essa autonomia não está ligada ao tamanho da bateria, porque a do Vision EQXX caberia em um modelo compacto. Bateria menor significa perda de peso, e o EQXX também emprega materiais mais leves, além da funcionalidade do design, que favorece a aerodinâmica. Enfim, a autonomia se deve ao conjunto da obra.

Essas soluções – que proporcionam autonomia de 1.000 quilômetros – serão implementadas nos carros da Mercedes, em breve?

Bastos: Sempre que a Mercedes-Benz lança um conceito é porque as tecnologias estão prontas, a inteligência já existe. A previsão é equipar nossos automóveis em 2024 ou 2025, mas, até lá, muita coisa poderá ser ampliada e melhorada. Afinal, a evolução de uma bateria com autonomia de 460 para 1.000 quilômetros aconteceu rapidamente, em menos de dois anos. O Vision EQXX é um carro que expressa nossa visão de futuro e traz muitas ideias interessantes. Veja o caso do teto solar, que funciona como placas fotovoltaicas. Ele capta e armazena a energia solar, transferida para a central de infoentretenimento. Tal recurso poupa a bateria, permitindo que ela forneça energia para o carro percorrer distâncias maiores.

O que a montadora está preparando, agora, para aprimorar ainda mais os carros elétricos?

Bastos: Os engenheiros seguem trabalhando e descobrindo novidades. A evolu-

Evandro Bastos: "Não devemos nos afobar. A massificação dos elétricos no País é como uma maratona, e não uma prova de 100 metros rasos"

Fotos: Divulgação Mercedes-Benz

FALE CONOSCO ▸ Se você quer comentar, sugerir reportagens ou anunciar produtos ou serviços na área de mobilidade, envie uma mensagem para **mobilidade@estadao.com**

Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo** MTB 26.090-SP; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Especialista de Publicações: **Lara De Novelli**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata** e **Mariana Fernandes**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Arte: **Isac Barrios** e **Robson Mathias**; Analista de Marketing Sênior: **Marcelo Molina**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva** e **Rafaela Vizoná**; Analista de Business Inteligence: **Bruna Medina**; Assistentes de Marketing: **Amanda Miyagui Fernandez** e **Giovanna Alves**; Colaboradores: Edição **Arthur Caldeira**, **Daniela Saragiotto** e **Dante Grecco**. Revisão: **Marta Magnani**. Designer: **Cristiane Pino**

Publicação da S/A O Estado de S. Paulo
Conteúdo produzido pelo Estadão Blue Studio

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

ção não vai parar com a bateria de 1.000 quilômetros, mas é difícil dizer qual será a próxima etapa dessa caminhada. Posso garantir que jamais haverá estagnação nesse segmento, que vem criando parcerias para o desenvolvimento de células de combustível, e com o surgimento de startups com boas ideias para os carros elétricos. O campo dos insumos também cresce. Essa movimentação comprova que haverá diferentes maneiras de produzir motores elétricos, e a expansão acontece por todos os lados, cenário apropriado para gerar bons negócios.

Há algo mais sendo feito na área da tecnologia?
Bastos: A principal preocupação dos elétricos é acabar com a emissão de poluentes no ambiente. Mas não é só. No segmento de automóveis de luxo, os materiais utilizados na produção são importantes, pois devem ser mais leves e renováveis. Modelos premium casam bem com a proposta de sustentabilidade. A Mercedes está substituindo, por exemplo, o couro de origem animal por raízes de cogumelo no acabamento interno.

Como a Mercedes-Benz avalia o desenvolvimento da eletromobilidade no Brasil?
Bastos: Os investimentos realizados até o momento merecem ser destacados. O Brasil está se espelhando em países mais adiantados na eletromobilidade, e isso é positivo. O avanço se deve, principalmente, à atuação de empresas privadas de energia e das startups que criam tecnologias inovadoras. A infraestrutura de recarga e a reciclagem de bateria ainda precisam crescer muito, mas várias parcerias buscam isso.

É claro que o Brasil está um passo atrás de países europeus como a Noruega, porque fatores econômicos e a nossa dimensão territorial exigem cautela na tomada de decisões. O usuário também precisa ganhar mais confiança e saber que não há necessidade de recarregar a bateria toda vez em que vai ao shopping.

A seu ver, ainda existe algum entrave para o veículo elétrico no País?
Bastos: As empresas com know-how nessa área estão investindo rapidamente, mas existe o lado do governo federal, que deveria definir uma visão para os próximos 10, 15 anos, e estabelecer uma política pública, a fim de incentivar a disseminação dos veículos elétricos por aqui.

O crescimento de 77% nas vendas de carros eletrificados, no Brasil, em 2021, em relação a 2020, surpreende a Mercedes?
Bastos: Não chega a surpreender, porque é uma tendência em alta. A Mercedes-Benz vende apenas o EQC 400, no Brasil, mas o plano é lançar três modelos neste ano: EQA, EQB e EQS. Com isso, acreditamos na evolução exponencial da nossa participação no segmento.

A Mercedes estabeleceu uma data para parar de fabricar motores a combustão, no mundo?
Bastos: Não temos essa data, porque a empresa se baseia nas particularidades de cada mercado. Entendemos que nem todos eles serão 100% elétricos; portanto, o motor a combustão ainda é importante em vários países, como o Brasil. Muitas nações definiram que só venderão carros elétricos já em 2030, mas não dá para colocar todas no mesmo compasso da Noruega. O País está preparado para isso? É evidente que não. Dessa forma, a Mercedes-Benz será 100% elétrica nos mercados em que isso for possível. A partir de 2025, nossa meta é oferecer carros com opções de motor elétrico e híbrido. Em certos lugares, o híbrido conviverá com o elétrico, e, em outros, ele será a ponte para a transição da frota em totalmente elétrica.

O importante é que a tecnologia do propulsor elétrico seja tão prática quanto a do motor a combustão. E isso leva tempo, sem pressa. Estamos em uma maratona, e não em uma prova de 100 metros rasos.

A Mercedes-Benz Cars & Vans no Brasil

- **Início das atividades: 1990**
- **Portfólio de veículos: 38 modelos e versões**
- **Número de concessionárias: 50 pontos de atendimento**
- **Número de colaboradores: cerca de 250**

SÉRGIO AVELLEDA
COORDENADOR DO NÚCLEO DE MOBILIDADE URBANA DO LABORATÓRIO ARQ.FUTURO DE CIDADES, DO INSPER

Não olhe para cima

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Não perca a nossa live, todas as quartas, às 11h, pelas redes sociais do Estadão ou no portal Mobilidade

"ESTÁ CLARO QUE NÃO É O TAMANHO DA ECONOMIA DE UM PAÍS QUE DETERMINA A SUA CAPACIDADE DE CORTAR CARBONO DO SEU SISTEMA DE TRANSPORTE."

"O planeta vive uma emergência de escala global que atinge todos os seus habitantes, sem exceção. Não me refiro à pandemia da covid-19. O aumento na temperatura da Terra é um fato incontestável. A ciência também já logrou provar que a causa desse aquecimento é a atividade humana, especialmente a produção de gases que ocasionam a retenção de calor.

O setor de transportes é responsável por 24% das emissões de CO_2, o principal contribuinte para o aquecimento global. Para limitarmos esse aquecimento a 1,5 grau Celsius, é preciso cortar as emissões em 90% até 2050. Essa é uma tarefa de toda a humanidade, e não apenas de um grupo de países, de algumas indústrias ou de alguns cidadãos.

A tendência mundial tem sido promover a substituição dos veículos movidos a combustão interna para a eletricidade. A indústria global tem oferecido, progressivamente, soluções cada vez mais confiáveis e com menor custo de investimentos. Os gastos operacionais dos veículos elétricos já são, significativamente, mais baratos do que aqueles que utilizam combustíveis fósseis.

REDESENHO URBANO

A maneira mais eficiente de zerar as emissões no transporte é priorizar os deslocamentos a pé e em bicicleta. Para isso, o redesenho urbano, com a criação de múltiplas centralidades econômicas, reduzindo as distâncias entre as zonas residenciais e aquelas em que estão as ofertas de trabalho, é a forma radical de atacar esse problema. Contudo, é preciso também eliminar as emissões do deslocamento motorizado e dar prioridade ao transporte público.

Aqui, na América Latina, dois países são exemplares na liderança continental, no que se refere à transição para uma mobilidade limpa no transporte público. A capital do Chile, a belíssima Santiago, já adquiriu mais de 1.750 ônibus elétricos. Bogotá, a também bela capital da Colômbia, comprou mais de 1.500 unidades elétricas.

O Brasil possui, atualmente, menos de 100 ônibus urbanos elétricos, a bateria, em um universo de mais de 100 mil veículos. Vale lembrar que o PIB do Chile representa 19% do brasileiro e o da Colômbia não chega a 24% da nossa riqueza. Está claro que não é o tamanho da economia de um país que determina a sua capacidade de cortar carbono do seu sistema de transporte.

Qual, então, é a diferença entre Chile e Colômbia e Brasil? Penso que é o nível de engajamento do governo nacional de cada um dos países.

Os projetos de eletrificação da frota de ônibus urbanos das duas nações aqui referidas foram liderados pelos governos nacionais. Cada qual a seu modo, mas tendo em comum a liderança, o compromisso, a elaboração de política pública, com começo, meio e fim.

MAIOR ENGAJAMENTO

No Brasil, porém, sente-se falta da liderança do governo central na estratégia nacional de eliminação do carbono na mobilidade urbana. Nosso País tem capacidade econômica, tecnológica, industrial, além de mercado, para ser o líder, não continental, mas global, na aquisição e na produção de ônibus elétricos. Poderíamos não apenas já ter cidades mais limpas e sustentáveis mas também gerar emprego e renda com uma indústria capaz de abastecer o mercado interno e, ainda, se consolidar como plataforma exportadora, produzindo divisas e riqueza.

Até recentemente, o BNDES tinha uma linha de crédito para projetos de baixo carbono que era quase nada mais barata do que a existente para projetos convencionais, mas tinha exigências de garantias mais rigorosas e prazos menores de pagamento. Ou seja, uma linha para 'inglês' ver.

O regime fiscal dos ônibus e caminhões elétricos é idêntico ao dos veículos poluentes e, para carros leves – acredite se quiser –, paga-se mais imposto no elétrico do que no a combustão.

Aqui, ainda vendemos o obsoleto motor Euro V, abandonado há muito tempo no resto do mundo, especialmente nos países desenvolvidos. Sequer chegamos ao Euro VI, previsto para o ano que vem, mas com várias demandas de adiamento. E, pior, exportamos o Euro VI, mas não o adotamos aqui, no mercado interno.

Enquanto isso, o professor Paulo Saldiva, do Laboratório de Cidades do Insper, constata que São Paulo perde 4 mil pessoas por ano em decorrência de doenças causadas pela poluição atmosférica.

É impossível não se sentir no filme *Não Olhe para Cima*. O cometa do aquecimento global está vindo em nossa direção, em alta velocidade. Ainda podemos desviá-lo. Mas é preciso liderança nacional para nos livrar de uma ameaça real, comprovada e catastrófica."

Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do **Estadão**.

Fotos: Arquivo Pessoal e Getty Images

Elas ao volante: empreendedorismo e independência financeira

Para muitas mulheres, o transporte por app — além de permitir conciliar várias jornadas — vem garantindo o sustento familiar e a possibilidade de planejar o futuro

Shutterstock

Para muitas mulheres, dirigir em plataformas de transporte é também a oportunidade de conquistar autonomia financeira — em 2020, durante a pandemia, houve aumento de 40% no número de novas empreendedoras

Gastos fixos com alimentação, transporte e contas que não param de subir, inflação em alta, pandemia. Do outro lado, o salário (ou falta dele) que não acompanha tudo isso. Se honrar todos esses compromissos já é viver na corda bamba, poupar para o futuro é algo distante da realidade da classe C, já que 60% dela retrocedeu sua renda nos últimos três anos.

O dado faz parte da pesquisa "Não somos todos iguais: A classe C no mundo pós-pandêmico", realizada pela Consumoteca e encomendada pela 99Pay, carteira digital da 99, empresa de tecnologia voltada à mobilidade urbana presente em 1.600 municípios do País. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão na Classe C famílias que possuem a soma dos rendimentos entre quatro e dez salários mínimos (de R$ 4.848 a R$ 12.120).

O levantamento aponta, também, que mais da metade das famílias entrevistadas (55%) vive com uma média de até R$ 3 mil por mês, valor insuficiente para pagar as contas mensais. Nesse contexto, apenas 2% desse grupo consegue se organizar financeiramente para a aposentadoria.

Dívidas também impedem que elas invistam nessa reserva: 45% das pessoas da classe C vivem com o desafio de sobreviver com o dinheiro contado para os gastos do mês, além de pagar parcelamentos de compras realizadas anteriormente (38% contra 35% na classe B e 23% na classe A); 60% dos entrevistados possuem dívidas, dos quais 22% não conseguem pagá-las. Para essa população, conquistar um objetivo financeiro mais caro frequentemente depende de crédito e flexibilidade de pagamento. Além disso, 28% da classe C está com o nome negativado.

Empreender tem sido a saída

A pandemia da covid-19 impactou toda a sociedade, especialmente as mulheres, responsáveis por quase metade dos lares brasileiros (46% dos domicílios são chefiados por elas, de acordo com o IBGE). Com a necessidade de isolamento social, somado à tradicional carga de trabalho doméstico e aos altos índices de desemprego no período, o público feminino se viu obrigado a empreender. Estudo da Rede Mulher Empreendedora (RME), feito durante a pandemia, atesta um aumento de 40% no número de novas empreendedoras em 2020, percentual que pode ser ainda maior por conta da informalidade.

Os aplicativos de transporte se transformaram, também, em alternativa para que elas possam garantir o sustento de famílias — na 99, por exemplo, 5% dos motoristas parceiros cadastrados são mulheres. Maria Helena de Carvalho, motorista de aplicativo há cinco anos, conta que sua rotina nesse período foi intensa. "Trabalhei todos os dias, inclusive sábados e domingos, tendo restrições apenas em alguns períodos do dia e da noite, de acordo com as recomendações das prefeituras dos locais onde circulei", revela.

Para ela, foi fundamental poder continuar trabalhando. "Ser motorista de app ajuda no meu sustento pessoal e familiar. Trabalhar e ter independência financeira é muito importante para mim", acrescenta. Maria Helena explica que o app ajuda a obter renda e ainda oferece orientações sobre educação financeira. "Mantenho os compromissos equilibrados com disciplina financeira, definindo o que é mais importante no momento, além de fixar objetivos no curto e no longo prazos", destaca.

Como a classe C* gasta

56% com a casa
38% com obrigações do dia a dia
35% com compras parceladas

*incluindo múltiplas respostas/Fonte: Consumoteca/99Pay

Para acessar outros conteúdos, aponte a câmera do celular para este QR code

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da 99.

Salvador é destaque no Nordeste

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

A capital baiana é a décima colocada no eixo Mobilidade, no Ranking Connected Smart Cities de 2021, levando a primeira colocação da Região Nordeste. Uma das principais cidades do País, Salvador tem mais de 1,3 milhão de passageiros por dia.

Com o investimento de R$ 5,8 bilhões em um regime de parceria público-privada (PPP), o metrô de Salvador é uma das obras de infraestrutura mais rápidas do mundo (desconsiderando o tempo em que o projeto ficou apenas no papel). A obra correspondeu a quase 50% do crescimento da rede de transporte de passageiros sobre trilhos do País, em 2017.

Apesar disso, a cidade ainda possui diversos desafios em relação à mobilidade urbana. De acordo com o IBGE, Salvador tem o terceiro maior percentual de tempo de deslocamento no trajeto casa e trabalho entre as capitais do Brasil, com 22,02% – perdendo apenas para São Paulo (31,03%) e Rio de Janeiro (25,34%). Confira outros índices no quadro à esquerda.

Segundo a Secretaria de Mobilidade de Salvador, a frota de ônibus, no início de 2020, era de 2.212 e, como consequência da pandemia e da redução de passageiros, em 2021, o sistema funcionou com apenas 1.576 veículos.

Além da desativação de linhas, 52% da frota possui idade superior a sete anos e 18% tem mais de uma década.

MODAIS SUSTENTÁVEIS

A cidade investe, atualmente, em um sistema de transporte composto por carros elétricos e energia 100% limpa. O VLT, classificado como veículo leve de transporte do tipo monotrilho, tem a expectativa de beneficiar mais de 600 mil pessoas que vivem na região do subúrbio e ainda gerar 2.249 postos de trabalho durante a sua obra.

Os primeiros testes operacionais já devem ser realizados no primeiro semestre, sendo que a previsão é de que, no segundo, ocorra a liberação de um trecho de 2 quilômetros entre as paradas Calçada e Santa Luzia. Com o investimento de R$ 2,5 bilhões, a expectativa é de que o VLT esteja 100% concluído no final de 2024.

Mobilidade sustentável será um dos temas presentes no Parque da Mobilidade Urbana (PMU), realizado entre os dias 23 e 25 de junho, no Memorial da América Latina, em São Paulo. O evento, criado pela parceria da plataforma Connected Smart Cities e **Mobilidade Estadão**, tem o propósito de promover a conexão da mobilidade urbana inteligente, sustentável e inclusiva por meio da difusão de ideias entre esse ecossistema no Brasil e no mundo.

Índices de mobilidade urbana na capital baiana

Índice	Valor
Proporção de automóveis/habitante	0,2
Idade média da frota de veículos (em anos)	12,21
Relação de ônibus x automóveis	0,02
Outros modais de transporte coletivo (km/100 mil habitantes)	1,61
Ciclovias (km/100 mil habitantes)	10,95
Acesso ao aeroporto	1
Transporte rodoviário (conexões interestaduais)	217
Veículos de baixa emissão (do total da frota)	0,10%
Bilhete eletrônico de transporte público	sim
Semáforos inteligentes	sim
Taxa de mortes em acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes)	6,4

Fonte: Ranking Connected Smart Cities de 2021

Proteja sua bicicleta

Saiba como funciona um seguro de bike e por que é importante investir no serviço

POR JOSÉ TAVEIRA, DA SEMEXE

Que a bicicleta passou por um boom nas grandes cidades após o início da pandemia de covid-19 está claro. Evitar o transporte coletivo devido a aglomerações, alto preço dos combustíveis e manutenção de um carro particular... Tem sido comum encontrar modelos cada vez mais caros e exclusivos de bicicletas nas ruas. Seja para o transporte diário, seja para a prática esportiva. Algumas dessas bikes exigem grande investimento e são sinônimo de alto desempenho, conforto e prazer ao pedalar. Ou seja, se o ciclista fez um alto investimento em um bom equipamento, nada mais justo do que proteger o seu patrimônio.

Os seguros para bicicletas surgiram recentemente, no Brasil, sendo uma resposta à violência urbana que está presente em diversas cidades. Ele pode restituir na íntegra ou em partes o valor pago na bicicleta em caso de acidente, roubo ou furto. Segurar uma bike é muito similar a contratar um seguro para carros ou celulares, por exemplo. A empresa assegura a bike por um tempo determinado em contrato. O pagamento poderá ser anual ou mensal.

VALE A PENA?

Um seguro pode ser um valioso serviço para os ciclistas que possuem um equipamento de alto valor (normalmente, acima de R$ 1.500) e que o utilizam a bicicleta diariamente para a prática esportiva (speed ou MTB) ou para quem a usa como o seu meio de transporte diário, tanto para ir ao escritório quanto para a faculdade. A bike também pode ser elétrica.

Na hora de escolher a sua seguradora, atente ao detalhe de ela proteger não apenas uma bicicleta nova. Algumas empresas oferecem a opção da contratação de um seguro para usadas, sem precisar de nota fiscal.

Um bom seguro completo para bicicleta irá proteger o ciclista contra:

- Roubo (assalto ou ameaça grave)
- Furto qualificado, acidente ou quebra
- Danos materiais no equipamento durante a pedalada ou no seu transporte
- Gastos com conserto ou substituição em caso de acidente durante o passeio ou no transporte da bicicleta e também se acontecer algum acidente contra terceiros.

Segurar bicicleta é semelhante a fazer o mesmo com um veículo ou celular

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

	Bike	Preço	Valor do Seguro
1	TRINX TEMPO 2.1 2020	R$ 3.700	12 x R$ 32
2	CALOI E-VIBE EASY RIDER	R$ 6.500	12 x R$ 52
3	CALOI STRADA RACING 2020	R$ 7.900	12 x R$ 60
4	TREK X CALIBER 8 2020	R$ 9.500	12 x R$ 67
5	SPECIALIZED TARMAC SL6 COMP DISC 2020	R$ 24.000	12 x R$ 155

* Valores aproximados | Fonte: Semexe

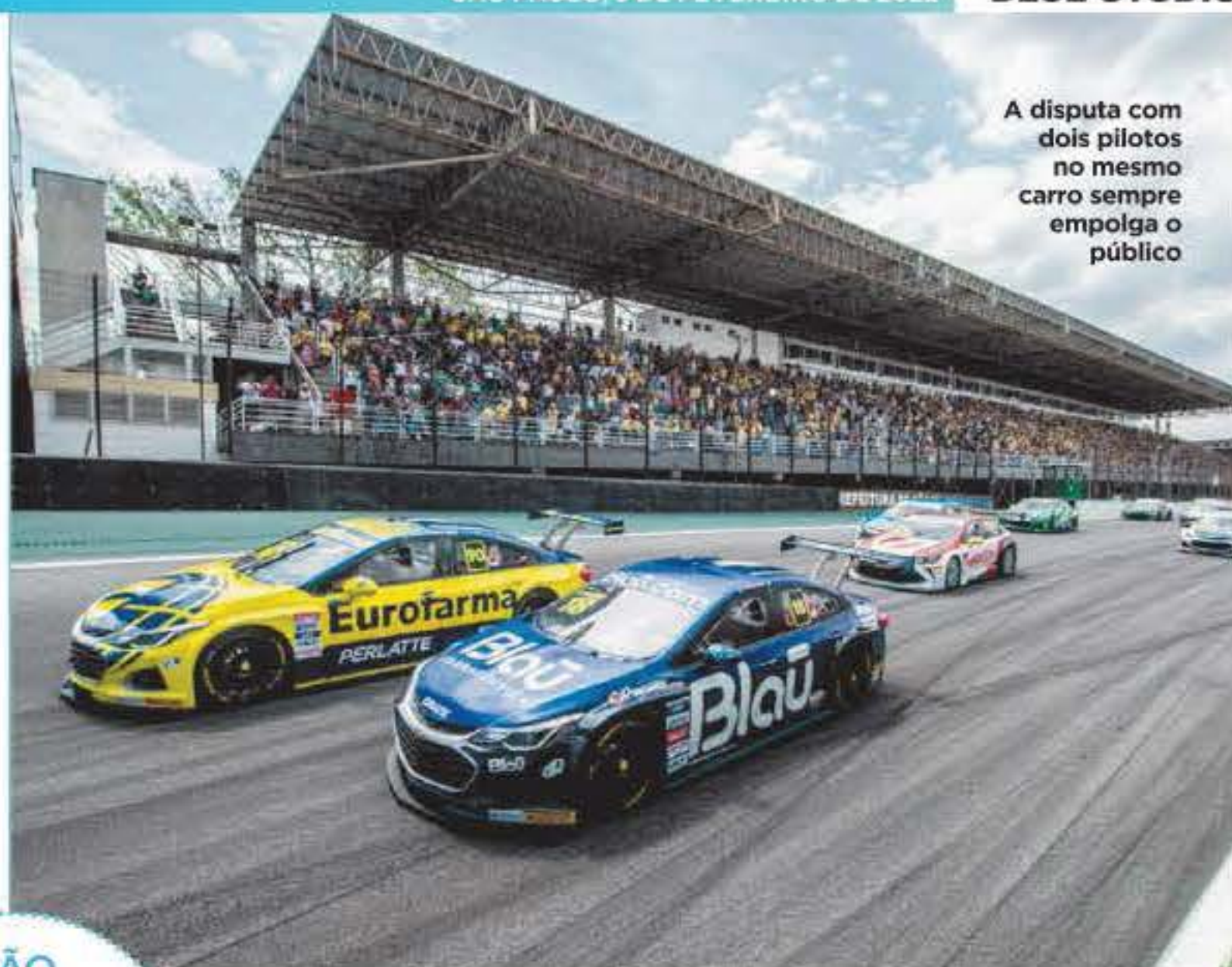
Fotos: Divulgação Semexe

STOCK CAR PRO SERIES
43 anos de história, 19 campeões diferentes.
Os maiores pilotos do Brasil aceleram aqui.
Quem vence a temporada de 2022?
A primeira etapa da Stock Car Pro Series acontece no dia 13 de fevereiro, no Autódromo de Interlagos!
Importante: devido ao aumentos dos casos de Covid-19, a prova acontecerá com os portões fechados.
Paulo Gomes, 4 títulos
Ingo Hoffmann, 12 títulos
Chico Serra 3 títulos
Guiliano Losacco, 2 títulos
Cacá Bueno, 5 títulos
Daniel Serra, 3 títulos
Ricardo Maurício, 3 títulos
Gabriel Casagrande, 1 título
Transmissão ao vivo a partir das 13h50 pela Band, SporTV2 e streaming.
HALL OF FAME
12 títulos: Ingo Hoffmann; 5 títulos: Cacá Bueno; 4 títulos: Paulo Gomes; 3 títulos: Ângelo Giombelli, Chico Serra, Ricardo Maurício e Daniel Serra; 2 títulos: Giuliano Losacco; 1 título: Affonso Giaffone Jr, Olímpio Alencar Jr, Marcos Gracia, Zeca Giaffone, Fábio Sotto Mayor, David Muffato, Max Wilson, Rubens Barrichello, Marcos Gomes, Felipe Fraga e Gabriel Casagrande.
Saiba mais no Instagram @stock_car, Facebook @stockcaroficial, YouTube @stockcarchannel ou site stockproseries.com.br
Patrocínios
Montadoras
Transmissão ao vivo
Media Partner
Apoios / Parceiros

Emoção em dobro

Corrida de Duplas caiu no gosto dos fãs da Stock Car e está de volta neste ano

POR ALAN MAGALHÃES

FOTOS: DUDA BAIRROS

A disputa com dois pilotos no mesmo carro sempre empolga o público

NÃO PERCA!
Próxima etapa: 13/2
CORRIDA DE DUPLAS
Transmissão, ao vivo, pelo site do **Estadão**.

Rubens Barrichello e o filho Dudu correrão juntos na abertura da temporada

Curiosidades das quatro edições

- **JAMAIS UM PILOTO VENCEU DUAS VEZES A CORRIDA DE DUPLAS**
- **MAIS VEZES NO PÓDIO: Marcos Gomes**
  3º em 2014 | 2º em 2015 | 1º em 2016
- **ESTRANGEIROS MAIS REPRESENTADOS**
  1º Argentina – 14 participações
  2º Holanda – 6 participações
  3º Portugal, Bélgica e Austrália – 4 participações de cada país
- **EQUIPES COM MAIS VITÓRIAS**
  RC Eurofarma – 2015 e 2018
  Voxx Racing Team – 2016
  Vogel Motorsport – 2014

EQUIPE COM MAIS POLES: RC Eurofarma
2016 – Ricardo Maurício/Guilherme Salas
2017 – Daniel Serra/João Paulo de Oliveira

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Ao oferecer um enorme leque de possibilidades, sempre direcionado a agradar os fãs da categoria, a Stock Car Pro Series implementou uma série de ações que procuram aumentar a competitividade e a emoção nas provas. São duas corridas, no mesmo dia, com grid invertido, em movimento, engajamento total dos canais digitais, acesso dos convidados aos boxes, entre outras ações que transformaram a categoria em uma das mais equilibradas e atrativas do mundo.

Outra "bola dentro" nesse sentido foi a criação da Corrida de Duplas, que mescla pilotos titulares e convidados, que regressa ao calendário depois de quatro anos. E será exatamente ela que abrirá a temporada 2022, no próximo domingo, no autódromo de Interlagos (SP), com transmissão pelo site do **Estadão**.

Criada em 2014, a Corrida de Duplas da já foi realizada quatro vezes. Na sua estreia e em 2018, ela aconteceu em Interlagos. Goiânia (GO) sediou a disputa em 2015, enquanto o Autódromo Internacional de Curitiba se tornou palco da disputa no ano seguinte.

Em Goiânia, a Stock Car reviveu uma das maiores rivalidades da história do automobilismo mundial, Senna x Prost, quando Bruno Senna, sobrinho de Ayrton Senna, e Nicolas Prost, filho de Alain Prost, foram, respectivamente, parceiros de Antonio Pizzonia e Júlio Campos, naquela ocasião.

Um dos grandes atrativos do evento são os convidados dos pilotos titulares, tradicionalmente vindos do exterior. Dentre os 97 pilotos que aceleraram como convidados, estão nomes de enorme destaque nas pistas do Brasil e do mundo. O maior de todos na Stock Car, o 12 vezes campeão Ingo Hoffmann, participou da Corrida de Duplas em 2015, ao lado de Rubens Barrichello.

Naquela mesma edição, em Goiânia, Ricardo Zonta compartilhou o carro com Jacques Villeneuve, vencedor das 500 Milhas de Indianápolis, campeão da Indy em 1995 e dono do título da Fórmula 1 em 1997.

Ao todo, 38 pilotos estrangeiros já disputaram a Corrida de Duplas da Stock Car. Os recordistas de participação na prova são o belga Laurens Vanthoor (em 2015, 2016 e 2018) e o australiano Mark Winterbottom (em 2014, 2015 e 2018). Dos "gringos" participantes, somente um subiu ao topo do pódio. Em 2015, o argentino Néstor Girolami conquistou a vitória, ao lado de Ricardo Maurício.

DUPLAS CONFIRMADAS

Jamais, em toda a história da Corrida de Duplas, um piloto a venceu mais de uma vez. Para 2022, a vinda de estrangeiros não será tão numerosa, devido à pandemia, e os titulares vão escolhendo novos nomes, entre eles, muitos representantes da nova geração brasileira, que trazem um ar de renovação. Há casos curiosos, como uma dupla formada por irmãos. Nelsinho e Pedro Piquet comandarão o Toyota Corolla da TMG Racing.

A RC quer ampliar o recorde de vitórias com duas duplas fortíssimas: Daniel Serra (Augusto Farfus) e Ricardo Maurício, com o português Filipe Albuquerque. Júlio Campos, da Lubrax/Podium, irá com Marçal Müller, bicampeão da Porsche Cup. E, no outro carro do time, Felipe Massa dividirá a pilotagem com ninguém menos que o alemão Timo Glock, personagem marcante na perda do título de F1 do brasileiro em 2008, exatamente em Interlagos.

A Full Time Sports vem com Rafael Suzuki e o holandês Jeroen Bleekemolen; Cacá Bueno (Felipe Fraga), Ricardo Zonta (Danilo Dirani) e Bruno Baptista (Alan Hellmeister) são conjuntos experientes.

Já Lucas Foresti (Pedro Rimbano), Atila Abreu (Renan Guerra) e Galid Osman (Enzo Elias) são exemplos de duplas formadas por brasileiros da nova geração. O atual campeão da Stock Car Pro Series, Gabriel Casagrande, escolheu o vice da Stock Light, Gabriel Robe, para tentar mais um triunfo.

Uma equipe que deverá chamar muita atenção na Corrida de Duplas será formada entre pai e filho. Rubens Barrichello dividirá a pilotagem de seu Toyota Corolla com Dudu [*Eduardo*] Barrichello, que já disputou duas etapas da categoria, no mesmo boxe do pai, mas nunca com o mesmo carro.

Banco Daycoval S.A.
CNPJ 62.232.889/0001-90
Companhia Aberta - Categoria B

daycoval.com.br

BancoDaycoval

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval" ou "Banco") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados do Daycoval para o respectivo exercício.
O ano de 2021 não foi para qualquer um. Entramos com uma sensação de recomeço - com os ânimos renovados. Após um período com grandes desafios, começamos a avistar a luz de um novo contexto, com uma certa sensação de normalidade. Porém, algumas incertezas fizeram-nos ver que não seria tão fácil. Uma nova onda da pandemia se apresentou, ao mesmo tempo surgiram questões no campo político e suas consequências econômicas, assim como o cenário mundial de inflação e alta de juros, falta de insumos e o impacto das novas ondas de Covid-19 fizeram com que qualquer planejamento voltasse à estaca zero. No Daycoval, não foi diferente. Acabamos nos acostumando ao ambiente incerto e fomos em frente. Obtivemos crescimento em todos os indicadores e áreas. A Carteira de Crédito Ampliada, cresceu 27,1% a.a., se comparada a 2020, em um ano em que o planejado era consolidar os crescimentos dos anos anteriores. Atingimos excelentes volumes em Captação e Investimentos, tudo isso sem perder a agilidade nos processos, com contínuos investimentos em inovação, processos e pessoas.
Nossa trajetória de mais de 50 anos é marcada por muita força para ultrapassar barreiras e criar alternativas para inovar e evoluir. Em 2021 chegamos à marca de 3 mil colaboradores localizados em todo o país, ajustando suas operações mesmo que remotamente, comprometidos em atender bem nossos clientes e dedicar esforços em alcançar resultados sustentáveis. O que é motivo de muito orgulho pois o Daycoval é um Banco feito por pessoas e para pessoas. Evoluímos também no quesito ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*), com critérios, práticas e métricas muito mais estruturados.
A inovação tecnológica já está enraizada em nossos processos, a Dayane, nossa assistente virtual, realiza centenas de milhares de atendimentos todos os meses, e o Dayconnect, nosso aplicativo, leva uma grande quantidade de soluções financeiras à palma da mão de nossos clientes e investidores. Encontramos equilíbrio entre a impessoalidade do digital e um atendimento humano, porém, digitalizado e eficiente.
A Carteira de Crédito Ampliada encerrou o ano de 2021 com R$ 46.715,3 milhões, aumento de 27,1% em relação ao final de 2020. Esse crescimento não afetou a qualidade da carteira que encerrou o ano com Índice de Inadimplência de 1,5%, enquanto o saldo de PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa) encerrou com R$ 1.647,6 milhões. Neste saldo estão inclusos R$ 489,2 milhões de provisão adicional.
Concluímos o exercício de 2021 com Lucro Líquido de R$ 1.414,2 milhões, 19,6% maior na comparação com 2020. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 28,3% no exercício de 2021, praticamente estável em relação aos anos anteriores. O Patrimônio Líquido fechou 2021 em R$ 4.981,3 milhões, com crescimento de 12,5% em 12 meses e Índice de Basileia de 13,0%, ao fim do exercício, o que reflete a alta base de capital do Banco.
No âmbito da Captação o Daycoval concluiu durante o ano três emissões sindicalizadas junto a IFC (International Finance Corporation), ao BID Invest (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e ao sindicato de Bancos, totalizando US$ 851,0 milhões, com prazo de até 4 anos, destinadas a oferecer linhas de financiamento de capital de giro a pequenas e médias empresas, incluindo empresas de propriedade de mulheres e regiões menos favorecidas do Brasil. No âmbito local, o Daycoval emitiu a décima oferta pública de Letras Financeiras (LFs), um total de R$ 1,0 bilhão em 3 séries, sendo a mais longa com prazo de 4 anos.
O Daycoval foi listado com destaque no Guia Grandes Grupos do Valor Econômico entre os 200 maiores grupos que atuam no Brasil. Em finanças, o Banco foi destaque como um dos 20 maiores do setor, tanto em Receitas como em Lucro Líquido.

Sobre o Banco Daycoval

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.
No exercício findo em 2021, o Daycoval, que tem sede em São Paulo (SP) e conta com uma equipe de 3.035 profissionais, atingiu R$ 46,7 bilhões de carteira de crédito ampliada, R$ 61,9 bilhões de ativos totais, R$ 5,0 bilhões de patrimônio líquido e R$ 1,4 bilhão de lucro líquido. Tais resultados, refletem o fruto de sua estratégia conservadora, obtendo destaque por sua baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho, que se traduzem pelo Índice de Basileia III de 13,0%.

Principais Indicadores 2021

Principais Indicadores	2021
Ativos Totais - R$ milhões	61.931,6
Carteira de Crédito Ampliada - R$ milhões	46.715,3
Captação Total - R$ milhões	47.338,5
Lucro Líquido - R$ milhões	1.414,2
Patrimônio Líquido - R$ milhões	4.981,3
Retorno sobre Pl Médio (ROAE) (% a.a.)	28,3%
Retorno s/ Ativos Médios (ROAA) (% a.a.)	2,6%
Margem Financeira Líquida (NIM) (% a.a.)	9,0%
Índice de Eficiência	29,9%
Índice de Basileia III	13,0%

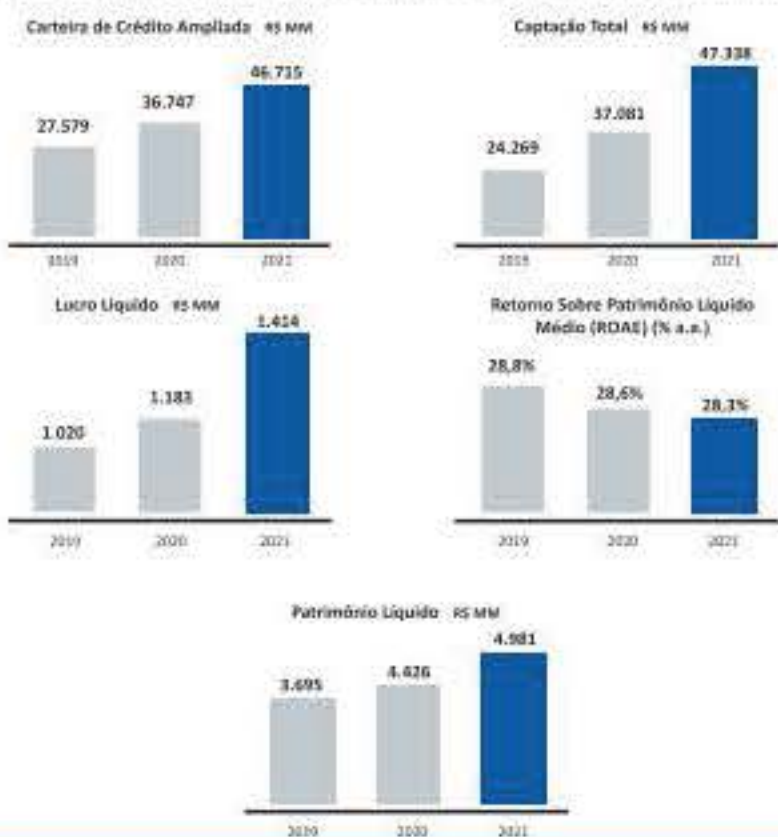
Distribuição

Coerente com a proposta de crescer com diversificação, o Banco Daycoval possui atualmente 48 agências estabelecidas em 21 Estados, mais o Distrito Federal. O Daycoval conta ainda com uma agência nas Ilhas Cayman, que representa um instrumento essencial, tanto para a captação de recursos, quanto para a abertura de linhas comerciais e de relacionamento com bancos correspondentes.
No exercício findo em 2021, a IFP - Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda., empresa do Grupo Daycoval, promotora voltada para o fomento das operações com crédito consignado, respondeu por aproximadamente 15,9% da originação total das operações e por 7,6% das operações de INSS do Banco. A IFP conta com 47 lojas em todo o país e 680 funcionários. Para melhorar sua produtividade, a IFP também presta serviços para outras instituições financeiras.
O Daycoval Câmbio encerrou o ano de 2021 com 186 pontos de atendimento. O Banco atua também por meio de parcerias com operadoras e agências de turismo, com o objetivo de facilitar o acesso aos clientes, oferecer maior flexibilidade para realizar suas operações e proporcionar atendimento rápido e seguro. No ano de 2021 foram realizadas 3,5 milhões de transações em diferentes moedas e espécie, com movimento equivalente a R$ 17,0 bilhões.

Rating

A classificação obtida pelo Banco Daycoval nos ratings comprova o baixo nível de risco e a solidez conquistada nas operações. As informações apuradas pelas respectivas agências são amplamente consideradas pelo mercado financeiro, mas não devem, para todos os efeitos, serem compreendidas como recomendação de investimento.
De acordo com os relatórios divulgados, os ratings refletem o entendimento das agências sobre o Banco Daycoval:
I) AA (bra), em escala Nacional pela Fitch Rating com perspectiva "estável."
II) AA.br, em escala Nacional pela Moody's com perspectiva "estável."
III) brAA+, em escala Nacional pela Standard&Poor's com perspectiva "estável"

Desempenho Operacional e Financeiro

O Banco Daycoval adota a estratégia de diversificar suas captações, seja do ponto de vista de fonte como de instrumento, para assim estar alinhado com a esperada evolução da carteira de crédito, sempre buscando o casamento de ativos e passivos e a eficiência no custo. Em 2021 a captação evoluiu em linha com o crescimento da carteira de crédito e somou R$ 47,3 bilhões ao final do ano, crescimento de 27,7% se comparado com o mesmo período de 2020.
O destaque fica por conta das operações estruturadas, no âmbito internacional o empréstimo de US$ 851 milhões junto ao IFC, BID Invest e sindicato de Bancos, com prazo de até 4 anos, visando aumentar o acesso ao crédito a pequenas e médias empresas, incluindo empresas de propriedade de mulheres e regiões menos favorecidas do Brasil. Localmente, o Daycoval finalizou a sua décima oferta pública de Letras Financeiras (LFs), emitindo um total de R$ 1 bilhão. O montante está dividido em três séries, sendo a primeira no valor de R$ 202 milhões para 2 anos; a segunda de R$ 494 milhões para 3 anos; e a terceira de R$ 304 milhões para 4 anos.
A carteira de crédito ampliada encerrou 2021 com saldo de R$ 46,7 bilhões, 27,1% superior a 2020. O segmento de crédito para empresas, principal negócio do Banco, cresceu 28,2% no ano.
O lucro líquido alcançou R$ 1,4 bilhão em 2021, 19,6% superior a 2020. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 28,3% a.a., o Retorno sobre os Ativos Médios (ROAA) foi de 2,6% a.a., o Índice de Eficiência registrou 29,9% no ano e a Margem Financeira Líquida (NIM) foi de 9,0% a.a.

Governança Corporativa

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e com as melhores práticas de mercado. O Banco busca, frequentemente, aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004 do Conselho Monetário Nacional, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco.

Gestão Integrada de Riscos e de Capital

O Banco entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor ao Banco, aos acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controles internos. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, socioambiental e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações. O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para evitar ou minimizar ao máximo a exposição aos riscos. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos objetivos estratégicos da instituição, por meio de sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS) e com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta ainda com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas de forma a garantir a adequada gestão de riscos e uma governança eficiente.
A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Socioambiental, Risco de Mercado e Liquidez, Risco de Crédito e de Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos Comitês.
Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri.

Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Grupo Daycoval, uma força se destaca: as pessoas. Ter uma equipe engajada é fator decisivo para tornar o Daycoval uma das melhores empresas para se trabalhar, certificado desde 2016 pela *Great Place to Work*, sendo um dos nossos princípios acreditar que o capital humano é fundamental para um bom desempenho dos negócios. Desta forma, investe continuamente na capacitação e no bem-estar de seus colaboradores. Para estimulá-los, o Daycoval proporciona oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável, de alta produtividade e com remuneração justa.
Em 31 de dezembro de 2021, o Daycoval dispunha de uma equipe talentosa e engajada de 3.035 profissionais. Estamos crescendo, bom para o negócio e bom para as pessoas, pois mais oportunidades e novos desafios são apresentados a todos.
Dentre as principais iniciativas voltadas ao desenvolvimento contínuo, destaca-se o Programa Dayconduca, que oferece bolsas de estudo para Graduação, Pós-Graduação ou MBA. No seu histórico, já foram 698 colaboradores contemplados com esta estratégia de desenvolvimento.
Atualmente 81% do nosso quadro de colaboradores já teve algum contato com o ensino superior. No 1º semestre de 2021 foram realizadas 39.793 horas de treinamento, abrangendo programas nas áreas de informática, prevenção à lavagem de dinheiro, sustentabilidade, custódia, processos internos, certificações e gerenciamento de riscos. Como parte do projeto "Em Busca da Excelência", no âmbito do pilar Conhecimento, são oferecidos cursos especiais para gestores sobre liderança e palestras educacionais com temas ligados a produtos e serviços financeiros, finanças pessoais, entre outros. Desenvolver nossos colaboradores para os desafios de hoje e prepará-los para o amanhã é uma das estratégias de gestão de pessoas adotada.
Durante a Pandemia, a Academia Daycoval, plataforma de *e-learning*, foi ativada com uma diversidade de cursos e vídeos para dar apoio ao momento que se apresenta. Cursos relacionados ao autoconhecimento, ao trabalho em casa, a conhecimentos técnicos, regulatórios e novas competências foram temas colocados à disposição dos colaboradores, além de vídeos para alongamento, respiração e meditação. Só na Academia foram realizados 33.797 acessos.
A Diretoria Executiva continua aproveitando a plataforma de comunicação e foi criada uma rotina aonde os executivos falam direto com todos os colaboradores e respondem perguntas e curiosidades. Esta é uma estratégia importante quando falamos de engajamento e alinhamento.
O Banco conta com equipe qualificada e busca sempre profissionais dispostos a enfrentar desafios. Reconhece o potencial dos profissionais, oferecendo desenvolvimento e crescimento profissional e pessoal. Nossos colaboradores estão distribuídos em diferentes gerações: 54,6% de geração Y, 31,8% de X, 9,0% de Z e aproximadamente 4,6% de *Baby Boomers*. O Programa de Estágio continua captando mais e mais jovens com potenciais, fechamos o semestre com 80 jovens, pois é preciso criar um *pipeline* de talentos para o crescimento que está projetado.
O Banco também é integrante do programa Jovem Aprendiz por intermédio de convênio com a ESPRO (Ensino Social Profissionalizante), além de oferecer programas de assistência social e ginástica laboral. Para o bem-estar dos colaboradores e seus familiares são realizadas campanhas de vacinação, cursos que envolvem ações de saúde, vida social e apoio pessoal. Adicionalmente, buscando maior incentivo à qualidade de vida são promovidas aulas de música gratuitas e treinamento de corrida.

Sustentabilidade

2021 foi marcado pelo contínuo desenvolvimento sustentável dos negócios e a proximidade com os clientes, colaboradores e públicos de interesse, mesmo diante de incertezas e desafios impostos pela pandemia da Covid-19. O Banco Daycoval manteve seu direcionamento estratégico apoiado em seus Valores Corporativos para garantir a segurança dos colaboradores, clientes e fornecedores em seus escritórios por meio de protocolos rígidos, apoiando pessoas e empresas, fornecendo meios e soluções para proteger seus negócios, lares e comunidade.
No pilar ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*), o Daycoval manteve investimentos na expansão dos compromissos sociais. Em 2021, a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, liderou duas tranches de financiamento reforçando a capacidade de ampliação da carteira de crédito do Banco Daycoval. Com foco no empreendedorismo feminino e pequenas e médias empresas (PMEs), o Daycoval teve acesso a empréstimos de US$ 384 milhões e US$ 151 milhões, respectivamente no primeiro e segundo semestres. Além disso, sob coordenação do BID Invest, foi concluído o processo de sindicalização de US$300 milhões, também fortalecendo a posição do Daycoval nas alocações de âmbito social.
Mediante os desafios que a pandemia nos trouxe e pensando em gerar valor para impactar positivamente a sociedade com ações de solidariedade, o Daycoval realizou mais uma edição da campanha Conexão do Bem, destinada à arrecadação de agasalhos, cobertores e calçados. Para cada peça arrecadada, o Banco doou um valor em dinheiro para ser revertido em cestas básicas para comunidades carentes de todo o país.

Responsabilidade Social

Neste período, foram apresentados avanços significativos em projetos e ações de responsabilidade social. Cerca de R$ 25 milhões foram investidos por intermédio de leis de incentivo fiscal e R$ 17 milhões em doações diretas, totalizando R$ 42 milhões na promoção de iniciativas culturais, de educação e esportes e ações voltadas à saúde e qualidade de vida. Destaque para algumas instituições como: Hospital Pequeno Príncipe, Hospital de Barretos, Hospital Albert Einstein, Instituto Olga Kos, APAE, GRAAC, Fundação Dorina Nowill, Fundação Gol de Letra, Projeto Musicantes, MASP dentre outros.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Banco que não sejam o de auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

A Administração do Banco Daycoval S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho do Banco Daycoval, acesse o endereço www.daycoval.com.br/ri.

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Balanços patrimoniais individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Referência nota explicativa	Banco 31/12/2021	Banco 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Disponibilidades	4	**311.805**	**342.892**	**312.094**	**343.040**
Reservas no Banco Central do Brasil	5	**435.630**	**217.672**	**435.630**	**217.672**
Relações interfinanceiras		**3.319**	**549**	**3.319**	**549**
Instrumentos financeiros		**57.617.009**	**45.613.574**	**58.641.525**	**46.419.815**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	4.659.241	5.565.372	3.310.566	4.772.208
Títulos e valores mobiliários	7	9.597.269	5.298.623	10.079.292	5.592.275
Derivativos	8.a	933.080	1.188.710	935.598	1.188.710
Carteira de crédito					
Operações de crédito	9	27.295.601	25.522.495	27.583.232	25.713.559
Arrendamento mercantil financeiro	9.i	-	-	1.591.383	1.063.294
Arrendamento mercantil operacional	9	-	-	218.144	133.090
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional	9	-	-	(217.893)	(132.854)
Outros créditos com características de concessão de crédito	9	11.557.562	5.689.756	11.566.947	5.740.925
Carteira de câmbio	10	3.574.256	2.348.618	3.574.256	2.348.618
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.e	**(1.575.832)**	**(1.515.720)**	**(1.601.748)**	**(1.534.740)**
Operações de crédito		(1.416.314)	(1.378.901)	(1.425.902)	(1.383.179)
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(16.310)	(14.594)
Outros créditos diversos		(159.518)	(136.819)	(159.536)	(136.967)
Ativos fiscais correntes e diferidos	19.b	**1.739.710**	**1.628.398**	**1.786.185**	**1.668.254**
Devedores por depósitos em garantias de contingências		**1.581.364**	**1.438.626**	**1.585.388**	**1.441.954**
Fiscais	18.c	1.528.906	1.387.002	1.528.906	1.387.002
Cíveis	18.c	38.773	36.693	38.856	36.693
Trabalhistas	18.c	13.685	14.931	17.559	18.193
Outros		-	-	67	66
Outros créditos		**257.060**	**231.903**	**265.210**	**239.044**
Rendas a receber		35.177	33.327	40.627	35.448
Negociação e intermediação de valores		85.596	76.423	85.596	76.423
Diversos	11	136.287	122.153	138.987	127.173
Outros valores e bens	12	**159.321**	**100.249**	**159.321**	**100.250**
Ativos não financeiros mantidos para venda		89.204	84.852	89.204	84.852
(Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda)		(3.270)	(8.564)	(3.270)	(8.564)
Despesas pagas antecipadamente		73.387	23.961	73.387	23.962
Investimentos		**1.531.285**	**1.432.901**	**52.814**	**63.223**
Participações em controladas	14	1.525.731	1.428.965	-	-
Outros investimentos		5.554	3.936	52.814	63.223
Imobilizado de uso	15.a	**61.154**	**61.816**	**68.358**	**69.689**
Imobilizações de uso		119.541	108.670	130.994	119.874
(Depreciações acumuladas)		(58.387)	(46.854)	(62.636)	(50.185)
Imobilizado de arrendamento mercantil operacional	15.b	-	-	**223.203**	**130.650**
Bens arrendados		-	-	409.213	264.241
(Depreciações acumuladas)		-	-	(186.010)	(133.591)
Intangível		-	-	**257**	**351**
TOTAL DO ATIVO		**62.121.825**	**49.552.860**	**61.931.556**	**49.159.751**

PASSIVO

	Referência nota explicativa	Banco 31/12/2021	Banco 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Instrumentos financeiros		**52.995.770**	**41.400.186**	**52.562.790**	**40.808.561**
Depósitos	16.b	17.331.441	14.082.552	17.281.007	14.027.603
Operações compromissadas	16.a	2.474.519	1.951.672	2.474.519	1.951.672
Emissões de títulos	16.b	**20.542.824**	**18.460.459**	**20.160.278**	**17.923.783**
No Brasil		17.928.549	16.055.053	17.546.003	15.518.377
No Exterior		2.614.275	2.405.406	2.614.275	2.405.406
Obrigações por empréstimos	16.b	8.709.577	4.503.902	8.709.577	4.503.902
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	16.b	195.571	164.850	195.571	164.850
Dívidas subordinadas	16.b	992.038	460.657	992.038	460.657
Derivativos	8.a	207.588	58.064	207.588	58.064
Carteira de câmbio	10	2.542.212	1.718.030	2.542.212	1.718.030
Relações interfinanceiras e interdependências		**217.061**	**227.702**	**217.061**	**227.702**
Provisões para riscos	18	**1.975.484**	**1.886.117**	**1.987.709**	**1.900.524**
Fiscais		1.812.691	1.656.548	1.813.790	1.657.360
Cíveis		115.688	166.760	116.382	167.308
Trabalhistas		47.105	62.809	57.537	75.856
Provisão para garantias financeiras prestadas	9.e	**42.873**	**44.781**	**42.873**	**44.781**
Obrigações fiscais correntes e diferidas	19.b	**1.231.008**	**933.409**	**1.370.966**	**1.040.842**
Outras obrigações		**613.322**	**557.753**	**661.559**	**592.898**
Sociais e estatutárias	17.a	368.900	301.174	371.570	303.167
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		11.698	5.327	11.858	5.327
Negociação e intermediação de valores		46.905	65.266	46.905	65.266
Diversas	17.b	185.819	185.986	231.226	219.138
Resultado de exercícios futuros		**65.029**	**77.039**	**106.264**	**117.540**
Participação de minoritários		-	-	**1.056**	**1.030**
Patrimônio líquido	20	**4.981.278**	**4.425.873**	**4.981.278**	**4.425.873**
Capital social		3.557.260	3.557.260	3.557.260	3.557.260
Reservas de capital		1.125	279	1.125	279
Reservas de lucros		1.423.037	875.713	1.423.037	875.713
Outros resultados abrangentes		(144)	(7.379)	(144)	(7.379)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**62.121.825**	**49.552.860**	**61.931.556**	**49.159.751**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações do resultado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	2º semestre de 2021 Banco	2º semestre de 2021 Consolidado	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**4.171.741**	**4.290.914**	**6.354.397**	**5.826.511**	**6.569.516**	**6.004.608**
Carteira de crédito	21.a	2.846.943	2.966.080	5.197.954	4.196.192	5.407.598	4.374.427
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.b	1.200.962	1.225.450	889.028	1.366.651	924.038	1.374.345
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.c	69.308	31.301	115.686	134.222	66.627	112.580
Câmbio	21.d	54.207	67.762	149.833	126.527	169.357	140.337
Venda ou transferência de ativos financeiros		321	321	1.896	2.919	1.896	2.919
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(2.215.576)**	**(2.201.541)**	**(2.304.915)**	**(2.323.707)**	**(2.283.661)**	**(2.303.534)**
Depósitos interfinanceiros e a prazo	21.e	(450.501)	(449.395)	(625.838)	(268.844)	(624.377)	(267.105)
Emissões de títulos no Brasil e no exterior	21.e	(904.268)	(891.339)	(1.111.566)	(1.066.545)	(1.091.773)	(1.048.111)
Obrigações por empréstimos e repasses	21.f	(860.807)	(860.807)	(567.511)	(988.318)	(567.511)	(988.318)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**1.956.165**	**2.089.373**	**4.049.482**	**3.502.804**	**4.285.855**	**3.701.074**
DESPESAS COM PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	9.e	**(179.554)**	**(183.604)**	**(437.317)**	**(642.553)**	**(446.561)**	**(648.697)**
Carteira de crédito		(173.820)	(177.870)	(404.942)	(569.964)	(414.316)	(575.961)
Outros créditos		(9.712)	(9.712)	(34.283)	(52.815)	(34.153)	(52.962)
Avais e fianças		3.978	3.978	1.908	(19.774)	1.908	(19.774)
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**1.776.611**	**1.905.769**	**3.612.165**	**2.860.251**	**3.839.294**	**3.052.377**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		**(629.850)**	**(724.100)**	**(1.141.210)**	**(905.020)**	**(1.305.135)**	**(1.032.707)**
Receitas de prestação de serviços	21.g	150.913	180.973	271.721	220.846	290.020	240.688
Receitas de operações com seguros		-	19	-	-	8	191
Despesas de pessoal	21.h	(283.739)	(324.338)	(530.392)	(430.086)	(605.348)	(487.080)
Outras despesas administrativas	21.i	(434.343)	(425.098)	(767.622)	(565.805)	(761.293)	(552.820)
Despesas tributárias	19.a.ii	(109.322)	(126.408)	(210.621)	(181.041)	(241.147)	(206.006)
Resultado de participação em controladas	14.a	67.694	-	93.639	110.358	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	21.j	12.777	23.644	(10.978)	(34.651)	(1.271)	(2.349)
Despesas de depreciação e amortização		(6.242)	(6.761)	(11.773)	(10.697)	(12.981)	(11.444)
Despesas com provisões para riscos							
Fiscais		(28.315)	(28.592)	(41.146)	(28.755)	(41.659)	(29.493)
Cíveis		(9.103)	(9.204)	51.072	18.001	51.243	17.940
Trabalhistas		9.830	11.665	14.891	(3.190)	17.293	(2.334)
RESULTADO OPERACIONAL		**1.146.761**	**1.181.669**	**2.470.955**	**1.955.231**	**2.534.159**	**2.019.670**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**494**	**9.150**	**24.572**	**7.376**	**40.231**	**11.630**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**1.147.255**	**1.190.819**	**2.495.527**	**1.962.607**	**2.574.390**	**2.031.300**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.a.i	**(377.395)**	**(419.385)**	**(918.228)**	**(645.161)**	**(993.930)**	**(711.178)**
Provisão para imposto de renda		(106.898)	(115.606)	(433.725)	(371.583)	(454.529)	(388.808)
Provisão para contribuição social		(131.593)	(151.454)	(397.555)	(302.708)	(432.076)	(330.579)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(138.904)	(152.325)	(86.948)	29.130	(107.325)	8.209
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		**(88.999)**	**(90.561)**	**(163.100)**	**(134.830)**	**(166.238)**	**(137.486)**
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		-	**(12)**	-	-	**(23)**	**(20)**
LUCRO LÍQUIDO		**680.861**	**680.861**	**1.414.199**	**1.182.616**	**1.414.199**	**1.182.616**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações do resultado abrangente
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Banco e Consolidado 2º semestre de 2021	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO	**680.861**	**1.414.199**	**1.182.616**
Outros resultados abrangentes	**13.657**	**7.235**	**(20.012)**
Ajustes a valor justo - Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda			
Atribuídos ao Controlador	29.465	21.869	(37.741)
Atribuídos a empresas controladas	(2.547)	(4.793)	746
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial			
Atribuídos ao Controlador	(13.261)	(9.841)	16.983
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**694.518**	**1.421.434**	**1.162.604**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	2º semestre de 2021 Banco	2º semestre de 2021 Consolidado	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS LUCRO LÍQUIDO	**680.861**	**680.861**	**1.414.199**	**1.182.616**	**1.414.199**	**1.182.616**
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO						
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Depreciações e amortizações	6.242	6.761	11.773	10.697	12.981	11.444
Impostos diferidos	138.904	152.325	86.948	(29.130)	107.325	(8.209)
Impostos correntes	238.491	267.060	831.280	674.291	886.605	719.387
Provisão para riscos	61.370	59.755	89.367	111.072	87.185	111.090
Provisão para avais e fianças concedidos	(3.978)	(3.978)	(1.908)	19.774	(1.908)	19.774
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	173.820	175.904	404.762	642.038	410.444	653.228
Provisão para arrendamentos mercantis de liquidação duvidosa	-	1.966	-	-	3.872	(5.193)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	12.628	12.628	35.863	(30.472)	35.563	(30.326)
Provisão para outros créditos diversos	(2.916)	(2.916)	(1.400)	11.213	(1.400)	11.214
Provisão para perdas em outros valores e bens	(1.105)	(1.105)	(5.294)	227	(5.294)	226
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(43.377)	(43.377)	(20.878)	17.000	(20.878)	17.000
Resultado na alienação de ativo permanente	5.161	(13.804)	3.180	823	(14.041)	3.259
Resultado de participações em controladas e coligadas	(67.694)	-	(93.639)	(110.358)	-	-
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	**517.546**	**611.219**	**1.340.054**	**1.317.175**	**1.500.444**	**1.502.894**
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**1.198.407**	**1.292.080**	**2.754.253**	**2.499.791**	**2.914.643**	**2.685.510**
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	**(4.618.734)**	**(2.118.903)**	**(7.729.152)**	**(2.920.128)**	**(7.888.872)**	**(3.109.165)**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(362.645)	126.313	(1.600.406)	(13.732)	(1.044.897)	101.893
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.914.491)	(1.908.154)	(3.916.580)	(4.747.418)	(4.107.568)	(4.688.141)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e Reservas no Banco Central	(181.317)	(181.317)	(231.369)	15.934	(231.369)	15.934
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(860.448)	(1.576.972)	(2.140.636)	(8.968.536)	(2.876.010)	(8.157.147)
(Aumento) Redução em outros créditos	(5.178.230)	(5.018.876)	(7.321.678)	(932.999)	(7.286.753)	(976.921)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(31.968)	(33.089)	(53.778)	33.589	(53.778)	33.656
Aumento (Redução) em depósitos	2.725.901	2.688.248	3.248.890	5.687.217	3.253.405	5.707.660
Aumento (Redução) em operações compromissadas	(230.330)	(230.330)	522.847	880.530	522.847	880.530
Aumento (Redução) em emissões de títulos	2.224.939	2.246.875	2.657.785	5.047.532	2.811.915	5.036.945
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.023.150)	1.021.598	937.358	23.651	937.358	23.651
Aumento (Redução) em outras obrigações	356.608	903.692	817.777	740.937	883.143	632.064
Imposto de renda e contribuição social pagos	(141.945)	(156.348)	(637.252)	(527.040)	(685.889)	(555.095)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(1.658)	(563)	(12.010)	40.207	(11.276)	35.806
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(3.420.327)**	**(826.823)**	**(4.974.899)**	**(420.337)**	**(4.974.229)**	**(423.655)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aquisição de imobilizado de uso	(6.227)	(6.335)	(11.126)	(4.890)	(11.655)	(7.874)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(6.227)**	**(6.335)**	**(11.126)**	**(4.890)**	**(11.655)**	**(7.874)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	329.159	304.562	(575.419)	783.674	(575.419)	783.674
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	3.299.040	1.254.292	3.299.040	957.699	3.299.040	957.699
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	532.444	8.362	531.381	302.562	531.381	302.562
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(653.851)	(653.851)	(827.481)	(374.915)	(827.481)	(374.915)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**3.506.792**	**913.365**	**2.427.521**	**1.669.020**	**2.427.521**	**1.669.020**
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**43.377**	**43.377**	**20.878**	**(17.000)**	**20.878**	**(17.000)**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**123.615**	**123.584**	**(2.537.626)**	**1.226.793**	**(2.537.485)**	**1.220.491**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.151.129	1.151.449	3.812.370	2.585.577	3.812.518	2.592.027
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.274.744	1.275.033	1.274.744	3.812.370	1.275.033	3.812.518
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**123.615**	**123.584**	**(2.537.626)**	**1.226.793**	**(2.537.485)**	**1.220.491**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BancoDaycoval

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Aumento de captial	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutárias	Reservas especiais de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021		**3.557.260**	**-**	**1.125**	**95.798**	**816.582**	**-**	**(13.801)**	**696.671**	**5.153.635**
Ajustes a valor justo - Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	13.657	-	13.657
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	20.d.iv	-	-	-	-	(500.008)	-	-	-	(500.008)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	680.861	680.861
Destinações:										
Reserva legal	20.e	-	-	-	34.043	-	-	-	(34.043)	-
Reserva estatutária	20.e	-	-	-	-	976.622	-	-	(976.622)	-
Dividendos	20.d.iii	-	-	-	-	-	-	-	(160.235)	(160.235)
Juros sobre o capital próprio	20.d.ii	-	-	-	-	-	-	-	(206.632)	(206.632)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**3.557.260**	**-**	**1.125**	**129.841**	**1.293.196**	**-**	**(144)**	**-**	**4.981.278**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**3.557.260**	**-**	**279**	**59.131**	**816.582**	**-**	**(7.379)**	**-**	**4.425.873**
Ajustes a valor justo - Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	7.235	-	7.235
Atualização de títulos patrimoniais		-	-	846	-	-	-	-	-	846
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	20.d.iv	-	-	-	-	(500.008)	-	-	-	(500.008)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	1.414.199	1.414.199
Destinações:										
Reserva legal	20.e	-	-	-	70.710	-	-	-	(70.710)	-
Reserva estatutária	20.e	-	-	-	-	976.622	-	-	(976.622)	-
Dividendos	20.d.iii	-	-	-	-	-	-	-	(160.235)	(160.235)
Juros sobre o capital próprio	20.d.ii	-	-	-	-	-	-	-	(206.632)	(206.632)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**3.557.260**	**-**	**1.125**	**129.841**	**1.293.196**	**-**	**(144)**	**-**	**4.981.278**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		**2.253.595**	**-**	**1.142**	**254.751**	**1.047.772**	**125.266**	**12.633**	**-**	**3.695.159**
Aumento de capital		-	1.303.865	(1.142)	(254.751)	(1.047.772)	-	-	-	-
Aumento de capital - homologado pelo BACEN		1.303.865	(1.303.865)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes a valor justo - Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	(20.012)	-	(20.012)
Atualização de títulos patrimoniais		-	-	279	-	-	-	-	-	279
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	20.d.iv	-	-	-	-	-	(125.266)	-	-	(125.266)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	1.182.616	1.182.616
Destinações:										
Reserva legal	20.e	-	-	-	59.131	-	-	-	(59.131)	-
Reserva estatutária	20.e	-	-	-	-	816.582	-	-	(816.582)	-
Dividendos	20.d.iii	-	-	-	-	-	-	-	(133.358)	(133.358)
Juros sobre o capital próprio	20.d.ii	-	-	-	-	-	-	-	(173.545)	(173.545)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**3.557.260**	**-**	**279**	**59.131**	**816.582**	**-**	**(7.379)**	**-**	**4.425.873**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações do valor adicionado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	2º semestre de 2021		Banco		Consolidado	
	Banco	Consolidado	2021	2020	2021	2020
RECEITAS	**4.128.782**	**4.274.967**	**6.227.212**	**5.363.587**	**6.478.815**	**5.592.183**
Receitas da intermediação financeira	4.171.741	4.290.914	6.354.397	5.826.511	6.569.516	6.004.608
Receitas de prestação de serviços	150.913	160.973	271.721	220.846	290.020	240.688
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(179.554)	(183.604)	(437.317)	(642.553)	(446.561)	(648.697)
Outras	(14.318)	6.684	38.411	(41.217)	65.840	(4.416)
DESPESAS	**(2.215.576)**	**(2.201.541)**	**(2.304.915)**	**(2.323.707)**	**(2.283.661)**	**(2.303.534)**
Despesas da intermediação financeira	(2.215.576)	(2.201.541)	(2.304.915)	(2.323.707)	(2.283.661)	(2.303.534)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(423.980)**	**(413.191)**	**(748.492)**	**(549.829)**	**(740.131)**	**(536.022)**
Materiais, energia e outros insumos	(79.394)	(87.524)	(123.555)	(112.145)	(144.571)	(119.140)
Serviços de terceiros	(344.586)	(325.667)	(624.937)	(437.684)	(595.560)	(416.882)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.489.226**	**1.660.235**	**3.173.805**	**2.490.051**	**3.455.023**	**2.752.627**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**(6.242)**	**(6.761)**	**(11.773)**	**(10.697)**	**(12.981)**	**(11.444)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO/CONSOLIDADO	**1.482.984**	**1.653.474**	**3.162.032**	**2.479.354**	**3.442.042**	**2.741.183**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**67.694**	**-**	**93.639**	**110.358**	**-**	**-**
Resultado de equivalência patrimonial	67.694	-	93.639	110.358	-	-

	2º semestre de 2021		Banco		Consolidado	
	Banco	Consolidado	2021	2020	2021	2020
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**1.550.678**	**1.653.474**	**3.255.671**	**2.589.712**	**3.442.042**	**2.741.183**
DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO	**1.550.678**	**1.653.474**	**3.255.671**	**2.589.712**	**3.442.042**	**2.741.183**
PESSOAL	**327.250**	**363.120**	**608.485**	**498.785**	**675.173**	**549.481**
Remuneração direta	274.611	302.282	509.897	420.082	560.841	457.610
Benefícios	41.976	48.422	79.026	63.792	91.590	74.505
FGTS	10.663	12.416	19.562	14.911	22.742	17.366
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	**532.204**	**597.573**	**1.213.855**	**892.335**	**1.331.483**	**992.268**
Federais	520.279	577.832	1.192.678	876.277	1.295.999	964.318
Estaduais	1.824	1.832	3.193	1.529	3.257	1.586
Municipais	10.101	17.909	17.984	14.529	32.227	26.364
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	**10.363**	**11.908**	**19.132**	**15.976**	**21.164**	**16.798**
Aluguéis	10.363	11.908	19.132	15.976	21.164	16.798
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	**680.861**	**680.861**	**1.414.199**	**1.182.616**	**1.414.199**	**1.182.636**
Dividendos	160.235	160.235	160.235	133.358	160.235	133.358
Juros sobre o capital próprio	206.632	206.632	206.632	173.545	206.632	173.545
Lucros retidos	313.994	313.982	1.047.332	875.713	1.047.309	875.713
Participação dos minoritários não controladores	-	12	-	-	23	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. ("Banco" ou "Daycoval"), com sede na Avenida Paulista, 1.793, na cidade e estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento e, por meio de suas controladas diretas e indiretas, atua também na carteira de arrendamento mercantil, administração de recursos de terceiros, seguro de vida e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, que incluem sua dependência no exterior, as entidades controladas direta e indiretamente e os fundos de investimento nos quais existe a retenção de riscos e benefícios, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20 que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2022.

O Daycoval adota critérios de apresentação em suas Demonstrações Contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativos complementares.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	(*) 4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	(*) 3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	(*) 4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	(*) 4.748/19

(*) *Resoluções revogadas a partir de 1º de janeiro de 2022, pela Resolução CMN nº 4.924/2021.*

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração do Banco na sua gestão.

c) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e fundos de investimento adquiridos com retenção substancial de riscos e benefícios, foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações de acionistas minoritários.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem o Banco e as seguintes entidades:

	% de Participação	
	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento Mercantil		
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing")	100,00	100,00
Atividade Financeira - Dependência no Exterior		
Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch	100,00	100,00
Atividade de Seguros e Previdência Complementar		
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00	97,00
Não Financeiras		
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. ("Daycoval Asset")	99,99	99,99
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. ("IFP")	99,99	99,99
SCC Agência de Turismo Ltda. ("SCC")	99,99	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99	99,99
Fundo de Investimento		
Multigestão Renda Comercial Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Fundo") (1)	67,97	67,97

(1) *Conforme Art. 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, os fundos de investimento nos quais o Daycoval, sob qualquer forma, assuma ou retenha substancialmente riscos e benefícios devem ser consolidados nas Demonstrações Contábeis da instituição controladora.*

daycoval.com.br

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

d) **Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:**

i. Resolução CMN nº 4.817 e Resolução BCB nº 33: Dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 33, estabelece os procedimentos aplicáveis às instituições financeiras na divulgação em notas explicativas das seguintes informações: i) da aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto; ii) das participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto; e iii) das operações de fusão, incorporação e cisão. O Daycoval não tem expectativa de impactos contábeis relevantes após a vigência destas normas.

ii. Resolução CMN nº 4.818: Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e determina que:
- As instituições financeiras registradas na forma de companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento S1 a S3, conforme regulamentação específica, deverão elaborar demonstrações contábeis anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), com a divulgação em notas explicativas das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações individuais de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras (BRGAAP) e as práticas contábeis adotadas para o Consolidado em IFRS.
- As instituições financeiras que divulguem ou publiquem demonstrações contábeis consolidadas, voluntariamente ou por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais e relativas a períodos inferiores a um ano, devem adotar o padrão contábil internacional, na elaboração dessas demonstrações.

Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e a Administração do Daycoval está avaliando o impacto de sua adoção em suas divulgações para o exercício a iniciar-se em 2022.

iii. Resolução CMN nº 4.872: Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo consolidou e atualizou as normas que versavam sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ademais, estabeleceu-se tratamento específico para os custos de transação incorridos na emissão de instrumentos patrimoniais próprios, em consonância com o disposto no pronunciamento *International Accounting Standards - IAS 32 - Financial Instruments: Presentation*, emitido pelo IASB. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Não há impactos contábeis relevantes no Daycoval em função da vigência desta Resolução.

iv. Resolução CMN nº 4.924 e Resolução BCB nº 120: Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dentre outros procedimentos, destaca-se a adoção de moeda padrão (ex.: câmbio SPOT ou câmbio PTAX) para a conversão de transações e demonstrações contábeis, com o objetivo de reduzir assimetrias nas demonstrações contábeis. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e a Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

v. Resolução CMN nº 4.958: Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Esta Resolução entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e a Administração não espera impactos relevantes para o Daycoval quando de sua adoção.

vi. Resolução CMN nº 4.966: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior:**

i. **Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações Contábeis do Daycoval, estão apresentadas em Reais (R$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.524/16, o Daycoval definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas direta e indiretamente, incluindo entidades sediadas no exterior, também será em Reais (R$).

ii. **Conversão das transações em moeda estrangeira**

Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, ativos e passivos avaliados a valor justo e para os itens não classificados como monetários. Para os demais casos, aplica-se as taxas de câmbio na data da transação.

iii. **Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior**

A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item "i" acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações de resultado do Daycoval na rubrica de "Resultado de participação em controladas".

b) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado insignificante.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) **Instrumentos financeiros**

i. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 6.

ii. **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, sendo classificados nas seguintes categorias:
- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor justo (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.
- As bonificações oriundas das aplicações em ações de companhias abertas são registradas na carteira de títulos e valores mobiliários apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, oriundos das aplicações em ações de companhias abertas, são contabilizados como receita quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na Nota 7.a e 7.b.

iii. **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de swap, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizados como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.
- Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor justo na rubrica de "Negociação e intermediação de valores" no ativo ou no passivo e apropriados diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações de swap e termo de moeda ("NDF") - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor justo na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações a termo de mercadorias - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor justo, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor justo, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:
- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

A composição dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais de ativos e passivos e em contas de compensação, está apresentada na Nota 8.

iv. **Mensuração do valor justo**

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor de liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferentes dos valores estimados.

e) **Operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos**

Operações de arrendamento mercantil financeiros são reclassificadas com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao seu nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em complemento aos níveis mínimos de provisão mencionados na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, o Daycoval constitui também provisão para risco de crédito adicional, calculada com base em metodologia de avaliação e monitoramento do risco de crédito periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são constituídas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em conformidade com normas e instruções emanadas pelo CMN e Bacen.

Ainda conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, as operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida e as operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 180 dias quando, então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que se encontravam classificadas na data de sua renegociação. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes e observáveis justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, são mensuradas pelo seu custo amortizado.

A composição das operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, bem como da provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos, está apresentada na Nota 9.

f) **Baixa de ativos financeiros**

A baixa de um ativo financeiro, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro que deve ser classificada nas seguintes categorias:
- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto de operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada, utilizando-se como metodologia a comparação da exposição do Daycoval, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

g) **Operações de câmbio (ativas e passivas)**

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais auferidas em base "pro-rata" dia.

A composição das operações de câmbio (ativas e passivas) está apresentada na Nota 10.

h) **Operações com seguros**

As operações da Seguradora Líder são apresentadas em linha única do ativo, na rubrica "Outros créditos diversos", proporcionalmente à participação na entidade, em consonância com as alterações normativas advindas da Circular SUSEP nº 595/19, que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/15, que previam a apresentação linha a linha dos ativos e passivos do Consórcio proporcionalmente à participação da consorciada.

Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo de "Prêmios de seguros a receber" (R$31 em 31 de dezembro de 2020), conforme apresentado na Nota 11.

i) **Despesas pagas antecipadamente**

As despesas pagas antecipadamente referentes às comissões pagas aos correspondentes bancários são controladas por contrato e foram reconhecidas como despesa na rubrica de "Outras despesas administrativas".

As demais despesas pagas antecipadamente, referentes às despesas de emissão de títulos, no Brasil ou no exterior, bem como aquelas relacionadas às captações junto ao Inter-American Development Bank (IDB), são reconhecidas "pro-rata temporis" de acordo com o prazo de vigência destas captações.

As despesas pagas antecipadamente estão apresentadas na Nota 12.

j) **Participações em controladas**

As participações em empresas controladas e coligadas, que o Banco tenha influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das participações em controladas e coligadas está apresentada na Nota 14.

k) **Outros investimentos**

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

l) **Imobilizado de uso**

É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% a.a.; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% a.a.; sistemas de transporte - 10% e 20% a.a.; e sistemas de processamento de dados - 20% a.a., e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição do imobilizado de uso está apresentada na Nota 15.a.

m) **Imobilizado de arrendamento mercantil operacional**

Os bens arrendados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

A composição do imobilizado de arrendamento mercantil operacional está apresentada na Nota 15.b.

n) **Ativos não financeiros mantidos para venda**

Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747, devem ser classificados como:

a) próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou

b) recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

Os ativos não financeiras mantidos para venda estão apresentados na Nota 12.

o) **Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros *(impairment)***

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substancialmente, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Ativos fiscais correntes e diferidos" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos, conforme Nota 12.

p) **Instrumentos de captação**

Os depósitos, as emissões de títulos no Brasil e exterior e as obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base *"pro rata temporis"*. Os aceites por emissão de títulos no exterior e as obrigações por empréstimos no exterior, também são acrescidas de variação cambial calculada com base na cotação da moeda estrangeira, divulgada pelo BACEN, na data do balanço.

As emissões e obrigações por empréstimos no exterior, objeto de proteção contábil *(hedge accounting)* de risco de mercado, são mensurados por seu valor justo na data do balanço e, os efeitos desta mensuração reconhecidos nas demonstrações de resultado.

A composição dos instrumentos de captação está apresentada na Nota 16.

q) **Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas)**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

i. **Provisões**

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento.

ii. **Ativos contingentes**

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

iii. Passivos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão no controle do Daycoval. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios para o seu reconhecimento, por serem considerados como perdas possíveis, sendo divulgados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perda remota não são reconhecidos e divulgados.

iv. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente de sua probabilidade de perda.

A composição das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais está apresentada na Nota 18.

r) Tributos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, são atendidos.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 19.a.i e 19.d.

A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 19.e.

s) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

O lucro por ação está apresentado na Nota 20.f.

t) Remuneração do capital próprio

A Resolução CMN nº 4.706/18, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019, determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, que deve ser reconhecida a partir do momento em que seja declarada ou proposta e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica de "Sociais e Estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

A remuneração do capital próprio está apresentada na Nota 20.d.

u) Uso de estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

i. As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento;
ii. Amortizações de ativos diferidos;
iii. Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa;
iv. Avaliação de instrumentos financeiros; e
v. Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

v) Resultado não recorrente

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

i. Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
ii. Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
iii. Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 21.k.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades	311.805	342.892	312.094	343.040
Aplicações no mercado aberto (1)	675.884	3.286.298	675.884	3.286.298
Aplicações em moedas estrangeiras (2)	287.055	183.180	287.055	183.180
Total	**1.274.744**	**3.812.370**	**1.275.033**	**3.812.518**

(1) As aplicações no mercado aberto considerados para compor o total de "Caixa e equivalentes de caixa", não contemplam as posições das aplicações interfinanceiras - posição financiada (nota 6), para o Banco e Consolidado.

(2) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras (nota 6) com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

5 RESERVAS NO BANCO CENTRAL

	Banco e Consolidado	
	2021	2020
Reservas em conta de pagamento instantâneo	3.389	4.755
Reservas compulsórias em espécie sobre		
Depósitos à vista	181.074	197.067
Recolhimentos obrigatórios		
Compulsório sobre depósitos a prazo	235.956	-
Outros recolhimentos obrigatórios	15.231	15.850
Total	**435.630**	**217.672**

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco				
	2021				2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	**1.954.989**	-	-	**1.954.989**	**4.364.992**
Posição bancada	**675.884**	-	-	**675.884**	**3.286.298**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	420.492	-	-	420.492	1.175.000
Letras do Tesouro Nacional - LTN	155.860	-	-	155.860	750.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	99.532	-	-	99.532	1.361.298
Posição financiada	**1.279.105**	-	-	**1.279.105**	**1.078.694**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.501	-	-	29.501	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	265.198	-	-	265.198	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	984.406	-	-	984.406	1.078.694
Depósitos interfinanceiros	-	**2.152.466**	**264.731**	**2.417.197**	**1.017.200**
Aplicações em moedas estrangeiras (1)	**287.055**	-	-	**287.055**	**183.180**
Total	**2.242.044**	**2.152.466**	**264.731**	**4.659.241**	**5.565.372**

	Consolidado				
	2021				2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	**1.954.989**	-	-	**1.954.989**	**4.364.992**
Posição bancada	**675.884**	-	-	**675.884**	**3.286.298**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	420.492	-	-	420.492	1.175.000
Letras do Tesouro Nacional - LTN	155.860	-	-	155.860	750.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	99.532	-	-	99.532	1.361.298
Posição financiada	**1.279.105**	-	-	**1.279.105**	**1.078.694**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.501	-	-	29.501	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	265.198	-	-	265.198	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	984.406	-	-	984.406	1.078.694
Depósitos interfinanceiros	-	**803.791**	**264.731**	**1.068.522**	**224.036**
Aplicações em moedas estrangeiras (1)	**287.055**	-	-	**287.055**	**183.180**
Total	**2.242.044**	**803.791**	**264.731**	**3.310.566**	**4.772.208**

(1) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo

	Banco					
	2021				2020	
		Ajuste a valor justo no:				
	Valor de curva	Resultado	Patrimônio líquido	Valor justo (1)	Valor de curva	Valor justo (1)
Livre negociação	**78.824**	**(626)**	-	**78.198**	**140.768**	**136.907**
Carteira própria	**38**	-	-	**38**	**39.398**	**38.441**
Debêntures (4)	38	-	-	38	17.388	16.440
Letras financeiras - LF	-	-	-	-	22.010	22.001
Vinculados a compromisso de recompra	**78.786**	**(626)**	-	**78.160**	**101.370**	**98.466**
Debêntures (4)	78.786	(626)	-	78.160	101.370	98.466
Disponíveis para venda	**9.504.399**	-	**(2.171)**	**9.502.228**	**5.170.079**	**5.146.031**
Carteira própria	**8.086.841**	-	**(5.658)**	**8.081.183**	**3.799.361**	**3.781.060**
Letras financeiras do tesouro - LFT	7.120.803	-	4.916	7.125.719	3.697.175	3.678.455
Letras do tesouro nacional - LTN	2.135	-	(64)	2.071	40.145	40.260
Notas do tesouro nacional - NTN	338	-	(9)	329	4	4
Cotas de fundo de investimento	887.977	-	(10.394)	877.583	50.717	50.614
Títulos e valores mobiliários no exterior	8.627	-	33	8.660	8.057	8.450
Debêntures (4)	2.029	-	(26)	2.003	624	645
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	967	-	(2)	965	2.639	2.632
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (4)	30.020	-	(112)	29.908	-	-
Cédulas de produto rural - CPR (4)	33.945	-	-	33.945	-	-
Vinculados a compromisso de recompra	**1.115.308**	-	**3.718**	**1.119.026**	**780.135**	**776.232**
Letras financeiras do tesouro - LFT	964.109	-	3.127	967.236	734.013	730.008
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	46.122	46.224
Debêntures (4)	151.199	-	591	151.790	-	-
Vinculados à prestação de garantias (2)	**302.250**	-	**(231)**	**302.019**	**590.583**	**588.739**
Letras financeiras do tesouro - LFT	275.796	-	(286)	275.510	590.583	588.739
Debêntures (4)	26.454	-	55	26.509	-	-
Mantidos até o vencimento (3)	**16.843**	-	-	**16.843**	**15.685**	**15.685**
Carteira própria	**16.843**	-	-	**16.843**	**15.685**	**15.685**
Títulos públicos de outros países	16.843	-	-	16.843	15.685	15.685
Total	**9.600.066**	**(626)**	**(2.171)**	**9.597.269**	**5.326.532**	**5.298.623**

	Consolidado					
	2021				2020	
		Ajuste a valor justo no:				
	Valor de curva	Resultado	Patrimônio líquido	Valor justo (1)	Valor de curva	Valor justo (1)
Livre negociação	**79.149**	**(626)**	-	**78.523**	**140.768**	**136.907**
Carteira própria	**363**	-	-	**363**	**39.398**	**38.441**
Debêntures (4)	38	-	-	38	17.388	16.440
Letras financeiras - LF	-	-	-	-	22.010	22.001
Letras financeiras do tesouro - LFT	325	-	-	325	-	-
Vinculados a compromisso de recompra	**78.786**	**(626)**	-	**78.160**	**101.370**	**98.466**
Debêntures (4)	78.786	(626)	-	78.160	101.370	98.466
Disponíveis para venda	**9.975.880**	-	**8.046**	**9.983.926**	**5.459.132**	**5.439.683**
Carteira própria	**8.558.322**	-	**4.559**	**8.562.881**	**4.088.414**	**4.074.712**
Letras financeiras do tesouro - LFT	7.155.817	-	4.872	7.160.689	3.731.211	3.712.399
Letras do tesouro nacional - LTN	2.135	-	(64)	2.071	40.145	40.260
Notas do tesouro nacional - NTN	338	-	(9)	329	4	4
Cotas de fundo de investimento	1.229.572	-	(1.029)	1.228.543	218.322	218.132
Títulos e valores mobiliários no exterior	101.178	-	930	102.108	95.327	100.498
Debêntures (4)	2.029	-	(26)	2.003	624	645
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	3.095	-	(3)	3.092	2.639	2.632
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	30.020	-	(112)	29.908	-	-
Certificados de depósitos a prazo - CDB	162	-	-	162	131	131
Letras de câmbio - LC	31	-	-	31	11	11
Cédulas de produto rural - CPR (4)	33.945	-	-	33.945	-	-
Vinculados a compromisso de recompra	**1.115.308**	-	**3.718**	**1.119.026**	**780.135**	**776.232**
Letras financeiras do tesouro - LFT	964.109	-	3.127	967.236	734.013	730.008
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	46.122	46.224
Debêntures (4)	151.199	-	591	151.790	-	-
Vinculados à prestação de garantias (2)	**302.250**	-	**(231)**	**302.019**	**590.583**	**588.739**
Letras financeiras do tesouro - LFT	275.796	-	(286)	275.510	590.583	588.739
Debêntures (4)	26.454	-	55	26.509	-	-
Mantidos até o vencimento (3)	**16.843**	-	-	**16.843**	**15.685**	**15.685**
Carteira própria	**16.843**	-	-	**16.843**	**15.685**	**15.685**
Títulos públicos de outros países	16.843	-	-	16.843	15.685	15.685
Total	**10.071.872**	**(626)**	**8.046**	**10.079.292**	**5.615.585**	**5.592.275**

(1) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimento nos quais o Banco mantém aplicações, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior e, quando aplicável com base em modelos de fluxo de caixa descontado.

(2) Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(3) Para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento, o valor justo refere-se ao seu valor inicial ajustado pelos juros reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(4) Cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários estão apresentados líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de provisão é de R$2.990, conforme Nota 9.e.

b) Composição por prazo

	Banco						
	2021						2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor justo
Títulos públicos federais	**15.565**	**104.979**	**787.694**	**2.908.655**	**4.553.972**	**8.370.865**	**5.083.690**
Letras financeiras do tesouro - LFT (1)	14.343	104.979	786.520	2.908.651	4.553.972	8.368.465	4.997.202
Letras do tesouro nacional - LTN	1.222	-	849	-	-	2.071	86.484
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	325	4	-	329	4
Títulos e valores mobiliários no exterior	**8.660**	**103**	-	-	**16.740**	**25.503**	**24.135**
Eurobonds e assemelhados	8.660	-	-	-	-	8.660	8.450
Títulos públicos de outros países	-	103	-	-	16.740	16.843	15.685
Títulos privados	-	**96.704**	**153.599**	**39.982**	**33.033**	**323.318**	**140.184**
Debêntures (1)	-	78.198	138.074	10.074	32.154	258.500	115.551
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	86	-	-	879	965	2.632
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	-	29.908	-	29.908	-
Letras financeiras - LF (1)	-	-	-	-	-	-	22.001
Cédulas de produto rural - CPR	-	18.420	15.525	-	-	33.945	-
Cotas de fundos de investimento	**36.423**	-	-	-	**841.160**	**877.583**	**50.614**
Fundos de investimento imobiliário	34.154	-	-	-	-	34.154	48.342
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	-	-	841.160	841.160	-
Outros fundos de investimento	2.269	-	-	-	-	2.269	2.272
Total	**60.648**	**201.786**	**941.293**	**2.948.637**	**5.444.905**	**9.597.269**	**5.298.623**

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado						
	2021						2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor justo
Títulos públicos federais	**28.346**	**105.304**	**809.447**	**2.909.090**	**4.553.973**	**8.406.160**	**5.117.634**
Letras financeiras do tesouro - LFT (1)	27.124	105.304	808.273	2.909.086	4.553.973	8.403.760	5.031.146
Letras do tesouro nacional - LTN	1.222	-	849	-	-	2.071	86.484
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	325	4	-	329	4
Títulos e valores mobiliários no exterior	**15.734**	**17.764**	**34.372**	**-**	**51.081**	**118.951**	**116.183**
Eurobonds e assemelhados	15.734	17.661	34.372	-	34.341	102.108	100.498
Títulos públicos de outros países	-	103	-	-	16.740	16.843	15.685
Títulos privados	**-**	**96.715**	**153.761**	**40.002**	**35.160**	**325.638**	**140.326**
Debêntures (1)	-	78.198	138.074	10.074	32.154	258.500	115.551
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	86	-	-	3.006	3.092	2.632
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	-	29.908	-	29.908	-
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	-	162	-	-	162	131
Letras de câmbio - LC	-	11	-	20	-	31	11
Letras financeiras - LF (1)	-	-	-	-	-	-	22.001
Cédulas de produto rural - CPR	-	18.420	15.525	-	-	33.945	-
Cotas de fundos de investimento	**166.705**	**-**	**-**	**-**	**1.061.838**	**1.228.543**	**218.132**
Fundos de investimento em renda fixa	110.645	-	-	-	-	110.645	151.982
Fundos de investimento imobiliário	10.507	-	-	-	-	10.507	8.784
Fundos de investimento multimercado	31.676	-	-	-	-	31.676	40.875
Fundos de investimento de ações	11.608	-	-	-	-	11.608	14.219
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	-	-	1.061.838	1.061.838	-
Outros fundos de investimento	2.269	-	-	-	-	2.269	2.272
Total	**221.955**	**211.074**	**995.120**	**2.949.092**	**5.702.051**	**10.079.292**	**5.592.275**

(1) *Conforme previsto no parágrafo único do Artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para Negociação", estão sendo apresentados com prazo de realização de até 12 meses, independentemente do prazo de seus respectivos vencimentos.*

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias e de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional dos instrumentos financeiros derivativos.

Os componentes de riscos de crédito e mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de hedge para as demais áreas.

Os principais instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval, em 31 de dezembro de 2021 são:

- Contratos de mercado futuro - compromissos para comprar ou vender, taxa de juros e de moedas estrangeiras em uma data futura a um preço ou rentabilidade determinados, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física do ativo objeto do contrato. O valor de referência ("*nocional*") representa o valor de referência do contrato. Diariamente são liquidados os ajustes referentes às variações no preço dos ativos objeto dos contratos.
- Contratos a termo - contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada, podendo haver entrega física ou apenas a liquidação financeira da diferença entre os preços das moedas objeto do contrato ("*Non deliverable forwards - NDF*").
- Contratos de troca de indexadores ("*Swaps*") - são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras (quando possuem mais de um fluxo de pagamento), o diferencial entre dois indicadores financeiros estipulados e distintos (taxas de juros, moeda estrangeira, índices de inflação, entre outros) sobre um valor de referência ("*Notional*") de principal.
- Opções - Contratos de opção dão ao comprador o direito, mediante o pagamento de um prêmio, e ao vendedor (lançador) a obrigação, mediante o recebimento de um prêmio, de comprar ou vender um ativo financeiro (índices de juros, ações, moedas, dentre outros) por um prazo limitado a um preço contratado.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos entre as empresas integrantes do Consolidado.

i. Operações de *hedge*

A estratégia de *hedge* é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de *hedge*, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O Banco possui estrutura de hedge contábil de risco de mercado, com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado referentes à flutuação de moeda estrangeira (variação do dólar norte-americano e do euro) e da taxa de juros Libor de suas captações realizadas no exterior (itens objeto de hedge) registradas na rubrica de "Obrigações por títulos emitidos no exterior" e "Obrigações por empréstimos no exterior" (Nota 16.b).

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de *hedge* de risco de mercado:

2021				Variação no valor justo do		
Item objeto de *hedge*	**Vencimento**	**Valor do principal**	**Instrumento de *hedge***	**Objeto de *hedge***	**Instrumento de *hedge***	**Efetividade**
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 350.000	Swap	(730.094)	724.831	99,28%
Emissão no exterior (1)	13/12/2024	USD 100.000	Swap	(52.362)	54.556	104,19%
Captação IFC	15/03/2022	USD 110.000	Swap	(321.531)	321.309	99,93%
Captação IFC (1)	15/06/2022	USD 100.000	Swap	(38.631)	39.096	101,20%
Captação IFC	16/09/2024	USD 130.000	Swap	(14.419)	16.635	115,37%
Captação IFC	15/03/2023	USD 254.000	Swap	(27.167)	29.654	109,15%
Captação IFC	15/03/2023	USD 16.000	Swap	(5.691)	5.752	101,07%
Captação IFC	15/09/2023	USD 135.000	Swap	(28.527)	27.317	95,76%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 150.000	Swap	(264.159)	263.499	99,75%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 300.000	Swap	(24.863)	23.880	96,05%
				(1.507.444)	**1.506.529**	

2020				Variação no valor justo do		
Item objeto de *hedge*	**Vencimento**	**Valor do principal**	**Instrumento de *hedge***	**Objeto de *hedge***	**Instrumento de *hedge***	**Efetividade**
Emissão no exterior	13/12/2024	USD 350.000	Swap	(519.766)	547.074	105,25%
Emissão no exterior (1)	13/12/2024	USD 100.000	Swap	(7.270)	5.193	71,43%
Captação IFC	15/03/2022	USD 110.000	Swap	(285.883)	285.180	99,75%
Captação IFC (1)	15/06/2022	USD 100.000	Swap	5.612	(8.447)	150,52%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 150.000	Swap	(183.561)	186.879	101,81%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2021	USD 253.000	Swap	(309.827)	313.083	101,05%
Captação IDB - A/B Loan	15/12/2021	€ 25.000	Swap	(47.975)	47.112	98,20%
				(1.348.670)	**1.376.074**	

(1) *Na medição da efetividade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando as variações ao valor justo das estruturas de hedge accounting da Emissão e da Captação, cada uma de US$100 milhões, os percentuais de efetividade se situaram em 104,2% e 101,2%, respectivamente, demonstrando o enquadramento destas estruturas nos requerimentos da Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2020, estas mesmas estruturas, situaram-se em 71,4% e 150,5%, respectivamente, em função de comportamentos atípicos e pontuais nas curvas de juros, locais e do exterior, utilizadas para a marcação ao valor justo destas estruturas. Ressaltamos que a Administração do Daycoval monitora tempestivamente as suas estruturas de hedge accounting.*

A estrutura de *hedge* contábil destas operações foi constituída associando-se a um contrato de Swap do tipo Fluxo de Caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

a) Composição dos montantes de diferenciais, a receber e a pagar, registrados em contas patrimoniais do ativo e passivo, na rubrica de "Derivativos" (Banco e Consolidado):

	2021								2020		
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativo											
Banco											
Derivativos	**72.077**	**861.003**	**933.080**	**128.207**	**75.325**	**725.012**	**4.536**	**-**	**1.078.757**	**109.953**	**1.188.710**
Operações de *swap* - diferencial a receber	18.347	845.919	864.266	91.775	57.087	711.102	4.302	-	985.440	109.867	1.095.307
Termo de moeda ("*NDF*") - diferencial a receber	37.392	14.104	51.496	22.724	14.628	13.910	234	-	81.027	95	81.122
Prêmios pagos por compra de opções de compra	2.858	980	3.838	228	3.610	-	-	-	9.013	(9)	9.004
Futuros de cupom cambial (DDI)	10.940	-	10.940	10.940	-	-	-	-	942	-	942
Futuros do dólar (DOL)	816	-	816	816	-	-	-	-	1.764	-	1.764
Futuros de juros (DI)	783	-	783	783	-	-	-	-	571	-	571
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	941	-	941	941	-	-	-	-	-	-	-
Entidade controlada											
Derivativos	**520**	**1.998**	**2.518**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.518**	**-**	**-**	**-**
Operações de *swap* - diferencial a receber	520	1.998	2.518	-	-	-	-	2.518	-	-	-
Total do Consolidado - Ativo	**72.597**	**863.001**	**935.598**	**128.207**	**75.325**	**725.012**	**4.536**	**2.518**	**1.078.757**	**109.953**	**1.188.710**
Passivo											
Derivativos	**77.102**	**130.486**	**207.588**	**76.616**	**8.313**	**122.659**	**-**	**-**	**62.383**	**(4.319)**	**58.064**
Operações de *swap* - diferencial a pagar	1.362	128.622	129.984	6.365	960	122.659	-	-	24.061	(1.648)	22.413
Termo de moeda ("*NDF*") - diferencial a pagar	18.236	657	18.893	15.150	3.743	-	-	-	23.708	(3.564)	20.144
Prêmios recebidos por venda de opções de compra	2.631	1.207	3.838	228	3.610	-	-	-	366	893	1.259
Futuros de cupom cambial (DDI)	44.085	-	44.085	44.085	-	-	-	-	5.351	-	5.351
Futuros de dólar (DOL)	5.858	-	5.858	5.858	-	-	-	-	1.681	-	1.681
Futuros de juros (DI)	4.685	-	4.685	4.685	-	-	-	-	7.207	-	7.207
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	245	-	245	245	-	-	-	-	9	-	9

b) Segregação por tipo de contrato e de contraparte ao valor justo (Banco e Consolidado):

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco				
Futuros	**13.480**	**54.873**	**3.277**	**14.248**
B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão	13.480	54.873	3.277	14.248
Swap	**864.266**	**129.984**	**1.095.307**	**22.413**
Instituições financeiras	813.687	128.771	1.079.353	17.450
Pessoas jurídicas	50.429	1.213	15.954	4.963
Pessoas físicas	150	-	-	-
Termo ("*NDF*")	**51.496**	**18.893**	**81.122**	**20.144**
Pessoas jurídicas	51.267	18.753	81.122	20.144
Pessoas físicas	229	140	-	-
Opções	**3.838**	**3.838**	**9.004**	**1.259**
Instituições financeiras	-	3.838	-	1.259
Pessoas jurídicas	596	-	8.107	-
Pessoas físicas	3.242	-	897	-
Entidade controlada				
Swap	**2.518**	**-**	**-**	**-**
Instituições financeiras	2.518	-	-	-

c) Composição dos valores de referência ("*Notional*") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência (Banco e Consolidado):

	2021						2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Banco							
Swap							
Ativo							
Estratégia de proteção patrimonial ("*hedge accounting*")	**116.580**	**532.650**	**2.664.920**	**-**	**-**	**3.314.150**	**3.222.174**
Dólar x CDI	116.580	-	2.664.920	-	-	2.781.500	2.079.785
Dólar x Taxa pré-fixada	-	532.650	-	-	-	532.650	1.028.951
Euro x Taxa pré-fixada	-	-	-	-	-	-	113.438
Estratégia de negociação ("*trading*")	**12.126**	**106.715**	**165.920**	**8.192**	**-**	**292.953**	**38.457**
CDI x Dólar	5.000	4.001	2.002	-	-	11.003	-
CDI x Taxa pré-fixada	5.388	17.463	115.362	3.019	-	141.232	10.008
Dólar x CDI	1.488	4.385	10.587	5.173	-	21.633	27.744
Dólar x Pré-fixada	-	43.300	25.000	-	-	68.300	-
Taxa pré-fixada x Dólar	250	37.566	12.969	-	-	50.785	705
Passivo							
Estratégia de proteção patrimonial ("*hedge accounting*")	**-**	**-**	**4.585.408**	**-**	**-**	**4.585.408**	**1.263.800**
Dólar x CDI	-	-	4.585.408	-	-	4.585.408	731.150
Dólar x Taxa pré-fixada	-	-	-	-	-	-	532.650
Estratégia de negociação ("*trading*")	**3.782**	**23.429**	**875**	**50**	**-**	**28.136**	**45.960**
CDI x Dólar	-	16.935	-	-	-	16.935	-
CDI X Taxa pré-fixada	530	343	-	50	-	923	30.607
Taxa pré-fixada x Dólar	3.252	6.151	875	-	-	10.278	15.353
Entidade controlada							
Swap							
Ativo							
Estratégia de negociação ("*trading*")	-	-	-	-	**16.410**	**16.410**	-
Reais x Dólar	-	-	-	-	16.410	16.410	-
Termo ("*NDF*")	**2.268.873**	**331.749**	**90.369**	**1.063**	**-**	**2.692.054**	**2.554.630**
Posição comprada	875.506	203.760	89.833	1.063	-	1.170.162	1.095.793
Posição vendida	1.393.367	127.989	536	-	-	1.521.892	1.458.837
Futuros	**3.243.205**	**4.442.167**	**3.556.184**	**869.569**	**499.567**	**12.610.692**	**17.464.511**
Posição comprada	**910.771**	**1.254.692**	**532.257**	**490.672**	**480.204**	**3.668.596**	**2.550.175**
Futuros de cupom cambial (DDI)	910.771	1.229.670	-	-	-	2.140.441	1.895.591
Futuros de dólar (DOL)	-	-	-	-	-	-	806.192
Futuros de juros (DI)	-	2.786	298.183	273.787	430.230	1.004.986	248.392
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	22.236	234.074	216.885	49.974	523.169	-
Posição vendida	**2.332.434**	**3.187.475**	**3.023.927**	**378.897**	**19.363**	**8.942.096**	**14.914.336**
Futuros de cupom cambial (DDI)	-	208.067	268.335	37.157	17.028	530.587	610.803
Futuros de dólar (DOL)	435.660	-	-	-	-	435.660	-
Futuros de juros (DI)	1.896.774	2.979.408	2.755.592	341.740	-	7.973.514	14.293.895
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	-	-	-	2.335	2.335	9.638
Opções	**5.273**	**55.115**	**-**	**-**	**-**	**60.388**	**41.429**
Posição comprada	**2.613**	**26.779**	**-**	**-**	**-**	**29.392**	**35.878**
Moeda estrangeira	2.613	26.779	-	-	-	29.392	35.878
Posição vendida	**2.660**	**28.336**	**-**	**-**	**-**	**30.996**	**5.551**
Moeda estrangeira	2.660	28.336	-	-	-	30.996	5.551

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

9 CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Resumo da carteira de crédito e da carteira de crédito ampliada

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações de crédito	27.295.601	25.522.495	27.583.232	25.713.559
Arrendamento mercantil (1)	-	-	1.779.303	1.178.864
Outros créditos com características de concessão de crédito	11.557.562	5.689.756	11.566.947	5.740.925
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Ativo)	18.091	8.374	18.091	8.374
Importação financiada (Nota 10 - Câmbio Passivo)	26.091	33.257	26.091	33.257
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 10 - Câmbio Passivo)	1.035.288	558.245	1.035.288	558.245
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Passivo)	(1.446)	(1.113)	(1.446)	(1.113)
Total da carteira de crédito	**39.931.187**	**31.811.014**	**42.007.506**	**33.232.111**
Títulos privados (Nota 7.a) (2)	326.308	118.183	326.308	118.183
Garantias financeiras prestadas	4.381.471	3.397.207	4.381.471	3.397.207
Total da carteira de crédito ampliada	**44.638.966**	**35.326.404**	**46.715.285**	**36.747.501**

(1) A carteira de arrendamento mercantil está composta pelas operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional a valor presente.

(2) Os títulos privados estão compostos por cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários.

b) Composição da carteira com características de concessão de crédito

i. Por segmento, tipo de operação e nível de risco

Banco

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**7.816.252**	**7.480.514**	**12.985.916**	**696.633**	**260.641**	**100.044**	**112.477**	**32.036**	**197.012**	**29.681.525**
Empréstimos	454.914	1.552.702	4.712.774	401.094	168.524	56.947	59.980	14.987	136.263	7.558.185
FGI PEAC (3)	24.400	1.574.574	4.414.679	79.818	49.761	39.197	45.856	15.086	43.423	6.286.794
Títulos descontados	115.694	50.665	297.363	24.460	3.066	416	424	322	5.368	497.778
Financiamentos	132.947	692.565	865.647	13.131	8.755	2.813	4.429	-	6.518	1.726.805
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	235.204	47.233	-	-	-	-	-	-	282.437
Devedores por compra de valores e bens	-	17.847	-	-	-	-	-	-	200	18.047
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	6.476.148	2.727.249	1.924.549	158.860	30.535	671	1.788	1.641	5.240	11.326.680
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	384.138	649.535	18.259	-	-	-	-	-	1.051.932
Financiamentos a importação	612.149	245.570	74.137	1.011	-	-	-	-	-	932.867
Segmento varejo	-	**5.471.227**	**2.582.263**	**1.402.628**	**191.884**	**89.336**	**50.437**	**58.223**	**403.664**	**10.249.662**
Empréstimos consignados	-	5.470.709	1.776.344	911.361	62.374	50.736	32.775	45.206	359.787	8.709.292
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	94.196	1.243	211	306	176	921	329	97.382
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	479	55	14	2	-	-	-	-	550
Títulos descontados	-	39	-	-	3	3	2	4	28	79
Financiamento de veículos	-	-	707.393	489.821	129.294	37.597	17.484	12.092	43.520	1.437.201
Financiamentos imobiliários	-	-	4.275	189	-	694	-	-	-	5.158
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**7.816.252**	**12.951.741**	**15.568.179**	**2.099.261**	**452.525**	**189.380**	**162.914**	**90.259**	**600.676**	**39.931.187**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	78.964	152.647	79.453	14.352	892	-	-	-	-	326.308
Total de títulos privados	**78.964**	**152.647**	**79.453**	**14.352**	**892**	-	-	-	-	**326.308**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	**2.303.462**	**992.893**	**995.303**	**70.351**	**17.790**	**1.258**	-	-	**414**	**4.381.471**
Total da carteira do crédito ampliada	**10.198.678**	**14.097.281**	**16.642.935**	**2.183.964**	**471.207**	**190.638**	**162.914**	**90.259**	**601.090**	**44.638.966**

2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**3.734.331**	**4.716.778**	**13.568.335**	**742.129**	**283.970**	**76.089**	**52.891**	**13.140**	**187.413**	**23.375.076**
Empréstimos	87.841	1.000.361	4.089.075	471.435	179.286	70.604	48.915	12.999	163.538	6.124.054
Títulos descontados	40.337	1.682.058	6.367.769	75.630	53.783	-	2.442	-	7.648	8.229.667
Financiamentos	-	167.560	710.944	15.671	17.404	1.180	597	134	2.106	915.596
Financiamentos rurais e agroindustriais	75.441	406.334	799.469	25.888	17.488	4.243	920	-	6.711	1.336.494
Devedores por compra de valores e bens	-	127.042	145.347	-	-	-	-	-	-	272.389
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	-	5.071	6.630	601	-	-	-	-	-	12.302
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	3.228.107	1.164.270	976.380	135.973	12.457	62	17	7	5.104	5.524.377
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	16.294	-	-	-	-	-	-	-	16.294
Avais e fianças honradas	-	107.724	434.994	16.931	3.552	-	-	-	2.306	565.507
Financiamentos a importação	302.605	40.064	35.727	-	-	-	-	-	-	378.396
Segmento varejo	-	**4.339.950**	**2.031.553**	**1.254.706**	**236.210**	**167.879**	**63.210**	**37.244**	**305.186**	**8.435.938**
Empréstimos consignados	-	4.316.847	1.489.784	837.863	89.625	136.114	49.725	27.782	264.760	7.212.300
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	61.626	958	150	189	-	775	1.237	64.935
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	10.006	778	158	20	2	-	-	16	10.980
Títulos descontados	-	150	14	6	9	5	17	4	159	364
Financiamento de veículos	-	-	476.577	415.921	145.779	31.589	13.468	8.683	39.014	1.131.011
Financiamentos imobiliários	-	-	2.774	-	627	-	-	-	-	3.401
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	12.947	-	-	-	-	-	-	-	12.947
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**3.734.331**	**9.056.728**	**15.599.888**	**1.996.835**	**520.180**	**243.968**	**116.101**	**50.384**	**492.599**	**31.811.014**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	118.183	-	-	-	-	-	-	-	-	118.183
Total de títulos privados	**118.183**	-	-	-	-	-	-	-	-	**118.183**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.213.910	333.747	746.994	89.296	9.778	3.069	-	-	413	3.397.207
Total de garantias financeiras prestadas	**2.213.910**	**333.747**	**746.994**	**89.296**	**9.778**	**3.069**	-	-	**413**	**3.397.207**
Total da carteira de crédito ampliada	**6.066.424**	**9.390.475**	**16.346.882**	**2.086.131**	**529.958**	**247.037**	**116.101**	**50.384**	**493.012**	**35.326.404**

Consolidado

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**8.371.263**	**8.162.178**	**13.703.679**	**772.996**	**288.321**	**109.241**	**114.655**	**32.169**	**203.342**	**31.757.844**
Empréstimos	494.108	1.563.991	4.714.747	401.094	168.525	56.947	60.496	14.987	136.262	7.611.157
FGI PEAC (3)	24.400	1.574.574	4.414.679	79.818	49.761	39.197	45.856	15.086	43.423	6.286.794
Títulos descontados	115.694	50.665	297.363	24.460	3.066	416	424	322	5.368	497.778
Financiamentos	141.418	748.795	1.007.574	22.125	17.665	8.026	4.595	-	11.265	1.961.463
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	235.204	47.233	-	-	-	-	-	-	282.437
Devedores por compra de valores e bens	-	17.847	-	-	-	-	-	-	200	18.047
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	6.482.015	2.730.768	1.924.548	158.860	30.535	671	1.788	1.641	5.240	11.336.066
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	384.138	649.535	18.259	-	-	-	-	-	1.051.932
Arrendamento mercantil	501.479	610.626	573.863	67.369	18.769	3.984	1.496	133	1.584	1.779.303
Financiamentos a importação	612.149	245.570	74.137	1.011	-	-	-	-	-	932.867
Segmento varejo	-	**5.471.227**	**2.582.263**	**1.402.628**	**191.884**	**89.336**	**50.437**	**58.223**	**403.664**	**10.249.662**
Empréstimos consignados	-	5.470.709	1.776.344	911.361	62.374	50.736	32.775	45.206	359.787	8.709.292
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	94.196	1.243	211	306	176	921	329	97.382
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	479	55	14	2	-	-	-	-	550
Títulos descontados	-	39	-	-	3	3	2	4	28	79
Financiamento de veículos	-	-	707.393	489.821	129.294	37.597	17.484	12.092	43.520	1.437.201
Financiamentos imobiliários	-	-	4.275	189	-	694	-	-	-	5.158
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.371.263**	**13.633.405**	**16.285.942**	**2.175.624**	**480.205**	**198.577**	**165.092**	**90.392**	**607.006**	**42.007.506**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	78.964	152.647	79.453	14.352	892	-	-	-	-	326.308
Total de títulos privados	**78.964**	**152.647**	**79.453**	**14.352**	**892**	-	-	-	-	**326.308**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	**2.303.462**	**992.893**	**995.303**	**70.351**	**17.790**	**1.258**	-	-	**414**	**4.381.471**
Total da carteira de crédito ampliada	**10.753.689**	**14.778.945**	**17.360.698**	**2.260.327**	**498.887**	**199.835**	**165.092**	**90.392**	**607.420**	**46.715.285**
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	8.371.263	13.133.768	15.528.159	1.772.053	293.605	90.361	71.215	4.597	163.478	39.428.499
Operações em curso anormal (2)	-	499.637	757.783	403.571	186.600	108.216	93.877	85.795	443.528	2.579.007
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.371.263**	**13.633.405**	**16.285.942**	**2.175.624**	**480.205**	**198.577**	**165.092**	**90.392**	**607.006**	**42.007.506**

2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	**4.032.750**	**5.144.836**	**14.172.539**	**800.386**	**305.763**	**79.417**	**55.089**	**13.231**	**192.162**	**24.796.173**
Empréstimos	100.517	1.000.361	4.089.075	471.435	179.965	70.604	48.915	12.999	163.538	6.137.409
FGI PEAC (3)	40.337	1.682.058	6.367.769	75.630	53.783	-	2.442	-	7.648	8.229.667
Títulos descontados	-	167.560	710.944	15.671	17.404	1.180	597	134	2.106	915.596
Financiamentos	86.555	447.620	915.069	31.566	18.992	4.243	920	-	9.238	1.514.203
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	127.042	145.347	-	-	-	-	-	-	272.389
Devedores por compra de valores e bens	-	5.071	6.630	801	-	-	-	-	-	12.302
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	3.257.464	1.178.380	986.082	135.973	12.457	62	17	7	5.104	5.575.546
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	16.294	-	-	-	-	-	-	-	16.294
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	107.724	434.994	16.931	3.552	-	-	-	2.306	565.507
Arrendamento mercantil	245.272	372.662	480.902	52.579	19.610	3.328	2.198	91	2.222	1.178.864
Financiamentos a importação	302.605	40.064	35.727	-	-	-	-	-	-	378.396
Segmento varejo	-	**4.339.950**	**2.031.553**	**1.254.706**	**236.210**	**167.879**	**63.210**	**37.244**	**305.186**	**8.435.938**
Empréstimos consignados	-	4.316.847	1.489.784	837.863	89.625	136.114	49.725	27.782	264.760	7.212.300
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	61.626	958	150	189	-	775	1.237	64.935
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	10.006	778	158	20	2	-	-	16	10.980
Títulos descontados	-	150	14	6	9	5	17	4	159	364
Financiamento de veículos	-	-	476.577	415.921	145.779	31.589	13.468	8.683	39.014	1.131.011
Financiamentos imobiliários	-	-	2.774	-	627	-	-	-	-	3.401
Créditos e financiamentos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	12.947	-	-	-	-	-	-	-	12.947
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**4.032.750**	**9.484.786**	**16.204.092**	**2.055.092**	**541.973**	**247.296**	**118.299**	**50.475**	**497.348**	**33.232.111**
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	118.183	-	-	-	-	-	-	-	-	118.183
Total de títulos privados	**118.183**	-	-	-	-	-	-	-	-	**118.183**
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.213.910	333.747	746.994	89.296	9.778	3.069	-	-	413	3.397.207
Total de garantias financeiras prestadas	**2.213.910**	**333.747**	**746.994**	**89.296**	**9.778**	**3.069**	-	-	**413**	**3.397.207**
Total da carteira de crédito ampliada	**6.364.843**	**9.818.533**	**16.951.086**	**2.144.388**	**551.751**	**250.365**	**118.299**	**50.475**	**497.761**	**36.747.501**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

(3) Empréstimos realizados, a partir de julho de 2020, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da MP nº 975/20, convertida na Lei n 14.042/20, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ii. **Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito**

Banco

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**7.816.252**	**12.452.220**	**14.815.886**	**1.700.420**	**270.704**	**81.392**	**69.870**	**4.598**	**158.712**	**37.370.054**
Parcelas vincendas	**7.816.252**	**12.365.148**	**14.776.940**	**1.688.175**	**269.193**	**81.121**	**69.693**	**4.580**	**157.844**	**37.228.946**
Até 3 meses	5.848.530	4.183.189	4.542.583	368.646	85.911	18.791	13.406	468	21.264	15.182.798
De 3 a 12 meses	1.593.141	3.195.114	5.009.989	466.305	116.867	29.345	24.409	1.203	48.492	10.484.865
De 1 a 3 anos	196.127	3.276.115	4.409.753	549.823	60.598	23.466	29.732	2.294	66.666	8.614.574
De 3 a 5 anos	77.459	1.137.890	521.561	189.754	5.216	8.885	1.942	458	18.535	1.961.700
Acima de 5 anos	995	572.840	293.044	113.647	601	634	204	157	2.887	985.009
Vencidas até 14 dias	-	**87.072**	**38.946**	**12.245**	**1.511**	**271**	**177**	**18**	**868**	**141.108**
Operações em curso anormal (2)	-	**499.521**	**752.293**	**398.841**	**181.821**	**107.988**	**93.044**	**85.661**	**441.964**	**2.561.133**
Parcelas vincendas	-	**492.602**	**718.567**	**365.729**	**160.541**	**85.187**	**72.433**	**61.661**	**249.298**	**2.206.018**
Até 3 meses	-	310.249	136.839	63.919	21.248	11.256	9.529	7.135	25.333	585.508
De 3 a 12 meses	-	55.829	220.479	106.162	51.200	28.150	23.466	17.671	62.208	563.165
De 1 a 3 anos	-	78.292	256.515	145.629	72.681	38.844	33.780	28.449	103.797	757.990
De 3 a 5 anos	-	33.287	64.693	34.528	12.025	6.391	4.354	6.730	43.221	205.229
Acima de 5 anos	-	14.945	40.041	15.491	3.387	2.546	1.301	1.676	14.739	94.126
Parcelas vencidas	-	**6.919**	**33.726**	**33.112**	**21.280**	**22.801**	**20.611**	**24.000**	**192.666**	**355.115**
Até 60 dias	-	6.919	33.726	30.479	11.926	9.931	7.277	4.696	29.788	134.752
De 61 a 90 dias	-	-	-	1.931	6.638	3.523	3.050	2.150	15.660	32.952
De 91 a 180 dias	-	-	-	702	2.716	8.218	8.140	12.254	41.700	73.730
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.129	2.144	4.900	105.508	113.681
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**7.816.252**	**12.951.741**	**15.568.179**	**2.099.261**	**452.525**	**189.380**	**162.914**	**90.259**	**600.676**	**39.931.187**
Prazo (3)										
Até 3 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 3 a 12 meses	51.921	24.255	17.676	3.162	-	-	-	-	-	97.014
De 1 a 3 anos	26.509	55.515	61.777	11.190	892	-	-	-	-	155.883
De 3 a 5 anos	-	40.187	-	-	-	-	-	-	-	40.187
Acima de 5 anos	534	32.690	-	-	-	-	-	-	-	33.224
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**78.964**	**152.647**	**79.453**	**14.352**	**892**	-	-	-	-	**326.308**
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	**2.303.462**	**992.893**	**995.303**	**70.351**	**17.790**	**1.258**	-	-	**414**	**4.381.471**
Total da carteira de crédito ampliada	**10.198.678**	**14.097.281**	**16.642.935**	**2.183.964**	**471.207**	**190.638**	**162.914**	**90.259**	**601.090**	**44.638.966**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	64.759	155.682	62.978	45.252	56.814	81.457	63.181	600.676	1.130.799
Adicional (5)	-	-	295.795	77.673	39.370	32.195	-	-	-	445.033
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	**64.759**	**451.477**	**140.651**	**84.622**	**89.009**	**81.457**	**63.181**	**600.676**	**1.575.832**
Mínima requerida (4)	-	764	795	430	89	-	-	-	-	2.078
Adicional (5)	-	-	303	531	78	-	-	-	-	912
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	-	**764**	**1.098**	**961**	**167**	-	-	-	-	**2.990**
Mínima requerida (4)	-	4.964	9.953	2.111	1.779	377	-	-	414	19.598
Adicional (5)	-	-	18.910	2.603	1.548	214	-	-	-	23.275
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	-	**4.964**	**28.863**	**4.714**	**3.327**	**591**	-	-	**414**	**42.873**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	-	**70.487**	**481.438**	**146.326**	**88.116**	**89.600**	**81.457**	**63.181**	**601.090**	**1.621.695**

2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**3.734.331**	**8.762.916**	**14.967.733**	**1.599.631**	**362.669**	**86.661**	**51.826**	**13.286**	**155.621**	**29.734.674**
Parcelas vincendas	**3.734.331**	**8.699.030**	**14.939.472**	**1.593.389**	**360.552**	**86.509**	**51.603**	**13.259**	**154.361**	**29.632.506**
Até 3 meses	3.059.723	2.161.152	3.163.768	316.040	74.498	12.713	8.830	1.345	22.199	8.820.268
De 3 a 12 meses	560.607	2.194.656	4.762.479	438.953	158.659	34.744	15.093	4.553	43.632	8.213.386
De 1 a 3 anos	101.363	2.806.255	5.544.640	574.098	114.144	29.791	21.057	6.894	67.590	9.265.832
De 3 a 5 anos	9.474	1.116.305	1.219.363	171.899	12.364	9.020	6.461	389	19.555	2.564.830
Acima de 5 anos	3.164	420.662	249.222	92.399	887	241	172	78	1.385	768.210
Vencidas até 14 dias	-	**63.886**	**28.261**	**6.242**	**2.117**	**152**	**223**	**27**	**1.260**	**102.168**
Operações em curso anormal (2)	-	**293.812**	**632.155**	**397.204**	**157.511**	**157.307**	**64.275**	**37.098**	**336.978**	**2.076.340**
Parcelas vincendas	-	**293.454**	**609.808**	**370.022**	**137.618**	**129.804**	**47.621**	**25.713**	**166.697**	**1.780.737**
Até 3 meses	-	47.705	105.836	39.998	27.439	11.156	4.691	2.845	17.574	257.244
De 3 a 12 meses	-	65.661	162.460	108.057	38.426	27.971	11.892	6.893	44.628	465.988
De 1 a 3 anos	-	111.063	234.043	148.790	54.503	50.537	19.909	10.295	72.877	702.017
De 3 a 5 anos	-	51.059	78.064	50.247	13.219	28.215	9.553	4.523	23.932	258.802
Acima de 5 anos	-	17.968	29.415	22.930	4.031	11.925	1.576	1.157	7.686	96.686
Parcelas vencidas	-	**358**	**22.347**	**27.182**	**19.893**	**27.503**	**16.654**	**11.385**	**170.281**	**295.603**
Até 60 dias	-	358	22.347	23.995	9.557	8.213	3.740	2.141	15.784	86.135
De 61 a 90 dias	-	-	-	2.646	7.159	3.855	1.585	1.111	11.946	28.282
De 91 a 180 dias	-	-	-	541	3.177	10.774	8.188	5.602	49.074	77.356
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	4.661	3.161	2.531	93.477	103.830
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**3.734.331**	**9.056.728**	**15.599.888**	**1.996.835**	**520.180**	**243.968**	**116.101**	**50.384**	**492.599**	**31.811.014**
Prazo (3)										
Até 3 meses	2.526	-	-	-	-	-	-	-	-	2.526
De 3 a 12 meses	18.401	-	-	-	-	-	-	-	-	18.401
De 1 a 3 anos	50.589	-	-	-	-	-	-	-	-	50.589
De 3 a 5 anos	25.822	-	-	-	-	-	-	-	-	25.822
Acima de 5 anos	20.845	-	-	-	-	-	-	-	-	20.845
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**118.183**	-	-	-	-	-	-	-	-	**118.183**
Garantias financeiras prestadas	2.213.910	333.747	746.994	89.296	9.778	3.069	-	-	413	3.397.207
Total de garantias financeiras prestadas	**2.213.910**	**333.747**	**746.994**	**89.296**	**9.778**	**3.069**	-	-	**413**	**3.397.207**
Total da carteira de crédito ampliada	**6.066.424**	**9.390.475**	**16.346.882**	**2.086.131**	**529.958**	**247.037**	**116.101**	**50.384**	**493.012**	**35.326.404**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	45.284	155.999	59.905	52.018	73.190	58.051	35.269	492.599	972.315
Adicional (5)	14.225	36.227	296.397	109.826	45.256	41.474	-	-	-	543.405
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	**14.225**	**81.511**	**452.396**	**169.731**	**97.274**	**114.664**	**58.051**	**35.269**	**492.599**	**1.515.720**
Mínima requerida (4)	-	1.669	7.470	2.679	978	921	-	-	413	14.130
Adicional (5)	8.839	1.335	14.193	4.911	851	522	-	-	-	30.651
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	**8.839**	**3.004**	**21.663**	**7.590**	**1.829**	**1.443**	-	-	**413**	**44.781**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	**23.064**	**84.515**	**474.059**	**177.321**	**99.103**	**116.107**	**58.051**	**35.269**	**493.012**	**1.560.501**

Consolidado

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**8.371.263**	**13.133.768**	**15.528.159**	**1.772.053**	**293.605**	**90.361**	**71.215**	**4.597**	**163.478**	**39.428.499**
Parcelas vincendas	**8.371.255**	**13.046.605**	**15.488.923**	**1.759.799**	**292.086**	**90.087**	**71.034**	**4.579**	**162.610**	**39.286.978**
Até 3 meses	6.024.804	4.280.930	4.641.788	380.592	89.335	19.805	13.831	467	21.842	15.473.394
De 3 a 12 meses	1.713.034	3.380.173	5.222.737	486.742	124.483	32.120	24.648	1.203	50.009	11.035.349
De 1 a 3 anos	434.281	3.587.035	4.737.239	580.893	70.771	28.416	30.203	2.294	69.064	9.540.196
De 3 a 5 anos	190.203	1.224.822	592.825	197.925	6.894	9.112	1.947	458	18.807	2.242.793
Acima de 5 anos	8.933	573.645	294.534	113.647	603	634	205	157	2.888	995.246
Vencidas até 14 dias	**8**	**87.163**	**39.236**	**12.254**	**1.519**	**274**	**181**	**18**	**868**	**141.521**
Operações em curso anormal (2)	-	**499.637**	**757.783**	**403.571**	**186.599**	**108.216**	**93.877**	**85.795**	**443.529**	**2.579.007**
Parcelas vincendas	-	**492.712**	**723.952**	**370.026**	**164.238**	**85.372**	**73.191**	**61.760**	**249.855**	**2.221.106**
Até 3 meses	-	310.270	137.500	64.665	22.728	11.286	9.619	7.151	25.439	588.658
De 3 a 12 meses	-	55.882	221.965	107.685	53.416	26.215	23.799	17.715	62.418	568.095
De 1 a 3 anos	-	78.328	259.455	147.657	72.682	38.934	34.117	28.488	103.998	763.659
De 3 a 5 anos	-	33.287	64.991	34.528	12.025	6.391	4.355	6.730	43.261	205.568
Acima de 5 anos	-	14.945	40.041	15.491	3.387	2.546	1.301	1.676	14.739	94.126
Parcelas vencidas	-	**6.925**	**33.831**	**33.545**	**22.362**	**22.844**	**20.686**	**24.035**	**193.673**	**357.901**
Até 60 dias	-	6.925	33.831	30.912	13.008	9.951	7.326	4.707	29.970	136.630
De 61 a 90 dias	-	-	-	1.931	6.638	3.534	3.076	2.155	15.752	33.086
De 91 a 180 dias	-	-	-	702	2.716	8.229	8.140	12.273	41.992	74.052
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.130	2.144	4.900	105.959	114.133
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**8.371.263**	**13.633.405**	**16.285.942**	**2.175.624**	**480.205**	**198.577**	**165.092**	**90.392**	**607.006**	**42.007.506**
Prazo (3)										
Até 3 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 3 a 12 meses	51.921	24.255	17.676	3.162	-	-	-	-	-	97.014
De 1 a 3 anos	26.509	55.515	61.777	11.190	892	-	-	-	-	155.883
De 3 a 5 anos	-	40.187	-	-	-	-	-	-	-	40.187
Acima de 5 anos	534	32.690	-	-	-	-	-	-	-	33.224
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**78.964**	**152.647**	**79.453**	**14.352**	**892**	-	-	-	-	**326.308**
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	**2.303.462**	**992.893**	**995.303**	**70.351**	**17.790**	**1.258**	-	-	**414**	**4.381.471**
Total da carteira de crédito ampliada	**10.753.689**	**14.778.945**	**17.360.698**	**2.260.327**	**498.887**	**199.835**	**165.092**	**90.392**	**607.420**	**46.715.285**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	68.167	162.860	65.269	48.020	59.573	82.546	63.274	607.006	1.156.715
Adicional (5)	-	-	295.795	77.673	39.370	32.195	-	-	-	445.033
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	**68.167**	**458.655**	**142.942**	**87.390**	**91.768**	**82.546**	**63.274**	**607.006**	**1.601.748**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	764	795	430	89	-	-	-	-	2.078
Adicional (5)	-	-	303	531	78	-	-	-	-	912
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	-	**764**	**1.098**	**961**	**167**	-	-	-	-	**2.990**
Mínima requerida (4)	-	4.964	9.953	2.111	1.779	377	-	-	414	19.598
Adicional (5)	-	-	18.910	2.603	1.548	214	-	-	-	23.275
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	-	**4.964**	**28.863**	**4.714**	**3.327**	**591**	-	-	**414**	**42.873**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	-	**73.895**	**488.615**	**148.617**	**90.884**	**92.359**	**82.545**	**63.275**	**607.420**	**1.647.611**

2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	**4.032.750**	**9.189.193**	**15.571.514**	**1.656.822**	**383.179**	**89.403**	**54.004**	**13.286**	**158.811**	**31.148.962**
Parcelas vincendas	**4.032.750**	**9.125.121**	**15.542.989**	**1.650.535**	**380.592**	**89.251**	**53.781**	**13.259**	**157.547**	**31.045.825**
Até 3 meses	3.118.113	2.240.923	3.257.773	327.089	77.788	13.276	9.242	1.345	22.573	9.068.122
De 3 a 12 meses	627.695	2.316.494	4.940.503	460.751	168.935	35.615	16.049	4.553	44.535	8.613.130
De 1 a 3 anos	221.217	2.976.743	5.814.135	595.006	122.283	30.971	21.835	6.894	69.226	9.858.310
De 3 a 5 anos	61.857	1.170.274	1.280.588	175.290	12.699	9.148	6.483	389	19.828	2.736.556
Acima de 5 anos	3.868	420.687	249.990	92.399	887	241	172	78	1.385	769.707
Vencidas até 14 dias	-	**64.072**	**28.525**	**6.287**	**2.587**	**152**	**223**	**27**	**1.264**	**103.137**
Operações em curso anormal (2)	-	**295.593**	**632.578**	**398.270**	**158.794**	**157.893**	**64.295**	**37.189**	**338.537**	**2.083.149**
Parcelas vincendas	-	**295.224**	**610.206**	**370.933**	**138.653**	**130.317**	**47.643**	**25.783**	**167.310**	**1.786.069**
Até 3 meses	-	47.890	105.906	40.263	27.687	11.206	4.697	2.856	17.819	258.324
De 3 a 12 meses	-	66.157	162.635	108.546	38.917	28.103	11.906	6.920	44.967	468.153
De 1 a 3 anos	-	112.134	234.196	148.947	54.785	50.847	19.909	10.327	72.906	704.051
De 3 a 5 anos	-	51.074	78.054	50.247	13.233	28.236	9.553	4.523	23.932	258.852
Acima de 5 anos	-	17.969	29.415	22.930	4.031	11.925	1.576	1.157	7.686	96.689
Parcelas vencidas	-	**369**	**22.372**	**27.337**	**20.141**	**27.576**	**16.652**	**11.406**	**171.227**	**297.080**
Até 60 dias	-	369	22.372	24.153	9.738	8.248	3.740	2.148	16.000	86.768
De 61 a 90 dias	-	-	-	2.646	7.225	3.874	1.565	1.115	12.058	28.483
De 91 a 180 dias	-	-	-	538	3.178	10.795	8.188	5.613	49.383	77.695
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	4.659	3.159	2.530	93.786	104.134
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	**4.032.750**	**9.484.786**	**16.204.092**	**2.055.092**	**541.973**	**247.296**	**118.299**	**50.475**	**497.348**	**33.232.111**
Prazo (3)										
Até 3 meses	2.526	-	-	-	-	-	-	-	-	2.526
De 3 a 12 meses	18.401	-	-	-	-	-	-	-	-	18.401
De 1 a 3 anos	50.589	-	-	-	-	-	-	-	-	50.589
De 3 a 5 anos	25.822	-	-	-	-	-	-	-	-	25.822
Acima de 5 anos	20.845	-	-	-	-	-	-	-	-	20.845
Total de títulos privados (Nota 7.a)	**118.183**	-	-	-	-	-	-	-	-	**118.183**
Garantias financeiras prestadas	2.213.910	333.747	746.994	89.296	9.778	3.069	-	-	413	3.397.207
Total de garantias financeiras prestadas	**2.213.910**	**333.747**	**746.994**	**89.296**	**9.778**	**3.069**	-	-	**413**	**3.397.207**
Total da carteira de crédito ampliada	**6.364.843**	**9.818.533**	**16.951.086**	**2.144.388**	**551.751**	**250.365**	**118.299**	**50.475**	**497.761**	**36.747.501**
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	47.424	152.041	61.653	54.197	74.189	59.150	35.333	497.348	991.335
Adicional (5)	14.225	36.227	296.397	109.826	45.256	41.474	-	-	-	543.405
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	**14.225**	**83.651**	**458.438**	**171.479**	**99.453**	**115.663**	**59.150**	**35.333**	**497.348**	**1.534.740**
Mínima requerida (4)	-	1.669	7.470	2.679	978	921	-	-	413	14.130
Adicional (5)	8.839	1.335	14.193	4.911	851	522	-	-	-	30.651
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas (6)	**8.839**	**3.004**	**21.663**	**7.590**	**1.829**	**1.443**	-	-	**413**	**44.781**
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	**23.064**	**86.655**	**480.101**	**179.069**	**101.282**	**117.106**	**59.150**	**35.333**	**497.761**	**1.579.521**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias

BancoDaycoval

D

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

(3) Os títulos privados estão sendo apresentados com seus respectivos prazos de vencimentos.

(4) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.

(5) Provisão adicional constituída em relação ao percentual mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em metodologia própria de avaliação de risco de crédito e, inclusive, em função dos fatores descritos na Nota 26.e.

(6) Conforme estabelecido pela Resolução nº 4.512/16, do CMN, sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o Banco registrou a provisão de fianças bancárias com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

iii. Por ramo de atividade

	Banco			
	2021		2020	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Total da carteira de crédito ampliada	**44.638.966**	**100,00%**	**35.326.404**	**100,00%**
Setor público	**84.622**	**0,19%**	**186.339**	**0,53%**
Governo federal	-	0,00%	53.657	0,15%
Governo estadual	27.680	0,06%	82.463	0,23%
Governo municipal	56.942	0,13%	50.219	0,14%
Setor privado	**44.554.344**	**99,81%**	**35.140.065**	**99,47%**
Pessoa jurídica	**33.669.797**	**75,43%**	**26.316.955**	**74,50%**
Indústria	13.563.046	30,38%	11.168.913	31,62%
Comércio	8.582.364	19,23%	6.782.938	19,20%
Intermediários financeiros	158.413	0,35%	66.275	0,19%
Outros serviços	11.047.978	24,75%	8.294.754	23,48%
Crédito rural	317.996	0,71%	4.075	0,01%
Pessoa física	**10.884.547**	**24,38%**	**8.823.110**	**24,98%**

	Consolidado			
	2021		2020	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Total da carteira de crédito ampliada	**46.715.285**	**100,00%**	**36.747.501**	**100,00%**
Setor público	**84.622**	**0,18%**	**186.339**	**0,51%**
Governo federal	-	0,00%	53.657	0,15%
Governo estadual	27.680	0,06%	82.463	0,22%
Governo municipal	56.942	0,12%	50.219	0,14%
Setor privado	**46.630.663**	**99,82%**	**36.561.162**	**99,49%**
Pessoa jurídica	**35.736.751**	**76,50%**	**27.733.193**	**75,47%**
Indústria	14.092.265	30,17%	11.422.323	31,08%
Comércio	8.963.271	19,19%	6.943.729	18,90%
Intermediários financeiros	468.453	1,00%	69.205	0,19%
Outros serviços	11.894.766	25,46%	9.293.620	25,29%
Crédito rural	317.996	0,68%	4.316	0,01%
Pessoa física	**10.893.912**	**23,32%**	**8.827.969**	**24,02%**

c) Garantias financeiras prestadas (Banco e Consolidado)

	2021	2020
Créditos abertos para importação	99.960	109.189
Beneficiários de garantias prestadas	4.281.511	3.288.018
Total	**4.381.471**	**3.397.207**

d) Concentração da carteira com características de concessão de crédito

	Banco			
	2021		2020	
	Valor	% da carteira	Valor	% da carteira
Maior devedor	517.044	1,29%	297.800	0,94%
10 maiores devedores seguintes	2.519.327	6,31%	1.982.491	6,23%
50 maiores devedores seguintes	4.622.274	11,58%	2.944.842	9,26%
100 maiores devedores seguintes	3.688.522	9,24%	2.643.229	8,31%
Demais devedores	28.584.020	71,58%	23.942.652	75,27%
Total	**39.931.187**	**100,00%**	**31.811.014**	**100,00%**

	Consolidado			
	2021		2020	
	Valor	% da carteira	Valor	% da carteira
Maior devedor	517.044	1,23%	297.800	0,90%
10 maiores devedores seguintes	2.593.019	6,17%	1.982.491	5,97%
50 maiores devedores seguintes	4.872.284	11,60%	3.103.787	9,34%
100 maiores devedores seguintes	3.873.514	9,22%	2.809.662	8,45%
Demais devedores	30.151.645	71,78%	25.038.371	75,34%
Total	**42.007.506**	**100,00%**	**33.232.111**	**100,00%**

e) Movimentação e composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

e.1) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.560.501**	**1.298.127**	**1.579.521**	**1.319.586**
Operações baixadas como prejuízo	(379.661)	(397.294)	(382.009)	(406.877)
Constituição/(reversão) com provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício	**437.317**	**642.553**	**446.561**	**648.697**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	536.759	406.741	546.003	412.885
Avais e fianças prestadas (2)	5.469	3.622	5.469	3.522
Adicional ao mínimo requerido (3)	(104.363)	249.305	(104.363)	249.305
Variação cambial	**(548)**	**(17.115)**	**(548)**	**(17.115)**
Constituição/(reversão) de provisão para perdas associadas ao risco de crédito dos títulos privados (Nota 7a)	**2.990**	-	**2.990**	-
Saldo final da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.621.695**	**1.560.501**	**1.647.611**	**1.579.521**

e.2) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Carteira de operações com características de concessão de crédito	**1.575.832**	**1.515.720**	**1.601.748**	**1.534.740**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	1.130.799	972.315	1.156.716	991.335
Adicional ao mínimo requerido (3)	445.033	543.405	445.032	543.405
Garantias financeiras prestadas	**42.873**	**44.781**	**42.873**	**44.781**
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	19.598	14.130	19.598	14.130
Adicional ao mínimo requerido (3)	23.275	30.651	23.275	30.651
Títulos privados	**2.990**	-	**2.990**	-
Mínima requerida pela Res. CMN nº 2.682/99 (1)	2.078	-	2.078	-
Adicional ao mínimo requerido (3)	912	-	912	-
Total de provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.621.695**	**1.560.501**	**1.647.611**	**1.579.521**

(1) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.

(2) Conforme estabelecido pela Resolução nº 4.512/16, do CMN, sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o Banco registrou a provisão de fianças bancárias com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

(3) Provisão adicional constituída em relação ao percentual mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em metodologia própria de avaliação de risco de crédito e, inclusive, em função dos fatores descritos na Nota 26.e.

f) Renegociação e recuperação de operações com características de concessão de crédito

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Movimentação das operações renegociadas no período				
Saldo inicial	**2.822.908**	**1.535.565**	**2.927.159**	**1.590.097**
Baixa de operações renegociadas para prejuízo no período	(80.720)	(55.079)	(81.657)	(55.506)
Pagamentos/amortizações no período de operações renegociadas	(2.861.961)	(1.014.614)	(2.942.845)	(1.034.711)
Renegociação de operações no período	3.399.355	2.357.036	3.466.958	2.427.279
Saldo final	**3.279.582**	**2.822.908**	**3.369.615**	**2.927.159**
Composição do saldo de operações renegociadas				
Operações em curso normal (1)	**2.676.318**	**2.479.983**	**2.758.743**	**2.582.109**
Parcelas vincendas	**2.666.869**	**2.470.249**	**2.749.209**	**2.571.869**
Até 3 meses	655.547	647.211	674.030	666.963
De 3 a 12 meses	1.116.177	840.535	1.143.627	883.166
De 1 a 3 anos	790.133	846.708	821.492	882.707
De 3 a 5 anos	90.012	127.693	97.060	130.931
Acima de 5 anos	13.000	8.102	13.000	8.102
Vencidas até 14 dias	**9.449**	**9.734**	**9.534**	**10.240**
Operações em curso anormal (2)	**603.264**	**342.925**	**610.872**	**345.050**
Parcelas vincendas	**502.836**	**298.415**	**508.917**	**300.142**
Até 3 meses	61.980	44.227	63.967	44.555
De 3 a 12 meses	192.872	103.073	195.812	103.861
De 1 a 3 anos	231.148	135.096	232.062	135.673
De 3 a 5 anos	15.431	14.722	15.471	14.756
Acima de 5 anos	1.805	1.297	1.605	1.297
Parcelas vencidas	**100.428**	**44.510**	**101.955**	**44.908**
Até 60 dias	51.247	19.731	52.609	19.991
De 61 a 90 dias	13.231	10.256	13.263	10.349
De 91 a 180 dias	23.434	8.258	23.490	8.302
De 181 a 360 dias	12.516	6.265	12.593	6.266
Total	**3.279.582**	**2.822.908**	**3.369.615**	**2.927.159**

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuam pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado de operações renegociadas, inclui R$680.814 (R$1.362.602 em 31 de dezembro de 2020), referentes à operações renegociadas em função das circunstâncias envolvendo a pandemia da COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$177.505 (R$120.462 em 31 de dezembro de 2020) e o Daycoval Leasing recuperou no montante de R$3.519 (R$3.646 em 31 de dezembro de 2020), reconhecidos nas demonstrações de resultado na rubrica de "Carteira de crédito".

g) Operações ativas vinculadas (Banco e Consolidado)

	2021	2020
Operações ativas vinculadas		
Operações de crédito	59.343	62.223
Obrigações por operações ativas vinculadas		
Certificados de depósitos bancários - CDBs	58.262	62.164

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros (Banco e Consolidado)

As cessões de crédito realizadas pelo Banco, atendem aos critérios contábeis descritos na Resolução CMN nº 3.533/08, no que tange à classificação destas cessões na categoria de "Operações com retenção substancial de riscos e benefícios".

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de empréstimos com retenção substancial de riscos e benefícios monta R$550, conforme Nota 9.b.i (R$10.980 em 31 de dezembro de 2020), com a respectiva obrigação assumida pela cessão, apresentada na Nota 17.b, no montante de R$576 (R$11.771 em 31 de dezembro de 2020).

Estas cessões de crédito não geraram resultados antecipados para o Banco.

i) Conciliação da composição da carteira de arrendamento mercantil financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

Na sistemática de contabilização adotada pelo plano de contas COSIF, as operações de arrendamento mercantil financeiro, são contabilizadas de acordo com sua natureza, os quais são sumarizados a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Operações de arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro a receber	1.589.455	1.001.763
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil financeiro a receber	(1.557.946)	(979.326)
Total	**31.509**	**22.437**
Valores residuais		
Valores residuais a realizar	638.801	474.140
Valores residuais a balancear	(638.801)	(474.140)
Total	-	-
Diversos		
Taxa de compromisso	1.171	267
Total	**1.171**	**267**
Imobilizado de arrendamento mercantil financeiro		
Bens arrendados	2.339.887	1.624.577
Superveniência de depreciação	403.645	277.906
(-) Insuficiência de depreciação	(80.244)	(41.058)
(-) Depreciação acumulada sobre bens de arrendamento mercantil financeiro	(826.724)	(631.816)
Perdas em arrendamento a amortizar	24.533	34.378
Total	**1.861.097**	**1.263.987**
Passivo		
Outras obrigações		
(-) Valor residual garantido antecipado (VRGA)	(302.394)	(223.397)
Total	**(302.394)**	**(223.397)**
Total de arrendamento mercantil financeiro a valor presente	**1.591.383**	**1.063.294**

10 CARTEIRA DE CÂMBIO (BANCO E CONSOLIDADO)

	2021				2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor	Valor
Ativo					
Câmbio comprado a liquidar	1.006.650	610.374	10.317	1.627.341	718.100
Direitos sobre vendas de câmbio	1.026.773	929.919	-	1.956.692	1.656.019
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(27.888)	-	-	(27.888)	(33.875)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	8.965	9.126	-	18.091	8.374
Total	**2.014.520**	**1.549.419**	**10.317**	**3.574.256**	**2.348.618**
Passivo					
Câmbio vendido a liquidar	1.077.817	934.670	-	2.012.487	1.594.525
(-) Importação financiada (Nota 9.a)	(26.091)	-	-	(26.091)	(33.257)
Obrigações por compras de câmbio	980.558	597.268	10.613	1.588.439	713.795
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 9.a)	(489.038)	(546.250)	-	(1.035.288)	(558.245)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.219	-	-	1.219	99
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	561	885	-	1.446	1.113
Total	**1.545.026**	**986.573**	**10.613**	**2.542.212**	**1.718.030**

11 OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	Banco			
	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos salariais	1.514	-	1.302	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	20.868	-	17.129	-
Pagamentos a ressarcir	905	-	889	-
Participações pagas antecipadamente	54.042	-	36.227	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (1)	3.513	2.451	6.279	11.089
Devedores diversos (2)	52.994	-	49.238	-
Total	**133.836**	**2.451**	**111.064**	**11.089**

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado			
	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos salariais	1.648	-	1.425	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	21.405	-	17.775	-
Pagamentos a ressarcir	1.264	-	889	-
Participações pagas antecipadamente	54.342	-	36.382	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (1)	3.513	2.451	6.279	11.089
Prêmios de seguros a receber	-	-	31	-
Devedores diversos (2)	54.364	-	53.303	-
Total	**136.536**	**2.451**	**116.084**	**11.089**

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, refere-se aos prêmios pagos na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a serem reconhecidos nas demonstrações de resultado do Banco, na rubrica de "Operações de crédito", em razão da fluência do prazo das operações.

(2) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Devedores diversos" está composta, substancialmente, por (i) valores de depositantes de conta garantida no montante de R$40.703 para o Banco e R$40.867 para o Consolidado (R$34.896 para o Banco e R$ 37.030 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

12 OUTROS VALORES E BENS

	Banco						
	2021						2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor	Valor
Despesas pagas antecipadamente	8.982	26.857	30.785	3.387	3.376	73.387	23.961
Total de despesas pagas antecipadamente	**8.982**	**26.857**	**30.785**	**3.387**	**3.376**	**73.387**	**23.961**

	Consolidado						
	2021						2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor	Valor
Despesas pagas antecipadamente	8.982	26.857	30.785	3.387	3.376	73.387	23.962
Total de despesas pagas antecipadamente	**8.982**	**26.857**	**30.785**	**3.387**	**3.376**	**73.387**	**23.962**

Ativos não financeiros mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos não financeiros mantidos para venda totalizam R$89.204 (R$84.852 em 31 de dezembro de 2020) com ajuste por redução ao valor recuperável no montante de R$3.270 (R$8.564 em 31 de dezembro de 2020), tanto para o Banco quanto para o Consolidado.

13 DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch (dependência no exterior), incluídas nas Demonstrações Contábeis do Banco, estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	US$ mil	R$ mil (1)	US$ mil	R$ mil (1)
Ativos				
Disponibilidades	402	2.245	350	1.819
Aplicações interfinanceiras de liquidez	45.450	253.634	28.950	150.444
Títulos e valores mobiliários	1.552	8.661	3.196	16.609
Operações de crédito	253.446	1.414.356	100.228	520.855
Outros créditos	18.170	101.396	5.783	30.053
Total de ativos	**319.020**	**1.780.292**	**138.507**	**719.780**
Passivos				
Depósito à vista	2.635	14.706	2.271	11.802
Depósito a prazo	92.787	517.798	15.170	78.834
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	8.403	46.892	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	183.156	1.022.099	90.040	467.911
Outras obrigações diversas	1	5	-	-
Resultado de exercícios futuros	46	259	40	208
Total de passivos	**287.028**	**1.601.759**	**107.521**	**558.755**

(1) Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos para reais - R$, com base nas cotações desta moeda de R$/US$5,5800 e de R$/US$5,1967 divulgadas pelo BACEN, respectivamente para as datas de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado do Banco, receita de variação cambial no montante de R$12.589 (receita de R$19.583 em 31 de dezembro de 2020) sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.

14 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

a) Controladas diretamente

					Exercício findo em					
					Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor do Investimento Ajustado		Resultado de Equivalência	
Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações/Cotas	% Participação	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Daycoval Leasing (1)	610.053	343.781	5.780.078.463	100,0	71.861	72.125	583.019	504.256	71.861	72.125
Dayprev	35.166	25.000	19.591.614	97,0	901	642	34.028	33.210	874	623
ACS	848.099	623.597	54.225.800	99,9	13.688	30.397	848.098	838.129	13.688	30.397
Daycoval Asset	60.586	1.554	36.875	99,9	7.216	7.213	60.586	53.370	7.216	7.213
Total							**1.525.731**	**1.428.965**	**93.639**	**110.358**

(1) O deságio na aquisição de outra instituição financeira, em 2015, está sendo amortizado integralmente por um período igual a dez anos, bem como o reconhecimento da obrigação fiscal diferida constituída às alíquotas vigentes à época da amortização. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$27.034 (R$33.936 em 31 de dezembro de 2020).

b) Controladas indiretamente

					Exercício findo em					
					Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor do Investimento Ajustado		Resultado de Equivalência (2) (3)	
Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações/Cotas	% Participação	2021	2020	2021	2020	2021	2020
IFP	237.589	280.020	280.020.000	99,9	(1.434)	(3.466)	237.588	239.022	(1.434)	(3.466)
SCC	14.308	10.020	10.020.000	99,9	573	320	14.308	13.735	573	320
Treetop	104.678	14.892	2.668.585	99,9	(5.481)	4.015	104.678	106.525	(1.774)	25.943
Total							**356.574**	**359.282**	**(2.635)**	**22.797**

(2) Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a) anterior, receita de variação cambial no montante de R$3.707 (receita de R$21.928 em 31 de dezembro de 2020) sobre o investimento na Treetop.

(3) Em 31 de dezembro de 2021, o resultado da equivalência patrimonial monta despesa de R$2.635 (receita de R$22.797 em 31 de dezembro de 2020) que foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a).

15 IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Imobilizado de uso

	Banco				
	2021				2020
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Aeronave	10%	75.865	(32.242)	43.623	51.209
Computadores e periféricos	20%	27.373	(16.536)	10.837	5.868
Equipamentos de comunicação	20%	755	(615)	140	139
Equipamentos de segurança	10%	1.457	(1.132)	325	438
Imóveis de uso	4%	1.500	(240)	1.260	-
Instalações	10%	939	(688)	251	281
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.396	(5.289)	3.107	2.376
Veículos	20%	3.256	(1.645)	1.611	1.505
Total		**119.541**	**(58.387)**	**61.154**	**61.816**

	Consolidado				
	2021				2020
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Aeronave	10%	75.865	(32.242)	43.623	51.209
Computadores e periféricos	20%	28.577	(17.637)	10.940	5.982
Equipamentos de comunicação	20%	1.035	(706)	329	365
Equipamentos de segurança	10%	1.457	(1.132)	325	438
Imóveis de uso	4%	4.142	(559)	3.583	2.617
Instalações	10%	5.039	(1.563)	3.476	3.523
Móveis e equipamentos de uso	10%	10.368	(6.229)	4.139	3.379
Veículos	20%	4.511	(2.568)	1.943	2.176
Total		**130.994**	**(62.636)**	**68.358**	**69.689**

b) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional (Consolidado)

	2021					2020
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10%	60	(13)	-	47	-
Máquinas e equipamentos	10%	407.743	(182.911)	(2.252)	222.580	130.472
Móveis	10%	17	(3)	-	14	2
Veículos	20%	1.393	(831)	-	562	176
Total		**409.213**	**(183.758)**	**(2.252)**	**223.203**	**130.650**

16 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

a) Segregação das operações compromissadas por prazo (Banco e Consolidado)

	2021	2020
	Até 3 meses	Até 3 meses
Obrigações por operações compromissadas		
Carteira própria	**1.195.541**	**872.979**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	963.474	725.978
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	45.637
Debêntures	232.067	101.364
Carteira de terceiros	**1.278.978**	**1.078.693**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.453	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	265.194	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	984.331	1.078.693
Total	**2.474.519**	**1.951.672**

b) Resumo dos instrumentos de captação

O quadro a seguir, apresenta o resumo dos instrumentos de captação utilizados pelo Daycoval:

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos	**17.331.441**	**14.082.552**	**17.281.007**	**14.027.603**
À vista	1.539.909	1.673.989	1.535.027	1.672.424
Interfinanceiros	988.220	524.880	988.220	524.880
A prazo	14.791.000	11.874.297	14.745.448	11.820.913
Outros depósitos	12.312	9.386	12.312	9.386
Emissões de títulos	**20.542.824**	**18.460.459**	**20.160.278**	**17.923.783**
Letras de crédito imobiliário	1.465.309	825.215	1.465.309	825.215
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	2.392.038	1.364.527	2.392.038	1.364.527
Letras financeiras	14.071.202	13.865.311	13.688.656	13.328.635
Emissões no exterior	2.614.275	2.405.406	2.614.275	2.405.406
Obrigações por empréstimos e repasses	**8.905.148**	**4.668.752**	**8.905.148**	**4.668.752**
Empréstimos no exterior	8.709.577	4.503.902	8.709.577	4.503.902
Repasses de instituições oficiais	195.571	164.850	195.571	164.850
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	**992.038**	**460.657**	**992.038**	**460.657**
Letras financeiras	992.038	460.657	992.038	460.657
Total	**47.771.451**	**37.672.420**	**47.338.471**	**37.080.795**

c) Segregação dos instrumentos de captação por prazo

	Banco						
	2021						2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Depósitos	**3.678.116**	**5.238.061**	**7.703.033**	**676.730**	**35.501**	**17.331.441**	**14.082.552**
À vista	1.539.909	-	-	-	-	1.539.909	1.673.989
Interfinanceiros	8.308	650.961	115.589	213.362	-	988.220	524.880
A prazo	2.117.587	4.587.100	7.587.444	463.368	35.501	14.791.000	11.874.297
Outros depósitos	12.312	-	-	-	-	12.312	9.386
Emissões de títulos	**1.295.032**	**6.375.168**	**10.948.458**	**1.660.219**	**263.947**	**20.542.824**	**18.460.459**
Letras de crédito imobiliário	123.176	270.528	1.048.948	16.355	6.302	1.465.309	825.215
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	257.887	933.611	1.197.364	3.176	-	2.392.038	1.364.527
Letras financeiras (1) (6)	897.639	5.134.708	6.140.522	1.640.688	257.645	14.071.202	13.865.311
Emissões no exterior (2)	16.330	36.321	2.561.624	-	-	2.614.275	2.405.406
Obrigações por empréstimos e repasses	**1.369.383**	**2.321.121**	**5.188.298**	**25.340**	**1.006**	**8.905.148**	**4.668.752**
Empréstimos no exterior	**1.343.836**	**2.265.402**	**5.100.339**	**-**	**-**	**8.709.577**	**4.503.902**
Obrigações em moedas estrangeiras (3)	908.517	976.241	-	-	-	1.884.758	978.124
Obrigações por empréstimos no exterior (4) (5)	435.319	1.289.161	5.100.339	-	-	6.824.819	3.525.778
Repasses de instituições oficiais	**25.547**	**55.719**	**87.959**	**25.340**	**1.006**	**195.571**	**164.850**
BNDES	14.429	24.206	31.897	1.389	-	71.921	53.057
FINAME	11.118	31.513	56.062	23.951	1.006	123.650	111.793
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	**-**	**-**	**-**	**-**	**992.038**	**992.038**	**460.657**
Letras financeiras	-	-	-	-	992.038	992.038	460.657
Total	**6.342.531**	**13.934.350**	**23.839.789**	**2.362.289**	**1.292.492**	**47.771.451**	**37.672.420**

	Consolidado						
	2021						2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Depósitos	**3.673.166**	**5.238.061**	**7.698.206**	**636.073**	**35.501**	**17.281.007**	**14.027.603**
À vista	1.535.027	-	-	-	-	1.535.027	1.672.424
Interfinanceiros	8.308	650.961	115.589	213.362	-	988.220	524.880
A prazo	2.117.519	4.587.100	7.582.617	422.711	35.501	14.745.448	11.820.913
Outros depósitos	12.312	-	-	-	-	12.312	9.386
Emissões de títulos	**1.295.032**	**6.375.168**	**10.577.149**	**1.648.982**	**263.947**	**20.160.278**	**17.923.783**
Letras de crédito imobiliário	123.176	270.528	1.048.948	16.355	6.302	1.465.309	825.215
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	257.887	933.611	1.197.364	3.176	-	2.392.038	1.364.527
Letras financeiras (1) (6)	897.639	5.134.708	5.769.213	1.629.451	257.645	13.688.656	13.328.635
Emissões no exterior (2)	16.330	36.321	2.561.624	-	-	2.614.275	2.405.406
Obrigações por empréstimos e repasses	**1.369.383**	**2.321.121**	**5.188.298**	**25.340**	**1.006**	**8.905.148**	**4.668.752**
Empréstimos no exterior	**1.343.836**	**2.265.402**	**5.100.339**	**-**	**-**	**8.709.577**	**4.503.902**
Obrigações em moedas estrangeiras (3)	908.517	976.241	-	-	-	1.884.758	978.124
Obrigações por empréstimos no exterior (4) (5)	435.319	1.289.161	5.100.339	-	-	6.824.819	3.525.778
Repasses de instituições oficiais	**25.547**	**55.719**	**87.959**	**25.340**	**1.006**	**195.571**	**164.850**
BNDES	14.429	24.206	31.897	1.389	-	71.921	53.057
FINAME	11.118	31.513	56.062	23.951	1.006	123.650	111.793
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	**-**	**-**	**-**	**-**	**992.038**	**992.038**	**460.657**
Letras financeiras	-	-	-	-	992.038	992.038	460.657
Total	**6.337.581**	**13.934.350**	**23.463.653**	**2.310.395**	**1.292.492**	**47.338.471**	**37.080.795**

(1) Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 29 de abril de 2021, o Banco concluiu a oitava emissão de Letras Financeiras no montante de R$233,5 milhões, sendo 6 séries, com vencimentos em 02 de janeiro de 2026, 04 de janeiro de 2027, 03 de janeiro de 2028, 02 de janeiro de 2029, 02 de janeiro de 2030 e 02 de janeiro de 2031. Em 20 de maio de 2021, o Banco concluiu a nona emissão de Letras Financeiras, no montante de R$150 mil, sendo 3 séries de R$50 mil cada, com vencimentos em 20 de maio de 2024, 20 de maio de 2025 e 20 de maio de 2026. Em 21 de outubro de 2021, o Daycoval concluiu sua décima oferta pública de Letras Financeiras, emitindo um total de R$1 bilhão. O montante está dividido em três séries, sendo a primeira de R$202 milhões para dois anos; a segunda, de R$494 milhões, para três anos; e a terceira, de R$304 milhões, para 4 anos.

(2) Em 13 de dezembro de 2019, o Banco Daycoval emitiu US$350 milhões em bônus no mercado internacional e, em 04 de fevereiro de 2020, houve nova emissão em complemento à anterior no montante de US$100 milhões em bônus no mercado internacional, ambas com vencimento em 13 de dezembro de 2024 e objetos de hedge contábil de risco de mercado. A taxa de remuneração destes instrumentos é de 4,25% a.a.

(3) O saldo de "Obrigações em moedas estrangeiras", refere-se às captações para operações comerciais de câmbio, relativas a financiamentos à exportação e importação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

(4) Em 31 de dezembro de 2021, inclui operações de empréstimos no exterior, no montante de US$1,6 bilhão (US$613 milhões e €25 milhões em 31 de dezembro de 2020); objeto de hedge contábil de risco de mercado (Nota 8), cujo valor contábil e valor justo montam, respectivamente, R$6.284.123 e R$6.306.997 (R$3.161.498 e R$3.151.462 em 31 de dezembro de 2020).

(5) Em 08 de julho de 2020, o Daycoval captou junto ao International Finance Corporation - IFC, o montante de US$100 milhões, objeto de hedge contábil. Em abril e em maio de 2021, o Daycoval captou, respectivamente, junto ao International Finance Corporation - IFC, o montante de US$384 milhões e US$16 milhões, objeto de hedge contábil. Em 13 de outubro de 2021, em complemento a captação no montante de US$135 milhões, realizada em 30 de setembro de 2021, o Daycoval recebeu um empréstimo no montante de US$16 milhões, objeto de hedge contábil, em recursos da International Finance Corporation - IFC, membro do Grupo Banco Mundial e da mobilização de outras dez instituições financeiras. Em 16 de dezembro de 2021, o Daycoval captou junto ao BID Invest, o montante de US$300 milhões, objeto de hedge contábil.

(6) Inclui a captação de recursos por meio de Letras Financeiras Garantidas, no âmbito da Resolução CMN nº 4.795/20, no montante de R$7.980.335 (R$4.930.395 em 31 de dezembro de 2020, liquidada antecipadamente em agosto de 2021).

Financial covenants

Não houve descumprimento das cláusulas de covenants atrelados aos contratos de empréstimos com o International Finance Corporation - IFC e com o Inter-American Development Bank - IDB, reconhecidos na rubrica de "Obrigações por empréstimos", que poderiam acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições.

d) Dívidas subordinadas (Banco e Consolidado)

2021

Nível de Capital	Instrumentos de captação	Datas de emissão	Datas de vencimento	Valor da emissão (R$ milhões)	% do Indexador	Data de autorização do BACEN para compor o Capital (1)
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/10/2021	Perpétuo	500	140% CDI	15/10/2021
Complementar - Nível I (2)	Letra financeira	11/02/2021	Perpétuo	164	150% CDI	05/03/2021
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/04/2020	Perpétuo	240	150% CDI	10/06/2020
Complementar - Nível I	Letra financeira	19/02/2020	Perpétuo	50	135% CDI	15/04/2020

2020

Nível de Capital	Instrumentos de captação	Datas de emissão	Datas de vencimento	Valor da emissão (R$ milhões)	% do Indexador	Data de autorização do BACEN para compor o Capital (1)
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/04/2020	Perpétuo	240	150% CDI	10/06/2020
Complementar - Nível I	Letra financeira	19/02/2020	Perpétuo	50	135% CDI	15/04/2020
Nível II (2)	Letra financeira	30/10/2018	30/10/2028	135	122% CDI	30/11/2018
Nível II (2)	Letra financeira	28/02/2018	05/03/2025	10	120% CDI	04/04/2018

(1) As captações foram autorizadas pelo BACEN a compor o Patrimônio de Referência do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13.

(2) Resgate antecipado de Letras Financeiras com cláusula de subordinação elegíveis ao Nível II do Patrimônio de Referência (PR), conforme nota 24.a), para fins de troca por nova Letra Financeira Subordinada Complementar elegível ao Nível I do PR, na qualidade de capital complementar, de acordo com a Resolução CMN nº 4.733/19.

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
	Circulante		Circulante	
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio a pagar	205.104	167.588	205.104	167.588
Programa de participação nos resultados	163.676	133.466	166.346	135.459
Gratificações e participações a pagar	120	120	120	120
Total	**368.900**	**301.174**	**371.570**	**303.167**

b) Diversas

	Banco 2021 Circulante	Banco 2021 Não circulante	Banco 2020 Circulante	Banco 2020 Não circulante
Cheques administrativos	-	-	526	-
Credores por recursos a liberar	3.841	-	2.235	-
Valores a pagar a sociedade ligada	1.322	-	1.108	-
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros (Nota 9.h)	576	-	11.458	313
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	85.345	-	62.583	-
Credores diversos (2)	94.735	-	107.763	-
Total	**185.819**	**-**	**185.673**	**313**

	Consolidado 2021 Circulante	Consolidado 2021 Não circulante	Consolidado 2020 Circulante	Consolidado 2020 Não circulante
Cheques administrativos	-	-	526	-
Credores por recursos a liberar	3.841	-	2.235	-
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros (Nota 9.h)	576	-	11.458	313
Obrigações por cotas de fundos de investimento (3)	18.627	-	19.544	-
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	96.760	-	71.732	-
Credores diversos (2)	111.424	-	113.330	-
Total	**231.228**	**-**	**218.825**	**313**

(1) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Provisão para pagamentos a efetuar" (Banco e Consolidado) está composta, substancialmente, pelos seguintes itens: (i) despesas de pessoal no montante de R$38.318 para o Banco e de R$46.030 para o Consolidado (R$28.338 para o Banco e de R$33.606 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2020); (ii) despesas com fornecedores no montante de R$25.098 para o Banco e de R$27.533 para o Consolidado (R$14.567 para o Banco e de R$16.080 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2020); e (iii) comissões a pagar no montante de R$16.233 para o Banco e Consolidado (R$18.283 em 31 de dezembro de 2020 para o Banco e Consolidado).

(2) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Credores diversos" (Banco e Consolidado) está composta, substancialmente, por: (i) cobranças a liberar no montante de R$28.735 (R$3.759 em 31 de dezembro de 2020); (ii) títulos descontados recebidos parcialmente, no montante de R$34.715 (R$22.788 em 31 de dezembro de 2020); e (iii) fornecedores a pagar Daycoval Leasing no montante de R$3.515, para o Consolidado (R$3.376 em 31 de dezembro de 2020).

(3) Conforme Art. 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, os fundos de investimento nos quais o Daycoval, sob qualquer forma, assuma ou retenha substancialmente riscos e benefícios devem ser consolidadas nas Demonstrações Contábeis da instituição controladora.

18 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

O Daycoval e suas controladas, não possuem ativos contingentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

b) Provisões para processos judiciais e obrigações legais

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.q. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

Os saldos de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas constituídos e as respectivas movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão apresentados a seguir:

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Obrigações legais - Riscos fiscais	1.812.691	1.656.548	1.813.790	1.657.360
Riscos cíveis	115.688	166.760	116.382	167.308
Riscos trabalhistas	47.105	62.809	57.537	75.856
Total	**1.975.484**	**1.886.117**	**1.987.709**	**1.900.524**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Riscos	Banco Saldo inicial	Banco Atualização monetária	Banco Constituição (reversão)	Banco Saldo final	Consolidado Saldo inicial	Consolidado Atualização monetária	Consolidado Constituição (reversão)	Consolidado Saldo final
Fiscais	1.656.548	41.146	114.997	**1.812.691**	1.657.360	41.146	115.284	**1.813.790**
Cíveis	166.760	-	(51.072)	**115.688**	167.308	-	(50.926)	**116.382**
Trabalhistas	62.809	-	(15.704)	**47.105**	75.856	-	(18.319)	**57.537**
Total	**1.886.117**	**41.146**	**48.221**	**1.975.484**	**1.900.524**	**41.146**	**46.039**	**1.987.709**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Riscos	Banco Saldo inicial	Banco Atualização monetária	Banco Constituição (reversão)	Banco Saldo final	Consolidado Saldo inicial	Consolidado Atualização monetária	Consolidado Constituição (reversão)	Consolidado Saldo final
Fiscais	1.530.665	27.943	97.940	**1.656.548**	1.530.665	27.943	98.752	**1.657.360**
Cíveis	184.760	-	(18.000)	**166.760**	185.247	-	(17.939)	**167.308**
Trabalhistas	59.619	-	3.190	**62.809**	73.522	-	2.334	**75.856**
Total	**1.775.044**	**27.943**	**83.130**	**1.886.117**	**1.789.434**	**27.943**	**83.147**	**1.900.524**

c) Valores depositados em garantias para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fiscais	1.528.906	1.387.002	1.528.906	1.387.002
Cíveis	38.773	36.693	38.856	36.693
Trabalhistas	13.685	14.931	17.559	18.193
Total	**1.581.364**	**1.438.626**	**1.585.321**	**1.441.888**

d) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns impostos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados:

IRPJ

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço e a dedução do PAT em dobro, sendo o valor provisionado de R$60.311 (R$57.469 em 31 de dezembro de 2020). O total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R$22.878 (R$22.512 em 31 de dezembro de 2020).

CSLL

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço, contesta a exigência de alíquota diferenciada e questiona a majoração da alíquota de 9% para 15%, determinada pela Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727/08 e de 15% para 20%, determinada pela Lei nº 13.169/15. O valor provisionado monta R$945.087 (R$809.381 em 31 de dezembro de 2020) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$882.641 (R$755.499 em 31 de dezembro de 2020).

COFINS

Questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98. O valor provisionado monta R$698.034 (R$684.488 em 31 de dezembro de 2020) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$510.734 (R$499.762 em 31 de dezembro de 2020).

PIS

Questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97. O valor provisionado monta R$106.437(R$103.412 em 31 de dezembro de 2020) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R$107.705 (R$105.594 em 31 de dezembro de 2020).

A provisão para outras obrigações legais monta R$3.821(R$3.635 em 31 de dezembro de 2020) e o total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R$3.821 (R$3.635 em 31 de dezembro de 2020).

e) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir:

AIIM nº 4.012.543-9 Encerrado neste exercício, com êxito integral a favor do Daycoval Leasing, demonstrado nos períodos anteriores no montante de R$75.327, classificados como perda remota, cuja possibilidade de êxito da ação é corroborada com a assinatura do convênio ICMS nº 36 e homologado pelos Decretos paulistas nº 56.045/10 e 56.952/13. Do valor original da autuação, que era de R$54.148, o montante de R$6.322, referente aos Estados de Santa Catarina e Alagoas, foi classificado como risco possível e objeto de pagamento, beneficiado pelo PEP - Programa Especial de Parcelamento, promulgado pelo governo paulista através do Decreto 60.444/14.

Processo nº 0030121-4.2011.8.16.0021 Execução fiscal de ISS do município de Cascavel-PR, no montante de R$37, classificado como perda remota, onde é pretendido receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes sediados naquele município.

Processo nº 0160975-31.2016.8.13.0702 Execução fiscal de ISS do município de Uberlândia-MG, no montante de R$243, classificado como perda remota, onde é pretendido receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes sediados naquele município.

Processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068 Mandado de Segurança Cível, para a suspensão de exigibilidade do pagamento do ISS lançado pelo município de Barueri-SP com fundamentos na decisão da ADPF 189. Classificado como perda possível. O município de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R$6.623, valor referente à diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser o legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. O valor atualizado é de R$10.706.

f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista.

As ações cíveis, em 31 de dezembro de 2021, montam o risco aproximado de R$133.941 para o Banco e para o Consolidado (R$38.143 para o Banco e para o Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, as ações trabalhistas montam R$142 para o Banco e R$143 para o Consolidado (R$502 para o Banco e R$503 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do Consolidado.

19 TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R$240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras (1)	25,00%
Contribuição social - instituições não-financeiras (2)	9,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) A Emenda Constitucional (EC) nº 103/19, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos para 20%, a partir de 1º de março de 2020. Para as controladas não financeiras, a alíquota permanece 9%. Conforme Lei 14.183/21, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi elevada de 20% para 25%, de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

(2) As controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativa ficam sujeitas às alíquotas do PIS e da COFINS, respectivamente, de 1,65% e 7,6% sobre as receitas operacionais e 0,65% e 4% sobre suas receitas financeiras. Para as não financeiras sujeitas ao Lucro Presumido, as alíquotas de PIS e da COFINS são 0,65% e 3%.

a) Despesas com impostos e contribuições

i. Demonstração do cálculo de imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	**2.332.427**	**1.827.777**	**2.408.152**	**1.893.794**
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes (1)	(1.102.506)	(822.500)	(1.137.044)	(852.207)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de IR e CSLL				
Participações em controladas	45.522	49.661	-	-
Juros sobre capital próprio	103.316	78.095	103.316	78.095
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(14.766)	(1.185)	(12.274)	9.004
Outros valores	50.206	50.768	52.072	53.930
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	**(918.228)**	**(645.161)**	**(993.930)**	**(711.178)**
Imposto corrente	(831.280)	(674.291)	(886.605)	(719.387)
Imposto diferido	(86.948)	29.130	(107.325)	8.209

(1) As alíquotas vigentes do IRPJ e CSLL consideradas no 1º semestre de 2021 eram de 45% e no 2º semestre de 2021 são de 50%.

ii. Despesas tributárias

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Contribuições ao COFINS	(161.330)	(140.478)	(174.632)	(151.488)
Contribuições ao PIS / PASEP	(26.216)	(22.828)	(29.048)	(24.831)
ISS	(12.948)	(10.822)	(26.906)	(22.263)
Outras despesas tributárias	(10.127)	(6.913)	(10.561)	(7.424)
Total	**(210.621)**	**(181.041)**	**(241.147)**	**(206.006)**

b) Ativos e obrigações fiscais

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativos fiscais				
Correntes	**242.367**	**193.975**	**274.295**	**220.528**
Impostos e contribuições a compensar (1)	242.367	193.975	274.276	220.509
Imposto de renda a recuperar	-	-	19	19
Diferidos	**1.497.343**	**1.434.423**	**1.511.890**	**1.447.726**
Créditos tributários (nota 19.d)	1.497.343	1.434.423	1.511.890	1.447.726
Total	**1.739.710**	**1.628.398**	**1.786.185**	**1.668.254**
Obrigações fiscais				
Correntes	**760.530**	**622.640**	**819.638**	**670.861**
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	425.885	375.989	444.905	391.594
Provisão para contribuição social sobre o lucro	283.824	206.547	317.692	233.817
Impostos e contribuições a recolher	50.821	40.104	57.041	45.450
Diferidos	**470.478**	**310.769**	**551.328**	**369.981**
Obrigações fiscais (nota 19.d)	470.478	310.769	551.328	369.981
Total	**1.231.008**	**933.409**	**1.370.966**	**1.040.842**

(1) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de "Impostos e contribuições a compensar" está composto, substancialmente, por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no montante de R$239.605 (R$191.462 em 31 de dezembro de 2020), para o Banco, e R$262.981 (R$206.648 em 31 de dezembro de 2020), para o Consolidado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo)

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribu-

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

ções que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco não possuía créditos tributários não ativados. No consolidado, o saldo de créditos tributários não ativados é de R$8.520 (R$8.040 em 31 de dezembro de 2020).

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Banco 2020	Banco Constituição/ (Realização)	Banco 2021	Consolidado 2020	Consolidado Constituição/ (Realização)	Consolidado 2021
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	181.760	-	**181.760**	182.358	112	**182.470**
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	761.590	10.994	**772.584**	773.458	11.932	**785.390**
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	108.882	68.016	**176.898**	108.917	67.998	**176.915**
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	259.770	18.516	**278.286**	259.770	18.516	**278.286**
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	122.421	(34.606)	**87.815**	123.223	(34.394)	**88.829**
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**1.434.423**	**62.920**	**1.497.343**	**1.447.726**	**64.164**	**1.511.890**
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	76.709	150.654	**227.363**	76.709	150.654	**227.363**
Resultados com instrumentos financeiros derivativos não realizados	11.562	(11.562)	-	11.562	(11.562)	-
Imposto de Renda diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-	-	59.212	21.638	**80.850**
Amortização do deságio na aquisição da Daycoval Leasing	15.852	3.105	**18.957**	15.852	3.105	**18.957**
Atualização monetária de depósitos judiciais	206.646	17.512	**224.158**	206.646	17.512	**224.158**
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**310.769**	**159.709**	**470.478**	**369.981**	**181.347**	**551.328**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Banco 31/12/2019	Banco Constituição/ (Realização)	Banco 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Consolidado Constituição/ (Realização)	Consolidado 31/12/2020
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	181.760	-	**181.760**	181.993	365	**182.358**
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	690.077	71.513	**761.590**	700.189	73.269	**773.458**
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	56.800	52.082	**108.882**	56.800	52.117	**108.917**
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	246.831	12.939	**259.770**	246.831	12.939	**259.770**
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	131.993	(9.572)	**122.421**	133.604	(10.381)	**123.223**
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**1.307.461**	**126.962**	**1.434.423**	**1.319.417**	**128.309**	**1.447.726**
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	17.940	58.769	**76.709**	17.940	58.769	**76.709**
Resultados com instrumentos financeiros derivativos não realizados	4.770	6.792	**11.562**	4.770	6.792	**11.562**
Imposto de Renda diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-	-	36.976	22.236	**59.212**
Amortização do deságio na aquisição da Daycoval Leasing	12.746	3.106	**15.852**	12.746	3.106	**15.852**
Atualização monetária de depósitos judiciais	194.465	12.181	**206.646**	194.465	12.181	**206.646**
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**229.921**	**80.848**	**310.769**	**266.897**	**103.084**	**369.981**

e) Previsão de realização e valor presente dos créditos tributários

Banco	2021 Diferenças temporárias IR	2021 Diferenças temporárias CSLL	2021 Total	2020 Diferenças temporárias IR	2020 Diferenças temporárias CSLL	2020 Total
Até 1 ano	119.794	95.837	**215.631**	242.405	193.928	**436.333**
Até 2 anos	118.161	94.531	**212.692**	210.725	168.583	**379.308**
Até 3 anos	131.857	105.487	**237.344**	5.311	4.249	**9.560**
Até 4 anos	126.290	101.034	**227.324**	14.737	11.788	**26.525**
Até 5 anos	11.854	9.483	**21.337**	319.199	252.186	**571.385**
Acima de 5 anos	325.661	257.354	**583.015**	6.285	5.027	**11.312**
Total	**833.617**	**663.726**	**1.497.343**	**798.662**	**635.761**	**1.434.423**

Consolidado	2021 Diferenças temporárias IR	2021 Diferenças temporárias CSLL	2021 Total	2020 Diferenças temporárias IR	2020 Diferenças temporárias CSLL	2020 Total
Até 1 ano	123.904	99.125	**223.029**	247.059	197.651	**444.710**
Até 2 anos	120.538	96.433	**216.971**	212.459	169.970	**382.429**
Até 3 anos	132.962	106.369	**239.331**	5.957	4.766	**10.723**
Até 4 anos	126.675	101.342	**228.017**	15.015	12.005	**27.020**
Até 5 anos	11.960	9.568	**21.528**	319.280	252.252	**571.532**
Acima de 5 anos	325.661	257.353	**583.014**	6.285	5.027	**11.312**
Total	**841.700**	**670.190**	**1.511.890**	**806.055**	**641.671**	**1.447.726**

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente do total de créditos tributários é de R$1.207.691 para o Banco (R$1.306.721 em 31 de dezembro de 2020) e de R$1.220.734 para o Consolidado (R$1.318.531 em 31 de dezembro de 2020), e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Banco e do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social do Banco monta R$3.557.260, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.890.672.918 ações nominativas, composto por 1.323.471.042 ações ordinárias e 567.201.876 ações preferenciais.

b) Aumento de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Banco no montante de R$1.303.665, mediante a incorporação das reservas de capital, legal e estatutárias, representadas por 84.291.724 ações ordinárias bonificadas aos respectivos acionistas. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 13 de maio de 2020.

c) Composição e movimentação do capital social em ações

	2021	2020
Ações ordinárias - saldo inicial	**1.323.471.042**	**230.820.429**
Conversão de ações ordinárias em preferenciais (1)	-	(94.533.646)
Bonificação de ações por aumento no capital social (2)	-	84.291.724
Desdobramento de ações (3)	-	1.102.892.535
Ações ordinárias - saldo final	**1.323.471.042**	**1.323.471.042**
Ações preferenciais - saldo inicial	**567.201.876**	-
Conversão de ações ordinárias em preferenciais (1)	-	94.533.646
Desdobramento de ações (3)	-	472.668.230
Ações preferenciais - saldo final	**567.201.876**	**567.201.876**
Total de ações	**1.890.672.918**	**1.890.672.918**

(1) Conforme Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de fevereiro de 2020, foi deliberada e aprovada a conversão de 94.533.646 ações ordinárias em preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(2) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Banco no montante de R$1.303.665, mediante a incorporação das reservas de capital, legal e estatutárias, representadas por 84.291.724 ações ordinárias bonificadas aos atuais acionistas. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 13 de maio de 2020.

(3) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de março de 2020, foi deliberado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da sociedade, de forma que cada 1 ação existente fosse substituída por 6 novas ações. O capital social passou a ser dividido de 315.112.153 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 220.578.507 ordinárias e 94.533.646 preferenciais para 1.890.672.918 ações, sendo 1.323.471.042 ações ordinárias e 567.201.876 ações preferenciais.

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

i. Demonstração do cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios:

	2021	% (1)	2020	% (1)
Lucro líquido	**1.414.199**		**1.182.616**	
(-) Constituição de reserva legal	(70.710)		(59.131)	
Lucro líquido ajustado	**1.343.489**		**1.123.485**	
Valor dos juros sobre o capital próprio	206.632		173.545	
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(30.995)		(26.032)	
Valor dos dividendos obrigatórios	160.235		133.358	
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios	**335.872**	**25,00**	**280.871**	**25,00**

(1) Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre o lucro líquido ajustado.

ii. Juros sobre o capital próprio declarados e/ou pagos:

Foram declarados e/ou pagos juros sobre o capital próprio ("JCP") que, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

2021

Data da RCA	Data da disponibilização	Valor por ação ON	Valor por ação PN	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
30/12/2021	17/01/2022	0,0279	0,0279	52.788	(7.918)	44.870
30/09/2021	15/10/2021	0,0814	0,0814	153.844	(23.077)	130.767
			Total	**206.632**	**(30.995)**	**175.637**

2020

Data da RCA	Data da disponibilização	Valor por ação ON	Valor por ação PN	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
30/12/2020	15/01/2021	0,0213	0,0213	40.271	(6.040)	34.231
30/09/2020	15/10/2020	0,0230	0,0230	43.486	(6.523)	36.963
30/06/2020	15/07/2020	0,0236	0,0236	44.544	(6.682)	37.862
31/03/2020	15/04/2020	0,0239	0,0239	45.244	(6.787)	38.457
			Total	**173.545**	**(26.032)**	**147.513**

iii. Dividendos:

	2021	2020
Data da RCA	08/02/2022	09/02/2021
Data de disponibilização	09/02/2022	11/02/2021
Valor em R$ por ação - ON	0,0848	0,0705
Valor em R$ por ação - PN	0,0848	0,0705
Valor total de dividendos - R$ mil	160.235	133.358

iv. Dividendos adicionais de exercícios anteriores:

Foram distribuídos dividendos adicionais no montante de R$500.008, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de outubro de 2021, sendo disponibilizados aos acionistas em 15 de outubro de 2021, relativo a exercícios anteriores (em 2020 foram distribuídos R$125.266 referentes a exercícios anteriores).

e) Reserva de lucros

	2021	2020
Reserva legal (1) (3)	129.841	59.131
Reservas estatutárias (2) (3)	1.293.196	816.582
Total	**1.423.037**	**875.713**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(2) Reserva constituída conforme disposição estatutária.

(3) Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Banco no montante de R$1.303.665, mediante a incorporação das reservas de capital, legal e estatutárias, representadas por 84.291.724 ações ordinárias bonificadas aos respectivos acionistas. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 13 de maio de 2020.

f) Lucro líquido por ação

	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.414.199	1.182.616
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	989.939	827.831
Ações preferenciais	424.260	354.785
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social (1)		
Ações ordinárias	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876	567.201.876
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,7480	0,6255
Ações preferenciais	0,7480	0,6255
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,7480	0,6255
Ações preferenciais	0,7480	0,6255

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN n° 4.818/20.

21 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Carteira de crédito

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Operações de crédito	**4.371.620**	**3.682.846**	**4.396.238**	**3.700.625**
Adiantamento a depositantes	5.688	7.421	5.688	7.421
Conta-garantida / cheque especial	379.996	344.741	380.013	344.741
Títulos descontados	113.820	194.491	113.820	194.491
Repasse - Resolução n° 3.844/10	178	15.997	178	15.997
Capital de giro	637.427	662.041	637.427	662.041
Cédula de crédito de exportação - CCE	154.307	183.090	154.307	183.090
Repasse - BNDES	6.388	10.041	6.388	10.041
Repasse - FINAME	14.934	12.000	14.934	12.000
Crédito rural	18.120	17.122	18.120	17.122
Financiamento com interveniência	8.221	16.272	8.221	16.272
Financiamento em moeda estrangeira	21.335	44.675	21.335	44.675
FGI PEAC	936.013	217.108	936.013	217.108
Crédito consignado	1.687.719	1.611.309	1.687.719	1.611.309
Financiamento de veículos	346.692	315.414	346.692	315.414
Financiamento de imóveis	17.051	375	17.051	375
Daypag - desconto de cheques despachantes	86	255	86	255
Outras operações de crédito	23.220	28.127	47.820	45.906
Rendas de aquisição de crédito	426	2.367	426	2.367
Resultado de operações de arrendamento mercantil	-	-	**181.507**	**156.810**
Receitas de arrendamento mercantil	-	-	**772.969**	**577.037**
Arrendamento mercantil financeiro - recursos internos	-	-	627.480	478.604
Arrendamento mercantil operacional - recursos internos	-	-	108.259	73.780
Lucro na alienação de bens arrendados	-	-	37.230	24.653
Despesas de arrendamento mercantil	-	-	**(591.462)**	**(420.227)**
Arrendamento mercantil financeiro - recursos internos	-	-	(499.287)	(360.223)
Arrendamento mercantil operacional - recursos internos	-	-	(4.240)	(2.169)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	-	-	(87.935)	(57.835)
Outros créditos com características de concessão de crédito	**648.829**	**392.882**	**648.829**	**392.882**
ACC / ACE	61.803	50.887	61.803	50.887
Rendas de aquisição de recebíveis sem direito de regresso	587.026	341.995	587.026	341.995
Recuperações de operações de crédito e de arrendamento mercantil	**177.505**	**120.464**	**181.024**	**124.110**
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.f)	177.505	120.464	177.505	120.464
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.f) - Arrendamento mercantil	-	-	3.519	3.646
Total	**5.197.954**	**4.196.192**	**5.407.596**	**4.374.427**

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Títulos e valores mobiliários				
Títulos de renda fixa	347.467	92.739	355.398	100.394
Títulos de renda variável	26	86	493	86
Aplicações em cotas de fundos de investimento	26.261	738	50.936	2.472
Resultado na alienação de títulos e valores mobiliários	1.607	522	1.607	522
Ajuste a valor de mercado	2.535	(2.465)	1.616	(4.180)
Aplicações no exterior	6.783	45.384	6.784	45.384
Total	**384.679**	**136.984**	**416.834**	**144.678**
Instrumentos financeiros derivativos				
Ganhos				
Swap	9.271.219	4.434.927	9.274.074	4.434.927
Termo ("NDF")	979.809	881.934	979.809	881.934
Futuro	953.472	577.260	953.472	577.260
Opções	10.879	45.099	10.879	45.098
Perdas				
Swap	(9.173.329)	(3.271.115)	(9.173.329)	(3.271.115)
Termo ("NDF")	(960.289)	(633.841)	(960.289)	(833.841)
Futuro	(568.811)	(743.606)	(568.811)	(743.606)
Opções	(8.601)	(60.991)	(8.601)	(60.991)
Total (1)	**504.349**	**1.229.667**	**507.204**	**1.229.667**
Total	**889.028**	**1.366.651**	**924.038**	**1.374.345**

(1) Em 31 de dezembro de 2021, o resultado com instrumentos financeiros derivativos, inclui perdas líquidas de marcação a mercado no montante de R$24.268 (ganhos líquidos de marcação a mercado no montante de R$21.995 em 31 de dezembro de 2020).

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Operações compromissadas ativas	**159.086**	**164.164**	**159.086**	**164.164**
Posição bancada	83.596	109.039	83.596	109.039
Posição financiada	75.463	55.125	75.463	55.125
Posição vendida	27	-	27	-
Operações compromissadas passivas	**(124.034)**	**(64.408)**	**(124.034)**	**(64.408)**
Carteira própria	(48.757)	(7.876)	(48.757)	(7.876)
Carteira de terceiros	(75.251)	(56.532)	(75.251)	(56.532)
Carteira de livre movimentação	(26)	-	(26)	-
Resultado de operações compromissadas	**35.052**	**99.756**	**35.052**	**99.756**
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Pré-fixados	24.860	31.211	24.860	9.569
Pós-fixados	55.774	3.255	6.715	3.255
Total	**80.634**	**34.466**	**31.575**	**12.824**
Total	**115.686**	**134.222**	**66.627**	**112.580**

d) Operações de câmbio

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Rendas de operações de câmbio	126.911	(108.248)	126.911	(108.248)
Despesas de operações de câmbio	(99.333)	(49.109)	(79.809)	(35.298)
Variações cambiais	122.255	283.884	122.255	283.883
Total	**149.833**	**126.527**	**169.357**	**140.337**

DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

e) Depósitos interfinanceiros e a prazo e emissões de títulos no Brasil e no exterior

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Depósitos interfinanceiros	**(27.964)**	**(16.495)**	**(27.964)**	**(16.495)**
Pré-fixados	-	(960)	-	(960)
Pós-fixados	(27.964)	(15.535)	(27.964)	(15.535)
Depósitos a prazo	**(597.874)**	**(252.349)**	**(596.413)**	**(250.610)**
Pré-fixados	(18.911)	(7.512)	(18.911)	(6.505)
Pós-fixados	(553.192)	(227.526)	(551.731)	(226.794)
Vinculados à operações ativas (Resolução CMN nº 2.921/02) (Nota 9.g)	(2.762)	(1.956)	(2.762)	(1.956)
Variação cambial	-	(33)	-	(33)
Despesas de contribuição ao FGC	(23.009)	(15.322)	(23.009)	(15.322)
Total	**(625.838)**	**(268.844)**	**(624.377)**	**(267.105)**
Emissões no Brasil				
Letras de crédito imobiliário	**(69.769)**	**(27.341)**	**(69.769)**	**(27.341)**
Pré-fixados	(19.021)	(4.254)	(19.021)	(4.254)
Pós-fixados	(50.748)	(23.087)	(50.748)	(23.087)
Letras de crédito do agronegócio	**(104.267)**	**(25.794)**	**(104.267)**	**(25.794)**
Pré-fixados	(46.041)	(2.772)	(46.041)	(2.772)
Pós-fixados	(58.226)	(23.022)	(58.226)	(23.022)
Letras financeiras	**(719.928)**	**(346.240)**	**(700.504)**	**(328.495)**
Pré-fixados	(90.666)	(48.450)	(90.666)	(48.450)
Pós-fixados	(629.262)	(297.790)	(609.838)	(280.045)
Total	**(893.964)**	**(399.375)**	**(874.540)**	**(381.630)**
Emissões no exterior				
Encargos	(119.669)	(110.398)	(119.300)	(109.709)
Variação cambial	(117.555)	(486.392)	(117.555)	(486.392)
Ajuste a valor justo de emissões objeto de *hedge*	19.622	(70.380)	19.622	(70.380)
Total	**(217.602)**	**(667.170)**	**(217.233)**	**(666.481)**
Total	**(1.111.566)**	**(1.066.545)**	**(1.091.773)**	**(1.048.111)**

f) Obrigações por empréstimos e repasses (Banco e Consolidado)

	2021	2020
Empréstimos no exterior	**(401.092)**	**(713.270)**
Encargos	(129.573)	(89.449)
Variação cambial	(238.609)	(630.142)
Ajuste a valor justo de empréstimos objeto de *hedge*	(32.910)	6.321
Obrigações com bancos no exterior	**(150.784)**	**(261.395)**
Encargos	(23.603)	(28.766)
Variação cambial	(127.181)	(232.629)
Operações de repasses - instituições oficiais	**(15.635)**	**(13.653)**
BNDES	(3.933)	(5.644)
FINAME	(11.702)	(8.009)
Total	**(567.511)**	**(988.318)**

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

g) Receitas de prestação de serviços

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Tarifas bancárias	126.942	112.861	126.942	112.865
Rendas de garantias financeiras prestadas	49.348	35.060	49.348	35.060
Administração de recursos (1)	24.149	11.561	41.899	30.184
Outros serviços	71.282	61.364	71.831	62.579
Total	**271.721**	**220.846**	**290.020**	**240.688**

(1) Inclui as rendas de serviços de administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de fundos e clubes de investimento.

h) Despesas de pessoal

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Honorários da diretoria e Conselho de Administração	(80.842)	(73.814)	(84.163)	(76.878)
Benefícios	(78.920)	(63.634)	(91.485)	(74.338)
Encargos sociais	(104.568)	(81.044)	(119.156)	(92.453)
Proventos	(264.663)	(210.298)	(309.060)	(242.092)
Treinamento	(103)	(157)	(104)	(165)
Remuneração de estagiários	(1.296)	(1.139)	(1.380)	(1.154)
Total	**(530.392)**	**(430.086)**	**(605.348)**	**(487.080)**

i) Outras despesas administrativas

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Despesas de água, energia e gás	(2.884)	(2.260)	(3.796)	(2.996)
Despesas de aluguéis e seguros	(20.593)	(19.093)	(22.852)	(19.948)
Despesas de comunicações	(12.518)	(11.990)	(14.532)	(13.710)
Despesas de contribuições filantrópicas	(17.514)	(19.395)	(31.485)	(20.954)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(11.557)	(4.605)	(13.379)	(5.866)
Despesas com materiais	(1.364)	(1.830)	(1.501)	(2.126)
Despesas de processamento de dados	(117.510)	(94.100)	(120.409)	(96.737)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(31.618)	(27.380)	(33.414)	(28.666)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados (1)	(482.202)	(330.200)	(447.814)	(305.133)
Outras despesas administrativas	(69.865)	(54.912)	(72.531)	(56.684)
Total	**(767.623)**	**(565.805)**	**(761.293)**	**(552.820)**

(1) Inclui o reconhecimento das despesas de comissão pagas antecipadamente a terceiros, por originação de operações de crédito.

j) Outras receitas e despesas operacionais

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Variação cambial (1)	36.094	28.056	58.731	66.200
Atualização de depósitos judiciais	41.066	28.525	41.311	28.610
Outras receitas operacionais	10.341	6.173	16.265	16.882
Total	**87.501**	**62.754**	**116.307**	**111.692**
Variação cambial	(23.405)	(8.476)	(38.238)	(24.441)
Outras despesas operacionais (2)	(73.876)	(88.219)	(78.139)	(88.822)
Despesas com juros	(1.198)	(710)	(1.201)	(778)
Total	**(98.479)**	**(97.405)**	**(117.578)**	**(114.041)**
Total	**(10.978)**	**(34.651)**	**(1.271)**	**(2.349)**

(1) Refere-se à reclassificação da variação cambial sobre investimentos no exterior, não eliminadas no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis.

(2) As outras despesas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão compostas, substancialmente, da seguinte forma: (i) descontos e ressarcimentos em operações de crédito - R$36.175 para o Banco e para o Consolidado (R$53.111 para o Banco e para o Consolidado em 31 de dezembro de 2020); e (ii) liquidação de processos judiciais - R$16.835 para o Banco e para o Consolidado (R$21.778 para o Banco e para o Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

k) Resultado não recorrente regulatório

	Banco 2021	Banco 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do período	**1.414.199**	**1.182.616**	**1.414.199**	**1.182.616**
Resultado não recorrente regulatório				
Amortização do deságio na aquisição de outra instituição financeira (líquido dos efeitos fiscais)	(3.624)	(3.854)	(3.624)	(3.854)
Lucro líquido recorrente regulatório	**1.410.575**	**1.178.762**	**1.410.575**	**1.178.762**

22 PARTES RELACIONADAS

a) As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Banco, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações, e estão apresentadas em atendimento às Resoluções CMN nos 4.693/18 e 4.818/20.

O quadro a seguir apresenta o saldo das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Banco			
	2021		2020	
Transações	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**
Operações com derivativos	**(28)**	**(26)**	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(28)**	**(26)**	-	-
Depósitos interfinanceiros	**1.348.675**	**38.007**	**793.164**	**21.642**
Controladas diretas	**1.348.675**	**38.007**	**793.164**	**21.642**
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	1.348.675	38.007	793.164	21.642
Operações de crédito (1)	**15.154**	**1.090**	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**15.154**	**1.090**	-	-
Danuri Importação e Exportação Ltda.	15.154	1.090	-	-
Depósitos à vista	**(8.973)**	-	**(5.232)**	-
Controladas diretas	**(292)**	-	**(97)**	-
ACS Participações Ltda.	(25)	-	(19)	-
Daycoval Asset Management Ltda.	(59)	-	(13)	-
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	(86)	-	(13)	-
Dayprev Vida e Previdência S.A.	(6)	-	(52)	-
Multigestão Renda Corporativa FI. Imobiliário FII	(116)	-	-	-
Controladas indiretas	**(4.591)**	-	**(1.302)**	-
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(659)	-	(436)	-
SCC Agência de Turismo Ltda.	(14)	-	(2)	-
Treetop Investments Ltd.	(3.918)	-	(864)	-
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**(69)**	-	**(8)**	-
3SV Adm. de Bens Participações Ltda.	(10)	-	(2)	-
C.P. Participações e Cobranças S/C	(1)	-	-	-
Daycoval Metais Ltda.	(1)	-	(2)	-
M.P. Promotora de Vendas Ltda.	(2)	-	-	-
Paratei Agropecuária e Imobiliária Ltda.	(3)	-	(1)	-
Shtar Empreendimentos e Participações S.A.	(3)	-	(1)	-
Valco Adm. Part. e Representações Ltda.	(47)	-	-	-
Yona Participações Ltda.	(2)	-	(2)	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(4.021)**	-	**(3.825)**	-
Depósitos a prazo	**(124.551)**	**(15.046)**	**(124.389)**	**(22.217)**
Controladas diretas	**(31.199)**	**(894)**	**(8.051)**	**(45)**
ACS Participações Ltda.	(30.236)	(880)	(8.051)	(45)
Daycoval Asset Management Ltda.	(963)	(14)	-	-
Controladas indiretas	**(14.352)**	**(1.516)**	**(45.333)**	**(9.073)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(7.035)	(778)	(28.998)	(1.056)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(2.422)	(146)	(2.601)	(323)
Treetop Investments Ltd.	(4.895)	(592)	(13.734)	(7.694)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	**(8.667)**	**(398)**	**(3.579)**	**(58)**
Daycoval Metais Ltda.	(61)	(3)	(84)	(1)
Shtar Empreendimentos e Participações S.A.	(2.488)	(118)	(2.411)	(27)
Valco Adm. Part. e Representações Ltda.	(6.118)	(277)	(1.084)	(30)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(70.333)**	**(12.238)**	**(67.426)**	**(13.041)**

	Banco			
	2021		2020	
Transações	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**
Letras financeiras	**(594.000)**	**(51.472)**	**(720.522)**	**(34.156)**
Controladas diretas	**(320.552)**	**(20.174)**	**(367.192)**	**(12.691)**
ACS Participações Ltda.	(320.552)	(20.174)	(367.192)	(12.691)
Controladas indiretas	**(61.994)**	**(5.892)**	**(169.483)**	**(5.055)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(50.757)	(4.506)	(159.179)	(4.751)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(11.237)	(1.386)	(10.304)	(304)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	**(211.454)**	**(25.406)**	**(183.847)**	**(16.410)**
Letras de crédito do agronegócio	**(28.361)**	**(5.480)**	**(13.367)**	**(11.728)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(28.361)	(5.480)	(13.367)	(11.728)
Letras de crédito imobiliário	**(34.642)**	**(7.643)**	**(25.121)**	**(6.786)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(34.642)	(7.643)	(25.121)	(6.786)
Despesas antecipadas	-	**(37.234)**	-	**(21.340)**
Controladas indiretas	-	**(37.234)**	-	**(21.340)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	-	(37.234)	-	(21.340)
Taxas de administração	**14**	**77**	-	-
Controladas diretas	**14**	**77**	-	-
Multigestão Renda Corporativa FI. Imobiliário FII	14	77	-	-
Taxas de escrituração	**3**	**15**	-	-
Controladas diretas	**3**	**15**	-	-
Multigestão Renda Corporativa FI. Imobiliário FII	3	15	-	-

(1) O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da publicação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) da Resolução CMN nº 4.693/18, disciplina as condições e os limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por socieda-

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

des de arrendamento mercantil, definindo o conceito de participação qualificada como a participação, direta ou indireta, em outra sociedade, equivalente ou superior a 15% (quinze por cento) das ações ou quotas representativas. A Resolução também estabeleceu que o somatório dos saldos das operações de crédito contratadas com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido ajustado (PLA), observados os limites individuais de 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica, conforme previsto no artigo 7º da Resolução. Esses limites devem ser apurados na data da concessão da operação de crédito.

b) **O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021, quais sejam:**

Transações	Taxa de remuneração (1)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total ativo (passivo)
Operações com derivativos		-	-	**(19)**	**(9)**	-	**(28)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré	-	-	(19)	(9)	-	(28)
Depósitos interfinanceiros		-	**1.348.675**	-	-	-	**1.348.675**
Controladas diretas		-	**1.348.675**	-	-	-	**1.348.675**
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	Pós	-	1.348.675	-	-	-	1.348.675
Operações de crédito		**15.154**	-	-	-	-	**15.154**
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		**15.154**	-	-	-	-	**15.154**
Danuri Importação e Exportação Ltda.	Pós	15.154	-	-	-	-	15.154
Depósitos a prazo		**(142)**	**(862)**	**(39.434)**	**(78.025)**	**(6.088)**	**(124.551)**
Controladas diretas		-	-	-	**(31.199)**	-	**(31.199)**
ACS Participações Ltda.	Pós	-	-	-	(30.236)	-	(30.236)
Daycoval Asset Management Ltda.	Pós	-	-	-	(963)	-	(963)
Controladas indiretas		**(68)**	-	**(4.827)**	**(9.457)**	-	**(14.352)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	-	(7.035)	-	(7.035)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	-	-	-	(2.422)	-	(2.422)
Treetop Investments Ltd.	Pré	(68)	-	(4.827)	-	-	(4.895)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		-	-	**(2.549)**	**(6.118)**	-	**(8.667)**
Daycoval Metais Ltda.	Pós	-	-	(61)	-	-	(61)
Shtar Empreendimentos e Participações S.A.	Pós	-	-	(2.488)	-	-	(2.488)
Valco Adm. Part. e Representações Ltda.	Pós	-	-	-	(6.118)	-	(6.118)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		**(74)**	**(862)**	**(32.058)**	**(31.251)**	**(6.088)**	**(70.333)**

Transações	Taxa de remuneração (1)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total ativo (passivo)
Letras financeiras		**(392)**	**(1.953)**	**(218.737)**	**(370.119)**	**(2.799)**	**(594.000)**
Controladas diretas		-	-	-	**(320.552)**	-	**(320.552)**
ACS Participações Ltda.	Pré / Pós	-	-	-	(320.552)	-	(320.552)
Controladas indiretas		-	-	**(50.757)**	**(11.237)**	-	**(61.994)**
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	(50.757)	-	-	(50.757)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	-	-	-	(11.237)	-	(11.237)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	**(392)**	**(1.953)**	**(167.980)**	**(38.330)**	**(2.799)**	**(211.454)**
Letras de crédito do agronegócio		**(675)**	**(8.027)**	**(16.600)**	**(3.059)**	-	**(28.361)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(675)	(8.027)	(16.600)	(3.059)	-	(28.361)
Letras de crédito imobiliário		**(1.812)**	**(3.919)**	**(11.659)**	**(10.951)**	**(6.301)**	**(34.642)**
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(1.812)	(3.919)	(11.659)	(10.951)	(6.301)	(34.642)

(1) As taxas de remuneração variam de: (i) Pré-fixadas de 1,4% a 14,3% a.a.; e (ii) Pós-fixadas de 97,5% a 120% do CDI.

c) **Remuneração do pessoal-chave da administração do Banco**

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, o montante global de remuneração de até R$85 milhões (R$85 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Remuneração (pró-labore)	80.842	73.814
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	1.264	1.152
Total de remuneração	**82.106**	**74.966**

O Banco não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

d) **Participação acionária**

Os administradores do Daycoval, possuíam em conjunto a seguinte participação acionária no capital do Banco em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

	2021	2020
Ações ordinárias (ON)	100,00%	100,00%
Ações preferenciais (PN)	100,00%	100,00%

23 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Determinação e hierarquia do valor justo**

O Daycoval utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	Banco			
	2021		2020	
Classificação contábil	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	78.198	-	114.906	22.001
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	919.600	-	1.185.433
Mercado futuro	13.480	-	3.277	-
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	8.370.865	-	5.083.690	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	8.880	-	8.450
Títulos privados	180.302	64.818	645	2.632
Cotas de fundos de investimento	877.583	-	50.614	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Emissões no exterior				
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.614.275	-	2.405.406
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior	-	6.054.043	-	3.151.462
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	152.715	-	43.816
Mercado futuro	54.873	-	14.248	-

	Consolidado			
	2021		2020	
Classificação contábil	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	78.198	-	114.906	22.001
Títulos públicos federais	325	-	-	-
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	919.600	-	1.185.433
Mercado futuro	13.480	-	3.277	-
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	8.405.835	-	5.071.410	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	102.108	-	100.498
Títulos privados	180.302	67.138	645	2.774
Cotas de fundos de investimento	1.228.543	-	218.132	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado				
Emissões de títulos				
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.614.275	-	2.405.406
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior	-	6.054.043	-	3.151.462
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	152.715	-	43.816
Mercado futuro	54.873	-	14.248	-

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Daycoval não possuía nenhum instrumento financeiro classificado na categoria Nível 3.

b) **Método de apuração do valor justo**

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Títulos e valores mobiliários

Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionam tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida de empresas, quando não disponíveis no mercado ativo, são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento, são disponibilizados por seus respectivos administradores.

Derivativos

- **Swaps:** os fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de juros ou outros indexadores que refletem os fatores de risco, com base nos preços de derivativos cotados na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de juros são utilizadas para se obter o valor justo de swaps.
- **Futuros e Termo ("*NDF*"):** cotações em bolsas ou com base nos mesmos critérios de avaliação a valor justo dos contratos de *swaps*.
- **Opções:** apurados com base em modelos matemáticos, utilizando-se de dados de mercado como volatilidade implícita, curva de juros e o valor justo do ativo objeto.

Emissões no exterior e obrigações por empréstimos

São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

c) **Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado**

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

	Banco			
	2021		2020	
Classificação contábil	**Custo amortizado**	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Valor justo**
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.659.241	4.990.196	5.565.372	5.755.529
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	39.931.187	40.472.177	31.811.014	34.175.638
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	16.843	18.891	15.685	18.563
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	34.699.807	34.506.485	28.914.887	29.124.695
Obrigações por empréstimos e repasses	2.851.105	1.749.563	1.517.290	1.450.082

	Consolidado			
	2021		2020	
Classificação contábil	**Custo amortizado**	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Valor justo**
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.310.566	3.628.844	4.772.208	4.960.963
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	40.228.203	40.786.373	32.053.247	34.439.659
Operações de arrendamento mercantil	1.779.303	1.870.618	1.178.884	1.392.945
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	16.843	18.891	15.685	18.563
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	34.271.709	34.078.388	27.864.170	28.534.635
Obrigações por empréstimos e repasses	2.851.105	1.749.563	1.517.290	1.450.082

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

24 GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor às entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. A área de GRC - Governança, Riscos e Compliance, subordinada à Alta Administração, desempenha papel institucional atuando sobre o aperfeiçoamento dos processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, socioambiental e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações, de forma integrada.

O Daycoval, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para disseminar atitudes que estimulem a formação de uma cultura orientada para gerenciá-los. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento, de retorno de investimentos e dos riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.

A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos contribui para melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval, estando alinhado com as diretrizes da Administração. Comitê Executivo e Integrado de Gerenciamento de Riscos e Capital, para nortear as ações visando garantir o cumprimento à regulamentação vigente; assegurar a implantação das ações e acesso às informações necessárias para a gestão.

As responsabilidades para identificação de riscos e seu gerenciamento, estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição.

As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade) que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios.

a) **Gerenciamento de capital**

O Conselho de Administração, órgão máximo no gerenciamento de capital do Daycoval, é o responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Capital, o nível aceitável de capital, aprovar o plano de capital e determinar quando o plano de contingência deve ser acionado, além de revisar as políticas e as estratégias para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital, no mínimo anualmente, de forma a determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da instituição e com as condições de mercado. As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, e são apresentadas a seguir:

i. **Requerimento de capital (Basileia)**

Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco ("Risk weighted assets" ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,00%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III e, são expressos na forma de índices que relacionam o capital dispo-

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

nível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

O Patrimônio de Referência ("PR") é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior e do Daycoval Leasing.

As Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13, estabelecem os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal considerando os seguintes percentuais:

	% mínimo de Capital	
	2021	**2020**
Patrimônio de Referência ("PR") - mínimo exigido	**8,00%**	**8,00%**
Nível I	**6,00%**	**6,00%**
Capital principal	4,50%	4,50%
Capital complementar	1,50%	1,50%
Nível II	**2,00%**	**2,00%**
Adicional de capital principal ("ACP")	**2,00%**	**1,25%**
ACP - Conservação (1)	2,00%	1,25%
ACP - Contracíclico (2)	0,00%	0,00%
ACP - Sistêmico (3)	0,00%	0,00%
Exigência total de capital (PR + ACP)	**10,00%**	**9,25%**

(1) A Resolução CMN nº 4.958/21, estabeleceu a alíquota de 2% para o Adicional de Capital Principal de Conservação (ACP Conservação), de 1º de outubro de 2021 a 30 de março de 2022 e de 2,5% a partir de 1º de abril de 2022.

(2) Conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.768/15, no Art 3º, o percentual do ACP Contracíclico é igual a 0%.

(3) O Adicional de Importância Sistêmica (ACP Sistêmico) é apurado com base em critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.768/15. O percentual do ACP Sistêmico é de até 2%, desde que a razão entre Exposição total, apurada conforme Art. 2º, inciso II, da Circular BACEN nº 3.748/15, relativo a 31 de dezembro do penúltimo ano em relação à data-base de apuração, e o PIB brasileiro, seja superior a 10%, caso contrário o percentual de ACP Sistêmico é igual a 0%.

A composição do Patrimônio de Referência, do Patrimônio Mínimo Exigido, dos ativos ponderados pelo risco ("*RWA*") e do indicador de Basileia, estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Patrimônio de referência	**5.958.513**	**4.872.419**
Patrimônio de referência - Nível I	**5.958.513**	**4.711.334**
Capital principal	**4.966.475**	**4.414.120**
Patrimônio líquido	4.981.278	4.425.873
Ajustes prudenciais - Resolução CMN nº 4.192/13	(14.803)	(11.753)
Capital complementar	**992.038**	**297.214**
Letras financeiras perpétuas (Nota 16.d)	992.038	297.214
Patrimônio de referência - Nível II	-	**161.085**
Letras financeiras subordinadas (Nota 16.d)	-	161.085
Patrimônio de referência mínimo exigido (*RWA* x 8%)	**3.670.434**	**2.690.899**
Ativos ponderados pelo risco ("*RWA*")	**45.880.423**	**33.636.241**
Risco de crédito	40.863.568	29.635.831
Risco de mercado	**2.582.403**	**1.195.440**
Exposição cambial - RWAcam	971.726	889.695
Exposição à taxa de juros prefixada - RWAjur1	1.514.641	115.093
Exposição ao cupom cambial - RWAjur2	93.077	88.198
Exposição à inflação - RWAjur3	2.959	5.771
Exposição a ativos de renda variável - RWApacs	-	96.683
Risco operacional - RWAopad	**2.434.454**	**2.804.970**
Indicador de Basileia	**12,99%**	**14,49%**
Indicador de Basileia - Capital Nível I	12,99%	14,01%
Indicador de Basileia - Capital Nível II	-	0,48%
Exposição de ativos à taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)	661.122	579.996
Excedente do Patrimônio de referência		
Sobre a exigência mínima	62,34%	81,07%
Sobre a exigência total	29,87%	56,60%

b) Risco de mercado

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:

Risco de preço de taxa de juros

Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:

- Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos;
- Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.

Risco de preço de tipo de câmbio

Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.

Risco de preço de valores

Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:

- Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral;
- Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preços geral e relacionada com as características próprias do emissor.

ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.

Metodologia Paramétrica

Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.

Carteira bancária (*Banking Book*)

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- Δ EVE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

iii. Teste de Estresse

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

iv. Análise de Cenários

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira Trading: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Trading e Banking para as datas-base de 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021			2020		
	Cenários			Cenários		
Fatores de risco	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
prefixado	(61.365)	(134.732)	(199.949)	(142)	(65)	113
Moedas estrangeiras	2.941	8.056	14.365	27.095	86.955	153.140
Índices de preços	4	10	15	(12)	(23)	(33)
Renda variável	-	-	-	(8.697)	(18.607)	(28.517)
Outros	-	-	-	(409)	(874)	(1.340)
Total carteira de negociação (*Trading Book*)	**(58.420)**	**(126.666)**	**(185.569)**	**17.835**	**67.386**	**123.363**
Total carteira bancária (*Banking Book*)	**(510.477)**	**(1.093.680)**	**(1.646.240)**	**(334.592)**	**(472.281)**	**(606.124)**
Total geral	**(568.897)**	**(1.220.346)**	**(1.831.809)**	**(316.757)**	**(404.895)**	**(482.761)**

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$6,34 (R$/US$5,91 em 31 de dezembro de 2020); (ii) taxa de juros prefixada de 14,50%a.a. (5,35%a.a. em 31 de dezembro de 2020); (iii) Ibovespa de 85.954 pontos (97.594 pontos em 31 de dezembro de 2020); (iv) cupom cambial de 3,63% a.a. (3,73%a.a. em 31 de dezembro de 2020); e (v) cupom de índice de preços de 7,21% a.a. (13,86% a.a. em 31 dezembro de 2020).
- Cenário 2: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$7,92 (R$/US$7,38 em 31 de dezembro de 2020); (ii) taxa de juros prefixada de 18,13%a.a. (6,69%a.a. em 31 de dezembro de 2020); (iii) Ibovespa de 64.466 pontos (73.195 pontos em 31 de dezembro de 2020); (iv) cupom cambial de 4,54%a.a. (4,66%a.a. em 31 de dezembro de 2020); e (v) cupom de índice de preços de 9,01% a.a. (17,07% a.a. em 31 dezembro de 2020).
- Cenário 3: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R$/US$9,51 (R$/US$8,86 em 31 de dezembro de 2020); (ii) taxa de juros prefixada de 21,75%a.a. (8,03%a.a. em 31 de dezembro de 2020); (iii) Ibovespa de 42.977 pontos (48.797 pontos em 31 de dezembro de 2020); (iv) cupom cambial de 5,45%a.a. (5,59%a.a. em 31 de dezembro de 2020); e (v) cupom de índice de preços de 10,82% a.a. (20,49% a.a. em 31 dezembro de 2020).

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas demonstrações contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Trading e Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

v. Backtesting

A análise de Backtesting fornece a comparação entre uma estimativa de perda/ganho ex-ante e a perda/ganho efetivos. O intuito é avaliar a adequação e eficiência do modelo de risco implementado. Para efeitos de backtesting, utilizam-se perdas/ganhos efetivos para cada unidade de negócio.

c) Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna:

i. Principais Fatores de Riscos Externos:

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da instituição.
- Escassez de recursos no mercado.

ii. Principais Fatores de Riscos Internos:

- Apetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito;
- Covenants assumidos pela Instituição: financeiro, econômico e referentes a gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez.
- Alavancagem.

Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos, tanto no curto, quanto no médio e longo prazos.

Os controles de risco de liquidez são realizados com alta periodicidade no portfólio, neste sentido, é avaliado o equilíbrio entre as obrigações e recebimentos dos books da instituição. Além de uma minuciosa análise dos fluxos de caixa, cenários extremos de risco de liquidez são considerados, assim como triggers de atuação.

d) Risco de crédito

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

i. Classificação das Operações:

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil.

ii. Modelos de Credit Scoring Daycoval:

São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de score são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto.

iii. Tesouraria - Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras:

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas e bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

e) Risco operacional

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Nestes processos, a área de GRC - Governança, Riscos e Compliance trabalha, em sinergia com os gestores das áreas executivas, na aplicação das metodologias e ferramentas de análise corporativas dos seguintes fatores:

- Mensuração do impacto do risco;
- Avaliação de frequência de ocorrência do risco;
- Cálculo da severidade do risco (impacto x probabilidade);
- Mensuração da efetividade do controle.

Entendemos que esta atividade permeia os processos realizados por todas as áreas e o resultado é construção de uma Matriz de Riscos e Controles, que apresenta uma visão detalhada da exposição ao risco operacional, sendo possível analisar os riscos que possuem maior nível de exposição para, se necessário, alinhar plano de ações de mitigação.

Para fins de continuidade dos negócios, a estratégia definida é manter em funcionamento todas as áreas e linhas de negócios, incluindo serviços relevantes prestados por terceiros, em contingência. Objetivando cumprimento da deliberação da alta administração, a gestão de continuidade de negócio deve ser implantada visando assegurar as condições de continuidade das atividades e limitando perdas decorrentes de possível interrupção dos processos críticos de negócio.

f) Risco de conformidade

Definimos como risco associado a sanções legais ou regulamentares, de perdas financeiras ou mesmo de perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares e códigos de conduta.

No Daycoval, o acompanhamento das atividades para atendimento às leis e regulamentos é realizada pela área de GRC - Governança, Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade no atendimento dos prazos e dos objetivos da Instituição e do Conglomerado, bem como gerenciar, de maneira integrada, este risco em conjunto com os demais, garantindo a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade para o cumprimento das normas regulamentares, legais e internas.

g) Responsabilidade socioambiental

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Daycoval, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade.

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) está amparada nos princípios regulatórios de relevância e proporcionalidade, que consideram a compatibilidade das ações internas equalizando o grau de exposição ao risco socioambiental das operações e a complexidade das atividades, buscando promover o tratamento adequado para o gerenciamento deste risco.

No Daycoval, a metodologia adotada considera a atribuição de classificação do potencial de impacto socioambiental para os códigos de atividades e, a aplicação de questionário de práticas socioambientais para operações que se enquadrem nos critérios internos definidos.

As ações de mitigação do risco socioambiental são efetuadas através de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e, na gestão do risco socioambiental efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com suporte, conforme o caso, das áreas GRC e da área jurídica.

A governança conta ainda com o Comitê Executivo de Risco Socioambiental, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, visando assegurar adequada integração com a PRSA.

25 BENEFÍCIOS A COLABORADORES

Programas de incentivo à educação e de participação nos resultados

Para alcançar o objetivo de posicionar-se entre as melhores empresas do país para se trabalhar, o Banco investe na capacitação e no bem estar de seus funcionários, através de programas que envolvem estudantes do ensino superior e programas de MBA's e Pós Graduação, participa do programa Jovem Aprendiz do Governo Federal e dá andamento a programas próprios de estagiários.

daycoval.com.br

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários; e baseia-se em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho.

26 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Administração e gestão de recursos de terceiros

O Banco Daycoval S.A. e a Daycoval Asset Management são responsáveis pela administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de recursos de terceiros por meio de fundos de investimento, clubes de investimento e carteiras administradas cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam R$46,6 bilhões (R$29,2 bilhões em 31 de dezembro de 2020).

b) Cobertura contra sinistros

O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Relacionamento com auditores

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente.

A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

d) Comitê de Auditoria

Em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, e visando à adoção das Melhores Práticas de Mercado na condução de seus negócios, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2009, foi deliberada e aprovada a constituição do Comitê de Auditoria, composto por 3 membros independentes, nos termos da legislação em vigor. A constituição deste comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009.

e) Impactos da Pandemia da COVID-19

O Daycoval avalia que o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da Pandemia da COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que acabou atingindo a maioria das economias mundiais de forma intensa. Os impactos finais desta pandemia ainda demandarão tempo para serem calculados, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração.

Com o objetivo de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países adotando medidas de enfrentamento da Pandemia. No Brasil, diversas medidas foram adotadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como as alterações nas taxas de juros, o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus. A seguir relacionamos as principais medidas adotadas:

- Resolução CMN nº 4.782/20 - facilita a renegociação de operações de créditos de pessoas físicas e jurídicas, dispensando os bancos de aumentarem o nível de provisionamento destas operações;
- Resolução CMN nº 4.803/20 - alterada pela Resolução nº 4.855/20 permite a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020 para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020;
- Resolução CMN nº 4.820/20 estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (COVID-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional;
- Circular nº 4.030/20 altera a Circular nº 3.809/16, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193/13;
- Resolução CMN Nº 4.855/20, dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas emergenciais instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia.
- Resolução CMN nº 4.856/20 altera a Resolução nº 4.782/20 que estabelecia, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da COVID-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gerenciamento de risco de crédito;
- Resolução CMN nº 4.894/21 prorroga as medidas de caráter emergencial introduzidas pela Resolução nº 4.810/20 aplicáveis aos procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural, em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela COVID-19.

Além das medidas tomadas para dar liquidez ao Sistema Financeiro Nacional, o Poder Executivo e Legislativo buscam aprovar projetos de Lei que minimizem a repercussão da COVID-19, propondo suspensão temporária de tributos (tais como a desoneração do IOF sobre operações de crédito e o diferimento do PIS/COFINS) e concedendo benefícios fiscais aos setores da economia e trabalhadores mais afetados.

Não é possível controlar ou prever se outras medidas ou políticas serão adotadas pelo governo e seus respectivos órgãos, em resposta à atual ou à futura situação econômica brasileira e, tampouco, como a intervenção ou políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas.

Estimamos que nossos ativos e passivos possam ser impactados em razão da COVID-19, mesmo que tenhamos adotado medidas econômicas, administrativas e operacionais para protegê-los, no entanto, até a data de aprovação destas Demonstrações Contábeis e, considerando o atual momento da crise provocada pelo vírus, ainda não foi possível mensurar tais impactos, além daqueles que já foram registrados em nossas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Relacionamos a seguir, os principais itens de nossas Demonstrações Contábeis com possível impacto:

- Instrumentos financeiros: o valor de mercado e, consequentemente, o de sua realização podem variar de forma significativa dada a volatilidade de preços destes ativos, principalmente aqueles emitidos por empresas privadas que incluem um maior risco de crédito;
- Operações de crédito: poderemos enfrentar aumento do nível de atraso no pagamento de empréstimos, contratados por pessoas físicas e jurídicas, uma vez que as condições econômicas se agravem. Em 31 de dezembro de 2021, considerando os dados disponíveis, complementamos nosso nível de provisionamento, conforme apresentado na Nota 9.e;
- Captações: como o cenário atual é de grande volatilidade e de níveis de incertezas nos mercados de crédito e de capitais, isso pode reduzir a liquidez do recursos disponíveis para investimentos, podendo resultar em aumento de nossos atuais custos de captação;
- Créditos tributários: sua realização dependerá de resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso se prolongue por um longo período;
- Provisões cíveis: o número de ações processuais pode aumentar e possivelmente podemos incorrer em um maior volume de processos, principalmente envolvendo revisões e renovações contratuais.

Nossas atividades estão com sua capacidade operacional preservada e, desde o início da Pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Criamos um comitê de crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que reporta periodicamente ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores, as avaliações sobre a evolução da COVID-19 e seus reflexos nas operações.

Acionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, desde a decretação do atual cenário de pandemia, intensificamos as ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos desta pandemia sobre nossas operações e nossos colaboradores, destacando que os processos operacionais e os controles internos estão preservados e operando normalmente.

A seguir, listamos algumas destas medidas:

- Afastamento de funcionários do grupo de risco por tempo indeterminado;
- Intensificação do trabalho em home office, via acesso remoto por meio de fornecimento de computadores (laptops) para que parte relevante de nossos colaboradores execute suas rotinas trabalhando em casa;
- Protocolo de acompanhamento para os funcionários e familiares que tiveram os sintomas da COVID-19;
- Comunicação intensiva junto às agências, clientes e colaboradores sobre as medidas de prevenção ao contágio pelo vírus; e
- Criação da campanha Conexão do Bem Daycoval, com o objetivo de combater a propagação do vírus e seus efeitos na saúde e na economia, a cada Real doado pelos colaboradores o Daycoval doa mais dois. Estes recursos foram utilizados para compra de máscaras de proteção produzidas por pequenas e médias empresas que estão convertendo suas atividades para a produção de tais itens. O total de 1 milhão de máscaras foi distribuído por esta campanha.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez para manter níveis de risco adequados e de acordo com os limites estabelecidos internamente e pelos reguladores, além de monitorar os cenários econômicos nacional e internacional, para manter a capacidade administrativa e operacional.

A mensuração dos impactos futuros relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração, muito embora, possuam elevado grau de incerteza.

Todas as projeções econômicas dependerão do desenvolvimento e controle desta Pandemia, tendo em vista que, sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

A ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ALEXANDRE CADORIN - Contador - CRC 1SP243564/O-2

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco Daycoval S.A. ("Banco") foi instalado por deliberação do Conselho de Administração, visando a adoção das Melhores Práticas de Mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, sendo composto por três membros independentes, nos termos da legislação em vigor. A constituição deste comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009, tendo dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e acompanhamento do cumprimento das exigências legais e regulamentares.

No âmbito de suas atividades, o Comitê: (i) se reuniu com os Auditores Independentes responsáveis pelo exame destas demonstrações financeiras e pela emissão de relatório sobre sua adequação em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Plano Contábil das Instituições Financeiras, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O Comitê também avaliou aspectos relacionados à contratação dos auditores, suas certificações e qualificações; (ii) acompanhou o planejamento e o cronograma dos trabalhos dos Auditores Internos e revisou os apontamentos e as conclusões dos trabalhos realizados no período, sempre avaliando o grau de risco dos apontamentos, bem como o *follow-up* destes apontamentos; (iii) avaliou os trabalhos desenvolvidos pela área de Gestão de Riscos, Controles e Compliance para o aprimoramento dos principais processos e sistemas, bem como os relatórios existentes para a gestão dos riscos e apoio à governança; (iv) avaliou o processo de emissão e apresentação das demonstrações financeiras para assegurar a sua qualidade, transparência e integridade; (v) avaliou a eficácia dos controles internos do Banco e o sistema de gestão de risco, bem como dos relatórios emitidos; (vi) abordou com a Administração do Banco temas relacionados às atividades, à gestão interna, ao aprimoramento do gerenciamento de riscos e de governança e eventuais apontamentos levantados pelos órgãos reguladores. Também foram discutidos os impactos da pandemia do Covid 19 na economia, bem como as medidas tomadas pelo Poder Executivo e Legislativo; (vii) revisou as atas do Comitê de Riscos; (viii) se reuniu para revisar o plano de trabalho anual e elaborar as atas das reuniões. Como resultado das reuniões e avaliação dos relatórios recebidos, foi elaborado o Relatório Detalhado do Comitê de Auditoria que contém as atividades e o resultado dos trabalhos e os apontamentos que o Comitê julgou apropriado submeter à Administração.

Com base nos relatórios apresentados pelos Auditores Independentes, no acompanhamento da execução dos trabalhos da Auditoria Interna, nas atividades executadas pelas áreas responsáveis pela gestão de Riscos, Controles e Compliance e pelas informações recebidas da Administração do Banco e, consideradas as limitações naturais decorrentes do escopo de atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022.

O Comitê de Auditoria

Marcelo Cardinal Palumbo – Coordenador do Comitê de Auditoria

José Ferreira da Silva - Membro do Comitê de Auditoria

Ricardo Fraccaroli de Almeida - Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Daycoval S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria - PAA são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve modelos internos na determinação do "rating" do tomador do crédito que levam em consideração dados econômico-financeiros, de mercado e cadastrais, garantias vinculadas, nível de inadimplência, entre outros. O "rating" do tomador do crédito também é revisado pela Administração do Banco quando há alteração da situação econômico-financeira de um determinado tomador ou de um determinado setor de atividade econômica, inclusive pelos impactos da COVID-19. Pelo fato de essa revisão envolver julgamento na estimativa de perda por parte da Administração, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do modelo interno utilizado na determinação do "rating"; (ii) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco; (iii) leitura da política de provisionamento do Banco; (iv) testes do desenho, implementação e efetividade dos controles internos; (v) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do "rating" de crédito, inclusive pelos impactos da COVID-19; (vi) recálculo, com base em amostra, dos valores provisionados; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco e a política para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito são apropriados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2022.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita - Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

Daycoval Leasing
Banco Múltiplo S.A.
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Senhores Acionistas,

A Administração do Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, bem como o relatório dos auditores independentes, sem ressalva.

Destaques Financeiros

O Daycoval Leasing apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 lucro líquido de R$ 71,9 milhões (R$ 72,1 milhões em dezembro de 2020). As carteiras de arrendamento mercantil e de operações de crédito encerraram 31 de dezembro de 2021 em R$ 2,1 bilhões (R$ 1,4 bilhões em dezembro de 2020). As captações de recursos em dezembro de 2021 são mantidas junto ao Banco Daycoval no montante de R$ 1,3 bilhões (R$ 793,1 milhões em dezembro de 2020).

Governança Corporativa

O Daycoval Leasing adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. O Daycoval Leasing busca frequentemente aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos.

Mais informações relativas à gestão de riscos do Daycoval Leasing e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da Circular BACEN nº 3.678/2013, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri - Governança Corporativa.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Daycoval Leasing que não sejam os de auditoria independente.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Daycoval Leasing declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

A Administração do Daycoval Leasing agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Referência nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	**251**	**94**
Instrumentos financeiros		**1.888.650**	**1.305.753**
Carteira de crédito		**1.888.650**	**1.305.753**
Operações de crédito	6	287.631	191.064
Operações de arrendamento mercantil financeiro	6.f)	1.591.383	1.063.294
Operações de arrendamento mercantil operacional		218.144	133.090
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional		(217.893)	(132.864)
Outros créditos com características de concessão de crédito	6	9.385	51.169
Provisão de perda esperada associada ao risco de crédito		**(25.916)**	**(19.019)**
Operações de crédito	7	(9.588)	(4.278)
Operações de arrendamento mercantil	7	(16.310)	(14.594)
Operações de outros créditos com características de concessão de crédito	7	(18)	(147)
Ativos fiscais correntes e diferidos	13.b)	**36.097**	**27.059**
Outros créditos		**861**	**1.628**
Diversos	8	861	1.628
Outros valores e bens		**1**	**-**
Ativos não financeiros mantidos para venda		1	-
Imobilizado de uso	9	**899**	**1.136**
Outras imobilizações de uso		3.140	3.138
(Depreciações acumuladas)		(2.241)	(2.002)
Imobilizado de arrendamento operacional	10	**223.203**	**130.650**
Bens arrendados		409.213	264.241
(Depreciações acumuladas)		(186.010)	(133.591)
Total do Ativo		**2.124.046**	**1.447.301**

PASSIVO

	Referência nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos financeiros	11	**1.348.675**	**793.164**
Depósitos		1.348.675	793.164
Provisões para riscos	14	**1.743**	**1.403**
Fiscais		1.098	813
Cíveis		645	543
Trabalhistas		-	47
Obrigações fiscais correntes e diferidas	13.b)	**128.902**	**97.966**
Outras obrigações		**20.472**	**10.029**
Sociais e estatutárias	12.a)	690	596
Diversas	12.b)	19.782	9.433
Resultado de exercícios futuros		**14.201**	**6.547**
Patrimônio líquido	15	**610.053**	**538.192**
Capital social		343.781	343.781
Reservas de capital		350	350
Reservas de lucros		265.922	194.061
Total do Passivo		**2.124.046**	**1.447.301**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	2020
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	**34.988**	**71.861**	**72.125**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	**34.988**	**71.861**	**72.125**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutárias	Lucros acumulados	Total
Saldo em 30 de Junho de 2021		**343.781**	**350**	**5.450**	**190.455**	**35.029**	**575.065**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	34.988	34.988
Destinações:							
Reserva legal	Nota 15	-	-	1.749	-	(1.749)	-
Reserva estatutária	Nota 15	-	-	-	68.268	(68.268)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		**343.781**	**350**	**7.199**	**258.723**	**-**	**610.053**
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		**343.781**	**350**	**3.606**	**190.455**	**-**	**538.192**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	71.861	71.861
Destinações:							
Reserva legal	Nota 15	-	-	3.593	-	(3.593)	-
Reserva estatutária	Nota 15	-	-	-	68.268	(68.268)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		**343.781**	**350**	**7.199**	**258.723**	**-**	**610.053**
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		**206.805**	**350**	**15.041**	**243.871**	**-**	**466.067**
Aumento de capital		136.976	-	(15.041)	(121.935)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	72.125	72.125
Destinações:							
Reserva legal	Nota 15	-	-	3.606	-	(3.606)	-
Reserva estatutária	Nota 15	-	-	-	68.519	(68.519)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		**343.781**	**350**	**3.606**	**190.455**	**-**	**538.192**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), controlado pelo Banco Daycoval S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições integrantes do Conglomerado Daycoval, que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhe forem atribuídos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Daycoval Leasing, aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20 que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e na Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações contábeis segundo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes. O Daycoval Leasing adota critérios de apresentação em suas demonstrações contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativas complementares para os quais destacamos: Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura: a) Resolução CMN nº 4.818: Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e determina que: • As instituições financeiras registradas na forma de companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento S1 a S3, conforme regulamentação específica, deverão elaborar demonstrações contábeis anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), com a divulgação em notas explicativas das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações individuais de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras (BRGAAP) e as práticas contábeis adotadas para o Consolidado em IFRS. Esta

Demonstrações do resultado
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Referência nota explicativa	Semestre findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	2020
Receitas da Intermediação Financeira		**119.137**	**209.643**	**178.234**
Operações de crédito	Nota 16.a)	14.854	24.617	17.778
Arrendamento mercantil financeiro	Nota 16.b)	92.453	160.091	134.063
Arrendamento mercantil operacional	Nota 16.b)	11.830	24.935	26.393
Despesas da Intermediação Financeira		**(42.058)**	**(58.304)**	**(27.786)**
Operações de captação no mercado	Nota 16.c)	(38.007)	(49.060)	(21.642)
(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	Nota 7	(4.051)	(9.245)	(6.144)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**77.079**	**151.339**	**150.448**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(16.101)**	**(30.209)**	**(20.562)**
Receitas de prestação de serviços		52	272	947
Despesas de pessoal	Nota 16.d)	(6.633)	(12.358)	(11.397)
Outras despesas administrativas	Nota 16.e)	(1.953)	(3.663)	(3.425)
Despesas tributárias	Nota 13.a)	(9.950)	(19.073)	(15.645)
Outras receitas operacionais	Nota 16.f)	2.848	5.417	10.100
Outras despesas operacionais	Nota 16.g)	(465)	(805)	(1.142)
Resultado Operacional		**60.978**	**121.130**	**129.886**
Resultado Não Operacional		**10.242**	**17.033**	**46**
Receitas		10.242	17.033	46
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**71.220**	**138.163**	**129.932**
Imposto de Renda e Contribuição Social	Nota 13	**(35.643)**	**(65.242)**	**(56.874)**
Provisão para imposto de renda		(4.129)	(13.240)	(10.574)
Provisão para contribuição social		(18.093)	(31.625)	(25.378)
Ativo fiscal diferido		(13.421)	(20.377)	(20.922)
Participações no Resultado		**(589)**	**(1.060)**	**(933)**
Lucro Líquido do semestre/Exercício		**34.988**	**71.861**	**72.125**
Lucro Líquido por Ação	Nota 15.d)			
Lucro Líquido por Ação - Básico				
Ações ordinárias		0,00605	0,01243	0,01248
Lucro Líquido por Ação - Diluído				
Ações ordinárias		0,00605	0,01243	0,01248
Média Ponderada de Quantidade de Ações - Básica				
Ações ordinárias		5.780.078.463	5.780.078.463	5.780.078.463
Média Ponderada de Quantidade de Ações - Diluída				
Ações ordinárias		5.780.078.463	5.780.078.463	5.780.078.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - DFC
para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	2020
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre/Execício	**34.988**	**71.861**	**72.125**
Ajustes ao lucro líquido do semestre/exercício			
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais			
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	47.169	85.162	28.845
Depreciação e amortização	123	239	103
Provisão (reversão) para desvalorizações de imobilizado de arrendamento operacional	(472)	486	(2.064)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.051	9.245	6.144
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	13.421	20.377	20.922
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	22.222	44.865	35.952
Provisão para participações no lucro	589	1.060	933
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	333	250	811
Provisão para perdas em bens não de uso próprio	-	-	-
Reversão provisões operacionais	(256)	(256)	(45)
Atualização monetária - Selic depósitos judiciais	-	-	(3)
Total dos Ajustes de Reconciliação	**87.180**	**161.408**	**91.598**
Lucro Líquido Ajustado do Semestre/Exercício	**122.168**	**233.269**	**163.723**
Variação de Ativos e Passivos	**(41.668)**	**(54.929)**	**(106.536)**
Aumento em arrendamento mercantil	(452.827)	(530.287)	(106.003)
Aumento em operações de crédito	(72.083)	(96.612)	(42.027)
(Aumento) redução em outros créditos	(15.345)	32.823	(51.456)
(Aumento) redução em outros valores e bens	(1)	(1)	68
Aumento (redução) em outras obrigações	16.709	19.651	(2.247)
Aumento em resultado de exercícios futuros	4.546	7.654	2.486
Aumento em operações de depósitos	488.958	565.511	115.626
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.625)	(43.668)	(22.983)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais	**80.500**	**178.340**	**57.187**
Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de arrendamento operacional	330.309	474.280	247.266
Alienação de imobilizado de arrendamento operacional	(411.002)	(652.461)	(309.758)
Alienação (aquisição) de imobilizado de uso	-	(2)	(881)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	**(80.693)**	**(178.183)**	**(63.373)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(193)**	**157**	**(6.186)**
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	444	94	6.280
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	251	251	94
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(193)**	**157**	**(6.186)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e a Administração do Daycoval Leasing está avaliando o impacto de sua adoção em suas divulgações para o exercício a iniciar-se em 2022. b) Resolução CMN nº 4.877: Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo consolidou e atualizou as normas que versavam sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ademais, estabeleceu-se tratamento específico para os custos de transação incorridos na emissão de instrumentos patrimoniais próprios, em consonância com o disposto no pronunciamento International Accounting Standards - IAS 32 - Financial Instruments: Presentation, emitido pelo IASB. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Não há impactos contábeis relevantes no Daycoval Leasing em função da vigência desta Resolução. c) Resolução CMN nº 4.924 e Resolução BCB nº 120: Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dentre outros procedimentos, destaca-se a adoção de moeda padrão (ex.: câmbio SPOT ou câmbio PTAX) para a conversão de transações e demonstrações contábeis, com o objetivo de reduzir assimetrias nas demonstrações contábeis. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e a Administração está avaliando os impactos de sua adoção. d) Resolução CMN nº 4.958: Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Esta Resolução entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e a Administração não espera impactos relevantes para o Daycoval Leasing quando de sua adoção. e) Resolução CMN nº 4.966: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis são: a) As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Daycoval Leasing. b) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. c) Caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. d) As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. e) Operações de arrendamento mercantil: (i) A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. (ii) As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual. (iii) Imobilizado de arrendamento operacional: É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. f) As operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). g) As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. As operações em nível "H" permanecem nesta classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial. h) Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais, mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. i) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (impairment): Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. j) Outros ativos e passivos são demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, auferidos em base "pro rata" dia. k) O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 13.a e 13.d. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, são atendidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. l) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registradas na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 13.e. m) Ativos não financeiros mantidos para venda, os ativos não financeiros mantidos para venda, conforme a Resolução CMN nº 4.747, devem ser classificados como: (i) próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou (ii) recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio. n) Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda. o) O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20. p) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento; (ii) amortizações de ativos diferidos; (iii) provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) avaliação de instrumentos financeiros; e (v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. q) Resultado não recorrente: (i) Oriundos de operações/transações realizadas pelo Daycoval Leasing que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; (ii) Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e (iii) Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 16.h.

4. SUPERVENIÊNCIA (INSUFICIÊNCIA) DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro atendem às normas do Banco Central do Brasil. Em consequência, de acordo com a Instrução CVM nº 58/86 e Circular BACEN nº 1429/89, o Daycoval Leasing registrou o ajuste de superveniência de depreciação, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$ 89.935 (R$ 103.250 em 31 de dezembro de 2020), classificada no resultado de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento mercantil, determinado com base nas taxas internas de retorno de cada operação. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo acumulado de ajuste de superveniência de depreciação, no montante de R$ 323.401 (R$ 236.848 em 31 de dezembro de 2020) compõe o valor presente das operações de arrendamento mercantil financeiro, conforme desmembramento da nota 6. f).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	251	94
Total de caixa e equivalentes de caixa	**251**	**94**

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito, do outros créditos e de arrendamento mercantil por tipo de operação:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Empréstimos	32.220	20.751	6.075	7.280
Financiamentos	103.783	130.877	77.362	100.347
Total de operações de crédito	**136.003**	**151.628**	**83.437**	**107.627**
Arrendamento mercantil financeiro	607.820	983.563	455.371	607.923

...continuação

	31/12/2021		31/12/2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Arrendamento mercantil operacional (1)	100.158	87.762	63.334	52.236
Total de operações de arrendamento mercantil	**707.978**	**1.071.325**	**518.705**	**660.159**
Outros créditos	9.385	-	51.169	-
Total de outros créditos com características de concessão de crédito	**9.385**	-	**51.169**	-
Total da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito	**853.366**	**1.222.953**	**653.311**	**767.786**

(1) A carteira de arrendamento mercantil está apresentada a valor presente.

b) Composição da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil por nível de risco:

	31/12/2021						31/12/2020	
Nível de risco	Empréstimos	Financiamentos	Arrendamento mercantil	Outros créditos com características de concessão de crédito	Total da carteira de crédito	Total de provisão	Total da carteira de crédito	Total de provisão
AA	39.195	8.471	501.479	5.866	**555.011**	-	**298.419**	-
A	11.289	56.230	610.626	3.519	**681.664**	3.408	**428.058**	2.140
B	1.973	141.927	573.863	-	**717.765**	7.178	**604.204**	6.042
C	-	8.994	67.369	-	**76.363**	2.291	**58.257**	1.748
D	-	8.911	18.769	-	**27.680**	2.768	**21.793**	2.179
E	-	5.213	3.984	-	**9.196**	2.759	**3.328**	998
F	514	168	1.496	-	**2.177**	1.089	**2.198**	1.099
G	-	-	133	-	**133**	93	**91**	64
H	-	4.746	1.584	-	**6.330**	6.330	**4.749**	4.749
Total	**52.971**	**234.660**	**1.779.303**	**9.385**	**2.076.319**	**25.916**	**1.421.097**	**19.019**

c) Diversificação por setor econômico da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Setor privado				
Rural	-	0,00%	20	0,00%
Indústria	529.218	25,49%	410.031	28,85%
Comércio	380.907	18,35%	197.808	13,92%
Intermediários financeiros	310.040	14,93%	143.297	10,08%
Outros serviços	846.788	40,78%	665.436	46,83%
Pessoas físicas	9.366	0,45%	4.505	0,32%
Total	**2.076.319**	**100,00%**	**1.421.097**	**100,00%**

d) Composição por prazo do vencimento da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

31/12/2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas vincendas	**555.011**	**681.664**	**717.691**	**76.115**	**27.052**	**9.155**	**2.126**	**98**	**5.331**	**2.074.243**
Até 3 meses	76.275	97.762	99.856	12.691	4.904	1.044	518	16	685	293.751
De 3 a 12 meses	119.893	185.112	214.234	21.981	9.833	2.840	772	44	1.726	556.415
De 1 a 3 anos	238.154	310.956	330.427	33.098	10.173	5.039	805	38	2.599	931.289
De 3 a 5 anos	112.743	86.931	71.363	8.172	1.678	227	5	-	311	281.430
Acima de 5 anos	7.938	805	1.489	-	2	-	-	-	-	10.234
Vencidas até 14 dias	8	98	320	193	462	6	27	-	10	1.124
Parcelas vencidas	-	-	**74**	**248**	**628**	**41**	**51**	**35**	**999**	**2.076**
Até 60 dias	-	-	74	248	628	19	25	11	162	1.167
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	-	11	26	6	93	136
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	11	-	18	293	322
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	451	451
Total	**555.011**	**681.664**	**717.763**	**76.363**	**27.680**	**9.197**	**2.178**	**133**	**6.330**	**2.076.319**

31/12/2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas vincendas	**298.419**	**428.058**	**604.180**	**58.132**	**21.594**	**3.264**	**2.198**	**69**	**3.863**	**1.419.777**
Até 3 meses	58.390	78.956	94.075	11.314	3.538	613	417	10	619	248.932
De 3 a 12 meses	67.088	122.336	178.199	22.286	8.767	1.002	981	27	1.241	401.927
De 1 a 3 anos	119.854	171.559	269.648	21.065	8.421	1.491	778	32	1.665	594.513
De 3 a 5 anos	52.383	53.984	61.225	3.390	350	148	22	-	274	171.776
Acima de 5 anos	704	25	768	-	-	-	-	-	-	1.497
Vencidas até 14 dias	-	198	265	77	518	10	-	-	64	1.132
Parcelas vencidas	-	-	**24**	**125**	**199**	**64**	-	**22**	**886**	**1.320**
Até 60 dias	-	-	24	125	133	24	-	7	156	469
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	66	19	-	4	112	201
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	21	-	11	310	342
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	308	308
Total	**298.419**	**428.058**	**604.204**	**58.257**	**21.793**	**3.328**	**2.198**	**91**	**4.749**	**1.421.097**

e) Concentração das operações da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

	31/12/2021		31/12/2020	
Maiores devedores	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	601.117	28,95	393.428	27,68
50 seguintes maiores devedores	583.173	28,09	419.587	29,53
100 seguintes maiores devedores	342.169	16,48	261.270	18,39
Demais devedores	549.860	26,48	346.812	24,40
Total	**2.076.319**	**100,00**	**1.421.097**	**100,00**

f) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis: Na sistemática de contabilização adotada pelo plano de contas COSIF, as operações de arrendamento mercantil financeiro, são contabilizadas de acordo com sua natureza, os quais são sumarizados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro a receber	1.589.455	1.001.763
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil financeiro a receber	(1.557.946)	(979.326)
Total	**31.509**	**22.437**
Residual		
Valores residuais a realizar	638.801	474.140
Valores residuais a balancear	(638.801)	(474.140)
Total	-	-
Diversos		
Taxa de compromisso	1.171	267
Total	**1.171**	**267**
Imobilizado de arrendamento mercantil financeiro		
Bens arrendados	2.339.887	1.624.577
Superveniência de depreciação (nota 4)	403.645	277.906
(-) Insuficiência de depreciação (nota 4)	(80.244)	(41.058)
(-) Depreciação acumulada sobre bens de arrendamento mercantil financeiro	(826.724)	(631.816)
Perdas em arrendamento a amortizar	24.533	34.378
Total	**1.861.097**	**1.263.987**
Outras obrigações		
(-) Valor residual garantido antecipado (VRGA)	(302.394)	(223.397)
Total	**(302.394)**	**(223.397)**
Total operações de arrendamento mercantil financeiro	**1.591.383**	**1.063.294**

g) Montante de operações de crédito e de arrendamento mercantil renegociadas: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Daycoval Leasing renegociou operações de crédito e de arrendamento mercantil de clientes inadimplentes no montante de R$ 7.351 (R$ 9.750 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). **h) Recuperação de créditos baixados como prejuízo:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Daycoval Leasing recuperou operações de crédito e/ou arrendamento mercantil anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R$ 3.519 (R$ 3.646 em 31 de dezembro de 2020), reconhecidos nas demonstrações de resultado na rubrica de "Operações de crédito - Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo" (Nota 16.b).

7. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi constituída conforme critérios descritos na Nota 3.f, e é considerada suficiente para absorver eventuais perdas da carteira de operações de crédito. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a despesa de provisão para operações de créditos e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, reconhecida nas demonstrações do resultado, na rubrica de "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", apresentou as seguintes movimentações:

		Constituição de provisão		
31/12/2021	Saldo inicial de provisão	Total de despesa de provisão	Baixa de operações para prejuízo	Saldo final de provisão
Operações de crédito	**4.278**	5.503	(193)	**9.588**
Operações de arrendamento mercantil	**14.594**	3.872	(2.156)	**16.310**
Outros créditos com características de concessão de crédito	**148**	(130)	-	**18**
Total de provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil	**19.020**	**9.245**	**(2.349)**	**25.916**

		Constituição de provisão		
31/12/2020	Saldo inicial de provisão	Total de despesa de provisão	Baixa de operações para prejuízo	Saldo final de provisão
Operações de crédito	**1.672**	3.023	(417)	**4.278**
Operações de arrendamento mercantil	**19.787**	2.974	(8.167)	**14.594**
Outros créditos com características de concessão de crédito	-	147	-	**147**
Total de provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil	**21.459**	**6.144**	**(8.584)**	**19.019**

8. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

a) Diversos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	45	-	18	-
Devedores por depósitos em garantia(1)	-	150	-	76
(-) Rendas a apropriar de contratos em taxa de compromisso (2)	(1.171)	-	(267)	-
Devedores diversos(3)	1.837	-	1.801	-
Total	**711**	**150**	**1.552**	**76**

(1) Refere-se à depósitos dados em garantia no montante de R$ 150 (R$ 76 em dezembro de 2020).
(2) Referem-se a mensuração dos juros de contratos em estágio pré contratual (taxa de compromisso).
(3) Referem-se a valores a receber de venda de imobilizado com vencimento em até 90 dias.

9. IMOBILIZADO DE USO

	31/12/2021				31/12/2020
Descrição	Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10	208	(151)	57	62
Mobiliário	10	693	(613)	80	91
Equipamentos de processamento de dados	20	1.204	(1.102)	102	114
Equipamentos de comunicação e segurança	20	280	(91)	189	227
Veículos	20	253	(159)	94	165
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	502	(125)	377	477
Total do imobilizado de uso		**3.140**	**(2.241)**	**899**	**1.136**

10. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

31/12/2021	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Total
Máquinas e equipamentos	407.743	(182.911)	(2.252)	222.580
Móveis	17	(3)	-	14
Veículos	1.393	(831)	-	562
Instalações	60	(13)	-	47
Total do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	**409.213**	**(183.758)**	**(2.252)**	**223.203**

31/12/2020	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Total
Máquinas e equipamentos	263.483	(131.229)	(1.782)	130.472
Móveis	2	-	-	2
Veículos	756	(580)	-	176
Total do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	**264.241**	**(131.809)**	**(1.782)**	**130.650**

11. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e a prazo, são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

31/12/2021	De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros (1)	1.348.675	1.348.675
Total de depósitos	**1.348.675**	**1.348.675**

31/12/2020	De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros (1)	793.164	793.164
Total de depósitos	**793.164**	**793.164**

(1) Os Depósitos interfinanceiros, mantidos com o Banco Daycoval, estão sujeitos a variação de 109% do CDI.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias:

	31/12/2021	31/12/2020
Programa de participação nos resultados	690	596
Total	**690**	**596**

b) Diversas:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Credores diversos (1)	16.562	-	5.566	-
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	2.479	-	2.085	-
Credores por recursos a liberar (3)	616	-	393	-
Despesas administrativas a pagar (4)	88	28	128	1.252
Valores a pagar sociedade ligados	9	-	9	-
Total	**19.754**	**28**	**8.181**	**1.252**

(1) Referem-se a fornecedores de equipamentos de arrendamento.
(2) Referem-se a provisões para despesas de pessoal, férias e 13º salário.
(3) Referem-se a fornecedores de despesas administrativas.
(4) Referem-se substancialmente a honorários advocatícios de sucesso no valor de R$ 28 (R$ 1.252 em dezembro de 2020).

13. TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R$ 240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras (1)	20,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) A Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos Bancos para 20%, a partir de 1º de março de 2020. Conforme Lei 14.183/21, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi elevada de 20% para 25%, de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

Daycoval Leasing
Banco Múltiplo S.A.
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

a) Despesas com impostos e contribuições

i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	**137.103**	**128.999**
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes (1)	65.227	58.050
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de IR e CSLL		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	128	(1.311)
Outros valores	(113)	135
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**65.242**	**56.874**
Imposto corrente	44.865	35.952
Imposto diferido	20.377	20.922

(1) As alíquotas vigentes do IRPJ e CSLL consideradas no 1º semestre de 2021 eram de 45% e no 2º semestre de 2021 são de 50%.

ii. Despesas tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuições ao COFINS	6.571	5.795
Contribuições ao PIS / PASEP	1.462	942
ISS	10.983	8.858
Outras despesas tributárias	57	50
Total	**19.073**	**15.645**

b) Ativos e obrigações fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos fiscais		
Correntes	**21.567**	**13.791**
Impostos e contribuições a compensar (1)	21.567	13.791
Diferidos	**14.530**	**13.268**
Créditos tributários (nota 13.d)	14.530	13.268
Total	**36.097**	**27.059**
Obrigações fiscais		
Correntes	**48.052**	**38.754**
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	13.149	10.500
Provisão para contribuição social sobre o lucro	31.625	25.378
Impostos e contribuições a recolher	3.278	2.876
Diferidos	**80.850**	**59.212**
Obrigações fiscais (nota 13.d)	80.850	59.212
Total	**128.902**	**97.966**

(1) Referem-se substancialmente à antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 no montante de R$ 21.205 (R$ 13.414 em dezembro de 2020).

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo): Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

31/12/2021	2020	Constituição	Realização	2021
Créditos tributários:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	598	112	–	710
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	11.868	8.445	(7.507)	12.806
Outras adições temporárias	802	839	(627)	1.014
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**13.268**	**9.396**	**(8.134)**	**14.530**
Obrigações fiscais diferidas:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Imposto de renda diferido sobre superveniência	59.212	21.638	-	80.850
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**59.212**	**21.638**	**-**	**80.850**

31/12/2020	2019	Constituição	Realização	2020
Créditos tributários:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para contingências	233	365	–	598
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	10.112	8.728	(6.972)	11.868
Outras adições temporárias	1.609	1.128	(1.935)	802
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	**11.954**	**10.221**	**(8.907)**	**13.268**
Obrigações fiscais diferidas:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Imposto de renda diferido sobre superveniência	36.976	22.236	-	59.212
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	**36.976**	**22.236**	**-**	**59.212**

e) Previsão de realização dos créditos tributários:

31/12/2021	Diferenças temporárias		Total de
Prazo para realização em:	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**impostos diferidos**
Até 1 ano	4.110	3.288	7.398
Até 2 anos	2.377	1.902	4.279
Até 3 anos	1.094	875	1.969
Até 4 anos	385	308	693
Até 5 anos	106	85	191
Total	**8.072**	**6.458**	**14.530**

31/12/2020	Diferenças temporárias		Total de
Prazo para realização em:	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**impostos diferidos**
Até 1 ano	4.652	3.722	8.374
Até 2 anos	1.734	1.387	3.121
Até 3 anos	646	517	1.163
Até 4 anos	257	205	462
Até 5 anos	82	66	148
Total	**7.371**	**5.897**	**13.268**

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente do total de créditos tributários é de R$ 12.495 (R$12.887 em dezembro de 2020) e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes - em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Daycoval Leasing não reconheceu ativos contingentes. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O Daycoval Leasing é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.m). A Administração do Daycoval Leasing entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O saldo de provisões para riscos cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	645	543
Processos trabalhistas	-	47
Processos fiscais	1.098	813
Total	**1.743**	**1.403**

31/12/2021	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais (1)
Saldo no início do exercício	**543**	**47**	**813**
Constituição (reversão)	102	(47)	285
Saldo ao final do exercício	**645**	**-**	**1.098**

(1) Contingência fiscal sobre o PAT programa de alimentação ao trabalhador, no montante de R$ 20 é registrado na rubrica de imposto de renda, no resultado.

31/12/2020	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício	**480**	**38**	**-**
Constituição (reversão)	63	9	813
Saldo ao final do exercício	**543**	**47**	**813**

c) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir: AIIM nº 4.012.543-9 Encerrado neste exercício, com êxito integral a favor do Daycoval Leasing, demonstrado nos períodos anteriores no montante de R$ 75.327, classificados como perda remota, cuja possibilidade de êxito da ação era corroborada com a assinatura do convênio ICMS nº 36 e homologado pelos Decretos paulistas nº 56.045/2010 e 56.952/2013. Do valor original da autuação, que era de R$ 54.148, o montante de R$6.322, referente aos Estados de Santa Catarina e Alagoas, foi classificado como risco possível e objeto de pagamento, beneficiado pelo PEP – Programa especial de Parcelamento, promulgado pelo governo paulista através do Decreto 60.444/2014. **Processo nº 0030121-4.2011.8.16.0021** Execução fiscal de ISS do município de Cascavel-PR, no montante atualizado de R$ 37, classificado como perda remota, onde é pretendido receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes sediados naquele município. **Processo nº 0160975-31.2016.8.13.0702** Execução fiscal de ISS do município de Uberlândia-MG, no montante atualizado de R$ 243, classificado como perda remota, onde é pretendido receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes sediados naquele município. **Processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068** Mandado de Segurança Cível, para a suspensão de exigibilidade do pagamento do ISS lançado pelo município de Barueri-SP com fundamentos na decisão da ADPF 189. Classificado como perda possível. O município de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R$ 6.623, valor referente à diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser o legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. O valor atualizado é de R$ 10.705. **d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. As ações cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não apresentam valores com a referida classificação, o Daycoval Leasing não possui ações trabalhistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. **e) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:** As ações cíveis, em 31 de dezembro de 2021, montam risco aproximado de R$ 645 (R$ 543 em 31 de dezembro de 2020) e referem-se a pedidos de indenizações por danos morais e materiais. Em 31 de dezembro de 2021 as ações trabalhistas não apresentam valores com a referida classificação (em 31 de dezembro de 2020 o risco era R$ 47), (nota 13b). Contingências fiscais, o Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações montam R$ 1.098 (R$ 813 em 31 de dezembro de 2020), que provisionamos como contingências fiscais. Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Daycoval Leasing.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é de R$ 343.781 (R$ 343.781 em dezembro de 2020), está representado por 5.780.078.463 ações ordinárias nominativas (5.780.078.463 em dezembro de 2020), sem valor nominal. O estatuto social do Daycoval Leasing estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Em 2021 a administração decidiu pela não distribuição de dividendos. **b) Aumento de capital:** Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2020, foi deliberado e aprovado aumento de capital social do Daycoval Leasing no montante de R$136.976, mediante a incorporação das reservas legal e estatutárias, sem emissão ações ordinárias. Em 06 de agosto de 2020 o aumento de capital foi homologado pelo BACEN.

c) Reservas de capital e lucros:

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva de capital	**350**	**350**
Reservas de lucros	**265.922**	**194.061**
Reserva legal (1)	7.199	3.606
Reservas estatutárias (2)	258.723	190.455

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.
(2) É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

d) Lucro líquido por ação

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas	71.861	72.125
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	71.861	72.125
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social (1)		
Ações ordinárias	5.780.078.463	5.780.078.463
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,01243	0,01248
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,01243	0,01248

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante os exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20.

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de crédito:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	24.617	17.778
Total do resultado com operações de crédito	**24.617**	**17.778**

b) Operações de arrendamento mercantil:

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	627.481	478.604
Lucro na alienação de bens arrendados	32.603	12.520
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 6.h)	3.519	3.646
(-) Despesas de arrendamento mercantil financeiro	(503.512)	(360.707)
Rendas com operações de arrendamento mercantil financeiro	**160.091**	**134.063**
Arrendamento mercantil Operacional		
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	108.260	73.779
Lucro na alienação de bens arrendados	4.627	12.134
(-) Despesas de arrendamento mercantil operacional	(87.952)	(59.520)
Rendas com operações de arrendamento mercantil operacional	**24.935**	**26.393**

DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

c) Operações de captação no mercado:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	(49.060)	(21.642)
Total do resultado de operações de captação no mercado	**(49.060)**	**(21.642)**

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

d) Despesas de pessoal:

	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	(7.025)	(6.366)
Encargos sociais	(2.573)	(2.423)
Benefícios	(1.717)	(1.610)
Honorários da diretoria	(972)	(936)
Acordos trabalhistas	(47)	(58)
Treinamento	-	(3)
Remuneração de estagiários	(22)	(1)
Total de despesas com pessoal	**(12.356)**	**(11.397)**

e) Outras despesas administrativas:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de processamento de dados	(1.345)	(1.489)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	(1.145)	(1.008)
Outras despesas administrativas	(445)	(414)
Despesas de aluguéis e seguros	(295)	(249)
Despesas de depreciação e amortização	(239)	(103)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(107)	(91)
Despesas de comunicações	(21)	(31)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(42)	(38)
Despesas de água, energia e gás	(23)	(8)
Despesas com materiais	(1)	(2)
Total de outras despesas administrativas	**(3.663)**	**(3.425)**

f) Outras receitas operacionais:

	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais (1)	5.247	9.034
Variação monetária (2)	123	1.063
Atualização de depósitos judiciais	-	3
Reversão de contingências trabalhistas de exercícios anteriores	47	-
Total de outras receitas operacionais	**5.417**	**10.100**

(1) Refere-se, substancialmente, à reversão de provisão de perdas de bens de arrendamento operacional e rendas de títulos e créditos a receber.
(2) Refere-se à variação monetária dos contratos de operações de crédito indexados ao CDI.

g) Outras despesas operacionais:

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências Fiscais	(513)	(739)
Outras despesas operacionais	(190)	(331)
Contingências Trabalhistas	–	(9)
Contingências Cíveis	(102)	(63)
Total de outras despesas operacionais	**(805)**	**(1.142)**

h) Resultado não recorrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**71.861**	**72.125**
Resultado não recorrente	**-**	**-**
Lucro líquido recorrente	**71.861**	**72.125**

17. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E ACORDO DE BASILEIA

Gerenciamento de capital: O Daycoval Leasing mantém uma base de capital cuidadosamente gerenciada para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital social do Daycoval Leasing é monitorada, dentre outras formas, por meio da observação das regras e proporções estabelecidas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia e adotadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo principal do gerenciamento de capital do Daycoval Leasing é garantir que se cumpram com os requerimentos de capital impostos externamente, e que mantenha um rating de crédito forte e proporções de capital saudáveis com fins de suportar seus negócios e maximizar o valor de suas ações aos seus acionistas. **Acordo de Basileia:** O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar. Estes normativos tratam dos seguintes assuntos: • Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II. • Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal; e • Nova metodologia facultativa para apuração dos requerimentos mínimos de capital para as cooperativas de crédito que optarem pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) e introdução do Adicional de Capital Principal específico para essas cooperativas. Além dos assuntos mencionados anteriormente, o CMN regulamentou a nova forma de elaboração e remessa de informações utilizando um novo documento denominado Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, que passou a ser utilizado como base de apuração do Patrimônio de Referência (PR) a partir de janeiro de 2015. As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador. As Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13, estabelecem os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal considerando os seguintes percentuais:

	% mínimo de Capital	
	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência ("PR") - mínimo exigido	**8,00%**	**8,00%**
Nível I	**6,00%**	**6,00%**
Capital principal	4,50%	4,50%
Capital complementar	1,50%	1,50%
Nível II	**2,00%**	**2,00%**
Adicional de capital principal ("ACP")	**2,00%**	**1,25%**
ACP - Conservação (1)	2,00%	1,25%
ACP - Contracíclico (2)	0,00%	0,00%
ACP - Sistêmico (3)	0,00%	0,00%
Exigência total de capital (PR + ACP)	**10,00%**	**9,25%**

(1) A Resolução CMN nº 4.783/20, estabeleceu a redução do Adicional de Capital Principal de Conservação (ACP Conservação), de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021, de 1,25% para 1,625% e de 1º de outubro de 2021 a 30 de março de 2022, para 2%. A exigência será gradualmente restabelecida até 30 de junho de 2022 ao patamar de 2,5%.
(2) Conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.769/15, no Art 3º, o percentual do ACP Contracíclico é igual a 0%.
(3) O Adicional de Importância Sistêmica (ACP Sistêmico) é apurado com base em critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.768/15. O percentual do ACP Sistêmico é de até 2%, desde que a razão entre Exposição total, apurada conforme Art. 2º, inciso II, da Circular BACEN nº 3.748/15, relativa a 31 de dezembro do penúltimo ano em relação à data base de apuração, e o PIB brasileiro, seja superior a 10%, caso contrário o percentual de ACP Sistêmico é igual a 0%.

No quadro a seguir, estão demonstrados a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)	**610.053**	**538.192**
Patrimônio de referência Nível I	**610.053**	**538.192**
Patrimônio líquido	610.053	538.192
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	**2.253.837**	**1.676.538**
Exposição ao risco de crédito – RWAcpad	2.119.813	1.445.489
Risco operacional - RWAopad	134.024	231.049
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%)	**180.307**	**134.123**
Índice de Basileia	**27,07%**	**32,10%**
Exposição de ativos à taxa de juros na carteira bancária (Banking Book) (1)	80.086	59.082

(1) De acordo com a Circular BACEN nº 3.876/18, que dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book), a partir de 1º de janeiro de 2020, o Banco passou a adotar as métricas de cálculos do ΔEVE (Economic Value of Equity) e do ΔNII (Net Interest Income), conforme definido nesta circular.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Patrimônio de Referência do Daycoval Leasing excedeu em 238,34% e em 301,27%, respectivamente, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) O Daycoval Leasing realiza transações de captação, com o próprio conglomerado, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas da operação, assim como nas datas de suas respectivas liquidações. O quadro a seguir apresenta as transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

	31/12/2021		31/12/2020	
Transações	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**
Controlador	**(1.348.589)**	**(49.060)**	**(793.151)**	**(21.642)**
Banco Daycoval S.A.	**(1.348.589)**	**(49.060)**	**(793.151)**	**(21.642)**
Disponibilidades	86	-	13	-
Depósitos interfinanceiros	(1.348.675)	(49.060)	(793.164)	(21.642)

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, quais sejam:

2021	Taxa de remuneração	(Passivo) De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros		**(1.348.675)**	**(1.348.675)**
Controlador		**(1.348.675)**	**(1.348.675)**
Banco Daycoval S.A.	109% CDI	(1.348.675)	(1.348.675)

2020	Taxa de remuneração	(Passivo) De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros		**(793.164)**	**(793.164)**
Controlador		**(793.164)**	**(793.164)**
Banco Daycoval S.A.	109% CDI	(793.164)	(793.164)

Nos termos da legislação brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou garantir operações de seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Desta forma, o Daycoval Leasing não concede empréstimos ou adiantamentos, nem garante qualquer operação de empresas controladas, direta e indiretamente, de seus administradores ou seus familiares. **c)** Remuneração do pessoal-chave da administração: anualmente, quando da realização da assembleia geral ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o estatuto social do banco. Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021, foi fixado o montante global de remuneração de até R$1 milhão (R$1 milhão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Remuneração (pró-labore)	971	936
Total de remuneração	**971**	**936**

O Banco não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

Daycoval Leasing
Banco Múltiplo S.A.
CNPJ 43.818.780/0001-94

daycoval.com.br

Daycoval | Leasing

Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

19. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo

O Daycoval Leasing utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

• Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;

• Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e

• Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

b) Método de apuração do valor justo

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval Leasing sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Títulos e valores mobiliários

Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionem tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida (ex.: debêntures) de empresas são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento, são disponibilizados por seus respectivos administradores.

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

Classificação contábil	31/12/2021 Custo amortizado	31/12/2021 Valor justo	31/12/2020 Custo amortizado	31/12/2020 Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	2.076.319	2.184.814	1.421.097	1.656.906
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Depósitos interfinanceiros	1.348.675	1.361.351	793.164	794.966

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Daycoval Leasing faz parte do Conglomerado Daycoval que exerce a gestão de governança de forma integrada, valorizando o desenvolvimento de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias e ferramentas de mensuração e controle, para isso se utiliza de estrutura comum de Gestão de Riscos e Compliance; Auditoria Interna; Ouvidoria e Comitê de Auditoria. Como em toda atividade bancária, as operações do Daycoval Leasing estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração da instituição considera a atividade de gestão de riscos essencial para o bom desempenho e a continuidade de negócios. Os principais processos do gerenciamento de riscos do Daycoval Leasing têm como finalidade identificar, mensurar e monitorar os riscos existentes nas diversas áreas e produtos da instituição. O contínuo monitoramento dos riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e o cumprimento dos objetivos da instituição e assegurar a suficiência do Capital Principal, do Nível I e do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a regulamentação em vigor, para cobertura dos riscos. As estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos do Daycoval Leasing são independentes das áreas de negócios da instituição e estão de acordo com as recomendações do acordo de Basileia, uma é responsável pela consolidação dos indicadores de riscos de crédito, liquidez e mercado, e outra pela consolidação dos indicadores de risco operacional. A gestão de riscos do Daycoval Leasing está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor. Essa estrutura compõe o sistema de controles internos, que opera em linha com os requerimentos estabelecidos pelos principais reguladores, nacionais e internacionais, cujos manuais e normas estão disponíveis nas dependências do Daycoval Leasing como determina a regulamentação em vigor, podem ser obtidas no endereço eletrônico:www.daycoval.com.br/ri - Governança Corporativa. Principais categorias de riscos: **a) Risco de crédito:** O Daycoval Leasing utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação. **b) Risco de mercado:** O Daycoval Leasing é uma instituição de nicho operando basicamente no financiamento de bens para pessoas físicas e jurídicas, em sua maioria através de operações de arrendamento mercantil. O Daycoval Leasing não realiza operações de "trading", portanto, não assume posições de risco em relação a títulos e valores mobiliários. A instituição utiliza instrumentos derivativos de hedge para proteger suas operações, sujeitas ao risco de mercado. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de grandes variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa. Com base nos sistemas de ativos e passivos, o Daycoval Leasing utiliza relatórios para o controle, mensuração e gerenciamento do risco de taxa de juros. **c) Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez do Daycoval Leasing visa assegurar a capacidade de pagamento da instituição e monitorar o cumprimento das diretrizes e limites definidos, tais como caixa mínimo, índices de liquidez e concentração de fontes de recursos. No processo de acompanhamento da liquidez, é elaborada diariamente a previsão de caixa e realizada a projeção do fluxo de entrada e saída diário de recursos, com base nas informações e registros das transações realizadas ou previstas. A projeção de fluxo de caixa para os próximos 90 dias considera diferentes cenários, sendo eles: **a) Fluxo de Caixa Contratado:** Fluxo de Caixa previsto dadas que as condições iniciais contratadas das operações se mantenham; **b) Fluxo de Caixa Esperado:** Fluxo de Caixa previsto com condições mais alinhadas com o dia a dia da instituição, sendo essas favoráveis ou desfavoráveis; **c) Fluxo de Caixa Estressado:** Fluxo de Caixa previsto somente com condições desfavoráveis à instituição, visando simular eventos negativos extremos de liquidez. Estes cenários podem ser revistos permanentemente ou temporariamente à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrente de decisões estratégicas da instituição. Para tanto, o Daycoval Leasing dispõe de sistema de gerenciamento de risco de liquidez capaz de realizar de maneira tempestiva o cálculo das projeções de fluxo de caixa considerando diferentes alternativas de cenários. **d) Análise de Cenários:** O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco. Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo. Na definição dos cenários, são considerados: • A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas; • O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados. Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval Leasing, possui um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras: • Carteira Trading: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. • Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco. A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval Leasing e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval Leasing. O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Banking para as datas-base de 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Fatores de risco	31/12/2021 Cenários 1	31/12/2021 Cenários 2	31/12/2021 Cenários 3	31/12/2020 Cenários 1	31/12/2020 Cenários 2	31/12/2020 Cenários 3
Pré-fixado	(52.983)	(118.995)	(174.712)	(38.051)	(54.349)	(71.932)
Pós-fixado	(2.758)	(6.328)	(9.798)	(1.582)	(2.435)	(3.267)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários: • Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, o fator de risco considerado foi a taxa de juros pré-fixada de 14,50% a.a. (5,35% a.a. em 31 de dezembro de 2020). • Cenário 2: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, o fator de risco considerado foi a taxa de juros pré-fixada de 18,13% a.a. (6,68% a.a. em 31 de dezembro de 2020). • Cenário 3: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fator de risco considerado foi a taxa de juros pré-fixada de 21,75% a.a. (8,03% a.a. em 31 de dezembro de 2020). É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas demonstrações contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco. **e) Riscos operacionais e tecnológicos:** É possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval Leasing conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Esta estrutura é composta pelo Comitê de Risco Operacional, Gerência de Risco Operacional e Agentes Internos de Risco Operacional (AIROs). Os AIROs são selecionados e devidamente treinados para atuar como parceiros da área de Risco Operacional na identificação, controle e monitoramento de ações que envolvem qualquer tipo de risco.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Daycoval avalia que o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da Pandemia da COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, que acabou atingindo a maioria das economias mundiais de forma intensa. Os impactos finais desta pandemia ainda demandarão tempo para serem calculados, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração. Com o objetivo de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países adotando medidas de enfrentamento da Pandemia. No Brasil, diversas medidas foram adotadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como as alterações nas taxas de juros, o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, em reuniões extraordinárias, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus. A seguir relacionamos as principais medidas adotadas: • Resolução nº 4.782/20 - facilita a renegociação de operações de créditos de pessoas físicas e jurídicas e dispensando os bancos de aumentarem o nível de provisionamento destas operações; • Resolução nº 4.783/20 - diminui as exigências de capital mínimo para as instituições, reduzindo o percentual exigido de capital de conservação de 2,5% para 1,25%, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito das instituições; • Resolução nº 4.795/20 - autoriza o Banco Central do Brasil a conceder operações de empréstimo por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG); • Resolução nº 4.803/20 - permite a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 30 de setembro de 2020 para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020. • Resolução nº 4.820/20 estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, a recompra de ações e a redução do capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional; • Circular nº 4.030/20 altera a Circular nº 3.809/16, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193/13; • Resolução CMN nº 4.843/20 prorroga as medidas de caráter emergencial introduzidas pela Resolução nº 4.810/20 aplicáveis aos procedimentos relativos à concessão, ao controle e à fiscalização das operações de crédito rural, em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19; • Resolução CMN nº 4.856/20 altera a Resolução nº 4.782/20 que estabelecia, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gerenciamento de risco de crédito; • Resolução CMN Nº 4.855/20, dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas emergenciais instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia. Além das medidas tomadas para dar liquidez ao Sistema Financeiro Nacional, o Poder Executivo e Legislativo buscam aprovar projetos de Lei que minimizem a repercussão da Covid-19, propondo suspensão temporária de tributos (tais como a desoneração do IOF sobre operações de crédito e o diferimento do PIS/COFINS) e concedendo benefícios fiscais aos setores da economia e trabalhadores mais afetados. Não é possível controlar ou prever se outras medidas ou políticas serão adotadas pelo governo e seus respectivos órgãos, em resposta à atual ou à futura situação econômica brasileira e, tampouco, como a intervenção ou políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas. Estimamos que nossos ativos e passivos possam ser impactados em razão da COVID-19, mesmo que tenhamos adotado medidas econômicas, administrativas e operacionais para protegê-los, no entanto, até a data de aprovação destas informações trimestrais e, considerando o atual momento da crise provocada pelo vírus, ainda não foi possível mensurar tais impactos, além daqueles que já foram registrados em nossas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021. Relacionamos a seguir, os principais itens de nossas demonstrações contábeis com possível impacto: • Operações de crédito: poderemos enfrentar aumento do nível de atraso no pagamento de empréstimos, contratados por pessoas físicas e jurídicas, uma vez que as condições econômicas se agravem. • Créditos tributários: sua realização dependerá de resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso se prolongue por um longo período; • Provisões cíveis: o número de ações processuais pode aumentar e possivelmente podemos incorrer em um maior volume de processos, principalmente envolvendo revisões e renovações contratuais. Nossas atividades estão com sua capacidade operacional preservada e, desde o início da Pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Criamos um comitê de crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que se reúnem diariamente e reporta, periodicamente, ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores, as avaliações sobre a evolução do Covid-19 e seus reflexos nas operações. Acionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, desde a decretação do atual cenário de pandemia, intensificamos as ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos desta pandemia sobre nossas operações e nossos colaboradores, destacando que os processos operacionais e os controles internos estão preservados e operando normalmente. A seguir, listamos algumas destas medidas: • Afastamento de funcionários do grupo de risco por tempo indeterminado; • Intensificação do trabalho em home office, via acesso remoto por meio de fornecimento de computadores (laptops) para que parte relevante de nossos colaboradores execute suas rotinas trabalhando em casa; • Protocolo de acompanhamento para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19; • Comunicação intensiva junto às agências, clientes e colaboradores sobre as medidas de prevenção ao contágio pelo vírus; e • Criação da campanha Conexão do Bem Daycoval, com o objetivo de combater a propagação do vírus e seus efeitos na saúde e na economia, a cada Real doado pelos colaboradores o Daycoval doa mais dois. Estes recursos serão utilizados para compra de máscaras de proteção produzidas por pequenas e médias empresas que estão convertendo suas atividades para a produção de tais itens. Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez para manter níveis de risco adequados e de acordo com os limites estabelecidos internamente e pelos reguladores, além de monitorar os cenários econômicos nacional e internacional, para manter a capacidade administrativa e operacional.

A mensuração dos impactos futuros relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração, muito embora, possuam elevado grau de incerteza. Todas as projeções econômicas dependerão do desenvolvimento e controle desta Pandemia, tendo em vista que, sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

A ADMINISTRAÇÃO

Contador: JEFFERSON CORREDOR - CRC 1SP132677/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.